

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADILSON CARLOS BATISTA

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-SOCIAL E DISCURSIVA DA EXISTÊNCIA E
RESISTÊNCIA DOS SUJEITOS LGBTQIA+: LEGITIMAÇÃO, SILENCIAMENTO,
APAGAMENTO OU DESCONSTRUÇÃO?

CURITIBA

2022

ADILSON CARLOS BATISTA

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-SOCIAL E DISCURSIVA DA EXISTÊNCIA E
RESISTÊNCIA DOS SUJEITOS LGBTQIA+: LEGITIMAÇÃO, SILENCIAMENTO,
APAGAMENTO OU DESCONSTRUÇÃO?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial para obtenção do título de Doutor
em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof. Dr^a Maria Cleci
Venturini.

CURITIBA
2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Batista, Adilson Carlos

A trajetória histórico-social e discursiva da existência e resitência dos sujeitos LGBTQIA+ : legitimação, silenciamento, apagamento ou desconstrução? / Adilson Carlos Batista. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Maria Cleci Venturini

1. Minorias sexuais – História. 2. Análise do discurso. 3. Memória coletiva. I. Venturini, Maria Cleci. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ADILSON CARLOS BATISTA** intitulada: **A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-SOCIAL E DISCURSIVA DA EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DOS SUJEITOS LGBTQIA+: LEGITIMAÇÃO, SILENCIAMENTO, APAGAMENTO OU DESCONSTRUÇÃO?**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA CLECI VENTURINI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 12 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica
12/09/2022 17:38:18.0
MARIA CLECI VENTURINI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
13/09/2022 09:24:32.0
DENISE GABRIEL WITZEL
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica
12/09/2022 17:36:20.0
VERLI FATIMA PETRI DA SILVEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

Assinatura Eletrônica
12/09/2022 19:33:08.0
ALEXANDRE SEBASTIÃO FERRARI SOARES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ)

Dedico esta tese a todos, todas e *todes* os sujeitos LGBTQIA+, que, assim como eu, sofreram/sofrem pelo simples fato de existir.

À dona Ana, minha mãe (in memoriam), “boia fria” que nunca imaginou que poderia ter um filho doutor.

Ao meu esposo, Clóvis Mannrich, que esteve junto comigo em toda minha trajetória acadêmica, algumas vezes me puxando para outros lugares e outros tempos.

Ao meu filho de quatro patas, o querido Baruk que, incondicionalmente, permaneceu nos meus pés durante todo o processo de escrita, sinalizando para mim, o tempo todo, sua presença de apoio e que outras necessidades eram necessárias para além da tela.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Dra. Maria Cleci Venturini, pela disposição, pelo trabalho realizado, pela sua grandeza em compartilhar seu conhecimento comigo e, muitas vezes, pegar em minhas mãos e me guiar pelo trajeto.

À banca de qualificação: Dra. Denise Gabriel Witzel, Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia e Dra. Verli Fátima Petri da Silveira, que contribuiu significativamente para o texto final e depois, na banca de defesa, juntamente com o Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares.

Aos membros dos grupos GPTD/UNICENTRO/UFPR (Grupo de Pesquisa Texto e Discurso) e Labell/UNICENTRO (Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários) que, de alguma maneira, estiveram comigo nesta trajetória, porque pesquisa não se faz sozinho.

A minha amiga Nilva Miranda, por todos os abstracts que ela corrigiu para mim quando precisei.

A minha amiga Vilma Lenir Calixto pela correção de Língua Portuguesa do arquivo final da tese.

À Universidade Federal do Paraná (UFPR) pela oportunidade de estar num programa de pós-graduação gratuito e de qualidade.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]

RESUMO

Nesta pesquisa de tese, a partir dos aportes teóricos da Análise de Discurso francesa Pecheuxtiana (PÊCHEUX, 2009; 2010; 2012), realizamos um gesto de interpretação, envolvendo leituras de textualidades que atualizam memórias discursivas sobre os sujeitos LGBTQIA+ significando-os como pecadores, criminosos e doentes. Esses efeitos de sentidos ressoam pela língua, na história, por discursos constituídos por memórias que se repetem, se contradizem e instauram o rompimento e o equívoco que apaga, silencia e interdita os sujeitos ao longo da história no social. Buscamos dar visibilidade, de um lado, ao modo como esses corpos interdiscursivos foram inscritos na formação social e, ao longo da história, foram atingidos por um processo de desconstrução e de interdição. Por outro lado, interessa destacar os efeitos de sentidos de resistência aos processos de silenciamentos (ORLANDI, 2007) e de interdição a que foram submetidos. A tese se estrutura em quatro partes, nas quais o objeto de análise é sempre retomado com vistas a constituir redes parafrásticas, indicando a repetibilidade. No primeiro capítulo, tendo em conta a questão de pesquisa e as noções teóricas necessárias para as análises, construímos o dispositivo teórico, que retoma e referenda a história da AD, a partir de Pêcheux, no que concerne à memória, e de Orlandi, tendo em conta os processos de silenciamentos, de apagamento e de interdição. Damos continuidade, no segundo capítulo, analisando o discurso do Papa, do Presidente da República, de um cidadão comum (mensagem do WhatsApp), considerando como as memórias se atualizam no fio do discurso e como entram em funcionamento nos processos de silenciamento pela trajetória histórico-social dos sujeitos LGBTQIA+ a partir de determinadas condições de produção e de filiações (MOTT, 1999; 2011; 2016; TREVISAN, 2018; GREEN, 2019; QUINALHA 2021, SIMÕES, FACCHINI, 2008). Enfocamos, ainda, no terceiro capítulo, como esses sujeitos trabalharam o contradiscurso e conquistaram suas identidades como forma de resistência pela união de grupos (CARTER, 2010). Por último, no quarto capítulo, sublinhamos o processo histórico e discursivo de construção da Base Nacional Comum Curricular, movimentada por contradições devido à retirada das designações de gênero e de identidade de gênero (BUTTER, 2016; SCOTT, 1999; SAFFIOTI, 2015), cuja culminância foi a censura aos sujeitos LGBTQIA+ na escola. Com essa prática, que é a do próprio Estado - Aparelho Ideológico de Estado (Althusser, 1974) – há o impedimento de esses sujeitos serem falados ou discursivizados, que legitima e configura a interdição, o silenciamento deles neste lugar, que é também um espaço de disputa de sentidos e de luta política. A questão respondida foi “Como, pela língua na história, os discursos se repetem, se contradizem e instauram o rompimento e o equívoco que apaga, silencia e interdita os sujeitos ao longo da história social? E mostrou a partir das análises o funcionamento de uma conjuntura religiosa, política e institucional que faz circular discursos constituídos por imaginários e memórias que desconstroem e deslegitimam os sujeitos LGBTQIA+ no social e que se tornou cíclico.

Palavras-chave: Sujeitos LGBTQIA+; memória; história, silenciamento, interdição.

ABSTRACT

In this thesis research, based on the theoretical contributions of the French Pecheuxian Discourse Analysis (PÊCHEUX, 2009; 2010; 2012), we performed a gesture of interpretation involving readings of textualities that update discursive memories about LGBTQIA+ subjects, signifying them as sinners, criminals, and sick people. These sense effects of meanings resonate through language in history by discourses constituted by memories that are repeated, contradict each other, and establish the rupture and the misconception that erases, silences, and interdicts the subjects throughout history in the social. In a way, we seek to give visibility on how these interdiscursive bodies were inscribed in social formation and, throughout history, were affected by a process of deconstruction and interdiction. On the other hand, it is important to highlight the effects of senses of resistance to the silencing processes (ORLANDI, 2007) and interdiction to which they were submitted. The thesis is structured in four parts, in which the object of analysis is always taken up to constitute paraphrastic networks, indicating repeatability. In the first chapter, considering the research question and the theoretical notions necessary for the analyses, we build the theoretical device, which takes up and references the history of AD, based on Pêcheux regarding memory and Orlandi, considering the processes of silencing, erasure, and interdiction. In the second chapter, we continued to analyze the discourse of the Pope, the President of the Republic, and an ordinary citizen (WhatsApp message). In this chapter, it was considered how memories are updated in the thread of discourse and how they come into operation in the processes of silencing by the socio-historical trajectory of LGBTQIA+ subjects from certain conditions of production and affiliations (MOTT, 1999; 2011; 2016; TREVISAN, 2018; GREEN, 2019; QUINALHA 2021, SIMÕES, FACCHINI, 2008). In the third chapter, we also focus on how these subjects worked the counter-discourse and conquered their identities as a form of resistance through the union of groups (CARTER, 2010). Finally, in the fourth chapter, we highlight the historical and discursive process of construction of the Common National Curriculum Base, moved by contradictions due to the removal of gender and gender identity designations of its text (BUTTER, 2016; SCOTT, 1999; SAFFIOTI, 2015), whose culmination was the censorship of LGBTQIA+ subjects at school. With this practice, which is that of the State itself - Ideological State Apparatuses (Althusser, 1974) - there is an impediment of these subjects to be spoken or to be discursive, which legitimizes and configures the interdiction, their silencing in this place, which is also a space of dispute of meanings and political struggle. The question answered was, "How do discourses repeat and contradict themselves through language in history, establishing the rupture and the misconception that erases, silences, and interdicts the subjects throughout social history?" And it showed from the analysis the functioning of a religious, political, and institutional conjuncture that circulates discourses constituted by imaginaries and memories that deconstruct and delegitimize LGBTQIA+ subjects in the social and that has become cyclical.

Keywords: LGBTQIA+ subjects; memory; history, silencing, interdiction.

LISTA DE TEXTO-IMAGEM

Texto-imagem 01: Marcha da família com Deus pela liberdade.....	96
Texto-imagem 02: Informação sobre o tabloide Flagrante Livre do Rio de Janeiro	102
Texto-imagem 03: Notícia pelo Jornal O Globo sobre o costureiro Markito	103
Texto-imagem 04: Aids é o castigo de Deus	105
Texto-imagem 05: Fachada do bar Stonewall em 1969	117
Texto-imagem 06: Marcha – Libertação Gay	124
Texto-imagem 07: Imagem da capa do Jornal Come Out nº1.....	125
Texto-imagem 08: Comemoração ao dia da Libertação Gay	126
Texto-imagem 09: Organização da primeira passeata em favor das minorias LGBTQIA+ e contra a repressão do delegado Richetti	145
Texto-imagem 10: Manifestação pública pioneira de LGBTQIA+ no Brasil contra a violência policial durante a ditadura	146
Texto-imagem 11: Capa Boletim ChanacomChana nº1, 1983	147
Texto-imagem 12: Quadrinho no Boletim ChanacomChana nº1 – 1983.....	149
Texto-imagem 13: Panfleto de apoio aos LGBTQIA+ pelo PT 1982	157
Texto-imagem 14: Bancada Evangélica protestando para retirar a designação Gênero do PNE	178
Texto-imagem 15: Panfleto convite do deputado Luiz Fernando para discutir “Ideologia de gênero”	181
Texto-imagem 16: Vídeo “A Ideologia de Gênero nos Planos Municipais de Educação”	184
Texto-imagem 17: Infográfico sobre “Ideologia de gênero” publicado no Jornal Evangelho e Cidadania	188
Texto-imagem 18: Página católica ZENIT	189
Texto-imagem 19: Página católica ZENIT	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Designações e repetições discursivas – esquema analítico	110
Tabela 02 - Designações e repetições discursivas – esquema analítico	160

LISTA DE SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais e Travestis.

APA – Associação Americana de Psicologia.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CFM – Conselho Federal de Medicina.

CFP – Conselho Federal de Psicologia.

CID - Classificação Internacional de Doenças.

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação.

CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais.

EGHO – Encontro de Grupos Homossexuais Organizados.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GALF – Grupo de Ação Lésbico-feminista.

GGB – Grupo Gay da Bahia.

GLF – Força de Libertação Gay.

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

IGLHRC – Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas.

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.

LDBN – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

LGBTQIA+ - Lésbica; Gays; Bissexuais; Travesti; Transexuais; Queer; Intersexo; Assexuado.

MEC – Ministério da Educação.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

PNE – Plano Nacional de Educação.

SAEB – Sistema de Avaliação de Educação Básica.

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

SLA – State Liquor Authority.

STF – Supremo Tribunal Federal.

SUS – Sistema Único de Saúde.

TPF – Força da Patrulha Tática.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. LANÇANDO ÂNCORAS PARA NÃO FICARMOS À DERIVA - PREPARANDO O TRAJETO	34
1.1 ENTRE CORRENTES E PROFUNDIDADES - DAS ANCORAGENS E DAS SUSTENTAÇÕES	41
1.2 Para além do bojador: os dispositivos de Análise e interpretação	49
CAPÍTULO II	59
2. GRITOS QUE NÃO CESSAM E ATRAVESSAM OS MARES – ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: REPRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO DISCURSO SOBRE OS SUJEITOS LGBTQIA+.....	59
2.1 COEXISTÊNCIA DA MEMÓRIA: O ENFERMO DISCURSO	74
2.2 Entre o “crime” e a “doença” - o sujeito LGBTQIA+ na Ditadura Civil-militar	90
CAPÍTULO III	112
3. DO SILÊNCIO À VERBALIZAÇÃO DE SUAS (R)EXISTÊNCIAS - O MOVIMENTO LGBTQAI+	112
3.1 STONEWALL: A LUTA “QUANDO TUDO COMEÇOU”	113
3.2 O Lampião: uma luz de resistência ao gueto, à segregação e à censura a outras mídias.....	129
CAPÍTULO IV.....	163
4. COSTURANDO A DESCONSTRUÇÃO E A RESISTÊNCIA: A INTERDIÇÃO DO DISCURSO SOBRE O SUJEITO LGBTQIA+	163
4.1.2 As contradições na formulação da Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional de Educação sobre os sujeitos LGBTQIA+	174
4. PARA EFEITO DE FECHAMENTO	213
5. REFERÊNCIAS.....	222

PRÓLOGO

DAS MINHAS RAZÕES, DA MINHA VIDA, DOS MEUS CONFLITOS

Tive tanto medo de trair-me
no excesso das palavras,
na demora do silêncio,
na medida dos gestos
que comecei a me guardar em mim.
[...]

Geni Guimarães¹

No armário...

Ao falar de mim mesmo, falo do outro, falo dos muitos silenciados, apagados e interditados por um discurso que sempre se fez presente na história, produzindo suas memórias. Falo também de um passado que permanece sendo uma questão do presente porque os sujeitos LGBTQIA+ continuam sofrendo e tendo seus corpos sendo julgados e condenados.

Para falar de mim e de nós é preciso vasculhar as entranhas do ser, mergulhar na memória, rememorando cada acontecimento porque a vida clama por discurso, é como abrir cada gaveta do compartimento humano e verificar os arquivos que estão lá, muitas vezes, guardados, silenciados ou interditados. Vivemos em uma sociedade marcada pela circulação de uma discursividade que não movimenta somente a política, mas produz práticas que afetam a legislação, o direito do cidadão e, principalmente, o Estado democrático de direito.

Ao chegar neste mundo, sempre soube que o envolvimento entre pessoas do mesmo sexo era considerado pecado e doença, porque foi isso que me disseram na minha casa, na igreja e na escola desde sempre e isso me afetou profundamente. Durante muito tempo a questão de ser um sujeito homossexual me perseguiu como um espírito fantasma que procura um corpo para assumir e se apropriar. Funcionou sempre como uma presença-ausente, presente no meu corpo, nos meus pensamentos, no meu ser mais íntimo, distante do social, como se houvesse dois modos de estar: um fora e um dentro do tempo e do espaço comum, social.

¹ Fragmento do poema “Contradição”, retirado do livro Terceiro Filho, de Geni Guimarães, Editora Jalovi, 1979.

Com o passar do tempo somos obrigados a enfrentar nossos fantasmas, ‘para aceitar o meu e deixá-lo entrar em meu corpo’, demorei vinte e cinco anos. A opção de ‘sair do armário’ (*to get out of the closet*)² está em cada sujeito, pois sabemos o quão difícil é fazer parte de uma sociedade preconceituosa e que o faz calar e silenciar.

Quando criança, percebi nos primeiros anos que era um sujeito diferente e fora do padrão heteronormativo³. Havia, em circulação, memórias que determinavam os gostos, os modelos e cores de roupas que meninos e meninas deveriam usar, meninos somente brincavam com meninos e meninas com meninas, porém eu queria usar cores diferentes do estabelecido e adorava brincar com as meninas. Um dia, fui à escola vestindo uma bermuda preta com listras lilás na lateral, virei chacota dos meninos. Eles me apontavam, dizendo que aquela bermuda era para ‘meninas’ e não para meninos, conforme padrões de cores estabelecidos desde sempre em relação ao gênero e a escola era mais uma reprodutora desse discurso na fala dos alunos. Com essas atitudes, logo fui sendo taxado pelos meninos de ‘veadinho’, ‘mariquinha’, ‘bichinha’, começou aí meu choque de injúrias. Isso não ocorreu somente na escola, uma vez um dentista conhecido me falou que eu andava como mulher, rebolando. A partir deste fato passei a me controlar, vigiar meu corpo, uma violência simbólica que passou a acontecer sempre nos discursos dos outros e dentro da minha própria casa. Eu era obrigado a controlar tanto a forma de falar como de andar para não parecer afeminado, porque, se isso ocorresse, seria um problema também para a minha família. Eu vivia em uma casa com três irmãos homens, machos, que trabalhavam na roça e, em casa, roça e macho eram sinônimos, tinham o mesmo valor semântico, meninos deveriam ir para a roça e meninas para a escola e depois procurar casamento. Esse discurso sempre funcionou na minha família, instaurando efeitos de interdição que demandavam silenciamento e necessidade de ‘entrar e estar no armário’ sempre. Além disso, funcionou como micropoder e criou em mim uma lei da verdade, foi nisso que acreditei durante muito tempo.

² Nos Estados Unidos, foi adotado o lema: ***to get out of the closet***, para incentivar os homossexuais a não se ocultarem e virem a público com crescente transparência, para tomar conta de sua própria identidade e reclamar direito à vida, principalmente depois de Motim de Stonewall, nas décadas 60/70. (DIAS, 2014)

³ Heteronormatividade ou norma heterossexual refere-se a um arsenal de valores, normas e dispositivos por meio dos quais a heterossexualidade é instituída como a única possibilidade legítima e natural de expressão identitária e sexual, marginalizando qualquer outra prática diferente (Warner, 1993).

Havia uma dominação do masculino sobre o feminino, as meninas tinham que fazer os afazeres de casa e os homens trabalhar na roça. Constantemente, ouvia de minha mãe, ‘segurem as cabritinhas que meus bodinhos estão soltos’. Só bem mais tarde compreendi essa metáfora aplicada pela minha mãe. Isso somente ressoava o quanto ela também se constituía por esse processo de dominação masculina que funciona no social. Para o homem macho circulava/circula um discurso de afirmação, de ativo, viril, de posse, domínio, de penetrar e para a mulher sempre o inverso, ser possuída, dócil, submissa e passiva e, quando os corpos contrariam esse discurso, sofrem as consequências no social.

Com o passar do tempo, consegui frequentar a escola, não porque a minha mãe o quis, mas porque a venci pelo cansaço. Todas as vezes que ela tentou me levar para trabalhar na lavoura, eu fugia e pegava qualquer estrada que levasse à cidade, esse era meu ato de resistência. Na escola, quando os meninos tinham uma oportunidade e queriam me ofender, vinham com os nomes pejorativos ‘veadinho’, ‘bichinha’, ‘donzelinha’ e assim esses adjetivos, no diminutivo, também me deixaram cada vez menor, iam me calando e silenciando enquanto sujeito aluno da escola. Esse espaço, em vez de ser de aprendizagem - não que essas ações não tenham se tornado uma aprendizagem para mim - naquele momento, tornou-se uma das coisas mais difíceis da minha existência, por mais que eu acreditasse que ali seria a minha saída para mudar a minha realidade e ter uma perspectiva de futuro, não foi fácil enfrentar quase todos os dias as mesmas situações desagradáveis, foi um martírio.

Aos treze anos tive minha primeira paixão, a platônica, na época, demorei para perceber do que realmente se tratava aquele desejo. Fiz questão de deixá-lo escondido no mais íntimo do meu ser para abrir em outro momento. Aos poucos fui tentando entrar na ordem do discurso que circulava, meninos namoram meninas, esse era o ‘natural’, o ‘normal’, a norma cristã, assim, tive minha primeira namorada e segui com esse “faz de conta” – ser hétero. Entretanto, quando entrava em desavença com alguém, sempre era lembrado pelos outros de quem realmente eu era, isso vinha como uma foice - ‘veadinho’, ‘bichinha’ e não conseguia fugir dos pensamentos por dias e dias.

Certa vez, saí da escola e fui direto para a igreja questionar a Deus, porque ele teria me feito daquele jeito, ‘pecador’, ‘pervertido’⁴, ‘anormal’⁵, com aqueles sentimentos de desejos por homens, chorei muitas vezes e pedi para ele tirar esses sentimentos de mim, disse a ele que preferia morrer a ter esses desejos. Cristão católico que era, resolvi confessar para o padre da igreja. Fui surpreendido pela resposta do sacerdote de que os meus sentimentos eram normais. Contudo, logo veio a compreensão das verdadeiras intenções daquele padre, nunca mais voltei àquela igreja.

Na minha família, não se falava sobre sexualidade abertamente. Esse tema era visto como um tabu e, para abordá-lo, era sempre de forma escondida.

Esse modo de significar o sujeito homossexual não cabia em mim, pelo menos neste espectro negativo de anormalidade vivenciada pelos discursos que circulavam na época, tanto por parte da igreja como por parte da sociedade, principalmente, para uma cidade de mais ou menos treze mil habitantes.

No Ensino Médio, isso não foi diferente, tive várias namoradas, mas sempre com aquele desejo reprimido e apagado dentro de mim. Vivia uma constante tensão. A escola foi para mim esse lugar de afloração do desejo e de apagamento dele também, uma contradição.

Naquele momento, o que eu mais desejei era ser heterossexual, fazer parte daquele discurso e apagar os meus desejos internos. Enquanto eu não me resolvesse internamente, ficaria vivenciando o paradoxo do desejo de ser quem eu realmente era (eu ainda não havia sentido esse prazer). Com o tempo aprendi a controlar o desejo, ou pelo menos deletar todo e qualquer sentimento que me levasse ao ‘pecado’. Neste percurso, fui me ancorando nesta realidade de criar o imaginário de um sujeito heterossexual, arrumei uma namorada e permaneci com ela durante sete anos. Neste tempo, fui muito feliz, apaixonado por ela e pela ideia de apagar tudo o que sentia dentro de mim, pensei em família, filhos e batalhei por isso.

Ao entrar para a Universidade e fazer Letras, descobri mais um funcionamento da ordem do repetível que veio me atormentar: meninos não fazem letras. A pergunta

⁴ Perverso - adjetivo na língua portuguesa utilizado para qualificar algo ou alguém que conseguiu se perverter; que expressa ou é alvo de perversão. Um indivíduo sem moral, que é libertino e imoral; devasso. Em relação à sexualidade, designa toda e qualquer manifestação que não siga os padrões heterossexuais convencionais.

⁵ Anormal, aquele que foge às regras criadas no social, o doente, patologia criada por meio do discurso da medicina e da igreja.

sempre repetida era sobre quantas meninas havia na sala. Esta questão era reforçada e retomava a injúria, ‘além de você é claro’. Mesmo assim, me mantive forte, colocando como norte meus objetivos, fiz a graduação e a especialização em Literatura.

Como não conseguimos prever todos os fatos e acontecimentos, não conseguia trabalho na minha área naquela cidade pequena, assim, em comum acordo com a noiva, vim para Curitiba e passei a lecionar na Rede Pública e Particular. Devido à distância física e emocional, em um ano acabamos terminando nosso relacionamento.

No trabalho com a educação, percebi como as pessoas eram ainda preconceituosas, principalmente com os alunos que fugiam a regras normativas da heterossexualidade em sala de aula, muitos professores não conseguiam lidar com esses sujeitos e faziam comentários do tipo ‘nossa, como fulano é menininha, deveria mudar o comportamento’, ‘como que os pais não percebem’, ‘ele apanha dos meninos e não sabe o porquê’. Com essas falas, rememorava muito do que eu passei como aluno.

Como professor dessas instituições, tentei colaborar com esses alunos em muitos momentos, principalmente por meio da literatura, para que a passagem deles pelos bancos escolares não fosse tão difícil quanto foi o meu percurso no final de 80 e início de 90. Procurei trazer a temática, mas de uma forma mais humanizada e numa perspectiva mais crítica, pautada em direitos humanos. No meu entendimento, eu não poderia falhar com os alunos, principalmente em relação à sexualidade deles. Era crucial para a educação desses sujeitos.

Saindo do armário: assumir-se como homossexual ...

O mar, no seu lugar pôr um relâmpago.
Luís Miguel Nava⁶

Em 2003, resolvi ‘sair do armário’ e assumir minha homossexualidade, tinha 26 anos de idade, a partir daí muita coisa mudou. Eu queria ser feliz, realizar meus desejos, viver minha sexualidade de verdade, ter uma vida plena com a minha consciência e, principalmente, enfrentar qualquer tipo de injúria.

⁶ NAVA, Luís Miguel. Ensaio reunidos. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, p.44.

A pessoa a quem revelei a minha sexualidade pela primeira vez foi a minha mãe. Neste dia, foi como renascer, o sujeito homossexual, gay tinha derrotado, pela primeira vez, o sujeito hétero que vivia dentro de mim, aquele embate estava acabado e um novo sujeito passou a existir, mesmo que os discursos contrários à minha existência estivessem ainda em circulação. Em um primeiro momento, essa informação foi muito difícil para minha mãe, não queria aceitar ter um filho 'veado', como ela mesma definiu. Depois de muita conversa e mostrar a ela que, para eu mudar e ser diferente, eu teria que morrer e nascer novamente, com essas duras palavras ela compreendeu.

Casei-me com um rapaz, fizemos um contrato de união estável, visto que casamento ainda não era possível, e passei a ter a minha família, de dois rapazes e um cachorro, com isso passei a fazer parte de uma subcultura gay, a conviver mais com casais que viviam há tempos juntos, frequentar também lugares específicos para o nosso público, uma espécie de guetos, bares, boates e até restaurantes, justamente para não sofrer mais preconceito e para não passar pelas violências simbólicas vivenciadas em outros momentos. Mas nunca tivemos coragem de sair pelas ruas e lugares mostrando qualquer forma de afeto, pois os dados permanecem altos em relação ao preconceito e à violência contra os sujeitos homossexuais.

Nesta subcultura, aprendi que o sistema LGBTQIA+ funciona como uma organização com suas regras e princípios e as injúrias são transformadas em força e resistência.

Na maioria das escolas em que trabalhei, em algum momento era reforçada a ideia de preconceito, principalmente por professores religiosos, mas passei a me posicionar em relação aos colegas. Permaneci dez anos em sala de aula, presenciando as mais diferentes formas de preconceito.

Em 2009, meu último ano em sala de aula, saiu uma pesquisa realizada e encomendada pelo Ministério da Educação à Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP). Essa pesquisa concluiu que as principais vítimas de bullying e discriminação no ambiente escolar eram 40% homossexuais, 29% negros e 21% pobres⁷. Na época, isso me chocou profundamente, imaginei o quão difícil seria ser homossexual, pobre e negro. No meu caso, pertencia a duas dessas classificações. Compreendi, então, o porquê dessa 'injúria' sistemática, que funciona no social como

⁷ Pesquisa e gráfico com os dados disponíveis em: <<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/11/>>. Acesso em 30 de mar. de 2019.

uma memória que sempre retorna com certa naturalidade e vai se reproduzindo de forma generalizada.

INTRODUÇÃO

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que, quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 2010, p. 76).

Iniciamos com a epígrafe para sinalizar que a história dos sujeitos LGBTQIA+⁸ são marcadas por eventos que se repetem por meio de um processo discursivo, no qual esses sujeitos vêm para uma sociedade constituída por uma memória preche de apagamentos e de silenciamentos⁹ que os acompanha desde os tempos mais remotos e faz desses sujeitos pecadores, criminosos e doentes. Isso se dá por meio da linguagem, com o advento do discurso religioso, por volta do século II e III d.C. e com o início das perseguições a esses sujeitos, criando um imaginário que levou a muitas formas de silenciá-los ou de apagá-los no social e no sentido literal, também - a morte. Essa prática estendeu-se até o século XXI, sendo mobilizada por diferentes sujeitos e instituições. Vemos com frequência, nos noticiários, sujeitos LGBTQIA+ sofrendo violência, seja ela física ou simbólica, instaurando e solidificando redes de dizeres em torno deles.

Apesar da circulação e funcionamento de redes de memória e de dizeres constituídas por formações ideológicas contrárias a esses sujeitos, também

⁸ Cada letra desta sigla designa um grupo de pessoas na sociedade que são estigmatizadas por meio de imaginários e discursos que vão para além da violência simbólica pelo fato de existir e não se adequar a aquilo que foi normatizado como sendo o "normal" de uma sociedade. Essa relação de sujeitos LGBTQIA+ e sociedade será retomada no segundo capítulo. Lésbicas – São mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero; Gays – São homens que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero; Bissexuais – São homens e mulheres que sentem atração afetiva/sexual tanto pelo gênero masculino quanto pelo gênero feminino; Transexuais – São pessoas que não se identificam com o gênero atribuído em nascimento, isso não está atrelado à orientação sexual, e sim à identidade de gênero; Travestis - É uma expressão de gênero que difere daquela que foi designada à pessoa no nascimento, assumindo, assim, um papel de gênero diferente daquele da origem do seu nascimento, que objetiva transicionar para uma expressão diferente; Queer - Pessoas com o gênero 'Queer' são aquelas que transitam entre as noções de gênero, como é o caso das drag queens. A teoria queer defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção social; Intersexo – São pessoas que estão entre o feminino e o masculino. As suas combinações biológicas e desenvolvimento corporal - cromossomos, genitais, hormônios etc. não se enquadram na norma binária (masculino ou feminino); Assexuais – são pessoas que não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum que estas pessoas não veem as relações sexuais humanas como prioridade; +(mais) É um símbolo utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero.

⁹ Apagamento e silenciamento, como produtor de sentido, conforme Orlandi (2007), eles não falam, mas eles são produtores de sentido e causam efeito na história.

ocorreram transformações. Os sujeitos que antes se escondiam começam a se mostrar para o mundo como forma de resistência, falando sobre sua identidade sexual, frequentando bares, cinemas, clubes, festas, entre outros, buscando direitos como casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção, reconhecimento de identidades, liberdade de andar/estar em todos os lugares, inclusive nas instituições religiosas. Entretanto, as práticas de silenciamento, de apagamento e de interdição¹⁰ continuam muito fortes, decorrendo de movimentos políticos, religiosos e sociais dessa sociedade, que não consegue aceitar as diferenças, apesar das transformações.

A identidade dos sujeitos LGBTQIA+ é formada e estruturada nesta conjuntura e disjunção, em que ao mesmo tempo são alcançados resultados positivos, por meio de lutas e resistência, alterando discursos *sobre*, mas outros permanecem fazendo valer ideologias que instauram a contradição e sentidos outros. É pela língua que esses acontecimentos se constituem em discursos estruturados por uma base linguística e por processos discursivos que deslocam memórias e discursos e ressignificam os sujeitos LGBTQIA+, legitimando a resistência.

Se o discurso que sustentava a constituição das diferenças de gênero pautava-se na não-procriação dos sujeitos homossexuais¹¹ (discurso religioso), passa a ancorar-se em memórias e discursos que abrangem também diferentes domínios, que constituem redes, cujos fios levam ao discurso religioso. Mudam-se as designações, as formas de circulação do discurso, mas os recursos linguísticos constitutivos do processo de silenciamento e de apagamento repetem-se. Se não conseguem silenciar por meio da violência simbólica (BOURDIEU, 2012), pelo uso de pejorativos, pelas injúrias (ERIBON, 2008), apropriam-se de lugares de fala e de instituições, impondo ideologias que funcionam pelos Aparelhos Ideológicos de Estados (ALTHUSSER, 1974). Essas ideologias podem até interditar os sujeitos no social porque a sexualidade humana é permeada por questões que têm funcionado pelos termos aceitação e não aceitação de determinados grupos, mas não conseguem impedir a existência desses sujeitos.

¹⁰ A interdição, assim como o apagamento, significa de acordo com a filiação dos sujeitos ao jurídico, ao religioso ou ao social.

¹¹ Homossexual é entendido nesta pesquisa como uma condição humana de um ser humano que, ao nível da sexualidade, caracteriza-se por sentir atração por parceiros do mesmo sexo.

O jogo discursivo não é simples, ele é político, ele não se faz à margem da história, e sim na própria história, podendo ressoar, por esse funcionamento, efeitos de sentidos instaurados por processos discursivos, pelos quais a troca de uma designação como *Gênero* por outra pode constituir um imaginário coletivo, que ratifica a continuidade e a manutenção de um *status quo* legitimador de uma única forma de sexualidade e censurando as outras.

Recentemente, foi publicada a Base Nacional Comum Curricular – para o Ensino Fundamental em 2017 e para o Ensino Médio em 2018, formando um único documento para a Educação Básica. No processo de construção desse documento, a sexualidade tornou-se o principal foco de discussão, envolvendo domínios do político, do religioso e da educação, polemizando a manutenção ou não da designação *gênero* e *orientação sexual*, buscando apagar as memórias e os discursos que fazem rede com essa designação.

Neste processo iniciado em 2014, com a publicação do Plano Nacional de Educação (PNE – LEI N° 13.005/2014), a questão da sexualidade também entrou em debates, tornando-se o centro de discussões em redes sociais, igrejas e escolas. A bancada evangélica do Congresso Nacional criou um movimento, levando para os municípios, por meio das igrejas e de outros representantes políticos, a expressão ‘ideologia de gênero’¹² nas escolas, polemizando discursos em torno de uma proposta inclusiva de Identidade de gênero, sexualidade, diversidade e orientação sexual que faz parte do currículo e que estava prevista para se manter no Plano Nacional de Educação, o qual apresenta as metas essenciais para os próximos dez anos de trabalho com a educação. A temática estava de acordo com as discussões de especialistas e diversas instituições em processos democráticos, como a Conferência Nacional de Educação – CONAE, que é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. Além disso, as designações *Gênero* e *orientação sexual* também fazem parte, como princípios, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

¹² Faz-se importante salientar que o uso da designação "ideologia de gênero" não é adequada ao que realmente se pretendia com o projeto, a expressão foi usada de forma equivocada ao se referir aos estudos sobre reconhecimento da identidade de gênero e outras questões relacionadas. As designações gênero e identidade de gênero são utilizadas a partir de estudos da sexualidade - Judite Butler (2016), Joan Scott (1999) Heleieth Saffioti (2015) Robert Connell (1995, p. 189), "no gênero, a prática social se dirige aos corpos". O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são "trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico".

A proposta de contemplação desses temas provocou polêmica, gerando debates e embates entre profissionais da educação, instituições religiosas, Congresso Nacional e depois com os Planos Municipais, nas câmaras das cidades em todo o país. Aqueles que acreditam na existência desta “ideologia de gênero” afirmam que os temas, envolvendo sexualidade, não podem ser enfocados dentro da escola. De acordo com esses sujeitos, esta seria uma forma de induzir as crianças e jovens a ‘práticas de sexualidade não padrão’, deixando-os livres para escolher o querem ser. Outro argumento presente nessa discussão é que este assunto seria prerrogativa da própria família, ou seja, a educação sexual das crianças e dos jovens restringe-se ao âmbito familiar. Além disso, segundo os defensores dessa ideologia, as relações sexuais que fogem da heteronormatividade são práticas que vão na contramão da formação familiar tradicional e escolhida por Deus – homem e mulher.

A sexualidade sempre fez parte de debates, sejam eles religiosos, políticos, ou até familiares, podendo-se concebê-la como objeto de disputa, de controle social e individual, justamente porque não cabe em uma ‘caixinha’, ela nunca foi tão bem definida, a não ser por aqueles interpelados por uma única ideologia, a religiosa. Muitos representantes de grupos religiosos assumem a função de sujeito porta-voz¹³, representante de Deus na Terra e acabam por criticar e julgar aqueles que não se encaixam na formação discursiva religiosa. Esse discurso funciona autoritariamente, pois não dá abertura para o contraditório, somente um lado enuncia exclusivamente, porque fala em nome de Deus, conforme vamos ver nesta tese, tanto no segundo capítulo como no quarto capítulo para manter a tríade ao se referir aos sujeitos LGBTQIA+ como pecadores, criminosos ou doentes.

Com esse movimento e as relações de poder que se constroem, os corpos são subjetivados no social. Assim, os sujeitos LGBTQIA+, ao nascerem, são interpelados por discursos de silenciamento, apagando-se, diante de outros sujeitos, em algumas instituições, inclusive dentro da família. Esse funcionamento deve-se à existência de textualidades discursivas que normatizam os corpos, determinam suas práticas a partir de formações ideológicas em que circulam discursos e marcas da

¹³ O sujeito porta-voz é definido por Pêcheux (1990, p. 17) “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o olhar [...] que o coloca em posição de negociador potencial, no entro visível de um “nós” em formação [...]. Ele circula, de acordo com Venturini (2009, p. 95). “[...] entre três posições: a do profeta, a de dirigente e do homem de Estado, constituindo-se como agente de contradições e deslocamentos, porque circula entre o mundo existente e a possibilidade de ‘um outro mundo’”.

historicidade religiosa que, desde a antiguidade, discursiviza a defesa de um único modelo de relação sexual, a heteronormativa.

O resultado é que Lésbicas, Gays, Trans, Travestis, Intersexuais, Assexuados sofrem violências¹⁴, destacando-se a violência simbólica, pois já ao chegar neste mundo estes sujeitos fogem do ‘padrão’ normatizado pelo viés de uma formação discursiva dominante da heterossexualidade, que os atravessa e estigmatiza socialmente. Essa violência social pode desencadear em injúrias e outras violências mais danosas, como, por exemplo, a violência física que resulta em silenciamento ou apagamento definitivo dos sujeitos, podendo chegar a extremos, como a morte.

Os últimos dados do ‘World Statistics 2019’, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mostram que o Brasil possui a sétima maior taxa de homicídio de LGBTQIA+ no mundo. Segundo o relatório, no ano de 2016, houve 477.000 homicídios em todo o mundo, sendo que o Brasil apresentou cerca de 12,8% do total mundial¹⁵.

O Atlas da Violência de 2019¹⁶, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), traz outros dados sobre os sujeitos LGBTQIA+ no Brasil de 2011 a 2017, recolhidos por meio do Disque 100 e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). No Disque 100, foram registradas 1.720 denúncias de violações de direitos humanos dos LGBTQIA+, destas 193 foram de homicídios, 23 de tentativas de homicídio e 423 de lesão corporal. No SINAN, no ano de 2016, o número de casos de violência contra homossexuais/bissexuais foi de cerca de 6.800, mais da metade são denúncias por causa da violência física e outras que vão de violência psicológica à tortura.

Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil “é o país com a maior quantidade de registros de crimes letais contra LGBTQIA+ do mundo”, seguido pelo México e Estados Unidos. Em 2018, o GGB registrou que 420 LGBTQIA+ tiveram

¹⁴ Violências, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS): uso intencional da força ou poder, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privação (KRUG et al, 2002).

¹⁵ World Health Organization (WHO). World Health Statistics 2018: Monitoring health for the SDGs [Internet]. S.l.: WHO; 2018 Disponível em: https://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2018/em/.

¹⁶ Cerqueira D, Lima RS, Bueno S, Neme C, Ferreira H, Coelho D, Alves PP, Pinheiro M, Astolfi R, Marques D, Reis M, Merian F. Atlas da Violência 2019 [Internet]. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); 2019 Jul Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDF25violenciaio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf.

mortes violentas no Brasil, ou seja, a cada 20 horas é assassinado um indivíduo LGBTQIA+.

O Ministério dos Direitos Humanos brasileiro formulou um relatório no final de 2018¹⁷, que ratifica os dados do GGB e ainda estima que 8.027 indivíduos LGBT foram assassinados no país entre 1963 e 2018, em razão de orientação sexual ou da identidade de gênero. O GGB documentou mais de 5 mil assassinatos de indivíduos LGBT até 2018, os dados baseiam-se em notícias publicadas na imprensa, pesquisa na internet e em informações enviadas pelos próprios militantes LGBT, sendo estas as formas de obtenção das informações.

Os dados apresentados seriam o suficiente para se considerar os estudos de gênero dentro da escola, visto que o currículo, segundo autores como José Carlos Libâneo (2012), José Gimeno Sacristán (2013), entre outros, afirmam que a escola não é apenas um espaço social emancipatório e libertador. Além disso, ela é cenário de socialização das mudanças ocorridas no social porque envolve processos culturais e a construção de identidades locais e nacionais. Dessa forma, o currículo engloba aquilo que é formal e explícito, mas também as memórias e discursos que circularam antes em outros lugares (conforme Pêcheux, 2009). A prática do currículo é, geralmente, acentuada na vida dos alunos, estando tanto associada às mensagens de natureza afetiva como às atitudes e valores. Nesses dois últimos, estão as questões que envolvem a identidade de gênero, tendo em conta o currículo como conhecimento e valores em um processo social vinculado a momentos sócio-históricos.

Nesse sentido, a retirada das designações *gênero* e de *orientação sexual* de um documento, tão importante como a Base Nacional Comum Curricular BNCC, constitui-se, para nós, como mais uma reprodução de um procedimento de apagamento, de silenciamento e a possibilidade de interdição dos sujeitos LGBTQIA+ nas instituições escolares, funcionando como resultado de um processo que começou há muito tempo. Esse processo reverbera também no social, pois escola e sociedade caminham juntas e, mesmo que o artigo 5º da Constituição Federal preconize que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] garantindo a

¹⁷ Brasil. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). No Brasil registra-se uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório [Internet]. Dados disponíveis em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm>.

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança [...]”, os processos de apagamento dos sujeitos ocorrem tanto por forças políticas que controlam as instituições como por forças religiosas que interferem nos processos democráticos de direito.

A homossexualidade (ou qualquer outra identidade de gênero - grifo nosso) pressupõe a aceitação do mistério das suas razões como um componente a mais da realidade. Aceitar seu “mistério” faz parte do encontro inevitável com o princípio da realidade. Se o desejo humano funciona com objetivos específicos (ainda que enigmáticos), neles que se encontra sua fragilidade e sua força (TREVISAN, 2018 p.33).

Neste sentido, a tese central defendida em nossa pesquisa é a de que o discurso sobre os sujeitos LGBTQIA+ constitui-se pela repetibilidade, mas também pela ruptura. A questão de pesquisa é: Como - pela língua na história - os discursos se repetem, se contradizem e instauram o rompimento e o equívoco que apaga, silencia e interdita os sujeitos ao longo da história social?

Pensamos, de início, que há uma conjuntura religiosa, política e institucional que trabalha e faz circular discursos constituídos por imaginários e memórias que desconstroem e deslegitimam esses sujeitos. Nesse funcionamento, a escola como instituição é o lugar em que os discursos circulam e sustentam a possibilidade de apagamento dos sujeitos LGBTQIA+, nesse sentido, tornou-se também um lugar de disputas.

Dentre as textualidades que constituem a nossa tese, estão - como materialidades de análise - recortes do discurso do Papa sobre a reafirmação da igreja sobre as relações entre pessoas de mesmo sexo; mensagem de WhatsApp para um sujeito LGBTQIA+, após uma liminar de um juiz sobre a “cura Gay”; um discurso do Presidente do Brasil na ONU e também a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, um documento que, como a própria designação referenda, é a Base para todos os currículos da Educação Básica, mas sinaliza para a censura dos sujeitos LGBTQIA+.

Recortamos essas materialidades discursivas porque são resultados de processos de embates e, enquanto texto, cada um guarda “sua forma, suas marcas, seus vestígios, e sua historicidade significativa e significada (ORLANDI, 2012d)”, para discutirmos como ocorrem os processos de apagamento, silenciamento e interdição dos sujeitos LGBTQIA+.

Para responder à questão de pesquisa e defender a tese que sustenta a pesquisa, elencamos os seguintes objetivos:

- Investigar, em textos/discursos do séc. XXI, que memórias de/sobre os sujeitos LGBTQIA+ são retomadas.

- Analisar, por meio da historicidade do discurso, como se deu o processo de apagamento, silenciamento e interdição desses sujeitos para verificar quais formações discursivas e ideológicas estão em funcionamento para esses acontecimentos;

- Mapear no discurso a resistência e os contradiscursos dos sujeitos LGBTQIA+, que foram se constituindo na história, rompendo com outros discursos vigentes em cada época e que formaram o grupo LGBTQIA+ de resistência no país.

Nesta pesquisa, ancoramo-nos na Análise de Discurso Francesa fundada por Michel Pêcheux, na década de 1960, porque essa teoria, conforme sinaliza Indursky (2008, p. 09), “não é um corpo doutrinário, cristalizado e estanque”, ela é uma teoria que gera reflexão e está em constante transformação, questionando a si mesma e a outras teorias, assim, fazendo gerar transformações e deslocamentos.

Essa teoria traz - como centro - dispositivos teórico-metodológicos e funciona, segundo Petri (2013), num movimento pendular, que significa ir da teoria para o *corpus* e do *corpus* para a teoria. É nesse movimento entre *corpus* e teoria que a pesquisa será desenvolvida. Consideramos o discurso, o sujeito, a ideologia e as filiações desses sujeitos em formações discursivas para compreendermos as produções de sentidos que se dão por meio do simbólico. Lembrando que não há sentido sem interpretação, assim, como disciplina da interpretação, trará subsídios para analisarmos as materialidades selecionadas para a pesquisa, bem como toda historicidade sobre os sujeitos LGBTQIA+ desde sua ‘origem’ em civilizações antigas até o século XXI.

Começamos essa tese com o prólogo, no qual estou falando de mim, porque, ao falar de mim enquanto sujeito LGBTQIA+, também falo dos outros que, assim como eu, são afetados por uma memória discursiva que sempre retorna e subjetiva os corpos. Ser um sujeito LGBTQIA+ é estar dividido sempre entre duas realidades, aquela relacionada a seu próprio ser e o imaginário construído pelo social. Muitas vezes, por ser diferente e não se encaixar no modelo de sexualidade heteronormativa, acaba por ser produzido como um ser inferior, e moldado pelo ódio de si mesmo e pelo ódio dos outros que o condena a partir de determinadas ideologias.

Esse ódio que o afeta pode partir de muitos discursos, principalmente do religioso que condenou, desde sempre, os sujeitos homossexuais na história e

alimenta esse ódio desde sempre, fazendo movimentar memórias como a de existência de uma única forma de amar. Com esse discurso, os sujeitos considerados “diferentes” são eternamente excluídos e condenados pela violência simbólica da injúria e também pela violência física através da LGBTfobia¹⁸ constituída no social. Esse discurso é reforçado pela escola quando não se tem um documento normativo que sinalize para a instituição a obrigatoriedade de ser contemplada em seu currículo a responsabilidade de se trabalhar as diferentes sexualidades, a identidade de gênero, respeitando a diversidade existente; pela família que é ideologicamente alimentada pelo discurso religioso; bem como por muitos políticos filiados ao religioso, conforme observamos no Brasil, por meio de uma bancada evangélica, no Congresso Nacional, que luta para que os sujeitos LGBTQIA+ não tenham seus direitos reconhecidos e tentam aprovar projetos como ‘Cura Gay’; ‘Escola sem Partido’ e ‘Proibição de Ideologia de gênero nas escolas’. Dessa forma, nessa organização social, o que escapa da norma é apagado, silenciado e muitas vezes interditado. Alguns efeitos que podem ser constatados, por exemplo, são: não poder doar sangue até dia 08 de maio de 2020¹⁹, não poder demonstrar afeto em público, não poder frequentar determinados lugares, não ter os mesmos direitos que qualquer cidadão.

No primeiro capítulo, sinalizamos tanto para a teoria de Análise de Discurso que nos ancora e também para o objeto de nossa tese. Trazemos, primeiro, as discussões iniciais em torno dos sujeitos LGBTQIA+ e as memórias discursivas que estão sendo atualizadas sobre esses sujeitos que se tornam objetos de disputas no social, instauram a contradição e causam o silenciamento desses sujeitos. Num segundo momento, trazemos à baila a historicidade da Análise de Discurso Pecheuxtiana, sinalizando como se deu a constituição desta disciplina da interpretação, destacando as principais categorias de análise que fizeram parte da pesquisa de tese de forma teórica e metodológica.

¹⁸ Preferimos pela designação LGBTfobia em vez de homofobia porque é uma forma de respeitar todas as opressões que os sujeitos LGBTQIA+ sofrem ao longo da vida e não reduzir todo um grupo social a apenas uma de suas letras.

¹⁹ No dia 08 de maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a restrição que proibia homossexuais de doarem sangue - Resolução da Diretoria Colegiada RDC Anvisa nº153 que dizia considerar-se inapto à doação o candidato “homem que tenha tido relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes”. A votação considerou discriminatórias as regras da Anvisa e do Ministério de Saúde, que vetavam o ato, tornando-as inconstitucionais. Essa visão restritiva faz parte de uma memória que deriva de um resquício histórico preconceituoso causado pela epidemia de AIDS e HIV nas décadas de 1980 e 1990, nas quais os homossexuais se tornaram a própria doença - o vírus. Resolução disponível em: http://www.sbpc.org.br/upload/noticias_gerais/320100416113458.pdf.

No segundo capítulo, trazemos diferentes materialidades de análise em que as memórias discursivas de pecador, criminoso e doente são atualizadas e reafirmadas nos discursos atuais do Papa, do Presidente da República e de um sujeito cidadão, buscando, a partir delas, verificar como essas memórias foram sendo incorporadas e constituídas por meio dos discursos no social, instaurando a contradição, o silenciamento e as interdições dos sujeitos LGBTQIA+. Com isso, fazemos uma retomada na história para compreender como se davam as relações ‘sexuais’ entre pessoas do mesmo sexo antes do discurso religioso monoteísta e como ficou depois com o discurso do cristianismo dos séculos III ao XVIII e da medicina a partir do século XIX, tanto em outros países como no Brasil, desde o período colonial à atualidade, analisando principalmente acontecimentos como o da Ditadura Civil-militar e da AIDS.

O processo discursivo se desenvolve na história e tem sua materialidade assegurada pela língua e para além dela porque são estruturas que se repetem, reaparecem, se ocultam e se travestem não somente em materialidades textuais verbais de diferentes discursos, porém em manifestações simbólicas que mantêm a exclusão dos sujeitos com práticas sexuais consideradas “não convencionais”. Pela historicização destes acontecimentos foi possível compreender como ocorreram os processos de silenciamentos e as interdições dos sujeitos LGBTQIA+, as construções dessas memórias que retornam no social como pré-construído e funcionam como injúrias contra os corpos com sexualidades consideradas dissidentes da heteronormativa, bem como ancoragem para desqualificar esses sujeitos no social, mantendo-os apagados e silenciados, sinalizando para a desconstrução das sexualidades do sujeitos LGBTQIA+.

No terceiro capítulo, ‘Do silêncio à verbalização de suas existências - O movimento LGBTQIA+’, trazemos a história do movimento para verificar como, a partir de um acontecimento discursivo como StoneWall,²⁰ altera-se a memória sobre os sujeitos homossexuais/LGBTQIA+ na sociedade e como a noite de luta se torna um símbolo do contradiscurso e de resistência ao religioso, ao médico, às leis criminológicas e ao político que passou a influenciar a história dos sujeitos homossexuais. A partir desse acontecimento de StoneWall, os sujeitos homossexuais passam a ter mais que uma identidade: saem dos seus armários para o mundo e

²⁰ Tratamos desse acontecimento no terceiro capítulo desta tese.

começam a lutar por respeito, igualdade de direitos e, principalmente, pela dignidade dos sujeitos LGBTQIA+. A primeira ‘parada gay’ ou passeata do orgulho gay transformou e promoveu a luta desses sujeitos, fazendo circular discursos de inclusão e de respeito.

No Brasil, a história também não é muito diferente, tem-se a formação do primeiro movimento de contradiscurso que se dá por meio do jornal o Lâmpião da Esquina, de resistência e de luta por direitos, com a formação do Grupo de Afirmação Homossexual - SOMOS - fundado em 1978-1983 em pleno período da Ditadura Militar, nascido em bares e em clubes para debater as pautas dos homossexuais, em uma das maiores Universidades públicas do país, a USP.

Esse grupo constitui-se como um núcleo de ação que passa a mobilizar homossexuais gays e lésbicas, convocando-os para lutar, principalmente, contra a naturalização da violência contra essas minorias, escrevendo e distribuindo panfletos, surgindo dessas práticas a edição e a publicação do primeiro jornal para público homossexual. Esse movimento faz circular outros discursos em relação a esses sujeitos, com vistas a alterar memórias e estereótipos constituídos no social, o que instaura a contradição dentro do próprio grupo, porque os sujeitos, mesmo se inscrevendo nesta formação discursiva LGBTQIA+, são afetados por uma memória heteronormativa, ressoando preconceitos dentro do grupo. Compreende-se essa contradição, tendo em vista que o primeiro desafio era “sair do armário” (luta constitutiva), só depois de vencido esse primeiro desafio é que o sujeito estaria preparado para fazer parte de um movimento político.

Foi a partir desse movimento inicial no Brasil que os homossexuais ou sujeitos LGBTQIA+ estruturaram diferentes grupos de resistência e de luta pelos direitos de ser cidadão, em um contexto de ditadura. Para isso, mobilizaram diferentes grupos de resistência, formados pelos movimentos de negros, de gays e de lésbicas, realizando a primeira passeata no Brasil. A Ditadura Militar defendia a higienização moral da sociedade e, para conseguir levar a cabo esse objetivo, praticavam violências contra esses grupos, aprisionando-os de forma arbitrária. Para isso, faziam uso de tipificações legais na legislação, que admitia a prisão de sujeitos que ferissem a moral, os bons costumes, perturbassem a ordem pública ou praticassem vadiagem. Estes eram alguns dos subterfúgios que legitimavam práticas coercitivas pautadas em leis inexistentes. A contravenção era imputada ao sujeito por ele ser homossexual, porém esses sujeitos LGBTQIA+ se tornaram resistência porque era preciso resistir.

No quarto capítulo, trazemos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como resultado deste processo de apagamento e de silenciamento dos sujeitos LGBTQIA+, ao retirar a designação gênero, orientação sexual e identidade de gênero do documento, com isso, analisamos o processo de construção do documento e as contradições geradas a partir da luta para que determinada ideologia se mantivesse como resultado final. A formulação da BNCC ocorreu justamente no momento em que uma ala política mais conservadora assumiu o poder no país, logo após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, interferindo tanto no Ministério da Educação como nos componentes do Conselho Nacional de Educação. Assim, foram apresentadas para a sociedade três versões diferentes da BNCC, conforme previsto na Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação.

Entretanto, durante o processo de escrita das versões, surgiram contradições, primeiro porque somente as duas versões iniciais seguiram as regras democráticas previstas no Plano Nacional de Educação e os especialistas que compuseram as equipes de produção e de recolhimento dos dados sinalizaram, através de um documento publicado na página da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação - o perigo por que a educação passava.

Segundo, porque o documento, que antes trazia a Educação Básica como um todo - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, postergou o documento dessa última etapa. Outra contradição instaurada se deu porque, nas duas primeiras versões, as designações *gênero* e de *orientação sexual e identidade de gênero* faziam parte do documento como princípio educativo e se desdobravam dentro dos componentes curriculares como objetivos de aprendizagens. Na última versão, todas as designações que remetiam à sexualidade e à diversidade como gênero e orientação sexual foram retiradas. As causas dessa retirada devem-se a formações ideológicas religiosas que atravessaram o processo político educacional, movendo as instituições e modificando o discurso em torno das sexualidades. Com isso, retornam memórias e práticas de apagamento e de silenciamentos dos sujeitos LGBTQIA+, sinalizando que a escola não é um ambiente para todas as sexualidades. Funciona, por essa exclusão, a repetibilidade de discursos que circularam desde a Idade Média, passando pela Moderna e chegando à Contemporânea a tríade para se referir aos sujeitos LGBTQIA+ como pecadores, criminosos e doentes e essas retornam no eixo da formulação para que esses fossem censurados do documento final.

E na parte final, designada de “Efeito de Fechamento”, retomamos a pergunta que mobilizou a tese e, de forma resumida, todos os capítulos desenvolvidos, apontando para os resultados obtidos com a pesquisa²¹.

²¹ Para desenvolver a pesquisa, em plena pandemia causada pelo Covid19, foi extremamente difícil, pois todas as orientações passaram a ser a distância, tudo ficou muito solitário, não tivemos mais os encontros dos grupos de estudos, que eram significativos pelas interações que ocorriam com outros pesquisadores. Além disso, havia uma tensão no ar e um medo muito grande de pegar o vírus, principalmente quando ainda não se tinha a vacina. Muitos colegas partiram, isso nos deixou tristes e sem muita esperança, interferindo diretamente no trabalho com a pesquisa, pois estávamos afetados emocionalmente. Quando eu peguei o vírus ainda não havia a vacina, fiquei mais de quatorze dias ruim, neste meio tempo, tive que ir para o hospital por três vezes, na última, ficando internado e no oxigênio por três dias, quando sai, alguns dias depois, fui pego de surpresa com uma trombose nas pernas, novamente retornei ao hospital e lá se foram quatro meses de tratamento e a vontade de desistir, com a pesquisa ficando em segundo plano, pois naquele momento o importante era estar vivo. Mesmo com a chegada da vacina, ainda continuou sendo difícil, as demandas no trabalho haviam aumentado excessivamente e os cuidados ainda eram necessários, dessa forma, tudo prosseguiu ocorrendo no mesmo formato do início, por dois anos consecutivos.

CAPÍTULO I

1. LANÇANDO ÂNCORAS PARA NÃO FICARMOS À DERIVA - PREPARANDO O TRAJETO

A Sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 2014a, p.115).

As pesquisas desenvolvidas nesta tese constituem redes com a pesquisa iniciada no mestrado sobre discurso e sexualidade – homossexualidade²², em que analisamos notícias de jornais eletrônicos, charges, postagens em páginas de internet nas redes sociais. Consideramos as discussões relacionadas ao politicamente correto na mídia, sobre as relações homoafetivas, a partir do seguinte questionamento: como as práticas discursivas e o funcionamento das designações na/pela mídia instauram efeitos de sentido na formação social e por quais mecanismos eles se constituem? O eixo que direcionou a pesquisa foi a designação e em torno dela buscamos saber se elas se surgem/alteram-se/transformam-se pelas pressões das minorias e, também, se essas mudanças legitimam a existência dos sujeitos LGBTQIA+ como sujeitos de direito. Sustentamos que esses questionamentos na relação e origem da designação homoafetivo tenha funcionado e circulado no discurso jurídico, instaurando jurisprudências que resultaram em avanços e reconhecimento dessa população considerada vulnerável.

A pesquisa de Mestrado sobre as designações sinalizou que os discursos se alteram em diferentes condições sócio-históricas e constituem memórias no social, produzindo efeitos de sentidos sobre as relações homoafetivas pelo simbólico, principalmente, por meio da mídia. Vimos que a designação Homoerótica (Pederastia) se filia ao discurso filosófico da Grécia Clássica e Roma antiga, a Sodomia tem sua filiação ao discurso religioso, o Homossexualismo ao discurso da medicina, a

²² Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO em 2015, sob o título de Efeitos de Sentidos Sobre a Designação Homoafetividade Produzidos na/pela Mídia. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/tede/79/1/PR%20ADILSON%20CARLOS%20BATISTA.pdf>

homossexualidade ao discurso das Ciências Sociais, a designação gay ao discurso LGBTQIA+ e a Homoafetividade ao discurso jurídico.

Considerando esse percurso analítico, trazemos para esta tese a trajetória histórico-social e discursiva sobre a existência e resistência dos sujeitos LGBTQIA+, buscando ler, compreender e interpretar as tensões e contradições que permeiam a trajetória histórica-social e memorial desses sujeitos constituídos na modernidade como vulneráveis. Interessa, enquanto trabalho da língua na história, saber como esse grupo vêm sendo discursivizado, sinalizando para a relação do corpo do sujeito ao corpo social, entendendo que este funcionamento também não é transparente” (ORLANDI, 2012d), e continua produzindo memórias.

Na perspectiva discursiva, a memória não tem como ser plena, pois ela transcende a história com sentido homogêneo como se fosse um reservatório. Ela é, conforme nos ensina Pêcheux (2015, p. 50), “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.

Além do mais, como referencia Simões e Facchini (2007, p. 12), em torno da sexualidade e suas múltiplas expressões envolvem-se diferentes discursos, vozes discordantes e esses “não se restringem somente às ruas, aos parlamentos ou aos tribunais, mas envolvem todas as áreas da vida social. A família, a escola, as igrejas, a mídia, a polícia, os esportes, a medicina, o direito e a ciência”, todas essas áreas tentam regular as condutas dos sujeitos e os tomam como fonte de estigma, sofrimento e opressão. Nesse sentido, a história dos sujeitos LGBTQIA+, conforme Zanella (2017, p.15), “[...] são discursos (em) movimento que sempre trouxe disputas pelo que se diz; sentidos que vão em direções múltiplas: antagônicas, contraditórias, em aliança, embora não sejam quaisquer direções [...]”. Isso porque o discurso é a arena ou lugar onde se instalam as lutas e busca por sentidos, unindo língua e suas relações com o ideológico, com o social e o histórico.

Michel Foucault (2014a, p.110), ao dar destaque em sua obra *História da Sexualidade - A vontade de saber*, afirma que “o discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”. Por isso que os discursos sobre os sujeitos LGBTQIA+ no século XIX, advindos tanto da psiquiatria como das jurisprudências ou da própria literatura, permitiram avanços no controle social desses sujeitos, porém, também abriram possibilidades de falar sobre eles e reivindicar sua legitimidade de existir, sua naturalidade. E os termos e vocábulos

usados para categorizar esses sujeitos são usados a favor deles como forma de resistência. Assim, entendemos como Michel Pêcheux (2009) e Eni Orlandi (2012d) que é na formulação dos discursos que a linguagem ganha vida e a memória se atualiza.

Assim, apresentamos o seguinte questionamento: como são as memórias que significam os sujeitos LGBTQIA+? Inicialmente, a hipótese que responde essa questão é de que os sujeitos LGBTQIA+ são interpelados por um discurso de pecador, criminoso e doente que vem de outros lugares e outros tempos.

O resgate da historicidade deste movimento, enquanto força política de existência e de resistência, demanda analisar os discursos que os segregam e os sentidos produzidos em relação aos sujeitos LGBTQIA+, tendo em vista os problemas teóricos e políticos relacionados à sexualidade e ao gênero (Identidade de gênero) que se faz por meio da língua na história, a partir de discurso, como o lugar de contato entre língua e ideologia (PÊCHEUX, 2009).

A identidade de gênero, além de ser um fenômeno social, faz parte das construções e das desconstruções dos sujeitos por meio das relações instituídas em cada época, funcionando como dispositivo de poder (FOUCAULT, 2014). Os sujeitos LGBTQIA+ têm tido o reconhecimento de suas lutas e garantia de direitos, tais como casar, adotar, doar sangue, usar nome social em alguns documentos, promover discussões sobre a homofobia, lesbofobia e transfobia na grande mídia, porém nos perguntamos:

Como, nos discursos que circulam na formação social, os temas relacionados à sexualidade dos sujeitos LGBTQIA+ constituem efeitos de sentidos?

Como esses temas são marcados/mostrados ou não pela língua e circulam desde o surgimento do Brasil Colônia até os dias atuais, produzindo memórias?

Como os silenciamentos e a memória se materializam nesses discursos?

Neste trabalho, uma inquietação que persiste em nos interpelar se vincula especificamente aos sujeitos LGBTQIA+ e às dimensões político-histórico-sociais dos discursos que constituem evidências de uma certa homogeneidade quando se trata desses sujeitos, sublinhando as construções de memórias e seus efeitos, uma vez que a memória “é a morada dos sentidos” (LEANDRO-FERREIRA, 2012). Na perspectiva discursiva, o analista “olha” para além desse efeito de transparência nessas memórias e busca abarcar o aparato teórico-metodológico e as redes de filiações sócio-históricas que desestabilizam os sentidos na atualidade. Além do mais,

a História é vista “a partir da lente crítica de um sujeito que trabalha com a língua e seus processos, fazendo sentido, instaurando ‘verdades’ e ‘ilusões’, buscando resistir sem se comprometer e, especialmente, sem contrariar o poder institucional do presente” (VENTURINI, 2020, p.19).

O ‘mergulho’ no passado contribui para compreender a história dos sujeitos LGBTQIA+, considerando os ‘furos’ a serem preenchidos. Esses ‘furos’, apesar das evidências de homogeneidade, permanecem em suspenso, gritando por interpretações, principalmente, aqueles relacionados aos discursos que envolvem política e religião e que vêm há tempos se repetindo e fazendo redes, que instauram efeitos de sentidos porque o trabalho com o discurso resulta da linguagem na sociedade tomada pela história (ORLANDI, 2012).

A construção do *corpus* e do nosso dispositivo de análise será explicitada mais detidamente nos próximos capítulos, mas, para falarmos de nosso recorte, precisamos, desde já, ressaltar que o modo como analisamos as discursividades sobre os sujeitos LGBTQIA+ e mobilizamos alguns conceitos, não o fazemos a partir da teoria Queer²³ e sim nos apropriamos de designações, dentre elas, gênero, deslocando para a teoria da Análise de Discurso Francesa Pecheuxtiana. Ademais, assim como Butler²⁴ (2016), compreendemos a designação gênero como um performativo resultante de um regime que regula as diferenças entre homens e mulheres de forma coercitiva na sociedade e também como Saffioti²⁵ (2015) que compreende essa coerção não somente na relação entre homens e mulheres, mas

²³ A teoria queer começou a ser desenvolvida a partir do final dos anos 80, por uma série de pesquisadores e ativistas bastante diversificados, especialmente nos Estados Unidos. Queer pode ser traduzido como estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário (LOURO, 2004, p.38), mas a ideia de uma teoria foi justamente para positivar esse conceito, ressignificá-lo e entendê-lo como uma prática de vida, em que os sujeitos se colocam contra as normas estabelecidas ou “socialmente aceitas”, de acordo com Butler (2002; 2016).

²⁴ Judith Butler é filósofa estadunidense que se destacou pelas suas pesquisas sobre gênero, feminismos, direitos de gays, lésbicas e trans tanto aqui no Brasil como em outros países. A partir de teóricos como Michel Foucault, Jacques Derrida, Simone de Beauvoir, Jacques Lacan, entre outros, desenvolveu sua própria teoria. Enquanto pensadora pós-estruturalista, acredita que a realidade é uma construção alicerçada nos sistemas vigentes (social, cultural, econômico, simbólico etc.), seus estudos contribuem significativamente para desarticular as construções e preconceitos sobre sexo, gênero e orientação sexual. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/judith-butler/>.

²⁵ Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1934 - 2010) foi uma socióloga marxista, professora de Sociologia da UNESP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira, conhecida internacionalmente como uma das mais importantes pesquisadoras do país. Seus estudos sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, desde a década de 1960, são pioneiros na análise sobre as desigualdades entre mulheres e homens, sobre as diversas formas de opressão e exploração no trabalho. Ela se dedicou ao estudo sobre a violência sexista, com abordagem teórica sobre a violência de gênero e análise sobre as políticas públicas nessa área.

entre homens e homens, e entre mulheres e mulheres. Entendemos, também, que a norma dessa relação tem sua origem no patriarcado e constitui sujeitos que resultam da repetição de discursos de forma ‘ritualizada’, ridicularizando aqueles que apresentam comportamentos fora das normas estabelecidas como as do ‘padrão’ heterossexual.

Dividimos as mesmas concepções também sobre o sujeito que, para Butler, não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação, tratada por ela como “sujeitidade”, na qual o sujeito está sempre envolvido num processo de devir sem fim que pode se repetir de diferentes maneiras. Para nós, da Análise de Discurso, também compreendemos o sujeito como parte de um processo de interpelação dos indivíduos por uma determinada ideologia e como sujeitos desse discurso, há uma ilusão de autonomia por estar preso à uma formação discursiva, processo compreendido como forma sujeito do discurso²⁶.

Ademais, para abordar sobre historicidade dos sujeitos LGBTQIA+ e os nossos gestos de interpretação sobre as memórias, as escolhas das obras não foram aleatórias, consideramos tanto a importância da pesquisa realizada como o movimento de autoria nos arquivos, porque são muitas formas de significar esses sujeitos na história, e, de acordo com Orlandi (2004), os textos não se desenvolvem em qualquer direção, existe sempre uma relação direta com a exterioridade, ele nasce a partir de um gesto de autoria da relação entre o “sítio significante” e a “exterioridade”, isso porque, na teoria a que nos filiamos “O dizer não tem um começo verificável: o sentido está (sempre) em curso” (Ibidem, p.11), e é nesta busca pelos sentidos e memórias sobre esses sujeitos que nos aventuramos nesta empreitada, pois além de os sentidos não se fecharem, como escreve a pesquisadora, eles também não são evidentes o quanto aparentam ser e jogam justamente com a ausência, com a reedição e reatualização da memória.

A obra **Devassos no Paraíso – A Homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**, de João Silvério Trevisan²⁷, que foi um dos fundadores do jornal

²⁶ Esses conceitos serão mais bem explicitados e detalhados mais à frente.

²⁷ João Silvério Trevisan nasceu no dia 23 de junho de 1944, em Ribeirão Bonito, interior de São Paulo. No início da década de 1970, abandonou o Seminário após dez anos de prática religiosa, assumiu sua homossexualidade e iniciou sua carreira profissional como cineasta e dramaturgo. Após o decreto do Ato Institucional n. 5 (AI-5), teve censurada sua primeira obra de ficção: *Orgia ou o homem que deu cria* (longa-metragem, 1971) – Memorial de Resistência de São Paulo. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/joao-silverio-trevisan/>.

Lampião da Esquina²⁸ e membro do Grupo de Afirmação Homossexual – Somos²⁹, publicada pela primeira vez em 1980 e atualizada com novos capítulos a cada nova edição, em 2018/2019 saiu a 4ª Edição. Essa obra é resultado de uma vasta pesquisa e mapeamento em diversos tipos de arquivos tanto de documentos da inquisição, como da Medicina legal e também na grande mídia por meio de revista e jornais, na qual Trevisan faz uma revisão das estruturas de uma sociedade construída sobre o poder do consumo, do fundamentalismo religioso e do patriarcado para recapitular a violenta e silenciada história desses sujeitos no Brasil. O livro recebeu diversas recusas de publicação pelo conteúdo trabalhado, resultado do que significaria essa obra ser lida pela sociedade e dos sentidos que poderiam ser produzidos em relação ao sujeito LGBTQIA+.

O **Dicionário Biográfico dos Homossexuais da Bahia (Séculos XVI-XIX)**, do professor Luiz Mott³⁰, publicado em 1999, foi escolhido porque essa obra é resultado de pesquisa em antropologia nos Arquivos da Inquisição em Lisboa - Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A partir dos livros de visitas do Santo Ofício no Brasil, processos completos, os cadernos e Repertórios do Nefando (Nomes dados aos praticantes de Sodomia), o antropólogo traz os registros dos nomes e da história de pessoas que sofreram denúncias e processos em função de sua sexualidade como o caso de Felipa de Souza (Processo 1267), presa na primeira visita do Santo Ofício, em 18 de dezembro de 1591, a primeira mulher lésbica ser condenada. O pesquisador não só traz o registro, mas apresenta uma identidade para esses sujeitos.

O livro **Boletim do Grupo Gay da Bahia 1981-2005**, publicado em 2011, pelo mesmo autor, também será uma referência porque, através desse instrumento de comunicação – o Boletim, são trazidos os registros e dados pela imprensa nacional e internacional sobre mortes dos sujeitos LGBTQIA+. Ele representou também um segmento de informação e conscientização tanto no Norte como Nordeste e para o Grupo Gay da Bahia significou uma nova forma de militância e diálogo com a

²⁸ O jornal Lampião da Esquina é o primeiro jornal dedicado aos sujeitos LGBTQIA+, retornaremos a ele no decorrer da pesquisa.

²⁹ SOMOS é um dos primeiros grupos de afirmação LGBTQIA+, também será retomado durante a pesquisa.

³⁰ Luiz Roberto de Barros Mott é um antropólogo, historiador e pesquisador, um dos mais conhecidos ativistas brasileiros em favor dos direitos civis LGBT, publicou diversos artigos sobre a homossexualidade e mantém um arquivo significativo na página do Grupo Gay da Bahia para acesso da população. É possível acessar o dicionário na página <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2018/02/3-dicionario-biografico-dos-hxs-da-bahia.pdf>.

sociedade política, principalmente na década de 1980, quando foi necessário trazer informações para aqueles que sofriam com o estigma da AIDS.

Outras duas obras importantes para a tese são **História do Movimento LGBT no Brasil e Além do Carnaval – a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX**, o primeiro foi organizado por James Naylor Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano e Marisa Fernandes, o último é de autoria de James Naylor Green. Ambos estão conectados pelos conteúdos, Green é professor de História da América Latina na Brown University – Rhode Island, Estados Unidos, pesquisador sobre a ditadura e ativista LGBT, viveu no Brasil e também fez parte da formação do Grupo de Afirmação Homossexual – SOMOS na época da Ditadura Militar e vivenciou toda a história de redemocratização do país, aproximando os membros do grupo de afirmação Homossexual da esquerda brasileira.

Na obra “Além do carnaval” o professor faz uma pesquisa sobre a homossexualidade tanto em São Paulo quanto no Rio Janeiro ao longo do século XX, reconstruindo e analisando esse tema, por meio de diversos tipos de arquivos – documentos, jornais, fotos, mapas, arquivos médicos e policiais, sinalizando para os diferentes tipos de preconceito que gays e lésbicas sofreram e os momentos de resistência, bem como os guetos/lugares que passam a existir nessas grandes cidades da época. Mostra, também, as tentativas de eliminar esses sujeitos dos espaços públicos como forma de controle social. Além disso, traz as pesquisas de criminologistas sobre o tema e as tentativas de classificá-los como doentes - “curar os doentes que sofriam de perversão”.

O Livro **Contra a Moral e os Bons Costumes – A Ditadura e a repressão à comunidade LGBT – Coleção Arquivos da Repressão no Brasil**, de Renan Quinalha é resultado da pesquisa de Doutorado do autor, na qual trabalhou com os arquivos da Comissão da Verdade, de 1964 a 1988, trazendo as políticas sexuais da Ditadura Brasileira para abordar a perseguição, o controle moral violento e repressivo do Estado a grupos LGBTQIA+, além de apresentar também como esses sujeitos, enquanto grupo, conseguiram sobreviver e trilhar, mesmo sofrendo represálias, conquistar direitos fundamentais. Quinalha é professor de direito da Unifesp, advogado e ativista no campo dos direitos humanos.

1.1 ENTRE CORRENTES E PROFUNDIDADES - DAS ANCORAGENS E DAS SUSTENTAÇÕES

Esta pesquisa inscreve-se e filia-se na vertente teórica da Análise de Discurso francesa pecheuxtiana – uma disciplina da interpretação que surge com Michel Pêcheux na década de 60/70 na França e tem sua continuidade no Brasil com Eni Orlandi e outros pesquisadores que vêm contribuindo e ressignificando a teoria no País. Na França, conforme afirma essa autora em diversos textos, a teoria deixou de ter características fundadoras fundamentais como o esquecimento do político, o esvaziamento do ideológico e a perda do sujeito dividido e descentrado, ou, ainda, a ligação da linguagem e seu exterior. Esses conceitos são a base para se trabalhar com a Análise de Discurso, conforme compreendemos a partir das leituras de Michel Pêcheux.

O modo de funcionamento linguístico-textual do discurso em contextos histórico-sociais de produção é o que se destaca na teoria, a qual nos fornece quase todos os dispositivos para desconstruir as evidências de um sentido único, fechado e que resulta de sujeitos centrados. Nesta tese, além dos sujeitos, das condições de produção e da ideologia, trazemos o interdiscurso e a memória discursiva em relação ao dito e o não dito sobre os sujeitos LGBTQIA+. Interdiscurso e memória discursiva referem à memória e ao pré-construído como “algo fala antes, em outro lugar e independentemente”, conforme Pêcheux (2009, p. 142), mas que remete ao discursivo que constitui todo o dizer no eixo vertical das formulações, ou seja, sua ancoragem de sentido está nas formulações feitas em momentos anteriores e esquecidas. Por isso, conforme Orlandi (2010, p. 22), “não temos o controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos”.

Daí vêm as questões: Como as significações sobre os sujeitos LGBTQIA+ são ressignificadas e que entram na ordem do repetível no discurso atual? Como ocorrem os deslocamentos de sentidos e como estão imbricados na ordem das formulações do discurso? Como esses corpos interdiscursivos se escrevem através da/na língua para produzir sentidos e fazer resistência?

Estas questões demandam a constituição de um dispositivo teórico-metodológico que elas reclamam, visto que, na desconstrução destes sujeitos, a resposta foi se constituindo como foco de resistência. Assim, as condições de produção de discursos de/sobre esses sujeitos são produtivas para compreender

como eles foram sendo discursivizados como pecadores, criminosos ou doentes, conforme destaca James N. Green (2019,2018), Renan Quinalha (2021), José Silvério Trevisan (2018) e Luiz Mott (1999; 2005; 2016). Esses dizeres vêm sendo falados e atualizados em diversas instâncias sociais, muitas marcadas por contradições que instauram redes e embates entre forças ideológicas, mas também estabilizam redes de sentidos, reproduzindo discursos. A história dos sujeitos LGBTQIA+ está colocada, entretanto, é preciso uma (des)construção de sentido nas redes de formulações e deslocá-lo para o nível do discurso, construindo sua historicidade.

O marco inaugural de existência da Análise de Discurso se deu com a publicação - em 1969 - da obra *Análise Automática do Discurso (Analyse automatique du discours - AAD)*, de autoria de Michel Pêcheux (1938-1983) e o lançamento da revista *Language*, Nº13, *Discourse analysis*, organizada por Jean Dubois. Naquele momento, a leitura suscita importantes debates sobre a interpretação e o filósofo abria uma “fissura teórica e científica” no campo das Ciências Sociais. Para ele, de acordo com Paul Henry (2010 p, 16), “as ciências colocam suas questões, através da interpretação de instrumentos, de tal maneira que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, em última instância, na apropriação do instrumento pela teoria”. Esse pensamento fez com que o autor trouxesse, para sua caminhada teórica e epistemológica, outros campos do saber, como o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise, porém, assim como Bachelard e Canguilhem, sempre fugindo de uma teoria positivista e empirista.

Em *Análise Automática do Discurso* (sua tese) o filósofo traz pela primeira vez “todos os fios constitutivos de um objeto radicalmente novo: o discurso” (MALDIDIER, 2003, p.19) e faz reflexões importantes sobre o texto, a leitura e o sentido, considerando sua “máquina discursiva”, um dispositivo técnico informatizado em que o autor considera importante para arrancar a leitura da subjetividade, pois, segundo ele, os instrumentos de análise antes de se tornarem científicos, podem constituir-se em simples técnica.

A teoria da ideologia (Materialismo Histórico de Marx) e de inconsciente (Psicanálise - Lacan) são introduzidas nesta obra, ainda de maneira superficial, mas, nos artigos publicados anteriormente sob o pseudônimo de Thomas Herbert - **Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente da psicologia social** (*Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale* - 1966) e **Notas para uma teoria geral das**

Ideologias (*Remarques pour une théorie générale des idéologies* - 1968), suas inquietações sobre linguagem e ideologia são explicitadas mais detalhadamente.

Segundo Denise Maldidier (2011, p.45-46), Michel Pêcheux apagou a referência ao marxismo e à ideologia porque era preciso “guardar traços do inimigo a ser combatido: a psicologia social, que não quer reconhecer que ela própria trabalha sob o imaginário”. Além do discurso compreendido como “efeito de sentidos entre A e B” (PÊCHEUX, p.81, 2010), outro dispositivo importante para sua epistemologia presente nesta obra é a noção de condições de produção. Essa referência faz trabalhar aquilo que é exterior ao discurso e Michel Pêcheux evoca aquilo que estava para fora da linguagem - da linguística Saussuriana, “o tecido histórico-social”. As condições de produção, como dispositivo, conforme Leandro-Ferreira (2020), são responsáveis pelos estabelecimentos das relações de força no interior do discurso que, juntamente com a linguagem, estabelece o sentido do texto de forma restrita – circunstância da enunciação ou - em sentido amplo – contexto sócio-histórico-ideológico. Dessa maneira, o que o pai da AD fez foi considerar a história e o sujeito na produção de sentido, tomando-os como elementos importantes em qualquer análise de textualizações. Com isso, somente se pode concluir que o sentido para essa disciplina da interpretação é compreendido como um efeito do que acontece dentro do sistema linguístico – língua e o que vem de fora, do espaço sócio-histórico, que compõem os processos discursivos, como o jogo da língua.

Essa obra foi o pontapé inicial, ou ideias embrionárias para o itinerário que viria depois em que Michel Pêcheux pode revisitar sua teoria em diversos momentos até sua morte em 1983, ressignificando conceitos como o de sujeito, criando novos dispositivos, como o de formação discursiva ou ainda trabalhando em parceria com outros pensadores, como Paul Henry, e criando o dispositivo de Pré-construído – segundo eles, nas estruturas sintáticas aparecem traços de construções anteriores, constituindo o efeito do já-dito.

A publicação da obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1988) (*Les Vérités de la Palice* - 1975) é o resultado desse amadurecimento teórico. Compreendemos que a teoria do discurso faz articulação com a linguística, trazendo para suas análises os estudos da sintaxe e os processos discursivos, bem como o materialismo histórico e sua teoria das ideologias, esse, entendido a partir da teoria das formações e transformações sociais, tendo como base uma teoria discursiva que

investiga as determinações históricas dos processos semânticos (PÊCHEUX, FUCHS, 2010).

Dessa forma, a AD considera o discurso como um ponto intermediário entre a linguagem e a ideologia e trabalha “o batimento entre descrição e interpretação” (ORLANDI, p. 21, 2015) das textualidades porque se relaciona diretamente com a práxis e essas demandam gestos de interpretação.

Enquanto disciplina, a Análise de Discurso é teórica-metodológica porque, ao mesmo tempo que trabalha a teoria, aplica-se a metodologia, trazendo para as reflexões a teoria discursiva e os dispositivos de análise a partir de duas áreas do conhecimento – Linguística e Materialismo Histórico, atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Assim, conforme o filósofo, o domínio da teoria encontra-se interligado entre a subjetividade, a discursividade e a descontinuidade ciência/ideologia (PÊCHEUX, 2009, p.121-122).

De acordo com Eni Orlandi (2012a, p.15), a Análise de Discurso “[...] concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”. Isso é o discurso e está na base das relações humanas, produzindo o simbólico por meio da língua. Essa mediação pode tanto permanecer, como dar continuidade e fazer deslocamentos e transformações no homem e na sua realidade.

Ao articular essas três áreas do conhecimento – Discurso, Linguística e Materialismo Histórico - Michel Pêcheux (2009, p.125) estaria, de acordo com o próprio autor, fundando uma teoria materialista dos processos discursivos, configurando, dessa maneira, a base para sua disciplina com viés materialista histórico de ciências humanas, considerando aí as formações sociais e suas transformações por meio da ideologia. Isso porque “a teoria do discurso é a determinação histórica dos processos de significação” (PÊCHEUX, p.37 1975).

Ao considerar essas três áreas de forma interdisciplinar e desenvolver uma nova epistemologia, segundo autoras brasileiras como Eni Orlandi (2012b) e Freda Indursky (2013), entre outras, pode-se afirmar que se trata de uma disciplina de entremeio, porque se estrutura justamente no espaço entre a linguística e as ciências das formações sociais, mas não de modo servil a essas áreas, pois o diálogo estabelecido com elas é sempre de forma crítica e aberto à reflexão. Michel Pêcheux buscou saber, por meio do Marxismo, como se concebe o encontro do ideológico com o linguístico e, da linguística, como se constroem os efeitos de sentidos, considerando

a língua como processo na enunciação dos sujeitos, vendo-o como dotado do simbólico e do imaginário.

Segundo Denise Maldidier (2003, p.33), foi “[...] a partir do materialismo histórico que se faz a indicação de novos objetos, no caso o discurso, explicitamente posto em relação com a ideologia”, ou seja, quando Michel Pêcheux considerou o Materialismo Histórico, tornou-se possível pensar em uma teoria materialista dos processos discursivos.

Para criar essa teoria materialista, Michel Pêcheux apresentou questões para a linguística, interrogando-a pela historicidade que ela exclui e, também, considerou a não transparência da linguagem em seu funcionamento. Mas, essa ciência da linguagem forneceu a maioria das categorias para se fazer análise formal dos dados estruturais da língua. Isso porque os discursos são produzidos sempre dentro de uma determinada língua, seguindo sua estrutura e regras sintáticas e semânticas, fazendo-se também por meio de processo discursivo, conforme Pêcheux (2009, p. 148), “o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc. Que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes – em uma formação discursiva dada” (grifos do autor).

A língua, para o filósofo, sempre ocupou um lugar fundamental porque ela é sempre “condição **material** de base do discurso” (LEITE, 1994, p.13, grifo do autor), é dessa materialidade que são extraídos os sentidos que se constituem sócio historicamente. De acordo com Michel Pêcheux (2010), por meio da estrutura da língua é possível a construção de metáforas e metonímias nos processos ideológicos da linguagem. Portanto, ao considerar o discurso como objeto sócio-histórico, a Linguística sempre estará pressuposta.

Ao analisar a base linguística, torna-se possível verificar o funcionamento linguístico e discursivo, uma vez que a língua, em seu funcionamento discursivo, não é fechada, estanque, mas que se realiza no jogo com a exterioridade e a historicidade. Conforme sinaliza Indursky (2013, p. 37), de um lado estarão os processos linguísticos (lexicais, morfológicos e sintáticos), determinando o dizer do sujeito e do outro, o dito, “ao ser relacionado a um sujeito interpelado ideologicamente, sofre determinações históricas que definem o que pode e o que deve ser dito”. A língua é pensada como fato social sujeito à falha, conectando a sua exterioridade, relacionando língua e ideologia e a ideologia ao inconsciente (ORLANDI, 2012a).

Dessa forma, compreendemos que, com a linguística, a língua não é **transparente**, ela tem uma ordem e forma própria. No Marxismo a história tem sua materialidade, entretanto ela não é **transparente** e, na psicanálise, o sujeito também tem sua opacidade e não é **transparente** nem mesmo para si mesmo, conforme Pêcheux (2009) e Orlandi (2010), essa não transparência está no cerne de toda a teoria.

Considerando tudo isso, compreendemos que, na constituição dessa teoria materialista, o sujeito e a ideologia são indissociáveis. Sobre a ideologia, Pêcheux (2009, p.124) destaca, com base em Althusser, que ela “interpela os indivíduos em sujeitos: “[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito³¹, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão...” (grifo do autor).

Como não se pode pensar a separação entre sujeito e ideologia, não se pode separar também sujeito e sentido porque esse está na história, na língua, na linguagem, no discurso. Sujeito e sentido estão imbricadamente constituídos no discurso, na história, assim, a AD traz, enquanto teoria do discurso, os mecanismos que permitem trabalhar as buscas dos processos de produção do sentido e de suas determinações histórico-sociais.

Nesta tese, empreendemos o percurso analítico dos sentidos sobre os sujeitos LGBTQIA+ e sua relação com a memória. Isso porque, segundo Michel Pêcheux (2009), há uma historicidade inscrita na linguagem que não nos permite pensar na existência de um único sentido, porém esse também não pode ser qualquer um, como afirma o próprio autor, toda interpretação se relaciona às suas condições de produção porque o discurso também “é sempre pronunciado a partir de **condições de produção** dadas” (PÊCHEUX, 1997a, p.77, grifo do autor). Além do mais, segundo o autor, são nas formulações discursivas que estão as textualizações e as atualizações da memória. Isso porque o sistema da língua pode ser o mesmo tanto para o materialista como para o idealista, para o revolucionário ou para o reacionário, para aqueles que têm conhecimento ou não; contudo, não se pode concluir que todos eles tenham o mesmo discurso (PÊCHEUX, 2009).

³¹ Esse Sujeito está escrito com S maiúsculo no sentido de que, segundo o filósofo, “interpela” os indivíduos em sujeitos etc., não porque eles acreditam nisso, no sentido em que se acredita em Deus; Deus não existe, mas a religião sim, assim, as ideologias existem com suas materialidades próprias e com os funcionamentos que lhes correspondem.

Os processos discursivos envolvem diferentes condições de produção, por isso, há uma diferença entre base linguística e processo discursivo. Para o filósofo, uma língua é apenas relativamente autônoma, visto que, para além de seu funcionamento fonológico, morfológico e sintático, está submetida a processos discursivos diferenciados em determinadas condições de produção.

As relações entre pessoas de mesmo sexo, por exemplo, sempre foram designadas por uma determinada palavra na história de acordo com suas condições de produção. Primeiro, por uma questão cultural e moral, designaram essa relação de Pederastia, significando - dentro da filosofia - como seres temperantes; depois, por meio do discurso religioso, de Sodomia, remetendo ao pecado e, em seguida, significando como crime pelo próprio Estado; a seguir, houve o uso da designação Homossexualismo, significando os praticantes dessa relação como doentes, e por último, a relação é designada de Homossexualidade, significando como sujeitos de direito e outras variantes que podem ressoar injúrias e violência simbólica ou afirmação de luta, como as designações sapatão, bicha, gay, travesti (BATISTA, 2015). Desta forma, os sujeitos LGBTQIA+ foram sendo significados e ressignificados e produzindo memórias porque essas mudanças no discurso estão relacionadas ao que Michel Pêcheux chama de deslizamento de sentido. Para Pêcheux (2009), de um lado, uma mesma palavra (ou sintagma), empregada em discursos diferentes, pode não possuir o mesmo significado, já que este desliza sob o significante. Por outro lado, um mesmo significado pode ser representado por significantes diversos no interior de um mesmo discurso. Como ele considera a linguagem um sistema sujeito à ambiguidade desde suas primeiras reflexões, ele criticou a evidência do sentido, porque - para ele - as discursividades são efeitos materiais da língua na história, assim, essa disciplina da interpretação trabalha justamente para desconstruir as evidências do sentido único. Como afirma Maria Cristina Leandro (2020, p. 23), seria “O modo próprio como a Análise de Discurso compõe o seu tabuleiro, escolhe suas peças e arma seu jogo no campo da linguagem”, e isso a torna única “entre as demais áreas do campo da linguagem e das ciências sociais”.

Nesse tabuleiro, são possíveis diversos dispositivos de análise; entretanto, nesta tese, estarão em destaque o de formação discursiva; formação ideológica; formação imaginária; discurso; sujeito; ideologia; sentido; interdiscurso; memória discursiva; pré-construído; acontecimento discursivo; dentre outros, formulados para trabalhar com a opacidade do texto e sua relação com o político, o simbólico, o

ideológico e sua inscrição na história. É importante compreender que esses dispositivos não existem desde sempre dentro da teoria, de forma imutável, pois muitos deles passaram por reformulações e correções de percurso que o refinaram para se adequar à teoria e ao pensamento de Michel Pêcheux.

Entendemos, a partir de Orlandi (2012b), que os dispositivos que serão mobilizados na tese não são escolhas aleatórias, mas demandas decorrentes das questões a serem respondidas pela pesquisa. Por isso, cada analista, de acordo com seu *corpus*, mobiliza conceitos que talvez outro não mobilizaria, justamente porque as análises nunca são iguais e os recortes, em um mesmo material, distinguem-se, visto que a delimitação do *corpus* é um gesto de interpretação e, de acordo com a mesma autora (p. 27), “é de responsabilidade do pesquisador e é essa responsabilidade que organiza a sua relação com o discurso, levando-o à construção do ‘seu’ dispositivo analítico”.

A Análise de Discurso – teoria a que estamos filiados

[...] não tem uma metodologia única e facilmente descritível, como as áreas mais formais da ciência linguística dizem ter; mas isso não significa não ter metodologia de análise, bem como não significa que qualquer um sob um pretexto qualquer possa desenvolver um dispositivo teórico–analítico em Análise de Discurso. É preciso, primeiro, respeitar a teoria e, depois, conhecer as noções teóricas e, com isso, mobilizar tais noções constituindo uma análise do discurso em questão. (PETRI, 2013, p. 41).

Neste trajeto de pesquisa, iremos considerar a história dos sujeitos LGBTQIA+, buscando a historicidade e por meio dela as memórias que ressoam no discurso, sustentando o dito pelo que não-dito. A historicidade, conforme Orlandi (2012a, p.68), “é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele.” Ela determina a forma-sujeito resultante da língua e da história e essa impõe sentidos aos seus fatos e eventos, isso porque os acontecimentos enunciativos são sempre o lugar de encontro entre a memória e o presente. Pela história parece que tudo está pronto e acabado, entretanto, como uma disciplina da interpretação dos fatos, ela também está sujeita à falha e à não transparência.

Na perspectiva materialista em que trabalhamos, a história está sob o viés da práxis, por isso que pensar em história é referir-se ao trabalho da ideologia sobre as práticas dos sujeitos, porque “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas” (PÊCHEUX, 2009, p. 130). Nesse sentido, as questões linguísticas somente se justificam em análises das relações de classes, nas quais as tensões discursivas são

trazidas a partir de diferentes materialidades, isso porque as ‘práticas linguísticas’ estão “inscritas nos funcionamentos dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada [...] (PÊCHEUX, 2009, p. 22).

Estabilizados os sentidos produzidos por Michel Pêcheux e sua herança teórico-política deixada até aqui, somente podemos concluir que o discurso é o encontro entre a língua e a história e a interface é dada pela psicanálise estabelecendo as relações entre sujeito, ideologia e inconsciente. Dadas essas condições, faz-se importante compreender como o filósofo refletiu cada dispositivo de análise, formulando e reformulando sua teoria, mesmo que de forma resumida, pois cada um desses dispositivos será trabalhado detalhadamente nos próximos capítulos, no momento das análises.

1.2 Para além do bojador: os dispositivos de Análise e interpretação

Na constituição de nosso *corpus* e na investigação sobre os sujeitos LGBTQIA+ há o jogo de forças que paira sobre a memória, entendida a partir de Pêcheux (2007 [1983]), não como uma memória individual e sim do / “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, da memória construída pelo historiador” (Ibidem, p. 49-50), para os quais trazemos os dispositivos que farão parte do processo de análise na tese, visto que, para trabalhar a relação da historicidade do discurso que envolve os sujeitos LGBTQIA+ na história, esses estarão o tempo todo sendo mobilizados porque, conforme afirma Petri (2013, p.40), a “Análise de Discurso se constrói num movimento pendular entre teoria e análise”, e é justamente nesta mobilização simbólica do movimento e resistência pendular que a base teórica vai sendo construída e solidificada com alguns conceitos que serão sempre reiterados, como o caso do discurso, sujeito, sentido e ideologia.

O Discurso é definido a partir de Pêcheux como “um efeito entre locutores” porque quando alguém pega a palavra – discurso - ambos estão tocados pelo simbólico por ocuparem lugares determinados na estrutura de uma formação social, assim dizemos que o discurso é “efeito de sentido entre A e B” (idem, 2010, p.81).

O sujeito para esta teoria está relacionado com a linguagem e a história, ele não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores, ele é dotado de inconsciente, isso porque, esse sujeito é sempre constituído na relação com o outro, por isso, ele não é a única fonte do sentido, ou seja, não é a fonte de seu

discurso, de seu dizer, ele é interpelado pela ideologia e a partir dessa que se constitui enquanto sujeito – sujeito da/na linguagem.

Essa relação de inconsciente e linguagem faz com que o sujeito Pecheuxtiano viva sob o efeito de duas ilusões que o levam a pensar ser a própria fonte de seu discurso e também o responsável pelo que diz (GADET; HAK, 2010)³². Na verdade, o sujeito se filia a um domínio do saber - à Formação Discursiva, essa é quem determina o seu dizer/discurso, porém, ela também pode ser afetada por ele, por isso, nós falamos em incompletude e forma-sujeito do discurso.

A origem desse sujeito se relaciona à construção da teoria e às filiações de Michel Pêcheux a outras áreas do conhecimento, como o Materialismo Histórico – Marx/Althusser, a Psicanálise – Freud/Lacan e a Linguística – Saussure, conforme explicitado anteriormente. Por isso, falamos, de acordo com Michel Pêcheux (2009,2010[1975]) e seus seguidores Orlandi (2012abcd), Indursky (2013, 2000), entre outros, o sujeito da AD Francesa Pecheuxtiana é interpelado pela ideologia – inconsciente, estruturado na/pela língua e que está sujeito à falha, à opacidade, ao recalcado, à incompletude. Com tudo isso, somente poderemos afirmar que o sujeito da AD é um efeito ideológico do discurso na estrutura social, uma formação imaginária, e, nesse sentido, não pode ser empírico, biológico, sociológico, homem, mulher, homossexual, trans, travesti, bi, cis, ou receber qualquer outra identidade, porque ele não é um “organismo humano individual” (GADET e HAK, 2010, p.82), mas pode receber diferentes representações de sujeito/forma sujeito.

A ideologia como base material está constitutivamente no discurso sendo compreendida como um efeito de relação entre sujeito, linguagem e história, por isso, ela é determinante na produção de sentido na prática discursiva. Segundo, Althusser, citado por Michel Pêcheux (2010, p.31), “A ideologia não existe senão por e para os sujeitos”, dessa forma, ela está em toda manifestação do sujeito na língua, de acordo com a formação discursiva que o domina porque “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (idem, 2009, p.141). Portanto, conforme sinaliza Orlandi (2012a, p.22), “nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos”.

³² Sobre essas ilusões e esquecimentos iremos detalhar no decorrer das análises das textualidades/materialidades.

O discurso, o sujeito, o sentido e a ideologia são indissociáveis nas práticas de análises e movimento pendular da teoria, contudo, faz-se necessário dizer que, nesta confluência, o sentido é pensado como um artefato teórico em aberto de significado, inacabado; entretanto, não pode ser qualquer um, pois ele muda conforme as formações ideológicas de quem produz ou interpreta, estando sempre em movimento. Assim, ele é o efeito da relação entre língua e discurso, por isso, sempre ideológico. Segundo Michel Pêcheux (2009, p.146-147), “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Dessa forma, como afirma o pai da Análise de Discurso, (ibidem, p.147), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Dessa maneira, o sentido de uma palavra ou expressão é constituído no interior de uma formação discursiva e, ao passar de uma FD para outra, pode adquirir sentidos diferentes. Isso se dá porque o filósofo compreende que os processos discursivos trabalham e funcionam por um sistema de substituição, paráfrases, sinonímia e também por metáforas³³. Portanto, o sentido não é exclusivamente linguístico, mas sócio-histórico.

Os conceitos e dispositivos estão sempre imbricados, assim, outro dispositivo é a formação ideológica - FI, essa se relaciona diretamente às posições de classe em conflito, por isso, conforme Pêcheux (2010, p. 163), é “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’, nem universais”, contudo, atua como elemento de força nesta relação, mantendo séries de dizeres, rituais, práticas e representações.

Além da FI, outro dispositivo já referenciado em função de sua importância e reformulação dentro da teoria, mas que remete à articulação entre discurso, sentido, ideologia, bem como ao interdiscurso, é o dispositivo Formação Discursiva - FD. Ao falarem a partir deste dispositivo, os sujeitos acreditam na transparência e na unicidade do sentido do que dizem, desconhecendo que as palavras e proposições podem ter sentidos variáveis, por isso que, segundo Pêcheux (2009, p.147),

[...] a FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a

³³ Esses conceitos serão retomados no decorrer da tese.

forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.),

Considerando se isso, é a Formação Discursiva que regula o que é dito ou não dito em um discurso a partir de uma matriz de sentido, assim, ela pode estabelecer relações de conflitos ou alianças e ser afetada pela contradição, pela heterogeneidade e pela dispersão por apresentarem fronteiras flexíveis (COURTINE, 2014). Desta forma, podemos classificá-la como sendo o espaço onde se dá a constituição dos sentidos pela qual os sujeitos identificados por determinadas formações ideológicas e imaginárias manifestam seu posicionamento em determinadas condições de produção.

O interdiscurso se relaciona, segundo Michel Pêcheux (2009), com o exterior das formações discursivas, com as multiplicidades de sentidos estabelecidas nas relações com outras formações discursivas, são já ditos, pré-construídos, “algo que fala antes, em outros lugares, independentemente” (ibidem, p.149), mas vem funcionar no interior de determinada FD. O pré-construído impõe um sentido a partir da formação ideológica, ele é um efeito aparente, parece ser da formação discursiva, entretanto, é o interdiscurso funcionando. Por isso, ele é “todo complexo com o dominante” das formações discursivas (ibidem, p.149).

Orlandi (2014a, p. 31) destaca que o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Dessa forma, tudo que já se disse sobre os sujeitos LGBTQIA+ em algum momento da história pode retornar e significar discursivamente no interior de determinada formação discursiva. Esses dizeres e já ditos podem vir em forma de discurso transversal ou também como memória discursiva.

O discurso transversal é o funcionamento material do interdiscurso, o qual entra no fio do discurso de uma dada FD, articulando e sustentando os discursos. Ele “ocorre pelo atravessamento do intradiscurso de discursos advindos de outros tempos e lugares outros, instaurando efeitos de sentidos contrários à homogeneidade” (VENTURINI, 2009, p.74). O discurso que se atravessa, como pré-construído, ressoa no eixo da formulação e sustenta todo o dizer, construindo redes de memória a partir do “já dito” e a atualidade.

Assim, discursivamente, pela memória discursiva conseguimos significar como as palavras produzem sentidos. Pelo processo histórico-social de produção da linguagem, ela recupera do interdiscurso os dizeres ditos em outros momentos, em

outros lugares e os atualiza no momento da enunciação, ou seja, ela vem da disputa de interpretações de enunciados anteriores e funciona na estrutura linguística do presente. Segundo Pêcheux (2015), ela não é nem individual, nem coletiva, nem do historiador, e sim aquela que, diante de um texto a ser lido, “vem estabelecer os implícitos” (pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.). O autor vai dizer “que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (ibidem, p. 46).

Além dessas categorias, na tese trabalhamos ainda com o silêncio/silenciamento, entendendo que “Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio” (ORLANDI 2007, p.11).

O silêncio, para a autora, instaura um sentido positivo, sempre fundador e constitutivo, não sendo unicamente a falta de palavras, mas é uma forma de significar discursivamente, pois quando algo é dito, outros sentidos se apagam. Assim, existe uma relação entre o dizer e o não dizer, materializando-se em produções e reproduções de discursos que instauram efeitos de sentidos, porque o silêncio é ‘respiração’ e se dá justamente pela incompletude, assim como ocorre com a língua e a história. Neste funcionamento, o silêncio, passa a ser o lugar do possível, do múltiplo para a Análise de Discurso pecheuxtiana. O jogo ‘do estar’ ou ‘não estar’ entre as palavras abre uma dimensão simbólica significativa no discurso. E não estamos falando aqui de implícitos, pressupostos e subentendidos, pois esses são recuperáveis pela linguagem, enquanto que, para a AD, o silêncio significa para fora, operando e produzindo sentido para além da linguagem porque essa “estabiliza o movimento dos sentidos, no silêncio, sujeito e sentido se movem largamente” (ORLANDI, 2007, p.27). O silêncio é a condição e o espaço que permite a linguagem significar e fazer flutuar o sentido.

Essa posição contraria discussões epistemológicas em que o silêncio é, de certa maneira, domesticado, como ocorre em teorias linguísticas como a de Ducrot (1972), na qual o não dito é marcado estruturalmente na língua. O silêncio, no nosso entender e como vamos trabalhar na tese, pode ocorrer em diversos planos do real na história, quando os sujeitos homossexuais foram acusados de pecadores e designados de sodomitas por meio de um discurso religioso, depois sendo designados de criminosos do século III ao XIX e, neste último, a partir de uma mudança discursiva com a descoberta das ciências, são designados de doentes. Esses discursos, além

de constituir uma memória no social que será retomada no capítulo II, para nós reproduz um discurso que silencia a existência dos sujeitos LGBTQIA+, causando sua interdição no social. Os sujeitos LGBTQIA+, ao compreenderem que os seus desejos são proibidos, a maioria deles não irá se pronunciar, resultando assim em seu apagamento. E assim, muitos passam a viver enclausurados em si mesmos durante toda sua vida, não se abrindo nem mesmo para os familiares. Quando são descobertos pelas instituições religiosas e estatais, o seu apagamento resulta em interdição pela vida – muitas vezes na morte.

Quando ocorre o deslocamento discursivo de pecado e crime para doentes sexuais, no século XIX e metade do XX, na designação desses sujeitos, os silenciamentos se dão de uma outra forma em suas existências, principalmente no âmbito familiar. O discurso que passa a circular encaminha para efeitos de sentidos de que esses sujeitos são doentes sexualmente e, em decorrência disso, muitas famílias os internam em clínicas e manicômios para tratamento. O silenciamento desses sujeitos se dá pela repressão dos seus desejos, os quais seus corpos não podem manifestar, para isso, foram utilizados diversos tratamentos: medicamentos, eletrochoques, lobotomia, entre outras formas. Esses tratamentos resultaram na sua interdição no social pela perda de direitos, principalmente, sobre sua própria vida como cidadãos. Muitos não só perderam o direito de circular, ir e vir, como também perderam direitos jurídicos de ser e estar humano, sendo enclausurados não só em si mesmos, como também em clínicas psiquiátricas, manicômios.

Outra forma de silenciamento se dá quando esses sujeitos não são reconhecidos juridicamente pelos direitos em documentos oficiais e normativos, como estatutos, leis, diretrizes, códigos, como qualquer outro cidadão, conforme ainda ocorre em pleno século XXI. A nossa hipótese é a de que esses sujeitos são falados/discursivizados o tempo todo, mas eles não possuem o direito de falar e serem representados em documentos oficializados pelo Estado, resultando na não participação desses sujeitos nas grandes instituições, como escolas e universidades que representam a educação.

Neste percurso de pesquisa, enfocamos com diferentes textualidades significantes, resultantes de processos sócio-históricos da língua, enquanto discurso e produção de sentidos, já que pela ideologia são naturalizados os acontecimentos produzidos pela história sobre o sujeitos LGBTQIA+. Isso ocorre pois

[...] há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação (e não ocultação de “conteúdos”) em que são construídas as transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas (ORLANDI, 2012D, p.31)

Tendo em conta a definição e o funcionamento da ideologia propostos por Orlandi, trabalhamos com três sequências discursivas³⁴ que sinalizam para as memórias discursivas de sujeito pecador/criminoso, doente no segundo capítulo:

SD 01 - “Deus não abençoa e não pode abençoar o pecado”;
 SD 02 - “AGORA É LEI!!!!NÃO É MAIS BRINCADEIRA!!!!Nós héteros não temos mais que aturar a moda gay! Vcs são **doentes**, considerados pela lei e pela psicologia! Agora **MORRAM** se escondendo e fazendo suas safadezas imorais só na casa de vcs pq se não vão ser **presos em hospitais mentais!!!!!!** Pode dar um Google”;
 SD 03 - “O Brasil tem um presidente que acredita em **Deus**, respeita a Constituição e seus **militares**, **valoriza a família** e deve lealdade a seu povo. Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que **estávamos à beira do socialismo**” [...] “**Temos a família tradicional como fundamento da civilização** (grifos nosso). E a liberdade do ser humano só se completa com a liberdade de culto e expressão”.

Concebemos a sequência discursiva - SD como espaço discursivo e ideológico pelos quais se desenvolvem as formações discursivas por um processo de dominação, subordinação, contradição e, conforme referenda Courtine (2014), como domínio da memória, apreendemos e sublinhamos os funcionamentos discursivos de encaixamento e de articulação de enunciados.

No terceiro capítulo, analisamos sete sequências discursivas que reverberam no social o modo como os sujeitos LGBTQIA+ foram significados pela língua, instaurando a resistência e trabalhando o contradiscurso em um processo sócio-histórico necessário para a construção das identidades desses sujeitos:

SD 04 - O Lampião da Esquina.
 SD 05 - Saindo do Gueto.
 SD 06 - Mas um jornal homossexual, para quê?
 SD 07 - [...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.
 SD 08 - [...] carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida.

³⁴ As condições de produção das sequências discursivas serão trabalhadas nas análises dos referidos capítulos.

SD 09 - [...] se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou³⁵: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.

SD 10 - Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias.

No quarto capítulo, trabalhamos com cinco sequência discursivas que, analisadas a partir das suas condições de produção, significam para nós como resultado de um processo sócio-histórico de repetição de um discurso sobre os sujeitos LGBTQIA+ no social:

SD 11 - “**Todos** são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”

SD 12 - “Defendo, acima de tudo, o respeito à família e aos seus valores, que são fundamentais para a formação e organização da sociedade”

SD 13 - Em nome do pai, do filho e do espírito santo, amém. Inspirai-nos senhor em nossas ações e ajudai a realizá-la para que em vós comece e em vós termine tudo aquilo que fizemos em Cristo Senhor nosso, amém. Santa Maria mãe de Deus rogai por nós, em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo, amém. Muito bem, boa noite a todos queremos acolher você com grande alegria em nosso programa ao vivo que nós fazemos todas as semanas e **o tema de hoje é muito importante para o futuro da educação em nosso país, o futuro da família brasileira, é a questão da ideologia de gênero** que está de volta lembrando mais uma vez nossos planos educacionais. Você se lembra que no ano passado nós fizemos uma grande luta para excluir a palavra gênero e ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação. **Essa luta foi...a luta... da sociedade brasileira.**

Digo nós porque foi você, fui eu, bispos, foram os pastores, foram os deputados, senadores, a sociedade se organizou para deter a implantação da ideologia de gênero dentro dos planos educacionais. Se você está por fora, porém não sabe o que é ideologia de gênero, para apresentar logo de início, brevemente, né..., nós podemos dizer o seguinte: Explica em uma lousa – gênero é uma palavra...foi introduzido como uma palavra sorrateio. Geralmente as palavra, a palavra gênero e a palavra sexo é considerada pelas pessoas de igual significado, ou seja, até parece que gênero é uma palavra mais educada porque não tem aquela conotação de ato sexual. Quando você pergunta qual é o teu sexo? Você diz é masculino ou feminino. E aí a pessoa, sexo parece rude, gênero parece mais polido. Não é...não tem essa conotação ruim de pensar no ato sexual, qual seu gênero? Aa masculino feminino, assim é o comum de as pessoas pensa, mas acontece desde a conferência de Pequim a palavra gênero foi introduzida no mundo inteiro e o significado desta palavra começou a mudar, nós vamos ver depois qual é a raiz disso tudo...gênero começou a significar uma coisa diferente de sexo, sexo é biologia, você nasce homem ou mulher, gênero, segundo esses ideólogos, é o papel que a pessoa assume na sociedade, então aqui esses ideólogos querem livrar as pessoas de um determinismo da biologia, ou seja, você não é obrigado a ser homem, você...vai escolhe livremente o papel que você irá escolhe. Que existam pessoas que pensam assim, é triste que pensem assim, mas é um direito pensar assim, o problema é que elas querem impor isso aos nossos filhos, impor isso a nossas famílias, nós estamos em uma democracia e o povo brasileiro não concorda com isso, não concorda que o seu filho na escola aprenda desde pequenino que ele

³⁵ Mantivemos os problemas de concordância conforme texto original.

tem que escolher se ele vai ser homem, mulher ou se vais de vestir de homem ou se vestir de mulher. Se vai desempenhar o papel social de homem ou de mulher ou de uma terceira coisa que ele mesmo pode inventar, a maior parte dos pais não está de acordo com isso. No entanto, os ideólogos da ideologia de gênero quiseram realmente introduzir a ideologia de gênero no Plano Nacional da Educação. Há um ano atrás tudo isso foi barrado, o povo brasileiro, quando eu falo nós conseguimos, o povo brasileiro conseguiu uma grande vitória na câmara dos deputados e no Senado Federal, graças a Deus...o nosso congresso então nos deu um Plano de Educação livre desta ideologia. [...].

SD 14 - Artigo 226 da Constituição a Carta Magna estabelece o princípio segundo o qual a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado [...]

SD 15 - [...] família a possibilidade de se defenderem de um sistema de ensino que não somente desrespeitasse valores éticos e sociais da família, mas que tivesse sido concebido com o especial propósito de destruir a própria instituição familiar.

As noções e funcionamentos destacados sustentam as análises dos próximos capítulos, constituindo-se como o arcabouço que possibilita que guardemos as âncoras, podendo seguir viagem “mar adentro”. Mas antes, sinalizamos que a memória de/sobre os sujeitos LGBTQIA+ são feitas de política e de história, assim, coadunando com Orlandi (2015), ao relatar o maio de 1968 no livro *Papel da Memória*, antecipamos que a memória desses sujeitos poderá ser feita também de esquecimentos, de silêncios, de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncio e de silenciamentos, bem como de atravessamentos.

À tarde chegaram os dois anjos à **Sodoma**. Ló estava sentado à porta de Sodoma e, vendo-os, levantou-se para os receber; prostrou-se com o rosto em terra, e disse: Eis agora, meus senhores, entrai, peço-vos em casa de vosso servo, e passai nela. Responderam eles: Não; antes na praça passaremos a noite. Entretanto, Ló insistiu muito com eles, pelo que foram com ele e entraram em sua casa; e ele lhes deu um banquete, assando-lhes pães ázimos, e eles comeram. Mas antes que se deitassem, cercaram a casa os homens da cidade, isto é, os homens de Sodoma, tanto os moços como os velhos, sim, todo o povo de todos os lados; e, chamando a Ló, perguntaram-lhe: Onde estão os homens que entraram esta noite em tua casa? Traze-os cá fora a nós, para que os conheçamos. Então Ló saiu-lhes à porta, fechando-a atrás de si, e disse: Meus irmãos, rogo-vos que não procedais tão perversamente; eis aqui, tenho duas filhas que ainda não conheceram varão; eu vo-las trarei para fora, e lhes fareis como bem vos parecer: somente nada façais a estes homens, porquanto entraram debaixo da sombra do meu telhado. Eles, porém, disseram: Sai daí. Disseram mais: Esse indivíduo, como estrangeiro veio aqui habitar, e quer se arvorar em juiz! Agora te faremos mais mal a ti do que a eles. E arremessaram-se sobre o homem, isto é, sobre Ló, e aproximavam-se para arrombar a porta. Aqueles homens, porém, estendendo as mãos, fizeram Ló entrar para dentro da casa, e fecharam a porta; e feriram de cegueira os que estavam do lado de fora, tanto pequenos como grandes, de maneira que cansaram de procurar a porta (GÊNESIS, 19:1-11)³⁶

³⁶ Sodoma e Gomorra eram duas de cinco cidades da planície da Jordânia. Vestígios arqueológicos indicam que a área era fértil na idade do Bronze média (2000-500 a.C), já que a água doce fluía para o que hoje é conhecido como Mar Morto. As cidades foram devastadas por um terremoto por volta de 1900 a. C, que provocou o incêndio das reservas de petróleo existentes na área, causando um desastre que deve ter sido extraordinariamente dramático e aterrorizante; uma visão inesquecível que passou de geração em geração. O livro do Gênesis é uma compilação que os estudiosos datam de três épocas diferentes. Parte foi escrita por volta de 900 a. C., cerca de 1000 anos depois do terremoto que destruiu as duas cidades. Outras partes foram escritas nos séculos VII e V a. C (SPENCER, 1999, p. 59).

CAPÍTULO II

2. GRITOS QUE NÃO CESSAM E ATRAVESSAM OS MARES – ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: REPRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO DISCURSO SOBRE OS SUJEITOS LGBTQIA+

[...] qualquer história da sexualidade é, em verdade, uma história da interpretação cultural dada pela sociedade ao erotismo humano” (SPENCER, 1999, p.13).

Os sujeitos LGBTQIA+³⁷ quando nascem vêm para uma sociedade que (re)produz um discurso de existência de uma única forma de sexualidade: a heterossexualidade. Com isso, apagam as outras formas de sexualidade, sinalizando que elas não se “encaixam” neste modelo e, por isso, são ‘taxadas’ de pecadoras/criminosas e, muitas vezes, consideradas doentes. Diante disso, perguntamos: Como pela língua na história os discursos se repetem, se contradizem e instauram o rompimento e o equívoco que apaga, silencia e interdita os sujeitos LGBTQIA+ ao longo da história social? Como esses discursos são produzidos/reproduzidos e que memórias e discursos os sustentam?

Para responder a essas perguntas, traçamos dois objetivos que serão trabalhados neste capítulo:

- Investigar em textos/discursos do século XXI que memórias sobre os sujeitos LGBTQIA+ são retomadas e atualizadas.
- Analisar, por meio da historicidade do discurso, como se deu o processo de apagamento, silenciamento e interdição desses sujeitos para verificar quais formações discursivas e ideológicas estão em funcionamento para esses acontecimentos.

Os discursos nos afetam por meio da língua na história tendo em vista, conforme Orlandi (2012a, p.35-36), que os discursos “se realizam em nós em sua materialidade” e essa “é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos”. E ser sujeito, destaca Michel Pêcheux (2009), é estar preso à linguagem/na linguagem, na qual se materializam diferentes processos discursivos que disputam as

³⁷ Sinalizamos que a escolha pela sigla LGBTQIA+ é justamente para que todos possam estar sendo representados no discurso, mesmo que em época mais remotas não se nomeavam esses sujeitos, eles sempre existiram nas sociedades.

identificações e chamam os sujeitos a ocupar determinadas posições na luta de classes.

Desta forma, o ponto de partida para as nossas reflexões e análises é um acontecimento que circulou nos noticiários recentemente em que o Papa “esclarece” que a união de pessoas do mesmo sexo é pecado. Trazemos, a seguir, o recorte retirado da notícia publicada na página Jovem Pan Notícia, no dia 15 de março de 2021:

O Vaticano publicou nesta segunda-feira, 15, uma nota de esclarecimento que reafirma que a Igreja Católica não abençoa uniões entre pessoas do mesmo sexo. Para justificar a decisão, a Santa Sé se refere à homossexualidade como sendo uma “escolha” que não pode ser reconhecida como parte dos planos divinos. **“Deus não abençoa e não pode abençoar o pecado”** (grifo nosso), conclui a declaração.³⁸

Considerando que “[...] não a ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame consequência” Henry (1984 [1997, p.51-52] em função disso, buscamos nesta primeira parte do capítulo, investigar a origem desse dizer e suas consequências e efeitos discursivos na história dos sujeitos LGBTQIA+.

Pergunta-se: como se constitui o pré-construído³⁹ e que discursos o sustentam? “Deus não abençoa e não pode **abençoar o pecado**”, a partir de Pêcheux (2009, p. 151, grifos do autor) como correspondente ao “sempre já aí” da interpelação ideológica, que fornece-impõe a “realidade e seu sentido sob a forma da universalidade [...]”. Como o pré-construído irrompe como memória e ressoa no intradiscurso pelas estruturas linguísticas e os processos linguísticos, ressoando que o sujeito LGBTQIA+ é pecador, irrompendo nos discursos e sustentando o politicamente no real da história em pleno século XXI?

SD1 - “Deus não abençoa e não pode abençoar o pecado”

³⁸ Notícia publicada no dia 15 de março de 2021 sob a manchete: Vaticano chama homossexualidade de ‘pecado’ e afirma que não abençoará união de pessoas do mesmo sexo. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/mundo/vaticano-chama-homossexualidade-de-pecado-e-afirma-que-nao-abencoara-uniao-de-pessoas-do-mesmo-sexo.html>.

³⁹ Trabalhamos no primeiro capítulo com a noção de interdiscurso e pré-construído a partir de Pêcheux ([1975], 2009), entendendo o pré-construído como o que fala ‘antes’ em outro lugar e se linearizar (ou lineariza?) no eixo da formulação como o já-sabido/significado.

Primeiramente, considerando as condições de produção “como lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 2010, p.81), quem assume a posição sujeito desse discurso SD1 - “Deus não abençoa e não pode abençoar o pecado” é o Papa Francisco, filiado à formação discursiva - FD religiosa católica, que é uma manifestação da formação ideológica - FI deste segmento. Conforme Courtine (2016), a FD sendo matriz do sentido regula o que pode ou não pode ser dito pelo sujeito. O Papa é o representante máximo da doutrina católica, ou seja, designação suprema da Igreja Católica Romana, também conhecido como Sumo Pontífice, Santo Padre ou Bispo de Roma. Além dessa posição, ele também é considerado o chefe do Estado do Vaticano, uma cidade-estado soberana, localizada no interior de Roma, capital da Itália.

Assim como eram feitas as declarações e reformas Papais na antiguidade por meio dos Concílios⁴⁰, em que a igreja tomava decisões importantes e impunha suas leis em documentos, Papa Francisco assina uma Nota para dizer que a relação de pessoas de mesmo sexo é pecado, repetindo não só o ato de declarar ou reformar algo, como também o próprio discurso religioso da Idade Média de que o sujeito LGBTQIA+ é pecador. E repetir, para a AD, pode ocorrer “sincronicamente” no fio de seu desenrolar e “diacronicamente” no fio do tempo, os mesmos temas, as mesmas formulações, as mesmas figuras retornam, reaparecem” (COURTINE, 2016, p. 45).

Essa notícia atravessa os mares e chega ao Brasil no governo de Jair Messias Bolsonaro, presidente eleito em 2019 pelo Partido Social Liberal (PSL), defensor de um discurso conservador em nome da família e dos cristãos, sob o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, parte de um grupo politicamente conhecido como Bancada Evangélica e que pratica constantes ataques aos direitos dos sujeitos LGBTQIA+.

Ao dizer em um documento SD1 “Deus não abençoa e não pode abençoar o pecado”, ao se referir à união de pessoas de mesmo sexo, o Pontífice cria um efeito de verdade que não pode ser questionado pelos seguidores do cristianismo e outras religiões mais conservadoras. O Papa fala como sujeito-porta-voz de Deus na Terra, aquele que “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Falando em nome de Deus, dificilmente será questionado por aqueles que seguem essa doutrina. Esse tipo de discurso pode

⁴⁰ Os concílios ocorreram de 325 (Niceia) a 1965 (Vaticano II). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/todos-os-concilio-9sywmoyuw03ncxwg8ln9dk47i/>.

assumir três posições “[...] a do profeta, a de dirigente e do homem de Estado, constituindo-se como agente de contradições e deslocamentos, porque circula entre o mundo existente e a possibilidade de ‘um outro mundo’ (VENTURINI, 2009, p. 95).

Na conjuntura política de um país como o Brasil, um discurso como esse pode redundar em diferentes interpretações em relação ao sujeito LGBTQIA+ e ressoar negativamente nos discursos de políticos e de governantes conservadores, como ocorreu desde sempre na história dos sujeitos LGBTQIA+ quando aqueles que praticavam ou tinham uma relação com pessoas de mesmo sexo eram designados de Sodomitas.

Este pré-construído de sujeito pecador vem do religioso e funciona na língua na história e ressoa desde o interdiscurso e tem como fonte a Bíblia Sagrada, segundo a tradição judaico-cristã, o autor desse livro seria o próprio Deus. Sabe-se, contudo, que ele foi escrito por diversas mãos durante séculos, ou seja, diferentes autores, diferentes ideologias, devendo-se considerar, também, que se trata de uma escrita metafórica e que as metáforas que estão nele dependem de sujeitos, de suas filiações e das condições de produção, no sentido estrito e amplo, tal como define Orlandi (2012a). E, normalmente, as três partes mais recortadas, para ancorar o discurso de que a relação entre pessoa do mesmo sexo é pecado, são essas:

Se um homem se deitar com outro homem como quem se deita com uma mulher, ambos praticaram um ato repugnante⁴¹. Terão que ser executados, pois merecem a morte. (Levítico 20:13)⁴²

E haverá também **sodomitas** (grifo nosso) na terra: e eles agirão de acordo com todas as abominações das nações que Jeová expulsou antes dos filhos de Israel. (I Reis, 14:24)

Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os **sodomitas** (grifo nosso), nem os ladrões, nem os avaros, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus (1 Coríntios, 6:10).

As memórias e os discursos que sustentam este dizer vêm sendo repetidos há muito tempo na história da humanidade e em diferentes condições de produção. Sublinhe-se que o Papa Francisco ocupa a posição 266º na história da Religião Católica. O efeito de sentido de repetição ressoa na notícia do jornal pelo verbo afirmar com o prefixo (re)afirmar - “O Vaticano publicou nesta segunda-feira, 15, uma nota de

⁴¹ Spencer (1999, p. 58), a palavra em Hebreu ‘toevah’ (repugnante; abominação) é o sentido de algo ritualmente impuro, semelhante ao ato de deitar com uma mulher menstruada.

⁴² Livro da Bíblia do Antigo Testamento. Disponível em: http://www.bibliaon.com/levitico_20/.

esclarecimento que **reafirma** (grifo nosso) que a Igreja Católica não abençoa uniões entre pessoas do mesmo sexo”. Pode-se destacar, ainda, que o prefixo latino “re”, de acordo com o dicionário Priberam⁴³ é o elemento designativo de repetição, ação repetida ou retroativa, instaurando também o efeito tempo duração temporal. Esse prefixo produz o efeito de sentido no verbo de “movimento para trás”, “repetição”, e pode significar também reforço e retrocesso” (FARACO & MOURA, 1988, p.172), ou seja, reafirmando um fato que ocorreu antes, em outro lugar independentemente (PÊCHEUX, 2009).

A página Jovem Pan Notícia não só está reproduzindo, mas colocando em evidência no intradiscorso, reforçando/reafirmando efeitos de sentidos de que “as uniões entre pessoas do mesmo sexo não são abençoadas”. Repetindo parafrasticamente os enunciados presentes na Bíblia (Velho Testamento / Novo Testamento) que foram reproduzidos durante muitos séculos, assumindo diferentes formulações e estruturas linguísticas, pelas quais ressoam memórias que somente legitimam uma ideologia religiosa. Esse retorno discursivo de “pecador” ressoa de um outro lugar, em outra configuração de Estado, e com outra designação ao falar sobre a relação de pessoas de mesmo sexo, entretanto, o discurso não é outro, porque se trata, conforme Courtine (2016, p. 47), de uma repetição vertical “que não é da série de formulações que formam enunciado, mas aquilo a partir do que se repete, um não sabido, um não reconhecido deslocado e que desloca no enunciado” e que, segundo esse mesmo autor, “é o interdiscurso como determinação externa no interior da formação discursiva – FD e da reformulação”.

Essas diferentes formas de falar sobre o “sodomita/homossexual/LGBTQIA+, constituem-se por uma base na língua e em processos discursivos, definidos por Pêcheux (2009, p. 148) como “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”. Esse processo se desenvolve na história e, como sinalizado, tem sua materialidade assegurada pela língua e também para além dela, pois são estruturas que se repetem, aparecem, se ocultam e se travestem não somente em materialidades textuais verbais de diferentes discursos, porém em manifestações simbólicas que mantêm a exclusão, o silenciamento e o apagamento dos sujeitos com práticas sexuais que escapam a heterossexualidade.

⁴³ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/re>.

O discurso sobre o sujeito LGBTQIA+, desde sua origem até os dias atuais, não se constitui sem a compreensão das contradições, decorrentes do que vem pela história. Vale destacar que a história, na perspectiva discursiva, significa como historicidade e instaura efeitos de curso, movimento, conforme Venturini (2021, p. 175)

[...] não de datação, nem acontecimento comprováveis, mas efeitos de sentidos que instauram em sujeitos, retornando como memória, como um discurso que vai funcionar outros discursos que circularam na formação social e que demandam interpretação.

Podemos dizer, então, que os sujeitos LGBTQIA+ sempre ocuparam diferentes posições-sujeitos, dentro de uma mesma formação discursiva. Por esse funcionamento, sublinhamos a disputa de sentidos que resulta das diferentes designações ao longo dos tempos, sinalizando que as designações inscrevem os discursos em domínios de saber e constituem redes de memória que sustentam discursos. Ressoam, por esses discursos, efeitos de repetibilidade, sinalizando que esta prática sempre se realizou, mesmo não havendo uma palavra para designá-la.

A repetibilidade, na Análise de Discurso, ocorre, conforme Indursky (2011), como processo, que coloca os limites da repetição, de acordo com a filiação em formações discursivas, ocorrendo a repetição a partir de tomadas de posição sujeito, do que se pode dizer que os discursos se repetem, mas nem sempre com as mesmas palavras e efeitos de sentidos. O termo sexualidade, conforme Moreira (2012 p. 288), “era estranho para muitas sociedades, pois as relações sexuais tinham funções sociais que não estavam diretamente conectadas com a identidade pessoal ou com o mecanismo de reprodução”.

O escritor e sexólogo americano Thomas Walter Laqueur, também discute em sua obra “Inventando o Sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud” (2011) sobre como o sexo foi concebido e afirma que ele foi compreendido como expressão única, tanto para homem como para mulher, até o século XVIII, mostrando que o corpo da mulher era uma inversão do corpo do homem, isso a tornou inferior. Nesta mesma linha, os autores Cleiton José Senem e Sandro Caramaschi escreveram no artigo “Concepção de Sexo e Sexualidade no Ocidente: Origem, História e Atualidade” (2017) que a palavra sexo surgiu somente no século XII e, de acordo com a etimologia da palavra, ela veio do latim *secare*, que significa corte, secção ou divisão, da raça humana em duas partes - Macho e Fêmea.

O mesmo ocorreu com as palavras homossexual e homossexualismo que surgiram somente no século XIX (SPENCER, 1999; FOUCAUT, 2014: FRY, 1985) quando se começa a pensar sobre o que está para além das genitálias, porém, ainda com o viés científico que apontam para os sujeitos homossexuais como anormais e patológicos⁴⁴ e todo e qualquer desvio da norma é tratado como sexualismo – doença⁴⁵. Segundo Jeffrey Weeks (1999, p.66, em consonância com esses autores aponta que

[...] antes do século XIX a “homossexualidade” existia, mas o/a homossexual não. [...] embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, e tenha sido, sob diversas formas, aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessas sociedades, somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais, é que se desenvolveu uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada.

Neste sentido, estamos discutindo outras épocas, porém com designações atualizadas para se referir à sexualidade, ao sexo e à homossexualidade.

Quando o Papa se refere ao sujeito LGBTQIA+ como pecador, está reproduzindo/repetindo um discurso presente na Bíblia, porém, sabemos, pelo funcionamento da historicidade e pelo retorno de memórias discursivas, que as relações sexuais dos sujeitos com outros do mesmo sexo não começam com Sodoma e Gomorra, como muitos acreditam por esta narrativa ser contada na Bíblia, ela vem de muito antes do monoteísmo religioso. No entanto, esse acontecimento bíblico é o referente na constituição de processos discursivos instauradores de silenciamentos, apagamentos e interdições em relação aos sujeitos com práticas homoeróticas⁴⁶ denominado de sodomita, em referência a esse mito narrado na Bíblia.

O homoerotismo é “uma subjetividade que se refere meramente à possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de

⁴⁴ Para o aprofundamento das noções normal e patológico ver “O normal e o patológico”, de Georges Canguilhem ([1943], 2009).

⁴⁵ O – ismo, sufixo, de acordo com Sacconi (1989, p. 101) refere-se à “crença, doença, próprio de [...], atividade e vício”. Por isso, na atualidade, as relações homossexuais são designadas de relações homoafetivas - homoafetividade, designação vinda do discurso jurídico (BATISTA, 2015) - O sufixo latino – (i) dade, de acordo com o mesmo autor (p.98), significa “qualidade ou estado”.

⁴⁶ O termo homoerotismo foi cunhado por F. Karsh-Haak em 1911 e utilizado neste mesmo ano por Sandor Ferenczi ([1914] 1970) e adotado no Brasil pelo psicanalista Jurandir Freire Costa (1992). Segundo esse autor, é a palavra que melhor define essa relação de homens com os rapazes na Grécia Clássica, porque retira o preconceito ou qualquer estereótipo. O efeito do emprego desse termo é, entre outros, a exclusão de toda e qualquer alusão à doença, desvio, anormalidade, perversão, pecado, entre outros efeitos negativos constituídos pelo discurso religioso e da medicina no século XIX.

se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico.” (COSTA, 1992, p. 22).

Durante muito tempo essa prática foi instituída como culturalmente parte da sociedade, presente na história da humanidade e foi se transformando conforme as ordens das culturas, época e lugares, como destacam os autores Sir Kenneth J. Dover, no livro *Greek Homosexuality* (1978); Colin Spencer, em sua obra *Homossexualidade uma História* (1999); Luiz Mott, no livro *Homossexuais da Bahia: dicionário biográfico - Século XVI-XIX* (1999); Willian Naphy, na obra *Born to be gay - História da Homossexualidade* (2006); Michel Foucault, em *História da Sexualidade* volumes 1, 2 e 3 (2014); James Green e Renan Quinalha (orgs.), em *História do Movimento LGBT no Brasil* (2018;2019), entre outros que estudaram sobre a sexualidade e a história da homossexualidade, sinalizando que o discurso sobre os sujeitos LGBTQIA+ não começou hoje, ontem ou neste século. A ordem da cultura, conforme destaca Dorneles (2015), é a construção mais profunda na construção de sentidos, por isso, dificilmente é alterada como um todo, muda-se a forma e a estrutura do dizer, entretanto a raiz permanece produzindo efeitos.

Todas as grandes civilizações antigas, destacando-se os mesopotâmios, os egípcios e os chineses, deixaram, de alguma forma, os registros da descrição do comportamento sexual entre sujeitos do mesmo sexo. Ademais, de acordo com esses mesmos autores, a bissexualidade sempre foi a norma teológica na grande maioria das religiões anteriores ao monoteísmo, principalmente no Oriente Médio, onde grande parte dos deuses idolatrados e adorados pelos povos apresentavam ambivalência sexual. Até na pré-história são encontrados registros de tribos nas regiões da Papua (Nova Guiné) e nas ilhas Fiji e Salomão, localizadas na Melanésia, Oceano Pacífico, que cultivavam relações homoeróticas e travestimos. Essa relação de dualidade ocorreu, também, com Deuses da Índia, Grécia ou de Roma, os quais assumiam várias aparências e se mostravam com grande disposição para amar e ter relações com qualquer sujeito, independente do seu sexo.

Na Grécia antiga, durante o século V a.C e início do século IV a.C., conforme sinalizam Foucault (2014b), Moreira (2012), Naphy (2006), Spencer (1999) e Dover (1989), funcionava uma relação homoerótica de cunho pedagógico, que era designada de pederastia. Essa relação era realizada pelo *erasta*, homem mais velho, e o *erômeno*, homem mais novo.

A relação pederástica possuía um caráter simbólico mais amplo que as relações homoafetivas modernas, não havia divisões entre aqueles que preferiam se relacionar com sujeitos de sexo oposto ou do mesmo sexo (FOUCAULT, 2014b).

Segundo esses autores, o sujeito mais velho, além de ensinar sobre educação, política, filosofia, entre outras coisas, deveria iniciar os mais jovens na vida sexual. Dessa forma, a relação homoerótica, nesta sociedade, sempre esteve condicionada a regras sociais e culturais, pois “a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo a corpo de um saber preciso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento” (FOUCAULT, 2014a, p. 69).

O sujeito amante, além de modelo de coragem, precisava apresentar sabedoria e virtude cívica ao amado e funcionar como um espectro positivo para o menino - amante. Havia, como se vê, uma relação de cunho moral⁴⁷ entre esses sujeitos - amante e amado. Essa relação era fundamental para a educação do adolescente porque ele era gradativamente inserido na vida adulta e aos poucos se transformava em um verdadeiro e completo cavaleiro, considerado belo e bom (MARROU, 1998).

Segundo Dover (1978), Spencer (1999) e Foucault (2014a), as regras culturais permitiam que somente o amante deveria ser o ativo na relação, uma vez que já conquistara o seu status social e o sujeito amado, o jovem mais novo, o passivo⁴⁸; o mesmo ocorria com as mulheres e os escravos. Somente ao homem mais velho cabia a penetração e nunca o inverso, pois, se isso ocorresse, esse sujeito estaria demonstrando fraqueza, falta de controle sobre os desejos e sobre seu corpo, sobre si, constituindo-se um ser intemperante⁴⁹ e indigno de vivenciar as práticas políticas e sociais impostas nesse tempo. Na condição de passivo, o jovem não podia ceder facilmente, pois, se isso ocorresse, ele seria considerado afeminado e seria tratado da mesma forma que uma mulher⁵⁰.

⁴⁷ Moral compreendido como conjunto de valores e regras de ação proposto aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como família e instituições (FOUCAULT, 2014b).

⁴⁸ Por meio das designações ativo e passivo e outras que fazem redes com elas vemos as rupturas e equívocos relacionados ao contexto sócio-histórico e às mudanças de sentidos, referendando o que diz Pêcheux (2009, p. 146.) em relação ao sentido, que “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”.

⁴⁹ Intemperante – aquele que não consegue ter o controle de si. (FOUCAULT, 2014b).

⁵⁰ A relação sujeito afeminado encaminhando para o desprestígio, fraqueza, ainda funciona como memória em torno da mulher e do sujeito-homem que é mais delicado, mais sensível, como se ele fosse inferior ao ser macho (ideia de força, virilidade). Memória que irá se repetir em todos os períodos

Essas práticas permitem a compreensão de que a homoerotismo na Grécia Clássica gira em torno de uma ordem cultural pelo viés da moral e que os atos sexuais não são vistos como práticas proibidas, e sim com naturalidade, pelas quais esses sujeitos são individuados⁵¹ e constituídos por um discurso de regras a serem seguidas e mantidas na formação social, determinando a formação discursiva de cidadão. De acordo com Moreira (2012, p. 301), “[...]os gregos chamavam os atos sexuais de *aphrodisia*, ou atos de *Afrodite*, o que congregava uma série de atos, gestos, contatos que proporcionavam certa forma de prazer”. Em relação à *aphrodisia*, Foucault (2014b, p. 45-46) afirma que

[...] há uma problematização e reflexão sob quatro grandes práticas de si e correntes na Antiguidade: a dietética, a econômica, a erótica e a filosófica, as quais se ligavam, respectivamente: às relações que o indivíduo mantinha com o seu corpo; ao casamento; às relações com rapazes; à verdade.

Nesse sentido, a *afrodisia* que conduz a relação sujeito homem mais velho e sujeito homem mais novo liga-se diretamente às substâncias éticas, ao domínio do prazer sobre o corpo. Conduzidos por esse discurso ideológico, os homens precisavam ser temperantes, manter o controle do prazer e não cometer excessos, pois esses vícios o tornariam intemperante.

Para o filósofo, os gregos podiam amar um rapaz ou uma moça ao mesmo tempo “a seus olhos, o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são ‘belos’, qualquer que seja o sexo” (FOUCAULT, 2014b, p. 233). Contudo, o casamento reprodutivo era uma prática a ser seguida por todo cidadão, além disso, se não vive o matrimônio, não pode ter acesso aos rapazes. A vida das mulheres atenienses se restringia ao casamento, aos afazeres domésticos e a gerar descendentes.

Esse discurso que refere a sujeito ativo e a sujeito passivo foi a memória construída na ordem cultural, permanecendo para definir os discursos sobre masculinidade e feminilidade no decorrer dos séculos, principalmente com o advento do discurso religioso e do patriarcado, esse entendido a partir de Saffioti (2015, p.47)

sócio-históricos, principalmente como discurso para desqualificar os homossexuais, esse imaginário será também a propulsão para o desenvolvimento e tentativas de cura a partir do século XIX e o estereótipo para levar os homossexuais à prisão.

⁵¹ A individuação do sujeito, de acordo com Orlandi (2010, p. 33), ocorre por “mecanismos sociais [...] como porta de entrada para um certo tipo de vida”.

“regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” e que interfere discursivamente nas relações LGBTQIA+ pelas condições dada à mulher, visto que o sujeito homossexual masculino não poderia estar nesta rede discursiva do feminino – considerado passivo, porém, foi a “identidade” imposta ao sujeitos visivelmente identificados pelos discursos do corpo e da voz.

Tendo como referências esses povos da antiguidade, compreendemos que os discursos em torno dos sujeitos e suas sexualidades giram sempre em torno da contradição e a disputa por dizeres, bem como vai sendo construído no social.

Com o monoteísmo religioso, há uma mudança discursiva que marca a origem do pré-construído, ratificado pelo discurso do Papa Francisco, apresentado no início deste capítulo, ao afirmar que os sujeitos LGBTQIA+ são pecadores .

Spencer (1999), Naphy (2006) e Foucault (2014 abc), abordam essas mudanças discursivas ocorridas a partir dos séculos II a.C até XIX d.C, sinalizando que a prática de pederastia passa a ser designada de sodomia e se torna pecado com o Cristianismo, resultando com isso nas perseguições aos sujeitos homossexuais (Sujeitos LGBTQIA+).

A formação ideológica religiosa não possibilita justificar o relacionamento homossexual porque desde o Gênesis, passando pela lei e pela trajetória do povo Hebreu até os evangelhos e as epístolas do Novo Testamento, a tradição Bíblica aponta que Deus criou o Homem e a Mulher com práticas sexuais definidas e complementares do ponto de vista moral, psicológico e físico. É esse discurso que alimenta tanto o cristianismo, como o judaísmo e o islamismo. O “ódio irracional contra homossexualidade e homossexuais – é uma verdadeira praga inspirada e legitimada pelas três religiões abraâmicas: judaísmo, cristianismo e islamismo” (MOTT, 2016, p. 443).

Nesta formação discursiva dos cristãos, não houve mais espaço para o amor pagão, pois isso é associado ao sexo, ao demônio, ao diabo, para eles somente existia o amor a Deus. A prática da homossexualidade passou para a categoria de pecado antinatural, contrário à natureza divina.

Segundo os autores Spencer (1999) e Naphy (2006), com essa mudança discursiva, os homossexuais passaram a ser decapitados, queimados e a sofrer castigos em praça pública em muitos lugares da Europa, principalmente na Idade Média. Além disso, leis foram criadas em muitos países, portanto a referência à prática repugnante (Sodomia) em Levítico 20:13 - “Terão que ser executados, pois merecem

a morte” foi um discurso levado às últimas consequências, resultando não somente em silenciamento dos sujeitos, mas na morte deles.

Na perspectiva discursiva, entendemos que houve uma ruptura na repetibilidade em que redes parafrásticas⁵² sustentavam o discurso em circulação. Essa ruptura instaura o equívoco, conforme Gadet e Pêcheux (2010, 64), que corrompe “o princípio da univocidade na língua”, tendo em vista, segundo os mesmos autores, que “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (a linguística) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história.”

O discurso que antes relacionava a pederastia a uma prática natural e cultural, passa a significá-la como pecaminosa, prática antinatural e depois como crime. O concílio de Latrão, de 1179 d. C., transformou a Sodomia como maior dos crimes praticados pelo povo, proibindo a fornicção⁵³.

Essas mudanças discursivas também afetam o social, passando dos domínios do religioso ao Estado, fundindo-se em um único discurso, conjugando o discurso religioso e o discurso jurídico. Quando uma performatividade como essa é operada pelo poder do Estado, soberano em suas decisões, toma o valor de verdade absoluta, incontestável, às vezes, para sempre (DERRIDA, 1996). Com isso, os enunciados que foram alimentados de diversas formas, nos discursos da igreja e do Estado, são: sodomia é pecado, sodomia é prática antinatural, sodomia é crime.

De acordo com Michel Foucault (2014a, p. 41), até o final do século XVIII surgiram “três grandes códigos explícitos – além das regularidades devidas aos costumes e pressões de opiniões – regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil”. São esses códigos que definem, a partir do discurso religioso, o que pode ou não se fazer em termos de sexo, ou seja, regulam o que é lícito ou contravenção.

⁵² Encaminhamos para Orlandi (1998) em que trabalha com as noções de paráfrase e polissemia, tratando da fluidez dos sentidos em relação ao simbólico. Referendamos que os discursos se constroem em redes com outros discursos por meio de retomadas parafrásticas que nem sempre se realizam de modo consciente, já que o sujeito não tem domínio e nem conhecimento de suas interpelações.

⁵³ O termo utilizado no Novo Testamento para fornicção é porneia e significa: relação sexual ilícita, adultério, fornicção, homossexualidade, lesbianismo, relação sexual com animais etc. relação sexual com parentes próximos, relação sexual com um homem ou mulher divorciada, adoração de ídolos da impureza que se origina na idolatria, na qual se incorria ao comer sacrifícios oferecidos aos ídolos. Disponível em: <https://www.jesuseabiblia.com/estudos-biblicos/estudo-biblico-fornicacao-na-biblia/>.

Entretanto, as formas de condenar ou de afirmar o que é ilícito nem sempre eram claras, constituindo-se como uma prática de silenciamento dos sujeitos que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo. O cristianismo trouxe a confissão como forma de salvar, perdoar e também castigar. Essa prática seria um ritual discursivo em que o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, a partir dela como sacramento exigido pela religião. O sujeito será avaliado, imposto, punido, julgado, perdoado, consolado e reconciliado por um sujeito porta-voz, conforme explicitado anteriormente, aquele que ocupa o lugar de negociador (PÊCHEUX, 1990). Pode-se dizer, com isso, que a instância de dominação e de poder não está do lado de quem fala, mas do lado de quem escuta e cala.

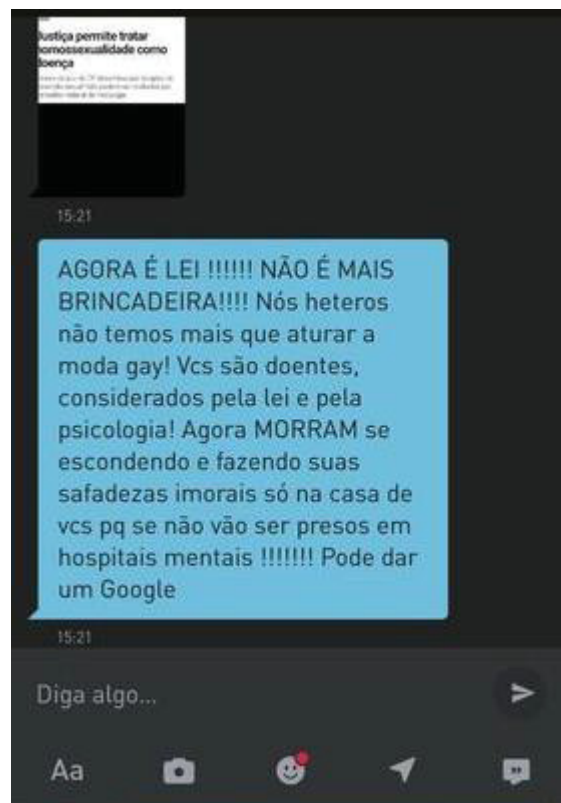
Na Europa, do século XVI ao XIX, segundo Trevisan (2018), Green (2019), Foucault (2014abc), Spencer (1999), Naphy (2006), Mott (1999, 2016), foram usadas diversas formas de castigos e condenações para os sujeitos homossexuais. Nos países como Espanha, Portugal, França, Itália, Inglaterra, Suíça e Holanda, puniam com severidade os pecados da sodomia, que, além de pecado, era considerado crime social. Aqueles que a praticassem, poderiam ser multados, ser presos, ter os bens confiscados, ser banidos da cidade ou país, ser condenados a trabalho forçado, ser marcados com ferro em brasa, ser execrados e açoitados em público, ser castrados, ter a amputação de orelhas, ser condenado à forca, ter morte em fogueira, empalamento e afogamento, entre outras formas de suplícios.

Esses acontecimentos remetem, especificamente, aos corpos dos condenados, por isso podem ser considerados suplícios, pois, segundo Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir* (1987), o suplício deve obedecer a três critérios principais: produzir uma certa quantidade de sofrimento, apresentar um ritual que torna infame a vítima e deve ser constatado por todos. Além disso, ressoa também como as formas e tentativas para silenciar, apagar e interditar os sujeitos homossexuais no social. em nome de um discurso religioso, praticadas tanto por católicos como por protestantes.

Essa memória discursiva de que sodomia é pecado, sodomia é crime ou esses “enunciados no interior de práticas discursivas regradas por Aparelhos Ideológicos” (COURTINE, 2014, p.105), como igreja e Estado, atravessaram os

séculos e também os mares, chegando ao Brasil colônia, instaurando também a repetibilidade, configurando-se como prática porque as palavras tomam redes e reformulações, repetem-se de diferentes formas estruturais no discurso, mudando sentido ou fazendo permanecer porque “o discurso é uma das instâncias materiais da ideologia” (COURTINE, 2016, p. 51).

Os mecanismos da ordem do político, do religioso e do jurídico foram replicados por uma conjuntura institucional, constituída por formações ideológicas instauradoras de evidências que desconstroem e deslegitimam os sujeitos LGBTQIA+ até a atualidade. Esses discursos, advindos de outros lugares e outros tempos, continuam sustentando as memórias e criando-se imaginários no social, conforme a Nota publicada pelo Papa Francisco para reafirmar, conforme seus preceitos religiosos, a ideologia de que a relação entre pessoas de mesmo sexo é pecado, referenciada e analisada no início do capítulo.



Mensagem de WhatsApp⁵⁴

⁵⁴ Mensagem enviada no WhatsApp de um sujeito LGBTQIA+ após o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, conceder uma liminar que tornava legalmente possível que psicólogos oferecessem terapias de reversão sexual. Notícia publicada pelo Jornal El País Brasil em 20 de setembro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html.

2.1 COEXISTÊNCIA DA MEMÓRIA: O ENFERMO DISCURSO

[...] existem homens para os quais o objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para as quais esse objeto não é o homem, mas a mulher. Tais pessoas são chamadas Kontrarsexuale (sexualidade contrária), ou melhor, invertidos [Invertierte] [...] FREUD ([1901-1905] 2016, p.21-22)

No dia 15 de setembro de 2017, um sujeito LGBTQIA+ recebeu em seu número particular a mensagem:

SD2 - “AGORA É LEI!!!!NÃO É MAIS BRINCADEIRA!!!!Nós héteros não temos mais que aturar a moda gay! Vcs são **doentes**, considerados pela lei e pela psicologia! Agora **MORRAM** se escondendo e fazendo suas safadezas imorais só na casa de vcs pq se não vão ser **presos em hospitais mentais!!!!!!!** Pode dar um Google”

Era o resultado de um acontecimento em que o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, havia concedido uma liminar que, na prática, tornava legalmente possível que psicólogos oferecessem terapias de reversão sexual, popularmente designada de “cura gay”⁵⁵ aos homossexuais, atendendo ao pedido de uma “psicóloga” chamada Rozangela Alves Justino⁵⁶.

Se desde o dia 17 de maio de 1990 a Homossexualidade não faz mais parte da categoria doença (Homossexualismo⁵⁷) no CID⁵⁸ e desde 1999, com a resolução 1, deste mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia ratificou que psicólogos não

⁵⁵ Cura gay foi a designação recebida após o Pastor Eurico apresentar o Projeto de Decreto Legislativo n.º 539, de 2016, que visava sustar os efeitos da Resolução nº 01, de 22 de março de 1999, editada pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP. O projeto pode ser consultado em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01f8ssvd2xo3xw13mtbnlm331oi5217851.node0?codteor=1501093&filename=Avulso+-PDC+539/2016.

⁵⁶ A psicóloga teve o registro cassado pelo Conselho Regional de Psicologia do DF (CRP-DF), em 17 de fevereiro de 2022. Segundo o documento, ela infringiu o código de ética da profissão porque é vedado ao psicólogo “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais”. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/18/psicologica-que-oferecia-cura-para-gays-tem-registro-cassado-no-df-e-fica-impedida-de-exercer-profissao.ghtml>.

⁵⁷ Homossexualismo era o termo utilizado para designar esses sujeitos – o sufixo ismo, como mencionado anteriormente, refere-se à “crença, doença, próprio de [...], atividade e vício” (Sacconi, 1989, p.101).

⁵⁸ Em 17 de maio de 1990, a 43ª Assembleia Mundial da Saúde adotou, por meio da sua resolução WHA43.24, a 10ª Revisão da Lista da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), sendo que nesta versão da CID “a homossexualidade per se não está mais incluída como categoria” (OMS). A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas a partir de 1º de janeiro de 1993. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2014/05mai_16_lgbt.html.

podem tratar a homossexualidade como doença porque o conselho compreende “a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade”, e acrescenta em seu artigo 3º:

[...] os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.
Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades⁵⁹.

Como se constitui essa disputa por dizeres em querer classificar o sujeito homossexual ou LGBTQIA+ como doente?

Esta disputa faz parte do processo político de emancipação dos sujeitos LGBTQIA+ que ganharam espaço no social, porém as forças ideológicas contrárias a essas conquistas continuam agindo porque, conforme Orlandi (2010, p.12), “o político está no fato de que os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora pareçam os mesmos” e isso tem haver, conforme sinaliza a autora, pelo fato de vivermos em sociedade dividida e estruturada por relações de poder que legitimam essas divisões. Nesse sentido, ao fazer as afirmações presentes, nesta SD2, o sujeito faz um movimento político que ressoa no seu discurso de acordo com sua filiação ideológica e memórias, tendo em vista, conforme ACHARD (2015, p.8), que a memória somente trabalha “ao ser reenquadrada por formulações no discurso concreto em que nos encontramos”. Desta forma, o que está entre o histórico e o linguístico são as designações “doente”, o verbo “morrer” e o advérbio de lugar “hospitais mentais” que instauram efeitos de sentidos, pelo simbólico, especialmente, nesta SD.

A afirmação do sujeito LGBTQIA+ como doente vem de uma memória constituída pela repetição do mesmo em diferentes acontecimentos e articulações, instaurando efeitos no social pela “eficácia de uma ideologia” (COURTINE, 2016, p. 46) resultante de formações discursivas advindas tanto do domínio do religioso quanto do domínio da medicina. Porém, mesmo o discurso e as memórias que o estruturam sendo heterogêneas (Pêcheux, 2009), neles se constituem o efeito de dominância pela dominação/determinação veiculada pela forma-sujeito do discurso que regula, aprova, conserva e faz circular discursos passíveis de diferentes efeitos de sentidos.

A articulação, conforme Pêcheux (2009, p.151), “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que

⁵⁹ Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.

determina a dominação da forma-sujeito”. E a forma sujeito se refere, de acordo com Althusser, citado pelo pai da AD (2009, p.150), a que “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma sujeito. A forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”.

Nesta SD 2 - o verbo morrer, “MORRAM” escrita em caixa alta, está funcionando, no fio do discurso, como o grito de um desejo há muito tempo sendo guardado, gestado pelo sujeito que a constitui como discurso, fazendo-a circular. Como está no imperativo, subscreve como ordem, pedido resultante deste desejo de apagamento do outro e também ressoando a (re)produção de um discurso de ódio, conforme Judith Butler (2021), algo que se tem tornado comum no século XXI contra as minorias e faz parte de uma estrutura de poder que tenta, a todo momento, calar esses sujeitos, silenciá-los no social, muitos acreditam que as injúrias são somente “liberdade de expressão”. Segundo a autora, há um agenciamento da linguagem e ela somente nos fere porque somos seres linguísticos.

Esse mesmo verbo também carrega em si uma memória advinda da bíblia ao se referir aos sujeitos homossexuais (LGBTQIA+), sinalizando para a forma-sujeito do discurso como alguém de filiação religiosa. Isso porque, durante muito tempo, os sentidos vindos da história e que significam pela historicidade, conforme trazida na primeira parte deste capítulo, designavam de sodomitas aqueles que mantinham relações com pessoas de mesmo sexo. Trata-se do que ressoa do discurso registrado em Levítico 20:13, neste, o desejo de morte para esses sujeitos fica explicitamente marcado pelos verbos executar e merecer, sinalizando que “Se um homem se deitar com outro homem como quem se deita com uma mulher, ambos praticaram um ato repugnante. Terão que ser **executados**, pois **merecem a morte**” (grifos nossos), o significante Morte desta construção bíblica sempre se fez presente nos discursos do domínio do religioso, como parte de um jogo de forças entre religião, estado e sociedade desde o século III aos nossos dias.

Nesta SD2, os quatro primeiros enunciados “AGORA É LEI!!!! NÃO É MAIS BRINCADEIRA!!!! Nós héteros não temos mais que aturar a moda gay!” Ressoa o preconceito em relação aos sujeitos homossexuais (LGBTQIA+), por meio do verbo “aturar”, produz o sentido de “suportar com paciência e resignação”, o mesmo que “tolerar, aguentar, resistir à força” (HOUAISS, 2009, p.220) por causa da convivência com sujeitos gays, ou seja, o sentido produzido é de que a aceitação da convivência

se dava somente porque não havia mais legislação para dizer “ser gay é ser doente”. A partir da sentença do juiz, subentende-se que o sujeito do dizer não precisa mais respeitar os sujeitos filiados a essa FD, tendo em vista o discurso que circula na forma social e os significa como doentes. “A doença difere da saúde, o patológico, do normal, como uma qualidade difere de outra, quer pela presença ou ausência de um princípio definido, quer pela reestruturação da totalidade orgânica” (CANGUILHEM, 2009, p.13). Além disso, de acordo com esse mesmo autor, a doença de um sujeito representa o desequilíbrio entre o doente e aqueles que estão normais. O normal se encontra na posição de julgar o doente porque “a doença não está em alguma parte do homem. Está em todo o homem e é toda dele” (ibidem, 2009, p.12).

Esse efeito de doença generalizada é reforçado pelo advérbio de tempo “agora” e o substantivo “lei” que funciona na oração como predicativo do sujeito – Agora é Lei, ressoando o cumpra-se da norma trazida pelo discurso jurídico.

As duas primeiras orações, assim como o verbo morrer, também estão escritas em caixa alta “AGORA É LEI!!!!NÃO É MAIS BRINCADEIRA!!!!” sinalizando que se trata de um grito e de um aviso para aquele a que se destina a mensagem/aviso/ameaça do texto. Os pontos de exclamações utilizados no final das orações reforçam o efeito de grito, ressoando ainda a reafirmação de um discurso em que o sujeito do dizer impõe ao outro a sua filiação ideológica, determinando que esse outro acredite e também faça circular o dizer. A oração “NÃO É MAIS BRINCADEIRA!!!!” o advérbio de negação “não” e o substantivo Brincadeira, constituem efeitos de sentidos pelos quais os sujeitos LGBTQIA+ passarão a ser criminalizados.

O enunciado “Nós héteros não temos mais que aturar a moda gay!” Segundo o dicionário Houaiss (2009, p. 1303) Moda é substantivo feminino e, dentre as sete acepções trazidas, definimos como “conjunto de opiniões, gostos, assim como modos de agir, viver e sentir coletivos”. O uso do complemento “moda gay” no enunciado ressoa, para o sujeito que escreve, o sentido de que ser gay não é característica, condição ou qualidade de um ser humano que sente atração física, estética e/ou emocional por outro ser do mesmo sexo ou gênero, é apenas um comportamento passageiro que, assim como a “moda”, vai e vem com o decorrer dos tempos,

demonstrando total desconhecimento da designação Gay e o que ela representa na luta dos sujeitos LGBTQIA+⁶⁰.

E quando o sujeito que enuncia diz “Nós héteros”, o pronome de primeira pessoa encaminha para efeitos de identificação desse nós com os sujeitos héteros, constituindo efeitos de divisão: de um lado os héteros e de outros os que ‘incomodam’, perturbam a ordem, a moral e os bons costumes. O sujeito do discurso, por filiar-se a FD heterossexual ‘pensa’ ser superior, constituindo o efeito de uma dominação simbólica, seja ela de etnia, de gênero, de cultura ou de língua etc., que “se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos hábitos e que fundamentam alguém das decisões da consciência” (BOURDIEU, 2012, p. 49-50). Esse discurso constitui uma valoração da noção de patriarcado universal em que há práticas de opressão em relação aos gêneros, indicando que os sujeitos héteros fazem circular discursos que legitimam uma suposta superioridade nas relações sociais, uma coerção histórica, ou um “regime de dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2015, p.47) que funciona nas diferentes relações entre os sujeitos e mantém sempre as mulheres e os sujeitos LGBTQIA+ no patamar de inferioridade. Essa relação de diferenças entre essas “categorias” se mantém e se presentifica nos discursos políticos e institucionais, principalmente dentro das configurações familiares. Esse efeito se constitui pela repetição do enunciado “Nós héteros não temos mais que aturar”.

A última parte desta SD2 - “Agora MORRAM se escondendo e fazendo suas safadezas imorais só na casa de vcs pq se não vão ser presos em hospitais mentais!!!!!!Pode dar um Google”. Nessa sequência, há o reforço do posicionamento coercitivo, preconceituoso e separatista, ressoando o desejo de que os sujeitos homossexuais vivam suas sexualidades escondidos em guetos, como sempre ocorreu na história histórico-social dos sujeitos LGBTQIA+. Ressoa, ainda, a vontade de que esses sujeitos continuem sendo silenciados e apagados no social, visto que o substantivo “casa” produz o sentido de privado, particular aquilo que se refere unicamente e exclusivamente ao sujeito, em oposição àquilo que é da coletividade, do público.

⁶⁰ Sobre a luta e os sentidos históricos em relação à designação Gay será tratada no terceiro capítulo desta tese.

O fragmento do enunciado “presos em hospitais mentais” remete a uma memória discursiva da medicina do século XIX e XX, em que os sujeitos homossexuais foram submetidos a Terapias de Reorientação Sexual, Terapia de Conversão ou Terapia Reparativa, por meio de um conjunto de técnicas que incluíam métodos psicanalíticos, cognitivos e comportamentais, bem como eletrochoques. Nesses, os médicos tentavam extinguir a homossexualidade do corpo dos indivíduos porque eram considerados doentes, invertidos sexuais; com isso, muitos sujeitos foram silenciados, apagados e interditados no social, tanto no Brasil como em muitos outros países do Ocidente.

Nestes séculos, ocorreu uma mudança discursiva em relação aos sujeitos homossexuais (LGBTQIA+), pois se antes eram discursivizados como pecadores por aqueles filiados a uma FD advinda do religioso, no século XIX passam para a categoria de doentes, pervertidos sexuais, a partir do discurso da medicina (BATISTA, 2015) e, segundo Foucault (2014a), com os estudos científicos, o homossexual se torna uma espécie, algo a ser estudado.

A homossexualidade, tanto masculina como feminina, passa a ser designada de “homossexualismo”, proposta de designação criada em 1869 por meio do discurso ocidental, pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert, a fim de transferir do domínio jurídico para o médico essa manifestação da sexualidade que caracterizava uma forma de comportamento desviante e perversa entre pessoas do mesmo sexo. Segundo Jimena Furlani (2009), o homossexualismo é uma palavra híbrida formada pela fusão de três radicais de origem linguística distinta: do grego – homo: igual, semelhante, o mesmo que; do latim – sexus: sexo; do latim – ismo; próprio de, que tem a natureza de, condição de. O sufixo ismo, ao ser incorporado a esse discurso, pressupõe os sentidos da época (religioso-moralista, médico-patológico, jurídico-criminal).

Dessa forma, as práticas sexuais passaram do domínio da religião para o domínio das ciências. Essa mudança de filiação resultante da nova FD produziu sentidos outros que se repetem até a atualidade através do “efeito de uma memória”, Courtine (2014, p.106), conforme SD2. Segundo Naphy (2006, p.223), “durante a maior parte do século XX a ciência, a religião e a política juntaram-se para aviltar e perseguir os homossexuais e as actividades homossexuais”.

Foucault (2014a), ao tratar deste tema, afirmou que essa mudança discursiva do religioso para as ciências significou um novo mecanismo de poder que estava

inaugurando e sendo responsável por incorporar as sexualidades que fugiam do modelo estabelecido pelos cristãos de casamento monogâmico e do modelo heterossexual adulto, bem como as perversões⁶¹ e novas especificações dos indivíduos.

A norma, ou o normal desenvolvido por meio do discurso religioso foi de que as relações sexuais somente poderiam ocorrer entre um sujeito homem e um sujeito mulher nas relações heterossexuais para procriação. Ceccarelli (2008), ao abordar sobre “a invenção da Homossexualidade”, escreve que a referência à sexualidade natural que construiu o discurso de normal, porém, como toda norma, é um construto teórico, dessa forma, ideológico, tributário do imaginário sociocultural no qual emerge. Assim, toda forma de sexualidade que não se encaixe neste imaginário será sempre considerada desviante ou patológica. Ainda, segundo esse mesmo autor, o modelo heterossexual e de procriação é uma construção simbólica própria da cultura ocidental.

O discurso científico veio reafirmar o discurso religioso e manter a classificação dessa memória binária, sinalizando que a reprodução biológica também só é possível por meio das características físicas do sujeito homem e do sujeito mulher e o que escapa da norma é considerado perversão.

Tanto Trevisan (2018) como Green (2019), concordando com Foucault (2014a), sinalizando que a vasta experiência no tratamento da loucura, a psiquiatria apresentava *know-how* suficiente para classificar os desvios da norma como doença.

Foram muitas teorias criadas para tentar achar a “cura” para esses sujeitos considerados “desviantes”, segundo Facchini e Simões (2008, p.37), as teorias criadas sobre os sujeitos homossexuais

[...] se orientavam por um conjunto de preocupações políticas e morais voltadas a identificar toda sorte de anomalias, perversões ou ameaças na esfera da sexualidade [...] [...] que poderiam causar danos à saúde da família e, por extensão, à saúde da nação.

Os médicos, influenciados por discursos advindos da Europa, tentaram buscar uma explicação tanto pela origem do ‘problema’ quanto para a cura desses sujeitos que se comportavam de forma diferente. De forma geral, segundo Fry (1985), havia

⁶¹ Perversão: termo que designa desvios do comportamento e das práticas sexuais normais ou assim consideradas. Etimologia - *perversio*, *ónis* 'transposição ou inversão (da construção no estilo); alteração; depravação', HOUAISS, 2012, p.722.

três teorias em termos biológicos - hereditariedade, defeitos congênitos e desequilíbrio hormonal.

De todas essas teorias, houve um consenso entre seus seguidores, de acordo com Costa (1992), de homogeneizar a forma de identificar os sujeitos homossexuais, como, por exemplo, comportamento, trejeitos, fala e, principalmente, o desejo pelo mesmo sexo e a passividade.

A partir dos estudos de Peter Fry (1985) é possível verificar como os médicos criavam os imaginários⁶² sobre os sujeitos homossexuais, como exemplo, o descritivo apresentado na primeira Semana Paulista de Medicina Legal, ocorrida em 1937, pelo Dr. E. de Aguiar Whitaker, ao mostrar ao público os resultados, após estudos e análises de oito homossexuais, descritos por ele como passivos, detidos pela polícia de São Paulo:

1 - Álvaro Adamo, 19 anos. 'Garçom'. Procedente da Capital. Examinado em 18/9/1936.

Resumo da observação - Trata-se de um indivíduo com **leve psicopatia**, homossexual (pederastia passiva) por defeitos de educação e acidental, suscetível de cura, de personalidade medíocre, ciclotimia, emotivo e instável (de modo pouco acentuado), revelando satisfatório senso ético, **susceptível de educação medico pedagógica**.

Diagnóstico - Personalidade medíocre, ciclotimia, emotividade e instabilidade leves. Pederasta passivo por defeitos de educação e acidental. Desadaptada o social susceptível de correção.

(V. - B.) Leptosoma-athletico (K.). Bacia de tipo feminino aproximado. Pelos do púbis de conformação feminina aproximada". (Whitaker, 1937:21, 220). (FRY, 1985, p. 67-69)

O arquivo, além de dar visibilidade ao que ressoa como memória e ratificar a existência de uma concepção de doença, traz também um discurso de cura, ou seja, para toda doença pode existir tratamento, conforme as afirmações “susceptível de educação médico pedagógica”, além disso, pelo diagnóstico é possível verificar os

⁶² Tomamos a noção de imaginário de Michel Pêcheux [(1969), 2019, p. 41) como a representação que o sujeito faz de si e os seus interlocutores fazem dele. Destacamos que o imaginário está relacionado e depende das condições de produção e das formações ideológicas, constitutivas do sujeito. Trata-se, também, conforme Pêcheux (idem), de processos de antecipação, que designam os lugares dos sujeitos na formação social.

sentidos atribuído às personalidades desses sujeitos – Medíocre⁶³, ciclotimia⁶⁴, emotividade e instabilidade leves.

Havia uma outra teoria desta época que apontava que homens que apresentavam comportamentos homossexuais eram uma mulher presa no corpo de um homem. Essa teoria ficou conhecida como Uranista, criada em 1860 por Karl Heinrich (TREVISAN, 2018, GREEN, 2019). Os estudos desse autor sobre os sujeitos homossexuais afirmavam que eles deveriam ser hospitalizados e encarcerados para tratamento clínico a essa inversão de papéis destes sujeitos.

Segundo esse discurso, o homem era portador de sexualidade feminina (passivo), apresentando sensibilidade nervosa e o prazer sexual semelhante ao da mulher, ou, como eles definiam, sofriam de alterações psíquicas chamadas de “efeminização” (TREVISAN, 2018). Esse discurso ressoa como atraso evolutivo, nesta sociedade machista, visto que a homossexualidade se relaciona diretamente à mulher. O que mais importava, para a sociedade da época, segundo os autores estudados, e faz parte de uma memória até os nossos dias, é que o problema não estava exatamente na homossexualidade em si, mas na passividade do sujeito. Se o sujeito fosse considerado o ativo, isso não era tão constrangedor, porque seria o macho alfa ‘comedor’. O que não poderia ocorrer era se comportar como mulher, ser passivo, o que o inscreve no discurso médico como doente.

A ideia de superioridade social do ‘ativo’ sobre o ‘passivo’ está expressa nas palavras de gíria utilizadas pelo Brasil popular da época, em que falar das relações sexuais como ‘comer’ e ‘dar’, ‘ficar por cima’ e ‘abrir as pernas’ era usual. Aquele que ‘come’, vence, “como um jogador de xadrez que tira as peças de seu adversário do tabuleiro, ‘comendo-as””, pois o ‘comedor’ está ‘por cima’ e esse tem o controle da situação. Com isso, aquele que ‘dá’ ou ‘abre as pernas’ é quem se rende totalmente aos atos libidinosos (FRY, 1985), comportamento próximo dos gregos, em que a passividade é vista como negatividade.

⁶³ O adjetivo medíocre, normalmente, é utilizado para qualificar aquilo que está abaixo da média, que possui pouco valor, pouca qualidade, algo ordinário e insignificante, quase sempre utilizado como insulto, no sentido pejorativo, no intuito de agredir verbalmente. Ser medíocre significa não ter qualidades ou habilidades suficientes para se destacar naquilo que se propõe a fazer, seja na vida pessoal ou profissional. Uma pessoa medíocre é vulgar, tem poucas qualidades, é uma pessoa pobre do ponto de vista intelectual. Disponível em: <https://www.significados.com.br/mediocre/>.

⁶⁴ A ciclotimia é um transtorno de humor que causa uma espécie de flutuação entre a euforia e a tristeza, essa variação de humor é um problema crônico, no qual a pessoa tem períodos de hipomania e depressão. Em alguns casos, pode haver ainda momentos de estabilidade em seu temperamento. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/transtorno-ciclotimico/>.

Esse foi o imaginário constituído sobre sujeito homossexual nesse contexto sócio-histórico em que o quadro descrito sinaliza para o comportamento dos homossexuais e para a preocupação com os traços femininos. Assim como as mulheres, eles apresentam paixão pela toilette, enfeites, cores vistosas, rendas, perfumes, depilam-se e são designados por nomes femininos. Os médicos higienistas apresentavam detalhes bastante exóticos como, por exemplo: somente não conseguiam assoviar os pederastas passivos.

As mulheres lésbicas eram designadas de tríbades, lesbianistas, sáficas, viragos, fanchonas, classificadas como loucas, congênicas ou viciadas. De acordo com Dr. Viveiros de Castro, citado por Trevisan (2018, p.174),

[...] as causas da anomalia homossexual podiam ser: loucura erótica resultante de psicopatias sexuais em pessoas mentalmente alienadas; falhas no desenvolvimento glandular, provocados por hereditariedade; vida insalubre, alcoolismo ou excesso de onanismo; e outras circunstâncias favoráveis à aquisição do vício, tais como prisões, velhice e impotência.

Assim, sendo sujeitos doentes e alienados, apresentavam anomalias para uma determinada preferência sexual, sendo ativo, passivo ou misto. Os estudiosos buscavam uma explicação para essas preferências para poder intervir fisicamente ou psicologicamente. Segundo esse mesmo autor, alguns médicos como Hirschfeld e Ellis e outros teóricos, ao adotarem essa postura mais biologizante caíram, de certa forma, em defesa da homossexualidade como algo natural, e essa foi uma das armas também utilizadas pelos grupos posteriores, pois, se nasciam daquele jeito, não poderiam ser punidos como criminosos.

Nos tratamentos, os especialistas incitavam, encorajaram os sujeitos a voltarem à normalidade, utilizando métodos persuasivos e dissuasivos através do magnetismo e da sugestão. Recomendavam leituras, principalmente românticas, de forma que a beleza das nuances femininas fosse exaltada. Se todos os métodos não dessem certos, eles também sugeriam o coito de mulheres vestidas de homens ou forçar o homem a dormir com mulheres nuas. Além disso, os médicos aplicavam o método da hipnose com sessões que podiam variar de trinta a cem vezes para que os sujeitos invertidos passassem a sentir repulsa por pessoas do mesmo sexo, ou por sua anormalidade (TREVISAN, 2018).

Os Médicos legistas defenderam teses e construíram arquivos sobre a homossexualidade, que foram pesquisadas tanto por Green (2019), como por

Trevisan (2018). Esses autores encontraram teses nas quais a homossexualidade estava relacionada à raça, tendo em vista que, nos arquivos criminalísticos pesquisados, a maioria dos registros se relacionava a pessoas negras. Essas teses eram falsas, uma vez que os negros eram constantemente as vítimas do preconceito. No laboratório de Antropologia do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, dirigido por Leonildo Ribeiro, foram desenvolvidos estudos sobre a constituição morfológica dos homossexuais detidos pela polícia em casas de prostituição dessa época. Os resultados apontam que a homossexualidade estava relacionada à disfunção endócrina, pois esses sujeitos possuíam pelos pubianos, bacia e cintura predominantemente femininos, desenvolvimento excessivo das nádegas e não possuíam pelos no tórax.

Uma outra tese desta época, defendida na faculdade de medicina de São Paulo em 1928, pelo médico médico-legista chamado Viriato Fernandes, dizia que a perversão sexual atenta violentamente contra as normas sociais e que os homossexuais pederastas sofrem de distúrbios mentais, por isso, deveriam ser presos para não cometerem mais crimes e destruírem a sociedade (TREVISAN, 2018).

A partir da leitura destas pesquisas é possível compreender que os médicos compreendiam que os sujeitos homossexuais não eram responsáveis pelo mal de seus corpos. Nesse sentido, o internamento para tratamento se fazia necessário para “corrigir-lhes a natureza errada, como se faz aos aleijados [...]” (TREVISAN, 2018 p.181).

Alguns estudos defendiam tratamentos hormonais a serem realizados logo após a puberdade para reverter a inversão dos sexos e a perversão, recorrendo à endocrinologia com o desenvolvimento de tratamentos com sucos de vários órgãos de animais para corrigir o mau funcionamento das glândulas internas dos sujeitos homossexuais. Em casos mais severos, segundo os médicos, poderiam ser feitas intervenções cirúrgicas, pois era possível masculinizar fêmeas e feminizar machos com transplantes ovarianos e testiculares com vistas ao hermafroditismo.

Alguns médicos também recomendaram a reclusão em penitenciárias e manicômios. Em 1937, na primeira Semana Paulista de Medicina Legal, muitos médicos e juristas sugeriram que fosse incluído no Código Penal Brasileiro dispositivos de criminalização de toda e qualquer prática de “homossexualismo”, (TREVISAN, 2018).

Essas tentativas de criminalização foram levadas muito a sério pelos juristas e médicos, tendo sido criado um projeto de lei para que fosse incluído, no Código Penal de 1940, o homossexualismo como crime

[...] a Comissão criou um projeto de Código Penal com um capítulo específico para homossexualismo, em cujo artigo 258 se previa que 'atos libidinosos entre indivíduos do sexo masculino serão reprimidos, quando causassem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenção de até um ano'. Em se tratando de anormais, 'poderá o juiz, baseado em perícia médica, substituir a pena por medida de segurança adequada às circunstâncias' (TREVISAN, 2018, p.185).

O projeto de criminalização da homossexualidade, entretanto, não foi aprovado pelos especialistas. Mesmo assim, dois casos confirmam a manipulação pelo aparato jurídico psiquiátrico, relacionados a homossexualidades, citado por Trevisan (2018), o de Febrônio Índio do Brasil e Roosevelt Antônio Chysóstomo de Oliveira. O primeiro foi o prisioneiro que mais tempo ficou preso em nosso país, mais de trinta anos, até sua morte em 1984. No segundo caso, o sujeito era jornalista e um dos editores do Jornal 'Lampião' (dedicado às questões homossexuais entre 1978 e 1981) e crítico de música popular nos anos de 1970. Adotou uma menina de três anos, chamada Cláudia, mas foi acusado por uma doméstica e uma vizinha de ter estuprado a menina. As testemunhas alegaram ter visto que a vagina da criança se encontrava 'vermelha e inchada' e essa acusação resultou na internação do jornalista em uma clínica psiquiátrica. A menina Cláudia foi examinada por um médico-legista, mas o hímen continuava intacto, como isso ocorreu, acusaram Roosevelt de maus tratos. No decorrer das sentenças ele foi considerado como um sujeito

[...] afável e sem anomalia psíquica, mas apresentaria 'transtorno de personalidade' e enquanto homossexual, sofria parafilia - atividade sexual repetida com parceiro não concordante ou impróprio' [...] 'a partir do vício do álcool e de desvios sexuais', provavelmente teria tomado a menina 'como uma espécie de símbolo para atividades torpes e contrárias à moral e aos costumes. (TREVISAN, 2018, p. 194).

A partir deste julgamento, o réu foi transferido para quartéis e depois para penitenciárias. Muitas vezes, nem seu advogado sabia do paradeiro dele. Ficou preso até 1983, quando foi julgado novamente em segunda instância, ficando livre das acusações anteriores, mas morreu pouco tempo depois, sem conseguir trazer sua filha Claudia de volta.

Pelos dois casos ressoam memórias de como os homossexuais eram significados no Brasil neste período. O Índio foi condenado à prisão perpétua, mesmo

não tendo uma lei dessa natureza prevista na legislação brasileira. No caso de Febrônio, acusado de doente sexual, foi vítima de um médico psiquiatra, pois, como refere Trevisan (2018, p.196), “‘o louco moral’ não tem sequer uma sentença que estabeleça prazos ou limites e contra o qual se pode recorrer”. Com isso, além de ser interditado no social, ainda perdeu sua filha e seu nome ‘Febrônio’ passou a designar pessoas com sexualidades desviantes, homossexuais. Segundo o autor, até o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro demorou para entregar à justiça um atestado de que Febrônio Chrysóstomo era jornalista. Isso ressoa como o apagamento e o silenciamento dos sujeitos com sexualidades não padrão não se dá de uma única forma, ela funciona sistematicamente.

O discurso construído nas décadas de 1930 e 1940 sobre os sujeitos LGBTQIA+ foi muito eficaz, pois - segundo os autores - até a forma de se vestir poderia levar o sujeito homossexual a uma clínica para doentes mentais.

Green (2019) relata, em sua pesquisa, o caso de um pai de um advogado de 29 anos que internou seu filho no Sanatório Pinel, localizado em São Paulo, somente porque o jovem tinha uma preocupação grande com sua beleza, ficando horas no banheiro se arrumando. De acordo com os registros do sanatório, o médico que o atendeu receitou um tratamento de eletrochoque durante seis semanas para corrigir o desvio. Esse discurso era difundido entre a população e, com isso, muitos pais tentavam reprimir os filhos dentro de casa. Quando não conseguiam, passavam para o Estado, assim, muitos foram internados nos sanatórios para curar-se de relações sexuais consideradas perversas.

Muitos jovens homossexuais tinham medo de perder o emprego ou serem mal vistos pelos vizinhos devido ao modo de vestir-se. Além do mais, vestir-se como mulher ou homem, por meio do travestismo, era uma violação do código penal e os adeptos dessa prática podiam ser levados pelas autoridades se estivessem nas ruas.

Um documento que contribuiu para que as interdições e silenciamentos dos sujeitos continuassem ocorrendo foi a inclusão do homossexualismo na lista ou Classificação Internacional de Doença na 6ª revisão, ocorrida em 1948, na categoria 320 – Personalidade Patológica, subcategoria 320.6 Desvio Sexual. Esse mesmo discurso se manteve na 7ª revisão (1955); porém na 8ª revisão, o homossexualismo saiu da categoria “Personalidade Patológica” e passou para “Desvio e Transtornos Sexuais” – Código 302 e sua subcategoria – 302.0 Homossexualismo. Na 9ª revisão, ocorrida em 1975, manteve-se classificado nestas categorias, porém considerando

opiniões divergentes de escolas psiquiátricas, as quais inseriram a seguinte orientação “Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental”.

O homossexualismo permaneceu nesta lista, cumprindo o seu efeito no social, por meio do documento, até 17 de maio de 1990, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da classificação do CID. O Brasil, por meio do Conselho Federal de Psicologia, deixou de considerar a opção sexual como doença ainda em 1985, antes mesmo da resolução da OMS ser publicada. Entretanto, somente em 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou uma portaria proibindo os psicólogos de exercer práticas de tratamentos de ‘cura’ e/ou das chamadas ‘terapias de conversão’ (SANTOS, 2013), confirmando oficialmente que ser homossexual não se configura doença, distúrbio ou perversão, mas apenas uma das formas de expressar a sexualidade.

Com o CID, a memória que se construiu através desta classificação permanece ressoando discursivamente, instaurando contradições e causando seus efeitos nos processos de injúria contra as sexualidades diferentes da heterossexualidade, quando os sujeitos LGBTQIA+ são descobertos por não se assumirem. A primeira classificação é ‘você é doente’, principalmente por familiares que não aceitam sexualidades diferentes ou ainda, como a decisão tomada em 2017, em liminar na qual o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, do Distrito Federal, na tentativa de permitir que psicólogos possam fazer terapias de ‘reversão sexual’ em homossexuais, sem sofrer nenhum tipo de censura por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP) deu decisão favorável⁶⁵, indo contra as evoluções sobre o assunto e portarias publicadas anteriormente, conforme explicitado no início desta parte do capítulo.

O que se viu, neste período, segundo GREEN (2019) e TREVISAN (2018), foi que a Polícia, a justiça e a medicina trabalharam juntas para tentar conter esses corpos ‘desviantes’ da norma instituída. Os que mais sofreram foram os corpos afeminados, pois os registros e documentos dos médicos e criminologistas, analisados por pesquisadores, demonstram que a maioria dos registros descreve, conforme as teorias da época, que eles eram passivos, afeminados. Isso ocorreu porque, ao apresentarem traços mais afeminados, esses homossexuais eram

⁶⁵ Essa decisão pode ser lida na íntegra no site do Conselho Federal de Psicologia no link: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Decis%C3%A3o-Liminar-RES.-011.99-CFP.pdf>.

levados, retirados dos lugares públicos, principalmente no centro do Rio de Janeiro e de São Paulo, as duas cidades analisadas.

Os estudos da época tinham como premissa curar os distúrbios sociais existentes e purificar a nação. Esses estudiosos médicos, advogados, criminologistas, psiquiatras, interagiam nas mesmas escolas médicas e organizações profissionais, compartilhando assim as mesmas ideias sobre sexualidades desviantes, publicando artigos nos mesmos periódicos sobre crimes, sexualidade, lei e medicina, dessa forma, faziam uso das mesmas teorias para ir contra a homossexualidade, porém, todos concordavam e ressoava como algo positivo que “a homossexualidade sempre existiu ao longo da história, em todas as classes sociais e em todas as sociedades” (GREEN, 2019, p. 204).

Neste século, naturalizou-se entre os médicos a prática daquilo da chamada “antropologia criminal”, ou seja, a realização de trabalho de campo para mapear a vida dos sujeitos significados como perniciosos à sociedade (TREVISAN, 2018, p.198). O conluio entre diferentes frentes que transformou o sujeito homossexual em “depravado moral” teve como consequência prisões sem provas, acusações fundamentadas em artigos do código penal, interpretados de acordo com os interesses da formação social.

Essas contradições vieram à tona, mas as consequências na vida desses sujeitos estavam em funcionamento. É preciso compreender como Alfred Kinsey (1972), citado por Alessandra Diehl, Denise Leite Vieira, Jair de Jesus Mari (2014), no artigo “A CID-11 não reconhecerá possibilidades de patologização da homossexualidade”, pois

O mundo não é dividido em ovinos e caprinos. Nem todas as coisas são pretas nem todas as coisas brancas. Somente a mente humana inventa categorias e tenta forçar os fatos em escaninhos separados. O mundo vivo é um continuum em cada e todos os seus aspectos. O quanto antes nós aprendermos a este respeito do comportamento sexual humano, mais brevemente alcançaremos o som do entendimento da realidade sobre sexo. (ALFRED KINSEY, p. 639).

Esse imaginário em torno da homossexualidade e dos sujeitos LGBTQIA+, se sustentou, no Brasil, na tríade pecado, crime e doença, mais precisamente, pelo religioso, pelo estado e pela ciência. Esses discursos retornam pelos processos discursivos, em que o mesmo se repete (paráfrase) e rompe com o estabilizado, instaurando o novo (polissemia), conforme destaque dado à sequência discursiva 2.



⁶⁶ Retratos de pessoas detidas e fichadas pela Polícia Civil de São Paulo – Ditadura Civil-Militar 1964-1985 (QUINALHA, 2021, ANEXO 6).

2.2 Entre o “crime” e a “doença” - o sujeito LGBTQTIA+ na Ditadura Civil-militar

“Brasil, ame-o ou deixe-o”⁶⁷
(Slogan utilizado no governo ditatorial)

Neste final de capítulo, trazemos um enunciado recortado do discurso recente do presidente do Brasil, em um pronunciamento na 76ª Assembleia Geral da ONU, ocorrido em Nova York, no dia 21 de setembro de 2021. Neste discurso, ressoam memórias que vêm alimentando cada vez mais os discursos de ódio contra os sujeitos LGBTQTIA+. A sequência discursiva, em tela, é parte desse discurso e a analisamos a partir das condições de produção dadas, considerando que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia porque ele é desde sempre afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia (PÊCHEUX, 2009) e o discurso estrutura-se por uma rede de memórias de diferentes formações discursivas:

SD 3 - “O Brasil tem um presidente que acredita em **Deus**, respeita a Constituição e seus **militares**, **valoriza a família** e deve lealdade a seu povo. Isso é muito, é uma sólida base, se levamos em conta que **estávamos à beira do socialismo**” [...] “**Temos a família tradicional como fundamento da civilização** (grifos nosso). E a liberdade do ser humano só se completa com a liberdade de culto e expressão”⁶⁸.

O que esse discurso faz é “constituir o sujeito em uma posição subordinada” (BUTLER, p.39). O presidente fala em Deus e em família tradicional e essas referências instauram efeitos de sentidos em relação aos sujeitos LGBTQTIA+, pois circula uma memória que significa o sujeito homossexual e as travestis como pecadores, principalmente, em discursos advindos de formações discursivas religiosas, conforme visto na primeira parte deste capítulo. Esses efeitos sustentam-se em um imaginário de constituição desses sujeitos no social.

Entendemos as formações imaginárias a partir de Pêcheux ([1969], 2010), conforme sinalizado anteriormente, como as imagens que os interlocutores de um discurso conferem a si e ao outro, a partir de determinações decorrentes de lugares

⁶⁷ Slogan utilizado no Regime Militar – disponível em: <http://memoriasdadtadura.org.br/generos-e-programas/propaganda-do-regime-militar/>.

⁶⁸ Disponível em: <https://canalmynews.com.br/politica/na-onu-bolsonaro-defende-tratamento-precoce-familia-tradicional-e-atos-pro-governo/>.

empíricos/institucionais, construídos no interior de uma formação social. Nesse sentido, as imagens do sujeito homossexual e da travesti como pecadores estão determinadas por meio desta formação social.

As considerações sobre esses sujeitos funcionam como performativos em um ritual que interfere cada vez mais nas instâncias políticas, especialmente, quando eles assumem posições-sujeito nos discursos, a partir de suas filiações ideológicas. Vale destacar que “as ideologias não são feitas de “ideias”, mas de práticas” (PÊCHEUX, 2009 p. 130). E essas práticas estão no social.

Como o sujeito fala de um lugar determinado no social, sendo afetado por diferentes relações de poder, o sujeito do discurso fala a partir de uma posição-sujeito. Com isso, no enunciado, em tela, Jair Bolsonaro, o Presidente da República - aquele que foi escolhido para representar todo o país, como autoridade máxima do Executivo de um Estado soberano, de uma república⁶⁹. Nesse sentido, conforme destaca Orlandi (2012d, p.10): “há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras”. A mesma autora sustenta que “no momento em que o sujeito diz o que diz”, ele se assume na posição de sujeito-autor de seu discurso e vai se representar como responsável e determinar o que diz porque o sujeito, ao se reconhecer como sujeito, já é sujeito e, ao se colocar enquanto posição no discurso, “esquece das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa” (PÊCHEUX, 2009, p. 158). O sujeito para a AD não é um indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso e, no discurso em análise, o sujeito fala do lugar de presidente, de modo que esse discurso carrega as marcas do social, do ideológico, do histórico. Além disso, o sujeito do discurso investe-se da ilusão de ser a fonte do sentido, a ilusão do sujeito como origem, sinalizando que tanto a linguagem quanto o sentido não são transparentes.

Na SD3, como discurso, funciona a relação do Estado/Sociedade no Capitalismo, tendo em vista, conforme Orlandi (2011, p.38), a impossibilidade, em termos discursivos, “de desligar uma coisa da outra”. A autora ratifica que um estado autoritário somente pode reproduzir discursos autoritários porque essas práticas discursivas se relacionam às práticas sociais gerais. Dessa maneira, o discurso do presidente é um discurso autoritário pelo que ele significa enquanto sujeito político militar de direita conservadora e os sentidos a partir dessa posição-sujeito ao trabalhar

⁶⁹ No Brasil de 2021, houve pelo menos 316 mortes violentas de pessoas LGBTI+ e um aumento de 33,3% em relação ao ano anterior. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/andre-santana/2022/05/22/site-responde-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-contr-lgbtq.htm>.

e, em seus discursos, mobilizar Deus, como o autorizado a falar em nome dos demais sujeitos, se coloca como aquilo que ele significa, como sujeito porta-voz⁷⁰ do ser supremo, entidade superior, ente infinito, eterno, sobrenatural e existente por si só, causa necessária e fim último de tudo que existe. Aquele que está acima de tudo e de todos, conforme *slogan* de campanha de candidato à presidência em 2018: “Brasil acima de tudo, **Deus** acima de todos⁷¹” e em campanha para 2022 “Sem pandemia, sem corrupção e com **Deus** no coração, ninguém segura esse novo Brasil⁷²”.

Nesses slogans, o sujeito candidato tenta resgatar uma identidade Nacional e a religiosidade, conforme também ocorreu na Ditadura Civil-Militar ressoando e sinalizando para a FD de sua filiação. É importante destacar que, na Alemanha Nazista, usavam o mesmo slogan “Alemanha acima de tudo”. “Deutschland über alles” (CAVALCANTI; AZEVEDO, 2022). Conforme destacam as autoras, a historicidade deste enunciado está representada pelos deslizamentos nas relações de paráfrases como metáfora própria da ordem do simbólico.

A questão da propaganda, conforme destaca Michel Pêcheux (2012, p.73), é, pelo menos desde Napoleão, um negócio estratégico, um elemento indispensável no prosseguimento das operações militares contra o inimigo exterior”. Como uma operação militar, a partir da filiação desse sujeito presidente, ele vai trabalhando com as palavras Brasil/nação e Deus/supremo/criador e possíveis sentidos no discurso para combater esse inimigo ideológico. Conforme destaca esse mesmo autor, a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos, porque é um negócio de psicologia. Dessa forma, constrói-se sobre os desejos humanos de se ter uma nação perfeita, comungando com o universal de perfeição que é o Deus supremo, entidade superior. Pêcheux (2012), a partir dos estudos de Tchakhotin, fala esquematicamente em biopsicologia da propaganda em três teses básicas que, resumidamente, quer dizer primeiro “a natureza humana é constituída de pulsões”, a alimentar e a afetiva, são nesses parâmetros pulsivos que a propaganda trabalha;

⁷⁰ Conforme referido anteriormente: definido por Pêcheux (1990, p. 17), aquele que “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o olhar [...] que o coloca em posição de negociador potencial, no entro visível de um “nós” em formação [...]”. Ele circula, de acordo com Venturini (2009, p. 95), “[...] entre três posições: a do profeta, a de dirigente e do homem de Estado, constituindo-se como agente de contradições e deslocamentos, porque circula entre o mundo existente e a possibilidade de ‘um outro mundo’”.

⁷¹Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/>

⁷² Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/slogan-de-bolsonaro-sera-lancado-na-propaganda-do-pl/>.

segundo, que o processo objetivo das pulsões está no cerne da natureza humana, sendo controlada pelas ciências modernas, pode ser colocado a serviço de qualquer política e essa técnica “são armas como canhões”(Ibidem, p.78); terceiro, que a guerra metafórica da propaganda engaja, mobiliza milhões de sujeitos homens e mulheres e os fazem decidir o caminho a seguir. Essas teses “formam um corpo teórico-político profundamente instalado nas evidências de nosso tempo” (Ibidem, p. 79). Dessa forma, são utilizadas o tempo todo, mesmo que em pequenos slogans, conforme destaque dado pelas propagandas de campanha do presidente, isso porque, a partir do modo de produção Capitalista (Pêcheux 2012), trabalham-se duas correntes: a “americana” que pensa o ter em detrimento do ser e a “prussiana” que prevê o controle das massas e a partir destas concepções são trabalhados os assujeitamentos dos sujeitos – assujeitamento político e ideológico do capitalismo pós-guerra. Eni Orlandi (2012d. p.16), ao falar da mídia, diz que “tanto a informatização como a mídia produzem realmente a multiplicação (diversificação) dos meios mas, ao mesmo tempo, homogeneízam os efeitos”.

Além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) é um dos órgãos mais importantes para o mundo, trabalhando como mediadora de conflitos e luta pela erradicação da pobreza, promoção da prosperidade e bem-estar geral, proteção ao meio ambiente e mitigação das mudanças climáticas, entre outros objetivos. O presidente, ao fazer o uso da designação “família tradicional” e colocá-la como base, “fundamento”, além de alimentar o ódio, deslegitima toda e qualquer outra configuração familiar, como os arranjos entre famílias LGBTQIA+, sustentando o preconceito para com esses sujeitos, reforçando aquilo que ele vem repetindo desde a sua campanha em discursos para a imprensa.

“Ninguém gosta de homossexual, a gente suporta”⁷³

“Sou homofóbico, sim, com muito orgulho”⁷⁴

“[...] prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo” “Se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar a minha casa! Se eles andarem de mão dada e derem beijinho, desvaloriza”

⁷³Disponível

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/10/30/interna_politica,1318523/bolsonaro-ninguem-gosta-de-homossexual-a-gente-suporta.shtml.

em:

⁷⁴Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/>.

“O filho começa a ficar meio assim, meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele. Olha, eu vejo muita gente aí dizendo: ainda bem que eu levei umas palmadas... Meu pai me ensinou a ser homem”⁷⁵

“Demos uma sorte. As pautas voltadas para ideologia de gênero caíram com André Mendonça. É uma tranquilidade para a família tradicional. E não é só a família tradicional, não. O pessoal que vai morar aí dois homens e duas mulheres, a maioria deles não quer essa promiscuidade toda. Eles querem é trabalhar, cuidar da vida deles e ser feliz entre quatro paredes. Não fica com esse ativismo: 'Ah, todo mundo tem que aceitar isso daqui botar na escola'”⁷⁶.

Ao mobilizar na SD - 3 os substantivos “Deus, família, militares e Socialismo”, no mesmo enunciado, há o “efeito de sustentação” (PÊCHEUX, 2009, p. 101) ao que se diz, remetendo e articulando a uma memória discursiva da Ditadura Militar e se configura como um “efeito discursivo ligado ao encaixe sintático” (PÊCHEUX, 2009, p.89), ou ainda, como referencia o filósofo francês, o impensado do pensamento do sujeito, porém aquilo que preexiste ao sujeito.

Esse discurso ocorre porque o lugar do sujeito não é vazio e é preenchido por aquilo que ele designa de forma-sujeito ou o sujeito do saber de uma determinada FD (ibidem, 2009), assim, é pela FD Militar que o presidente se inscreve, identifica-se e se constitui como sujeito desse discurso, porque os “indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Ibidem, 2009, p. 147). Ideológicas porque, conforme explicitou Michel Pêcheux, no texto Remontemos de Foucault à Spinoza ([1977] (1990), ao tratar da contradição e da heterogeneidade da FD, as ideologias são plurais, dessa forma, nesta mesma FD Militar está o religioso (Deus, família tradicional), o político (Socialismo) e também sua posição presidente significando tanto um caráter “regional” (Direito, Moral) quanto “caráter de classe” (relações de produção).

Essa forma sujeito militar, tende a absorver as outras filiações, mas elas sempre retomam no fio do discurso. pelo interdiscurso, no intradiscurso, aparecendo como “já dito”, como correferência (PÊCHEUX, 1995), conforme SD – 3.

Como toda prática discursiva de/sobre os sujeitos LGBTQIA+ ocorre em domínios sociais, políticos e religiosos, inscrevendo-se “no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado pelas formações discursivas que caracterizam as instâncias ideológicas em condições históricas dadas” (PÊCHEUX, 2009, p. 197).

⁷⁵Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/comportamento/relembre-as-polemicas-de-jair-bolsonaro-com-a-comunidade-lgbtqia>

⁷⁶Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4976459-bolsonaro-afirma-que-pautas-lgbt-destroem-a-familia-e-comemora-pautas-na-mao-de-mendonca.html>.

Essas memórias discursivas ressoam no eixo da formulação, repetindo já ditos, como pré-construídos que legitimam práticas de apagamento e silenciamento dos sujeitos.

A pauta “valorização da família” sempre esteve dentre as práticas que legitimam os discursos de exclusão e penalização mobilizados pelos movimentos conservadores, dentre eles, a ‘Marcha pela família com Deus’ (1964), que se deu no período ditatorial de 1964 até 1985.

Os sujeitos LGBTQIA+ sempre foram vistos como uma ameaça à família tradicional pela não procriação, discurso vindo do religioso que alimentou os discursos de criminalização desses sujeitos no decorrer da história, sendo retomados na Ditadura Civil-militar, mesmo sem ter base jurídica ou leis que os criminalizassem.

Segundo Quinalha (2021, p. 21), “Diversos outros dispositivos legais e contravencionais, tais como ‘ato obsceno em lugar público’, ‘vadiagem’ ou violação à ‘moral e aos bons costumes’ foram intensamente mobilizados para perseguir as sexualidades desviantes” e os poderes públicos encontraram alternativas para puni-los, pois, conforme Cabral (2016, p. 131), “um sujeito é sempre produzido pela ordem social que organiza a experiência dos indivíduos num dado momento histórico, pela subordinação a determinadas regras, normas, leis”, constituindo o que Pêcheux (2009, p. 145) chama de forma-sujeito de direito e o sujeito ideológico “que o reduplica, ele é interpelado – constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara a norma identificadora [...]”, que constrói o imaginário do sujeito LGBTQIA+ como criminoso.

O aparato de repressão montado pela ditadura civil-militar de 1964, como se sabe, foi dirigido, explícita e predominantemente, contra os “subversivos” e “comunistas”. Mas os golpistas foram além! Montaram também um aparato de controle moral contra os comportamentos sexuais, tidos como “desviantes”. Assim, homossexuais, travestis, prostitutas e outras pessoas consideradas “perversas”, ou “anormais”, foram alvo de perseguições, detenções arbitrárias, expurgos de cargos públicos, censura e outras formas de violência⁷⁷.

O que ocorreu, no período da Ditadura, foi a disseminação da necessidade de moralização da sociedade brasileira a partir de valores direcionados à manutenção de uma ordem social e também de proteção à família tradicional composta por homem, mulher e filho. Com esse discurso, os conservadores e religiosos

⁷⁷Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/>.

alimentaram/alimentam a existência de um ‘fantasma’ do Comunismo/Socialismo⁷⁸ e também a luta pela moral e os bons costumes – família e Cristandade. Foi com esse discurso que se iniciaram as marchas pela “Família com Deus pela Liberdade”, conforme texto-imagem.

Texto-imagem 01 – Marcha da família com Deus pela liberdade



Foto: Claudia Andujar⁷⁹

Esses acontecimentos foram movimentos propulsores e alimentadores da inserção do regime antidemocrático que destituiu o governo de João Goulart, surgido em março de 1964, constituindo uma série de manifestações em capitais brasileiras. Essas marchas envolveram setores do clero, entidades femininas com apoio da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, entre outras espalhadas pelos Estados.

A marcha pela vitória do golpe, ocorrida em São Paulo, em 02 de abril de 1964, com cerca de trezentas mil pessoas, foi da Praça da República até a Praça da Sé, finalizando com a missa ‘pela salvação da democracia’. Os discursos dos militares

⁷⁸ Trago as duas designações entre barras porque a maioria dos conservadores não sabe, muitas vezes, distinguir o sentido que cada uma delas carregam historicamente.

⁷⁹ Disponível em: <https://jornal.usp.br/tv-usp/serie-mostra-luta-pioneira-de-lgbts-contra-a-repressao-na-ditadura/>>.

eram tão articulados em relação ao perigo iminente que a ocorrida no Rio de Janeiro juntou cerca de um milhão de pessoas.

E, como referenda Cabral (2016), torna-o mais visível para aqueles subalternizados na ordem social, por estarem o tempo todo à margem, sendo excluídos da formação social, ou, de acordo com a nossa tese, silenciados e apagados e, muitas vezes, interditados pela própria lei.

Os Sujeitos LGBTQIA+, de acordo com Green e Quinalha (2014), Quinalha (2017; 2021), Green (2019); Trevisan (2018); Fry (1985), entre outros, na época da Ditadura Militar, passaram a viver suas sexualidades às escondidas, em guetos⁸⁰, instaurando uma subcultura, neste caso, de acordo com acontecimentos e fontes históricas analisadas pelos autores, uma subcultura gay.

Neste período, houve um clima de medo generalizado por causa das forças armadas aliadas ao “conservadorismo moral alçado à política oficial, aumentava o custo social para que homossexuais pudessem assumir publicamente suas sexualidades dissidentes” (QUINALHA, 2021, p.13).

Segundo esse mesmo autor, tal condição impunha uma dupla clandestinidade a esses sujeitos, pois era preciso fugir do contato direto com os agentes do Estado que restringiam exposição de condutas não heterossexuais, como era preciso também evitar exposição da própria homossexualidade.

Alguns bares, boates e saunas passaram a abrir as portas para esse público, às escondidas, e isso também criou incômodo nos vizinhos destes ambientes, principalmente, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, as maiores cidades brasileiras.

Devido às perseguições de policiais, a grande luta dos sujeitos LGBTQIA+ era o assumir-se perante a sociedade, visto que as relações entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas doença – homossexualismo e ainda carregavam outras memórias advindas do discurso religioso.

Os primeiros anos de ditadura foram difíceis aos sujeitos com sexualidades consideradas desviantes, não heterossexuais, pois o governo acreditava que ‘a

⁸⁰ A palavra ‘gueto’ indica o isolamento dos sujeitos homossexuais em lugares distantes e separados dos demais, assim como ocorreu com os judeus no Holocausto. Retornam, também, memórias e discursos referentes ao chamado “Holocausto brasileiro”, quando os doentes e loucos eram separados da formação social, assim como com os homossexuais do séc. XIX – internados em manicômios e clínicas de recuperação para se curarem da doença do homossexualismo, conforme já referimos neste capítulo e vamos explorar quando tratamos das mídias e dos mecanismos de resistência, no segundo capítulo.

liberdade sexual' era oposta à sua base, que defendia a família tradicional cristã. A homossexualidade significava ameaça à reprodução do casal católico, que necessitava de proteção (QUINALHA, 2017).

Os militares criaram um imaginário no social estabelecendo “uma relação direta entre os desvios sexo/gênero e a ideologia comunista, de modo que a prisão de homossexuais e travestis foi considerada uma prioridade no combate à perversão perpetrada por comunistas” (CABRAL, 2016, p.141). Como ocorrido na Idade Média, eles precisavam de um bode expiatório para os problemas encontrados, agora, da ordem do político. O resultado é que os sujeitos LGBTQIA+ continuaram sendo acusados, muitas vezes, pela própria família e levados a tratamentos com medicamentos, eletrochoques e acompanhamentos psiquiátricos. Dentre os tratamentos, havia aqueles chamados de ‘aversivos’, em que o sujeito homem, ao ver uma foto de mulher, recebe ondas elétricas prazerosas no cérebro, no encéfalo, e, ao ver fotos de homens, recebe choques, ou o inverso, se o sujeito for mulher (TREVISAN, 2018).

A partir desse discurso e do Ato Institucional número 05 (AI-5), publicado em dezembro de 1968, as perseguições aos homossexuais somente se ampliaram em nome da segurança nacional. Toda e qualquer prática sexual fora dos padrões normativos da heterossexualidade era considerada perigosa, e os sujeitos subversivos, mais ainda, o país necessitava de um processo de higienização, mesmo discurso utilizado na década de 1920 e 1930 para “limpar” os lugares públicos frequentados por sujeitos LGBTQIA+, tanto em São Paulo como Rio de Janeiro (GREEN, 2019). Isso se constitui como a repetibilidade, conforme Indursky (2011, p. 70), ela que “permite observar que os saberes preexistem ao discurso do sujeito”, ou ainda, conforme sinaliza Pêcheux (2009, p. 151), “o sempre já aí da interpelação ideológica” que se manifesta a partir do pré-construído de que os sujeitos homossexuais (LGBTQIA+) não podem ocupar determinados espaços por serem “doentes”, “pecaminosos”, “criminosos” etc.

Ao retomar essa prática da higienização, aqueles que mais sofreram foram corpos “desviantes” visíveis como as travestis, conforme destaca Michel Foucault no livro *Sexualidade e a vontade de saber* (2014a), há redes de poderes aliados a práticas e discursos sociais convergentes para governar a sexualidade dos outros; no caso dos militares, essa prática funcionou por meio da interdição no social, proibia-se a circulação dos corpos.

Entretanto, em função da crise que o país passava, muitas travestis e homens gays se arriscaram nas ruas, prostituindo-se para poder sobreviver. Até mesmo aqueles que somente circulavam pela cidade, mas que “davam pinta”, eram levados pelos policiais. Segundo Green (2014, 2019) e Quinalha (2021), como não havia lei, usavam como subterfúgio a contravenção penal de vadiagem - Art. 59 da Lei de Contravenções Penais

[...] Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou provar a própria subsistência mediante ocupações ilícitas: Pena – prisão simples, de 15 (quinze dias a 3 (três) meses. (BRASIL, Decreto-lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941)⁸¹

Os sujeitos LGBTQIA+ que ficassem nas ruas e não tivessem documentos comprobatórios de empregos, eram levados para as delegacias, ficando presos por um período de tempo, com o registro feito, alguns eram liberados e tinham trinta dias para mostrar tal documento (GREEN, 2018).

Amparados por uma ideologia cristã de família e moral, fizeram circular um discurso de sustentação para suas práticas, conforme destaca Cabral (CABRAL, 2016, p.141)

[...] em perfeita consonância com o ideal de povo e corpo são do regime autoritário, que estabeleceu formas de medição do corpo das travestis e recolhia suas imagens para averiguação a fim de determinar o quão perigosas elas poderiam ser [...].

Nesse período ditatorial, de acordo com os autores estudados, foram criadas comissões de investigação para encontrar os subversivos com suspeitas de homossexualidades. Muitos bares, boates e saunas frequentadas por homossexuais também recebiam constantes batidas⁸² por policiais, acarretando o fechamento desses lugares.

Os autores Trevisan (2018), Green (2019), Quinalha (2021) concordam que, mesmo com esse movimento repressivo deste período, ainda assim foram criados

⁸¹ Decreto Lei citado por: OCANHA, Rafael Freitas. Repressão Policial aos LBGBTS em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: História do Movimento LGBT no Brasil, GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa (Orgs.). 1 ed. São Paulo: Alameda 2018.

⁸² Operação policial de busca e apreensão, realizada de surpresa. Novíssimo Aulete, Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2011, p. 208)

lugares exclusivos para o público LGBTQIA+. Nestes lugares, dançavam, conheciam parceiros, divertiam-se, existiam até cinemas destinados a encontros homoeróticos.

Outro acontecimento que “escapou” aos olhares do Regime foram os espetáculos apresentados por travestis em bares e casas noturnas (GREEN, 2019). Isso porque, apesar das perseguições, alguns acontecimentos ocorridos no exterior, nos quais a juventude, “inflamada pelos processos de descolonização, pela revolução sexual dos EUA, pelo maio de 68 na França e pela Revolta de StoneWall” (TRINDADE, 2018, p. 229), passa a formar grupos de luta, resistência e ativismo de gays e lésbicas para mudar o discurso sobre esses sujeitos, discutindo e debatendo não só identidades homossexuais, como também machismo, patriarcado, violência contra as mulheres, preconceito racial, entre outras frentes. Os grupos usam como instrumentos passeatas, publicações em revistas e jornais⁸³.

A imprensa, de forma geral, contribuiu tanto para os discursos favoráveis como para os desfavoráveis a esses sujeitos, ampliando as perseguições e também as formas de resistência dos sujeitos LGBTQIA+, como o jornal *Lampião da Esquina*, que surgiu neste período, dando voz àqueles que designavam de minorias. Nesse sentido, uma pesquisa que merece destaque é a investigação realizada pela arquivista e historiadora Jacqueline Ribeiro Cabral (2016), que fez recortes no conjunto de documentos presentes no Fundo de Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), correspondente ao Serviço Nacional de Informações (SNI), publicando-os no artigo “Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil”⁸⁴. A materialidade em tela deu visibilidade aos dados encontrados em processos de investigação sobre as mídias alternativas e sobre o modo como elas significavam os sujeitos LGBTQIA+, denunciando, também, as censuras que esses jornais/tabloides sofreram por abordar temas relacionados à homossexualidade.

A pesquisa, neste arquivo, é significativa porque corresponde a todos os documentos importantes das divisões de Segurança e Informações presentes em diversos ministérios civis desde 1946, e que depois, com a redemocratização, passou

⁸³ Sobre esse movimento de resistência do grupo LGBTQIA+, iremos abordar no terceiro capítulo desta tese.

⁸⁴ Cabral, J. R. (2016). Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil. *Revista Periódicus*, 1(4), 127–150. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/15428>.

a fazer parte da Gestão de Documentos do Arquivo Nacional, que podem ser acessadas on-line, através do projeto Memórias Reveladas do SIAN⁸⁵ (Sistema de Informação do Arquivo Nacional). Nesse conjunto de materialidades, apresentadas pela autora, ressoam memórias e discursos em torno do modo como o Estado contribuiu para o processo de apagamento e de silenciamento dos sujeitos LGBTQIA+ no social, colocando os órgãos governamentais para censurar matérias e reportagens.

Como exemplo dessas práticas, seguem as informações disponibilizadas sobre o tabloide “Flagrante Livre”, do Rio de Janeiro, que, ao publicar duas reportagens sobre os sujeitos LGBTQIA+, passa a ser investigado pelos órgãos repressores porque “abordam de modo atentatório aos bons costumes e os assuntos de prostituição e homossexualismo” porque não fazem menções à restrição de idade dos leitores.

⁸⁵ Projetos Memórias Reveladas do SIAN - Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>.

Texto-imagem 02: Informação sobre o tabloide Flagrante Livre do Rio de Janeiro

Confidencial



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 128/79 /DSI/MJ



DATA: 17 de Maio de 1979
 ASSUNTO: TABLÓIDE "FLAGRANTE LIVRE"
 ORIGEM: DSI/MJ
 REFERÊNCIA:
 DIFUSÃO: EXMº SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA

DIFUSÃO ANTERIOR: CI/DPF
 ANEXO: Cópia xerox de exemplar (24 folhas)

O tablôide "FLAGRANTE LIVRE", órgão mensal da imprensa "nani ca", editado no RIO DE JANEIRO, caracteriza-se pela radical posição con testatória ao regime e ao Governo.

Sua edição de Nov 78, além da característica acima, destaca-se pela apresentação de duas reportagens, abordando de modo atentatório aos bons costumes os assuntos de prostituição e homossexualismo.

Na reportagem intitulada "ACABA O MANGUE MAS A ZONA CONTINUA", apresentada às folhas 14 e 15, o problema da prostituição é abordado de maneira cínica e pornográfica, com publicação de palavras e fotografias obscenas.

Na reportagem denominada "TRAVESTI, SEDUÇÃO E VIOLENCIA NA BATALHA DA NOITE", aborda de forma semelhante o problema do homossexualismo, enfatizando supostas convivência e corrupção da polícia, além de apresentar a prática do homossexualismo como uma constante na vida no - turna da cidade.

O tablôide em pauta não faz restrição de idade aos leitores.

Por outro lado o SERVIÇO DE CENSURA E DIVERSÕES PÚBLICAS (SCDP) da SR/DPF/RJ, desconhece a existência de qualquer medida aplica da ao TABLÓIDE em epígrafe.

A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSIVEL
E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO
BRASIL.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCU-
MENTO (ART. 12 - DEC. N.º 79.099/77
REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE
ASSUNTOS SIGILOSOS.)

Confidencial

DNJ - 1354

Handwritten signature
 21-05-79
 GYSENO FERNANDES DE FARIAS
 Departamento de Imprensa Nacional
 Chefe do Gabinete

Fonte: BRASIL, Arquivo Nacional. Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios do fundo DSI/MJ. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. 2 v. 209 e 301 p. Cód. ref. BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 295 UD 129.

Por esse documento ressoam também as abordagens da mídia sobre os sujeitos LGBTQIA+, destacando-se a travesti que é significada como prostituta,

aquela que faz sexo por dinheiro, e homossexual, além de ser considerada doente ao usar a designação homossexualismo.

Um outro acontecimento que favoreceu os discursos desfavoráveis em torno dos sujeitos LGBTQIA+ ocorreu no final da Ditadura Civil-militar foi a chegada da AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) no país. A imprensa contribuiu significativamente para ressignificá-los discursivamente de doentes para a própria doença e que retorna constantemente nas falas dos conservadores como memória.

Em 1983, Markito, um dos maiores nomes da alta costura brasileira, faleceu de AIDS aos 31 anos. Esse era um dos primeiros registros, segundo Trevisan (2018); Simões e Facchini (2007), da doença. O acontecimento circulou pela seguinte manchete: "Costureiro Markito morre de 'câncer-gay' em Nova York".

Empreendemos uma pesquisa no acervo do Jornal O Globo e encontramos a notícia e o destaque dado pelo jornal ao usar a designação – 'Câncer-gay'.

Texto-imagem 03: Notícia pelo Jornal O Globo sobre o costureiro Markito

O GLOBO Domingo, 5/6/83 GRANDE RIO • 21

Costureiro Markito morre de 'câncer-gay' em Nova York

O costureiro Markito, criador da alta costura sensual e despojada que veste várias cantoras e atrizes brasileiras, morreu ontem de madrugada aos 31 anos, num hospital de Nova York, vítima da "Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida", doença conhecida como "câncer-gay", por atacar principalmente homossexuais, deixando seu organismo sem capacidade de defesa contra vírus e bactérias.

Markito (Marcus Vinícius Resende Gonçalves) estava acometido dessa mal há seis meses e foi tratado até maio pelo médico Paulo Mesquita, em Uberaba, sua terra natal. Seu amigo e protetor, o também médico Jorge Bastos Garcia, foi quem recomendou o tratamento nos EUA.

D. Maria Resende, mãe de Markito, já está cuidando do traslado do corpo para o Brasil. Deverá chegar hoje a São Paulo e seguir para Minas Gerais, para o sepultamento amanhã em Uberaba. A primeira pessoa a receber a notícia foi a única irmã de Markito, Mônica, que mora em Curitiba.

O médico Jorge Garcia disse que conheceu Markito quando estudava Medicina em Uberaba:

— Ele, desde pequeno, mostrava muito talento para o desenho de moda. Depois me tor-



Markito num desfile em novembro passado, com modelos exibindo criações suas

mei e terminei levando-o para minha casa, em Uberaba, para depois mandá-lo estudar moda e desenho em São Paulo. Era um grande men-

no, um excelente amigo e um profissional que em breve começaria a ter seu reconhecimento internacional.

Freeway comemora 2º ano com grande expansão

Com um mês inteiro de festas e promoções, o Freeway está comemorando agora em junho o seu segundo ano. A par disto, o Freeway está somando a seu complexo comercial a partir de amanhã vinte e quatro novas lojas, dedicadas à prestação de serviços, como cabeleireiros, lavanderia, sapateiros, posto de Correios e de assistência técnica a eletrodomésticos. O Freeway inaugurará ainda amanhã um novo departamento, o ATAK, para vendas em atacado. A área de vendas será aumentada em 4.000 m² e o estacionamento em 20.000 m², tudo implicando em mais duzentos empregos diretos.

Semeg

Serviços Médicos Guanabara Ltda.

AGORA TAMBÉM EM BONSUCESSO

A PARTIR DE 06.06.1983

Dando prosseguimento e aceso Plano de Expansão, comunicamos a mudança da Unidade Clínica de Frenia Para Air, Para, 256 Própria das Nações — Bonsucesso.

A Unidade conta com as seguintes especialidades: Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Dermatologia, Ginecologia, Infectologia, Neurologia, Ortopedia, Podiatria, Pequena Cirurgia, Proctologia, Pneumologia, Urologia e Coleta de Material para Laboratório.

As consultas devem ser marcadas pelo telefone nº 260-0586 a partir de 06.06.1983.

Uma carreira 'abençoada' por psiquiatra

Quando comulou a família, em Uberaba, que seria costureiro em São Paulo, Marcus Vinícius Resende Gonçalves — que profissionalmente ficaria conhecido como Markito — provou verdadeira convicção. Foi, se não mais de cem primos se perguntavam sérios que coisa seria esta, "uma família mineira com um filho costureiro". Mandaram-no a um psiquiatra, mas este foi um aliado e o resultado é que Markito pôde embarcar, abençoado, para São Paulo, com uma mais cheia de suas criações.

Nascido numa fazenda de Uberaba, sonde, depois de vitorioso no mundo da alta costura, voltava sempre, pelo menos uma vez por mês, Markito já desenhava vestidos desde os tempos do grupo escolar e fez as fantasias de uma escola de samba da cidade. Quando chegou a São Paulo, para trabalhar nas oficinas de costura de uma boutique, tinha 18 anos. Pouco depois, tinha o seu próprio ateliê. Aos 31 anos, idade em que morreu, era considerado um rival à altura de Clodovil e Guilherme Guimarães. Mas fazia roupas diferentes, inspiradas muitas vezes nos filmes americanos que viu apaixonadamente desde menino — especialmente os de Rita Hayworth e Marilyn Monroe —, valorizando ao máximo o sexy "No decote — dizia — vou ao máximo possível, ao ponto certo e estimulante, sem deixar de ser chique. Sou um costureiro que gosta de mulher".

As mulheres também gostavam — e muito — de suas criações. Vestiu Simone, Gal Costa, Sônia Braga, Christine Torloni, entre outras. Segundo a cantora Vanusa, ele viu que as mulheres estavam cansadas de se vestir como homens: "Jogos brilho nas roupas e nós adoramos".

A doença que vitimou Markito, conhecida como AIDS Acquired Immune Deficiency Syndrome Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida ou "Câncer gay" — era totalmente desconhecida até o surgimento do primeiro caso em 1981. Ela destrói rapidamente o sistema imunitário das vítimas tornando-as alvos fáceis de vírus e bactérias. Câncer, herpes e pneumonia são as possíveis e frequentes consequências imediatas e letais.

O Globo, 05 de junho de 1983, Matutina, Rio, página 21⁸⁶.

⁸⁶ Jornal disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/apos-descoberta-de-diagnostico-em-1981-aids-mata-milhoes-vira-mal-do-seculo-13276614>.

Nesta manchete, o substantivo composto “câncer-gay”, além de ser extremamente alarmante para a população leitora do jornal “O Globo”, significa o sujeito homossexual, gay como a própria doença, ou seja, os sujeitos não são somente doentes, conforme as memórias que ressoam do século XIX, eles passaram a ser a própria doença por um processo metonímico, em que discursos que vêm de outros lugares se atravessam, como discurso transversal (PÊCHEUX, 2009). E não é qualquer doença porque cientificamente sabe-se que o câncer se estrutura por células anormais/defeituosas que se dividem incontrolavelmente e vão destruindo as células normais do corpo. O que ressoa pela relação parafrástica entre câncer e homossexuais é que os gays são essas células defeituosas que vão adentrar no corpo social e destruir as células normais. Assim, um dos possíveis sentidos, na perspectiva do discurso, é que os sujeitos heterossexuais são normais e Gays (LGBTQIA+) são anormais, defeituosos⁸⁷.

De acordo com os autores, logo outras notícias se espalharam pelo País. Nos Estados Unidos havia muitos registros de homossexuais e bissexuais com o vírus e isso criou pânico também no Brasil.

Os sujeitos LGBTQIA+ tornaram-se alvo não somente dos policiais, pois quase toda a população passou novamente a ver esses sujeitos de forma negativa. Nos primeiros casos de AIDS, as pessoas falavam em ‘câncer gay’, ou ‘peste gay’, conforme notícia acima. No Brasil, os maiores atingidos pelo vírus eram homossexuais do sexo masculino, reafirmando a relação doença X homossexual e os “homossexuais são responsabilizados pelo surgimento e disseminação da AIDS” (SOLIVA, 2019, p.131).

Tanto os sujeitos LGBTQIA+ como a sociedade em geral ficavam com medo do vírus, surgiram muitas notícias alarmantes, dizendo que, na cidade de São Paulo, havia mais de 150 mil casos neste mesmo ano de 1983. Os sujeitos LGBTQIA+, sendo grupo de risco, não queriam mais sair, assim, boates, bares e saunas gays foram todas fechadas. No final de 1985, (TREVISAN, 2018, p. 397) “o Brasil contava com mais de quatrocentos casos registrados de pessoas infectadas pelo vírus”.

⁸⁷ No Brasil recente também temos acontecimentos sendo noticiados da mesma forma que ocorreu na Ditadura, ao se referir a doenças e sujeitos LGBTQIA+ - sobre a nova Varíola dos Macacos, sobre a qual estão dizendo que a patologia atinge somente esses sujeitos. Disponível em: <http://glo.bo/3nf8hRL>.

Spencer (1999, p. 358) afirma que “A epidemia do HIV forçou a comunidade gay a se defrontar com a angústia de perder amigos e amantes muito antes da hora; eles tiveram de aprender a conviver com o longo processo de morrer, e com a própria morte”

Segundo os autores, os hospitais não queriam receber pacientes com a doença, como não havia um tratamento adequado ainda e poucas informações, exigia-se muito cuidado com os pacientes. Em função disso, esses pacientes não eram considerados lucrativos, acarretando no não atendimento.

Em outros momentos, a imprensa também começou a trabalhar com o discurso religioso para falar sobre os homossexuais e a doença, assim como o presidente Jair Bolsonaro faz em seus discursos, usando Deus em suas afirmações, ou seja, estabelecendo uma relação de simetria entre ele – presidente – e Deus, podendo-se dizer que Bolsonaro se pretendeu um sujeito porta-voz, falando “em nome de”.

Na notícia circulada em outubro de 1993, do jornal Luta Democrática, lê-se a seguinte manchete “Aids é o castigo de **Deus**, porque bicha⁸⁸ é uma raça desgraçada”.

Texto-imagem 04: Aids é o castigo de Deus, porque bicha é uma raça desgraçada.



Fonte: Aids é o castigo de Deus. Jornal Luta Democrática, out, de 1983. Disponível em: <<https://empoderadx.com.br/2018/12/01/a-epidemia-do-preconceito-a-trajetoria-do-hiv-aids-no-brasil/>>. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

⁸⁸ Bicha é um adjetivo pejorativo da época, utilizado para desqualificar os sujeitos homossexuais. Na atualidade, esse adjetivo é utilizado como forma de resistência, sobre isso falaremos no terceiro capítulo desta tese.

Não pretendemos fazer uma análise deste enunciado porque muito se falou sobre ele, mas é importante sinalizar que a posição-sujeito da enunciação instaura a contradição e possíveis redes de sentidos, visto que o nome do jornal é “Luta Democrática”. Entretanto, ressoa uma luta democrática não para todos os sujeitos – o povo, somente para alguns, porque os homossexuais não estão inclusos nesta luta.

Essa modalidade de discurso circulou na imprensa da época e nos anos seguintes, principalmente, porque muitos artistas homossexuais conhecidos, como Cazuza (1990), Freddie Mercury (1991) e Renato Russo (1996), vieram a falecer após adquirir o vírus. A explosão discursiva na imprensa foi quando um dos maiores símbolos sexuais de Hollywood – Rock Hudson - cobiçado por muitas mulheres, veio a falecer dessa doença e, antes disso, revelou sua homossexualidade para o mundo (TREVISAN, 2018), contribuindo ainda mais para o discurso desqualificativo e para obscurantismo social.

A AIDS reforçou o sistema político, em circulação no país, com a questão da moralidade e também da família de bem, monogâmica, processos que estavam em risco (GREEN, 2019; TREVISAN, 2018). Essa síndrome veio a se tornar o ‘bode expiatório’ para a fobia coletiva que se formou em torno do discurso de ameaça moral, pecado e morte como castigo divino, repetindo o imaginário criado em épocas anteriores, quando os governantes buscavam resposta às grandes catástrofes (SPENCER, 1999). Esse discurso, conforme os autores estudados, atingiu muitas gerações, forjando uma ideia negativa sobre sujeitos LGBTQIA+ e, com isso, impulsionou o surgimento de muitas fobias sexuais.

Mais uma vez, os discursos se repetiam e todos aqueles que conviviam com esses sujeitos procuraram se afastar. Além da imprensa, que contribui massivamente para o preconceito, ele também foi reafirmado por parte do Estado e seus órgãos reguladores que contribuíram ainda mais para esse apagamento e silenciamento. Tanto o Ministério da Saúde como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) proibiu os bancos de sangue de coletar doações desses sujeitos⁸⁹, e essa

⁸⁹ Na década de 1990, o Ministério da Saúde editou a portaria 1.376, que restringia a doação de sangue a homossexuais. Em 2002, a Anvisa modificou a restrição, reiterando: aqueles homens que não tivessem mantido relações sexuais com outros homens, no período de doze meses, poderiam doar sangue. Essa restrição foi retirada na Resolução de nº 153 de 2004. Em 2011, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 1.353, a qual, no seu §5º afirmava: “A orientação sexual (heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade) não deve ser usada como critério para seleção de doadores de sangue, por não constituir risco em si própria”. Entretanto, em 2014 a ANVISA publicou a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 34, mantendo novamente a restrição dos doze meses de antecedência da coleta de sangue, ocasionando conflito entre as normas publicadas pelo Ministério da Saúde e a

restrição discriminatória continuou, mesmo quando compreenderam que a doença não era somente desses sujeitos, mas de todas as pessoas, hétero ou homo, que não se protegiam ao fazer sexo; logo, tornavam-se grupo de risco em adquirir o vírus.

Na época da Ditadura, circulavam discursos, sinalizando que muitos pais preferiam um filho morto a um filho homossexual, conforme psicóloga citada por Trevisan (2018, p.403), chamada Ana Maria Barbosa, que afirmou, na década de 1980: “Prefiro um filho morto a um filho homossexual”.

Esse mesmo discurso foi repetido pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em entrevista à revista Playboy em junho de 2011: "Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: **prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí** (grifo nosso). Para mim ele vai ter morrido mesmo", disse⁹⁰.

A imprensa reforçava esse discurso negativo em rede nacional tanto nos veículos impressos como na televisão e rádios, colaborando ainda mais para o processo de apagamento e de silenciamento dos sujeitos LGBTQIA+.

Nos programas de rádio, muitos profissionais também manifestavam o ódio como o discurso de Afanásio Jazadji, grande campeão de audiência na década de 1980, propôs em seu programa o isolamento dos sujeitos LGBTQIA+

Os homossexuais, essas lésbicas, esses **pederastas** sejam isolados, alijados [da sociedade, pois] essa **bicharada** anda agora com essa peste matando pessoas. Como **anormais** que são, deviam ficar confinados não sei lá onde. [...] Lamentavelmente, nosso Brasil está em terceiro lugar nessa “**peste gay**”, nessa doença que mata. Então, tem que isolar esses canalhas. Eles estão no governo, aqui, ali, em toda parte. **São um perigo à saúde pública (grifo nosso)**. Se você tomar um cafezinho no bar, numa xícara usada por eles, você irá contrair a doença. Eles têm que ser isolados da comunidade (TREVISAN, 2018, p. 406).

ANVISA. Desse modo, foi publicada mais uma Portaria, a nº 158 de 2016, para regulamentar um único direcionamento, e mais uma vez gerou problemas, pois ao mesmo tempo manteve a vedação a qualquer tipo de discriminação por orientação sexual e, no mesmo texto, excluiu os homossexuais ativos de doarem sangue, devido a todas essas contradições, que geram uma ação de inconstitucionalidade, que chegou ao Supremo Tribunal Federal em 2017. A proibição pela ANVISA perdurou até o dia 8 de maio de 2020, quando o ministro Gilmar Mendes, por meio do STF, derrubou a restrição que proibia homossexuais de doarem sangue. A votação considerou discriminatórias as regras da Anvisa e do Ministério de Saúde dada através da Resolução da Diretoria Colegiada nº 153, desenvolvida em 2004 e replicada em 2013 pelo órgão. Acontecimento noticiado pela revista “Veja Saúde”, em 14 de junho de 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/doacao-de-sangue-por-homens-gays-o-fim-de-uma-proibicao-preconceituosa/>.

⁹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>.

Retornam, por essas memórias, discursos religiosos que tratam esses sujeitos como peste e, também, da medicina do século XIX que os veem como uma anormalidade, instaurando a repetibilidade, que constitui o efeito de que esses discursos são sempre “já-aí”, decorrente dos pré-construídos, conforme Pêcheux (2009, p. 89).

O jornal “A tarde”, de Salvador, ainda segundo Trevisan (2018), propunha repetidamente, em várias de suas colunas, o extermínio dos homossexuais. Em uma delas, defendia que, se a solução para a peste suína no Brasil foi a erradicação dos porcos, a solução para a ‘peste gay’ deveria ser a mesma. Além de execrada, no início da ditadura, a doença passou a ser designada de maldita no final dela.

E quando o Estado, depois de muitas lutas de grupos sociais em prol desses sujeitos acometidos pela doença, começou a realizar campanhas de prevenção, cuidados, distribuir boletins explicativos, e também fornecer medicamentos, muitas pessoas com influência na sociedade faziam campanhas contra, como o jornalista Paulo Francis, que usava o seu prestígio e assumia a posição-sujeito de formador de opinião para exigir que o investimento do governo com vistas a estancar a AIDS fosse negado. Uma das sustentações para essa prática vem do discurso religioso, a condenação de Sodoma presente em Levítico, conforme apresentado no primeiro capítulo. Esse jornalista dizia que a Aids somente “é passada por alguém que cometeu ou se submeteu à **sodomia** masculina [e] traz o vírus de atos sexuais prévios com **sodomitas**” (TREVISAN, 2018, p.414). Para ele, a mulher dificilmente seria contaminada pelo vírus, mesmo em ato sodomita, uma vez que seu corpo teria mais defesas anatômicas que a masculina.

Muitas entidades religiosas também fizeram suas campanhas, até dentro de hospitais públicos, dizendo que conseguiam curar o “homossexualismo”. Esses discursos se espalharam em muitas cidades, e as igrejas faziam movimentos para leitura da Bíblia e organizações em grupos, como uma espécie de Alcoólicos Anônimos, nos quais os sujeitos debatiam sobre o discurso da aids, repelindo os atos homossexuais como pecados da carne.

A Igreja Universal do Reino de Deus publicava, em seu jornal semanal, a chamada “Homossexuais têm cura, é a notícia que tenho para lhe dar” e traziam, como se fosse possível, o testemunho de homossexuais reabilitados. Os evangélicos criaram uma organização, chamada Exodus, especializada em curar homossexuais, isso em seu *3º Encontro Cristão sobre Homossexualismo* em 1997 (TREVISAN,

2018). O discurso de pecado propagado dentro das igrejas levou um sujeito homossexual, em 1995, a decepar o próprio pênis, e famílias a serem expulsas de igrejas por terem filhos homossexuais. Em Morretes, no Paraná, houve o caso de um secretário de saúde que fez afixar em lugares públicos da cidade um edital comunicando a infecção por Aids de um vendedor local e para evitarem contato com esse sujeito. Esse acontecimento gerou todo tipo de discriminação em relação ao rapaz. Com o aumento de casos de Aids em crianças, muitas escolas negavam matrículas a elas ou as expulsavam, alegando que colocavam em risco as outras crianças.

Segundo Trevisan (2018), muitos médicos também voltaram com a ideia de reversão dos sujeitos homossexuais, retomando o discurso iniciado no século XIX, de que, por meio de um tratamento progressivo, os sujeitos voltavam a ser heterossexuais. A Aids contribuiu significativamente para o apagamento dos sujeitos com sexualidade diferente no social, mas foi ela que evidenciou a existência desses sujeitos, mesmo que negativamente, trazendo para as discussões político-sociais a necessidade de se fazer ou criar políticas públicas tanto para se proteger do vírus como para tratar os sujeitos doentes pertencentes a esse grupo.

Esses foram os processos discursivos em torno das sexualidades “desviantes” da heteronormativa que fizeram memória e mantiveram a tríade ao sujeito LGBTQIA+ de pecado, crime, doença. Esses discursos continuam retornando e, na ordem da repetibilidade, significam esses sujeitos como vítimas de um sistema discursivo de repressão e de negação da existência deles no social. Essas práticas legitimam-se pelo próprio Estado que, muitas vezes, falha e não cumpre com a função de defender o direito de qualquer cidadão, tendo em vista a tradição de uma formação discursiva religiosa cristã, intrinsecamente, penetrada em todas as camadas institucionais e que age de forma político-religiosa para manter um discurso contrário à existência dos sujeitos LGBTQIA+, conforme sinalizado nos discursos do presidente do Brasil.

Fechamos este capítulo com um esquema analítico para dar mais visibilidade ao proposto que significa, na base da constituição dos sujeitos LGBTQIA+, as designações que esses sujeitos receberam, de acordo com as distintas filiações nos processos sócio-históricos discursivos e retomados como memória discursiva por meio das análises nas diferentes materialidades textuais que entraram na ordem do simbólico que produziram e continuam produzindo seus efeitos no social.

TABELA 01 - DESIGNAÇÕES E REPETIÇÕES DISCURSIVAS – ESQUEMA ANALÍTICO

Pederastia (Homoerótica)	Sodomia	Homossexualismo
• Antiguidade e Grécia Clássica a.C. • Discurso Filosófico. • Sexualidades relacionadas ao controle do prazer – ser temperante. • Cultural e pedagógico. • Moral. • Memória: ativo como modelo de macho, virilidade e força; passivo como problema porque se liga à constituição da delicadeza da fêmea e da organização da mulher na sociedade.	• Período Medieval, moderno e contemporâneo: 0 a 1789. • Discurso religioso. • Memória: sexualidade como contraversão, relacionadas ao pecado e crime contra Deus e Estado; prática antinatural; animalesca; impura; não procriadora; culpados pelos problemas da sociedade; contra a família. • Repetição: ativo como modelo de macho, virilidade e força; passividade como problema porque se liga à constituição da mulher na sociedade – patriarcado.	• Contemporâneo: 1789 aos dias atuais. • Discurso da medicina. • Memória: sexualidades não procriadoras são vistas como doença, patologia, perversão sexual, anomalia. • Repetição: pecado, contra a família; crime (moral e os bons costumes e vadiagem); pederastia (ressignificada discursivamente como crime); ativo (bofe masc. e fanchona, sapatão – fem.); passivo (bicha, veado, gay – masc., lady – fem.). • Designações novas: veado, bicha, sapatão, fanchona, gay, entendido.

Fonte: O autor (2022).



FOTO DE N.Y. DAILY NEWS ARCHIVE, GETTY⁹¹

⁹¹ Clientes resistem à prisão em frente ao *Stonewall Inn*, na região de *Greenwich Village* em Nova York, no dia 28 de junho de 1969. Esta fotografia apareceu na primeira página do *The New York Daily News* no domingo, 29 de junho de 1969, os primeiros a lutarem contra a polícia. É a única foto conhecida tirada durante a primeira noite de tumultos, pelo fotógrafo freelance Joseph Ambrosini (CATER, 2010, p.162)

CAPÍTULO III

3. DO SILÊNCIO À VERBALIZAÇÃO DE SUAS (R)EXISTÊNCIAS - O MOVIMENTO LGBTQIA+

Quanto mais escuridão dos opressores, maior será a luz emitida pela purpurina dos oprimidos. — João Silvério Trevisan

Neste capítulo, discutiremos como os sujeitos LGBTQIA+ se tornaram um grupo de resistência contra os discursos religiosos, médicos, legais, criminológicos e outros de diversas ordens, respondendo à questão: como esses corpos interdiscursivos se escrevem através da/na língua para produzir sentidos e fazer resistência? Estaremos, a partir disso, cumprindo com o objetivo de “mapear no discurso a resistência e os contradiscursos dos sujeitos LGBTQIA+, que foram se constituindo na história, rompendo com outros discursos vigentes em cada época e formando o grupo LGBTQIA+ de resistência no país”.

Sinalizamos que os processos discursivos apresentam sempre “furos, falhas, incompletudes, apagamentos, e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência” (ORLANDI, 2012C, p. 213), concordando com Michel Pêcheux (2009, p.281):

[...] não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’. Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’.

Foi justamente com esses pensamentos de “ousar pensar por si mesmo” e de que “era preciso se revoltar para se fazer existir” que o processo de resistência dos sujeitos LGBTQIA+ iniciou. Mesmo que ainda ressoem formas de controle dos seus corpos, os apagamentos e as interdições no social, há, também, a luta e o contradiscurso que emergem desses sujeitos na/pela história, construindo memórias e deixando suas marcas e manifestações no discurso.

O movimento de resistência e de contradiscurso pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil começou a partir de reuniões em espaços sociais, como bares e clubes nos anos 1970, em plena Ditadura Civil-militar (1964-1985). Mas, para chegar à história desse movimento no país, é preciso

compreender os movimentos anteriores que modificaram os discursos sobre os homossexuais masculinos e femininos tanto no Brasil quanto em outros países, principalmente, nos Estados Unidos da América, e que influenciaram não só o Brasil, mas o mundo.

A partir de um acontecimento discursivo como *Stonewall*, no qual muitos sujeitos foram interpelados pelo discurso de resistência e pela luta contra uma ideologia dominante que os colocava como segregados, à margem da sociedade, eclodiram novos enunciados e performativos sobre esses sujeitos de forma positiva, contrariando o que se tinha de história e de memória – que os significava como pecadores, criminosos, doentes. Com isso foi se constituindo uma nova forma de existência e de resistência, tendo em vista que “o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 2012a, p.110).

Muitos acontecimentos de protestos ocorreram antes de *Stonewall* em outras cidades americanas, como Filadélfia e Los Angeles, mas nada se comparou ao que ocorreu em 28 de junho de 1969, em Nova Iorque, que uniu a comunidade LGBTQIA+ para um movimento em busca de igualdade de sexo, gênero e luta pelos seus direitos.

3.1 STONEWALL: A LUTA “QUANDO TUDO COMEÇOU”

[...] I love my life
 I am powerful
 I am beautiful
 I am free
 I love my life
 I am wonderful
 I am magical
 I am me
 I love my life⁹² [...]

Trouxemos como epígrafe de abertura um fragmento da letra da música ‘Love my Life’, de Robbie Williams, justamente porque nela ressoam os sentimentos

⁹² Música *Love My Life*, de Robbie William, Álbum - The Heavy Entertainment Show, lançado em 2016. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/robbie-williams/love-my-life/traducao.html>.

desenvolvidos pelos sujeitos LGBTQIA+ após a *Revolta de StoneWall* ao se reconhecerem como pessoas diferentes, mas iguais em direitos, principalmente no direito de existir. E foi nesta luta pela existência que aconteceram e se projetaram poderosas, bonitas, maravilhosas, mágicas e podendo ser elas mesmas, amando suas vidas.

No percurso de luta e resistência, este acontecimento se tornou histórico porque é símbolo de mudanças discursivas em relação aos sujeitos LGBTQIA+ que, do “silêncio e do apagamento” que constituíam seus corpos no social, tornam-se parte da sociedade, saindo dos guetos e lutando pela igualdade de todo cidadão. Essa é uma das razões para analisarmos esse processo como acontecimento discursivo, conforme Pêcheux (2012a), justamente porque se dá do encontro de uma memória em relação a esses sujeitos e de uma atualidade, instaurando o que Achard (1999) refere como uma “nova rede de sentidos”, uma nova série. Segundo esse autor, “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstituída na enunciação” (2012a, p.17). Dessa forma, todo discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada, e a enunciação é assumida como operações que vão regulamentar a circulação do discurso.

O acontecimento de *StoneWall* colocou em evidência os efeitos de sentidos de ser e de estar sujeitos homossexuais, mexendo com a memória que, até então, se tinha sobre esses sujeitos LGBTQIA+, instaurando tensões e desestabilizando os discursos existentes dentro das formações discursivas, produzindo novas séries discursivas e uma narrativa histórica diferente: esses sujeitos passam a pensar em outra identidade, não mais aquela imputada pela sociedade, segundo a qual praticar uma forma de sexualidade diferente seria crime, pecado e doença. Ao falar de memória, Michel Pêcheux destaca que

[...] a memória seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler”, porque ela vai “restabelecer os implícitos (quer dizer, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.50)

As mudanças ocorridas em relação ao discurso sobre os sujeitos LGBTQIA+ se deram tanto na forma como esses sujeitos enxergarem a si mesmos, quanto ver os outros sujeitos inscritos na mesma formação ideológica, pertencentes, portanto, à mesma formação discursiva LGBTQIA+. Resulta dessas inscrições práticas políticas,

movimentos de contradiscurso e imaginários construídos por anos de sofrimento e de dor que os silenciavam e os apagavam no social.

A rebelião é narrada no livro *Stonewall: the riots that sparked the gay revolution*, do historiador americano David Carter ([2004], 2010), afirmando que o acontecimento deu início às lutas pelos direitos dos gays e lésbicas. Até meados de 1966, na grande maioria das cidades americanas, eram proibidas reuniões de homossexuais em lugares públicos, visto que a relação entre pessoas do mesmo sexo era criminalizada, e a homossexualidade era considerada uma doença socialmente ameaçadora, condenando-os a viver em guetos.

Além de criminosos, esses sujeitos eram estigmatizados, discursivizados como doentes e, pela memória que ressoa do discurso religioso, como pecadores. Eles sofriam, além de assédio e de agressões físicas, de torturas psicológicas através das injúrias que recaíam discursivamente sobre seus corpos. Nesta época, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) classificava a homossexualidade como transtorno mental. Nessa esteira como loucos, as populações americanas os viam como imorais, porque, segundo esse discurso que vinha do religioso e da medicina, tinham comportamento inaceitável para a sociedade.

As represálias por parte de policiais aos sujeitos LGBTQIA+ nas ruas e lugares era algo normal, principalmente àqueles corpos visivelmente reconhecidos pelas roupas e pelas formas estereotipadas, fáceis de serem reconhecidas e identificadas. E “ser um rebelde sexual que se recusa a aceitar a ortodoxia de uma época, é um dos atos de rebelião mais significativo e poderoso que existe” (SPENCER, 1999, p.377). Segundo esse mesmo autor, quando se usa a roupa de sexualidades opostas, como o caso de travestis, desestabiliza-se a sociedade e o corpo funciona como ato político. Nos Estados Unidos dessa época, pelo fato de vestir roupas contrárias à sua sexualidade, a travesti poderia ser presa e despertar o ódio de muitos cidadãos.

A cidade de Nova York estava crescendo em população, incluindo a de membros LGBTQIA+⁹³. Muitos jovens tinham essa cidade como destino para encontrar outros jovens homossexuais, um companheiro ou até mesmo fazer uma

⁹³ Recordando que essas siglas ainda não designavam os sujeitos com sexualidades diferentes da heterossexualidade, e o movimento para a existência desse grupo/comunidade começa com esse acontecimento que está sendo historicizado, porém optamos por usar para não deixar nenhum dos sujeitos de fora, visto que sempre existiram, somente não eram discursivamente representados no social.

família, muitos deles acreditavam que essa cidade seria mais liberal do que suas cidades de origem. Contudo, esta era uma das cidades mais violentas para esses sujeitos, pois sair nas ruas se tornava perigoso, a população em geral era muito preconceituosa, e havia grupos que os perseguiam. Mesmo assim, na década de 1960, a cidade recebeu o maior número de homossexuais dos Estados Unidos.

Segundo Carter (2010), em grandes metrópoles como Nova York, bairros como Greenwich Village tornaram-se, no pós-guerra, o lar de um grande número de homossexuais, houve o desenvolvimento de uma subcultura gay e eram poucos os bares em que esses sujeitos podiam se reunir. Além disso, a New York State Liquor Authority⁹⁴ (SLA) proibia a venda de álcool para estabelecimentos considerados gays.

A grande maioria dos homossexuais eram fugitivos de suas famílias, sem lugar para morar, ficavam nas ruas e viravam sem-teto. Assim, sofriam assédio o tempo todo, tanto por parte das famílias que viviam nos bairros, quanto por policiais.

A Máfia Italiana enxergou um nicho forte para ganhar dinheiro neste ramo de venda de bebidas, abriram muitos bares pela cidade de Nova York e Fat Tony, filho de um importante mafioso de nome Ernie, comprou um restaurante localizado em Greenwich Village e o transformou em um bar para o público LGBTQIA+, objetivando ganhar dinheiro com bebidas adulteradas (CARTER, 2010). O bar era desta forma, foto tirada em 1969, dois anos após sua inauguração em Greenwich Village.

⁹⁴ Autoridade de bebidas do Estado de Nova Iorque.

Texto-imagem 05: Fachada do bar *Stonewall* em 1969



(Foto: Diana Davies/ New York Public Library/Wikimedia Commons⁹⁵)

Para evitar batidas da polícia e fiscalização no bar, a estratégia alcançada pelo dono foi pagar propina exorbitante aos agentes policiais corruptos. Mesmo assim, alguns faziam batidas no local, em horários alternativos em que não havia muitos frequentadores, o bar não tinha a licença para vender bebidas alcoólicas, dessa forma precisava sempre ser avisado das batidas por algum policial. Esses policiais passavam toda semana um envelope no qual eram arrecadados os dinheiros dos proprietários.

Para que no *Stonewall* se conseguisse servir álcool, a máfia adotou um truque, um ‘sistema de clube de garrafas’, no qual os membros do clube supostamente levariam suas próprias garrafas para o local, escreveriam seus nomes nas garrafas, que seriam deixadas no clube para uso futuro. Além de usar esse sistema, a máfia fornecia o álcool que o *Stonewall* servia, e os frequentadores sempre eram regados, mesmo para a clientela favorecida (NELSON, 2015).

⁹⁵ Fachada Stonewall em 1969 disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:LgStonewall.jpg>.

Dentro do bar os sujeitos LGBTQIA+ apresentavam uma certa liberdade e se sentiam protegidos, podiam dançar e andar de mãos dadas, a grande maioria dos frequentadores eram homens gays, transgêneros e travestis e, em número menor, as drag queens e as lésbicas (CARTER, 2021). Os clientes viam o bar como um oásis, como um lar, muitos dos jovens sem-teto, homossexuais, praticamente viviam nele, ficando da abertura até o fechamento todas as noites. Segundo esse mesmo autor, o dono do local cobrava entrada de US\$ 1.00 durante a semana e US\$ 3.00 nos fins de semana, além de cobrar por bebidas US\$ 1,00, o que era caro para a época, uma exploração, mas todos estavam de acordo com as regras do bar, visto que não havia lugares para eles. Segundo Nelson (2015), o custo inicial de abrir o *Stonewall* foi de US\$ 3.500 entre quatro investidores, incluindo Fat Tony. Na primeira noite de negócios, o bar trouxe entre US\$ 5.000 e US\$ 6.000, o que significa que eles recuperaram seus investimentos iniciais e obtiveram lucro puro. O principal apelo do *Stonewall* era que ele possuía duas pistas de dança e dançar era imensamente popular entre a multidão gay jovem, e a maioria dos outros estabelecimentos proibia isso na época. Uma pista de dança ficava na sala da frente, onde canções dançantes mais animadas eram tocadas, enquanto a outra seguia um corredor com pouca iluminação, onde canções mais lentas eram tocadas. Os dois andares eram populares, mas para multidões diferentes. A sala da frente era frequentemente cheia de homens mais velhos, enquanto a sala dos fundos era onde homens mais jovens e a multidão dançavam e conversavam. O bar ficou sendo o reduto tanto de sujeitos homens como de sujeitos mulheres com sexualidades não normativas.

No ano de 1969, os sujeitos LGBTQIA+ haviam constituído diversas comunidades, esse ano era de muita esperança de mudanças, havia também uma política progressista em desenvolvimento, a pílula anticoncepcional tinha sido aprovada e uma subcultura gay nascia nas grandes cidades, até jornais e revistas traziam artigos sobre esses sujeitos. Para eles, o 'ano do galo' era a energia de uma nova década e essa circulava nos bares e lugares frequentados por eles.

Neste ano, chegou um novo inspetor na Primeira Divisão da Polícia Moral Pública de Manhattan – Seymour Pine e esse, de acordo com Nelson (2015), recebeu a incumbência de colocar ordem, retirando a máfia dos negócios de bares e clubes. Ele realizou uma série de incursões nos bares da 6ª Delegacia de Manhattan e, em 24 de junho de 1969, houve um ataque ao *Stonewall Inn*. Alguns funcionários foram presos e bebidas confiscadas, mas não houve grandes ocorrências naquela noite.

Três dias depois, na sexta-feira, 27 de junho de 1969, Seymour Pine estava de volta ao *Stonewall Inn*, juntamente com duas detetives de roupas simples e alguns oficiais adicionais. O plano exigia que as policiais fossem ao *Stonewall* e reunissem evidências de que o bar estava operando sem licença para bebidas alcoólicas e saíssem antes que o inspetor e os outros oficiais, que aguardavam pelo lado de fora, começassem o ataque. Pouco antes da meia-noite, o horário de pico da atividade do clube, as policiais entraram, enquanto Seymour e os oficiais esperavam do lado de fora. Por volta de uma da manhã, depois de nenhum sinal das policiais, verificaram que algo tinha dado errado e começaram o ataque ao bar.

Os clientes foram levados para fora. Normalmente, depois de um ataque, os clientes se dispersavam, mas naquela noite, eles se reuniram do lado de fora do bar e resolveram não sair. Por volta de duas da manhã, a rua Christopher Street estava tomada por uma multidão, tanto de frequentadores do bar como de curiosos que chegavam para ver o que estava ocorrendo. Alguns membros da crescente multidão começaram a subir nos capôs dos carros nas proximidades para ter uma visão melhor. Outros simplesmente se juntaram a seus amigos para discutir o ataque que estavam planejando porque estavam cansados de sofrer com as investidas da polícia.

A essa altura, os policiais começaram a prender alguns dos empregados da Máfia e outros clientes que pareciam merecedores de prisão: travestis, transgênero e outros indivíduos suspeitos. Eles confiscaram provas do bar, como bebidas alcoólicas e drogas, enquanto a multidão testemunhava tudo. Quando o inspetor e os policiais começaram a transportar funcionários e clientes, alguns espectadores aplaudiram, enquanto alguém começou a cantar "*We Shall Overcome*" (Venceremos), canção de Pete Seeger, muito presente e cantada em protestos familiares da época.

We Shall Overcome⁹⁶

We shall overcome
We shall overcome
We shall overcome, some day

⁹⁶ Tradução da letra We shall Overcome (Venceremos) We Shall Overcome / Venceremos, / Venceremos, / Venceremos, algum dia. / Oh, no fundo do meu coração, / Eu acredito / Venceremos, algum dia. / Nós vamos caminhar de mãos dadas, / Nós vamos caminhar de mãos dadas, / Nós vamos caminhar de mãos dadas, algum dia. / Oh, no fundo do meu coração, / Viveremos em paz, / Viveremos em paz, / Viveremos em paz, algum dia. / Oh, no fundo do meu coração, / Todos seremos livres, / Todos seremos livres, / Todos seremos livres, algum dia. / Oh, no fundo do meu coração, / Não temos medo, / Não temos medo, / Não temos medo, hoje / Oh, no fundo do meu coração, Venceremos, / Venceremos, / Venceremos, algum dia. / Oh, no fundo do meu coração, / Eu acredito / Venceremos, algum dia. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/baez-joan/368513/traducao.html>.

Oh, deep in my heart
 I know that I do believe
 We shall overcome, some day
 We shall be alright
 We shall be alright
 We shall be alright, some day
 Oh, deep in my heart
 I know that I do believe
 We shall overcome, some day
 We shall live in peace
 We shall live in peace
 We shall live in peace, some day
 Oh, deep in my heart
 I know that I do believe
 We shall overcome, some day
 We are not afraid (oh Lord!)
 Not afraid (oh Lord!)
 Not afraid, today
 Oh, deep in my heart
 I know that I do believe
 We shall overcome, some day
 We shall overcome (oh Lord!)
 (Oh Lord!) overcome
 We shall overcome, some day
 Oh, deep in my heart
 I know that I do believe
 We shall overcome, some day

Composição: Arthur Hamilton / Pete Seeger / Zilphia Horton.

Fonte: <https://www.vagalume.com.br/pete-seeger/we-shall-overcome.html>

Cantando e discursivizando que ‘um dia venceriam, que teriam paz, e iriam caminhar de mãos dadas, seriam livres’ e que não teriam medo, mantinham-se calmos. Até que um policial começou a bater em uma travesti com o cassetete, porque ela lhe deu uma bolsada, e mais à frente outro policial forçava uma lésbica a entrar no camburão. A multidão ficou raivosa com o fato e começou a jogar moedas, pedras e garrafas de cerveja no bar. Os policiais tentavam pedir reforços, mas ninguém chegava. O inspetor e os outros tomaram a decisão de formar uma barricada para dentro do bar até que os reforços chegassem.

A multidão foi crescendo cada vez mais, além de garrafas, pedras e moedas, jogavam até parquímetro sobre o bar. As janelas do bar quebraram e alguns lançaram coquetéis Molotov, cheios de fluido de isqueiro. Pine pediu para os policiais se prepararem para sair do clube, alguns buscaram saídas alternativas e conseguiram chegar a um quartel que ficava ao redor, mas a maioria deles ficaram encurralados dentro do bar, apagando os incêndios que se formavam.

A Força de Patrulha Tática (TPF) chegou e conseguiu liberar, em segurança, os policiais que ficaram presos. Entretanto, a multidão de Greenwich Village estava

disposta a tudo e, mesmo a TPF tentando afastá-los, eles se reagrupavam em lugares próximos e formavam linhas de pessoas cantando bravamente e enfrentando os policiais. Essa luta durou mais ou menos umas duas horas, até que os policiais conseguiram o controle da rua e dispersaram os sujeitos, prendendo alguns nas viaturas e levando-os para a delegacia.

Na noite seguinte, sábado, 28 de junho, a multidão retornou ao Bar *Stonewall Inn* junto com novas pichações feitas nas janelas abordadas, incluindo 'Support Gay Power'. A notícia do motim se espalhou pela comunidade gay de Nova York e, no início da noite de sábado, grupos de manifestantes se formaram na Rua Christopher. Entre as dez horas e a meia-noite, a multidão cresceu, enquanto os manifestantes entoavam 'Gay Power'⁹⁷ e 'Igualdade para homossexuais'.

No entanto, o protesto não foi pacífico por muito tempo, depois da meia-noite, à medida que as multidões cresciam, não cabiam mais nas calçadas, espalharam-se pelas ruas, fora do Sheridan Square Park, bloqueando o trânsito e causando o caos. Com os problemas no trânsito, a Força de Patrulha Tática (TPF) foi chamada novamente, além de policiais que se encontravam no local. Estima-se que 150 oficiais da TPF foram deixados na Rua Christopher para controlar a multidão de cerca de 2.000 manifestantes.

Um jogo de cabo de guerra entre o TPF e os manifestantes foi reiniciado, como na noite anterior, quando a TPF tentou dispersar a multidão. Os manifestantes, no entanto, tiveram mais raiva do que na noite anterior e foram capazes de suportar a brutalidade de cerca de 250 a 300 policiais e oficiais na Rua Christopher, entre meia-noite e cinco da manhã, sempre aos gritos de 'Gay Power'.

Os oficiais combateram manifestantes homossexuais, usando cassetete e tacos, mas eles não cederam. Em vez disso, as 'rainhas' e as multidões de turistas que se juntaram a eles lutaram contra a polícia. A polícia desistiu de prender qualquer um e se concentrou em limpar a área, mas esse serviço não foi feito facilmente. Os 2.000 manifestantes se tornaram mais militantes, perderam sua atitude jovial e começaram a cantar '*Christopher Street pertence ao Queens!*' A polícia conseguiu separar alguns pequenos grupos de manifestações, mas eles permaneceram para libertar Christopher Street. Depois de cinco horas de ter escapado tanto do TPF quanto dos oficiais regulares, os manifestantes tinham libertado com sucesso

⁹⁷ Poder Gay

Christopher Street. Muitos manifestantes, 'rainhas drags', jovens homossexuais e turistas, ficaram para libertar Christopher Street naquele sábado, para protestar contra as décadas de opressão, silenciamento, apagamento e interdição da comunidade LGBTQIA+. A partir desse dia nenhum desses sujeitos foram os mesmos e, decididos, foram à luta, empoderados pelos acontecimentos, foram se tornando, aos poucos, um grupo de resistência e de lutas pela sua existência.

As noites seguintes, de domingo a terça-feira, foram 'relativamente calmas', segundo o estudioso David Carter (2014), afirmando que "a polícia tinha aprendido várias lições nas duas primeiras noites dos tumultos". Os tumultos e atos de resistência mostraram tanto à população geral da cidade de Nova York quanto à força policial que a comunidade homossexual estava sendo assediada. A comunidade gay e seus apoiadores começaram a tomar uma posição contra a opressão durante alguns dias, Nova York ficou em silêncio com o protesto homossexual, mas, na noite de quarta-feira, os protestos voltaram com força total.

Segundo os historiadores Carter (2010) e Nelson (2015), havia duas razões principais para os protestos de resistência, primeiro porque o Village Voice publicou vários artigos encabeçando o ataque e tumultos no *Stonewall*; e segundo porque vários grupos políticos de esquerda foram a Nova York protestar e dar apoio ao movimento que se formava, exigindo a igualdade por direitos homossexuais. Entre domingo e terça-feira, a tensão na comunidade havia se estabelecido, mas com a reintrodução das atenções em Greenwich Village e os tumultos através da mídia e dos grupos de esquerda, os protestos foram renovados. Quarta-feira à noite, por volta de dez, jovens homossexuais, 'rainhas Drags' e apoiadores da 'libertação' chegaram à Rua Christopher para protestar, mais ou menos umas mil pessoas se reuniram em frente ao bar *StoneWall inn* e, diferentemente dos protestos anteriores, ganhou algo mais sério e violento também, latas de lixo foram incendiadas, lojas tiveram vidros quebrados, portas arrombadas e mais confronto físico com a polícia. Houve evidências de que a comunidade estava disposta a tudo, pois estavam cansados de serem subjugados por um discurso que somente os desqualificava socialmente e os segregava, pois não tinham nem o direito de frequentar os lugares públicos. A palavra dos protestos se espalhou rapidamente pelos Estados Unidos nos dias seguintes aos tumultos. Devido à rápida sucessão de notícias, muitos manifestantes e membros da comunidade gay em Nova York queriam outro protesto em Greenwich Village para

aumentar a conscientização de que a comunidade homossexual havia agido contra a opressão.

De acordo com Carter (2010), havia um grupo chamado Sociedade Mattachine, que havia se formado na década de 1950 em Nova York, porém não apoiaram os manifestantes desse grupo que se formava. Apenas colocaram uma placa na janela do bar *Stonewall inn*, pedindo paz entre os manifestantes: “Nós homossexuais imploramos ao nosso povo para ajudar a manter a conduta pacífica e tranquila nas ruas da vila - MATTACHINE”, embora tivessem um pequeno grupo, não eram influentes como nas décadas anteriores em que informavam os sujeitos LGBTQIA+ com boletins.

No dia 24 de julho de 1969, ocorreu a primeira marcha dos sujeitos LGBTQIA+ exigindo por direitos e cantando ‘*Gay Power*’ (Poder Gay) e novamente a música ‘*We Shall Overcome*’, essa foi chamada ‘*March on Stonewall*’, a primeira delas celebrando o orgulho gay na Costa Leste. Com esse movimento surgiu a ‘parada gay’ ou ‘dia do orgulho’, celebrada no mundo inteiro na atualidade. A grande quantidade de participantes foi em parte devido à violência nas semanas anteriores. A marcha ocorreu de Times Square a Greenwich Village, enquanto os membros da multidão entoavam ‘Fora dos armários e nas ruas!’ e o tradicional ‘Poder Gay!’.

Texto-imagem 06: Marcha – Libertação Gay



A few weeks after Stonewall, LGBTQ activists march in the Gay Liberation Front's first demonstration. Photo courtesy of Mark Segal (far right)⁹⁸

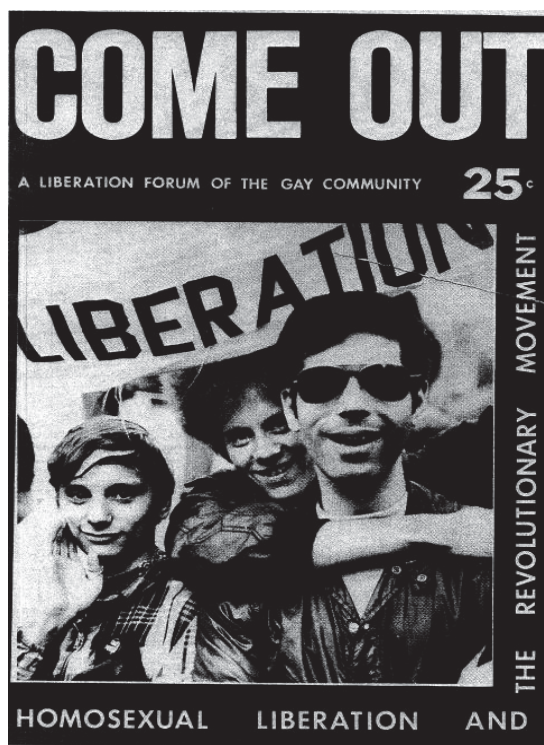
Stonewall foi um acontecimento discursivo, pois depois desse acontecimento e a marcha que ocorreu na sequência, os sujeitos homossexuais nunca mais foram os mesmos. O discurso que os oprimia foi sendo alterado e o grito de todos era para saírem dos guetos, lutar, sentir orgulho de serem quem eles são (pride), esses ideais mexeram com as memórias que se tinha do sujeito LGBTQI+, de doentes, pecadores e criminosos. As designações Gays e Queer⁹⁹, que eram utilizadas para desqualificar esses sujeitos, tornaram-se palavras de afirmação política dentro do movimento que surgia e conquistava a população da cidade de Nova Iorque e se espalhava para outras cidades americanas, formando muitos grupos de resistência.

⁹⁸ Disponível em: <https://www.pbs.org/newshour/nation/what-stonewall-means-to-the-people-who-were-there>.

⁹⁹ Implicava a conotação de esquisito, bizarro, direcionados a pessoas com sexualidades dissidentes. Na década de 1990, surgiu o grupo Queer Nation, de Nova York, com objetivos de conquistar espaços homofóbicos e fazer uma política Queer, exigindo identidades não binárias (TREVISAN, 2018). Esse também é o sentido do 'Q' adotado pelo movimento LGBTQIA+, uma teoria queer. Ser Queer é estar "perpetuamente em confronto com o normal, a norma, seja ela heterossexualidade dominante ou a identidade gay/lésbica, no sentido de bem comportada" (TREVISAN, 2018, p.507), ou seja, direito ao desvio na sexualidade, desafiar as normas regulatórias da sociedade. Um corpo queer é aquele que incomoda.

O primeiro grupo deste movimento se chamou Frente de Libertação Gay (GLF), uma organização ativista dedicada tanto a libertar homossexuais da opressão quanto a promover os direitos humanos dos homossexuais. O grupo passou a publicar um jornal chamado 'Come out!'¹⁰⁰, que tinha por objetivo defender os direitos dos homossexuais.

Texto-imagem 07: Imagem da capa do Jornal Come Out nº1



Come Out - Volume 1 - Issue 2 – Disponível em:

<https://outhistory.org/files/original/3809edc277d5dbfd51f8883422e761b7.pdf>

Com as publicações, vários universitários vieram para ajudar e colaborar com o grupo, bem como com a formação de outros grupos, como Movimento Da Juventude Homophile (HYMN), criado para acabar com o envolvimento da Máfia em bares gays. Os esforços desta coalizão de ativistas foram os primeiros de muitos a nascer dos tumultos ocorridos em *Stonewall*.

Em novembro de 1969, formou-se outra organização semelhante: a Gay Activists Alliance (GAA, atendendo às mesmas razões que o GLF, ou seja, ajudar a libertar homossexuais da opressão). As duas organizações protestaram pelos direitos

¹⁰⁰ Jornal Come Out pode ser acessado no link: <https://outhistory.org/exhibits/show/come-out-magazine-1969-1972/the-come-out-archive>.

dos homossexuais em ambientes públicos, encenando beijos em restaurantes e organizando manifestações de rua. As organizações também lideraram protestos nos campi universitários para se opor às regras anti-gays que as universidades tinham em vigor.

Durante esses protestos, membros das organizações entoavam frases como "*Nós somos a Frente de Libertação Gay!*" e "*Poder Gay!*" Essas frases tornaram-se lema para as organizações na década de 1970. Muitos membros do GLF e do GAA se viam como parte de uma comunidade maior com um propósito: libertar homossexuais do assédio de uma maioria opressiva e mostrar que era preciso resistir, lutar e se orgulhar.

Uma das principais realizações do GLF e do GAA ocorreu em 1970, cerca de um ano após os tumultos na Rua Christopher. O GLF e o GAA organizaram uma marcha para comemorar o aniversário de um ano do Orgulho Gay - apelidado de 'Dia da Libertação Gay', quando dos motins de *Stonewall*. Milhares de pessoas compareceram para celebrar o orgulho gay e comemorar os tumultos que ocorreram.

Texto-imagem 08: Comemoração pelo dia da Libertação Gay



Primeira Marcha do Orgulho Gay, em Nova York, um ano após *Stonewall* (Foto: Leonard Fink/Arquivo da História Nacional do Centro Comunitário LGBT) Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/>>.

A multidão estruturou-se por diferentes coalizões que representavam diferentes associações de todo o país e grandes universidades. O GLF e o GAA não só conseguiram reunir milhares de cidadãos e apoiadores homossexuais como

também unir organizações em todo o país, usando um objetivo comum, os direitos LGBTQIA+. Em 1974, por exemplo, eles conseguiram retirar a homossexualidade (Homossexualismo) da APA como transtorno mental, bem como aprovar uma resolução pedindo a revogação de todas as leis estaduais e locais nas quais houvesse a discriminação contra gays. E assim o grupo seguiu seu rumo até sua desintegração total em 1980, com a chegada da Aids e o surgimento de novos grupos e inúmeras organizações juvenis.

A criação de organizações juvenis foi apenas uma forma de tantas organizações homossexuais jovens quanto adultas se esforçarem para fazer diferença na estrutura social. Na cultura sexual dos Estados Unidos, ser gay passou a ser uma forma de existir no mundo, uma identidade (mostrar-se para a vida e orgulhar-se, ser diferente). Todo o ano as marchas ocorrem em grandes cidades como São Francisco, Los Angeles, Nova York, Chicago, no Brasil em São Paulo que é considerada a maior do mundo e, em 2019, reuniu 3 milhões de pessoas, resultado das manifestações e expressões surgidas com *Stonewall* que, do silêncio dos guetos, foram para as ruas verbalizar suas existências e resistência a tudo que veio depois, porque as paradas LGBTQIA+, segundo Trevisan (2018), são grandes demonstrações de amor. *Stonewall* abriu as portas para os questionamentos sobre a existência dos sujeitos LGBTQIA+ e os acontecimentos reverberaram também no Brasil.

Jornal Lâmpião da Esquina¹⁰¹

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>.

3.2 O Lampião: uma luz de resistência ao gueto, à segregação e à censura a outras mídias

“Não há memória sem história”
(COURTINE, 2008, p.17)

Começamos com essa epígrafe porque o discurso se relaciona de maneira fulcral com a memória e, ao falar sobre resistência dos sujeitos LGBTQIA+, um discurso mobiliza outro, porque a história de resistência sempre se fez presente e são muitas memórias, muitos grupos e lugares. Porém, devido ao recorte de pesquisa, precisamos marcar os acontecimentos mais significativos e destacados que ocasionaram transformações em relação aos sujeitos com sexualidades não heterossexual, como a que ocorreu em Nova York, no bar *Stonewall inn*.

O marco fundamental da história do movimento de contradiscurso e de resistência no Brasil inicia no ano de 1978, com a publicação de *Lampião da Esquina* e a fundação do *Movimento Homossexual Brasileiro*, por meio do grupo *Somos* (Grupo de Afirmação Homossexual), ocorrido na cidade de São Paulo e estendido a outras cidades como Rio de Janeiro, em plena Ditadura Civil-militar (GREEN e QUINALHA, 2018; GREEN, 2019; TREVISAN, 2018; SIMÕES e FACCHINI (2007).

O grupo foi formado logo após o lançamento do primeiro número do *jornal Lampião da Esquina*, em abril de 1978. Segundo MacRae (1985), houve um boicote da *Revista Versus*, em relação ao *jornal Lampião*, ao chamar a imprensa alternativa e não chamar o jornal para discutir sobre resistência e minorias. Esse fato estimulou a formação do grupo *Somos*.

Artistas, intelectuais e profissionais liberais compunham esse grupo que se reunia para discutir pautas importantes para os sujeitos LGBTQIA+. Podemos dizer que o grupo se consolidou como uma prática de resistência ao processo de higienização, a batidas policiais, ao silenciamento e ao apagamento desses sujeitos no social, levando as discussões para a Universidade de São Paulo – USP.

O nome do grupo, de acordo com os autores, foi uma homenagem à publicação de *Vida Curta*, editada pela *Frente de Liberação Homossexual Argentina*, de Bueno Aires, que nasceu em 1971 e desapareceu em 1976, com a ditadura militar nesse país. A primeira estratégia foi não utilizar a palavra *homossexual* na sigla, para não chamar a atenção dos militares. Preferiram, por isso, a sigla *Somos*, que se torna

verbo e possibilita diferentes efeitos de sentidos. Esse grupo foi o pioneiro em termos de organização coletiva contra os desmandos do Estado em relação à complexa questão entre sexo-gênero e contribuiu significativamente com os que participaram do grupo, em relação às necessidades desses e sobre às demandas da época (GREEN, 2019; TREVISAN, 2018; QUINALHA, 2021).

O preconceito construído e em circulação historicamente, por meio do discurso religioso e depois pelo discurso da medicina, ressoa no próprio sujeito LGBTQIA+, que não aceita essa sua condição e resiste à filiação à formação discursiva correspondente, promovendo o confronto e a contradição, como será sinalizado no Editorial do primeiro número do *jornal Lampião da Esquina*.

Os membros interessados na filiação ao grupo diminuíram com o tempo e os filiados se dividiram pelas contradições no próprio grupo. As pautas iniciais, centradas no preconceito que vinha do exterior ao grupo, passaram a ser concentradas contra o preconceito dentro do próprio grupo. Além do que, algumas mulheres não se sentiam à vontade com as práticas e discursos do grupo, especialmente dos homossexuais homens, que expunham o preconceito contra mulheres por meio do discurso.

A publicação do periódico *Lampião* se dedicava a divulgar informações culturais e artigos envolvendo temas relacionados à comunidade LGBTQIA+ e outras minorias, como a perseguição aos homossexuais por nazistas e a relação da Igreja Católica com o assunto, como uma forma de contradiscurso ao que era discursivizado sobre os sujeitos com sexualidades não normativas.

Afastando-se da tentação de abordar o tema da sexualidade de modo negativo, como se os homossexuais fossem apenas vítimas e não sujeitos da sua própria condição, o jornal se propunha a tratar não somente “da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio”, como algumas diversas facetas da violência homofóbica, mas também “soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador” (QUINALHA, 2021, p.147)

Em termos discursivos, o grupo desenvolveu ações coletivas de politização, fazendo circular as mesmas ideias que a *Revolta de StoneWall* fez nascer e eclodir nos Estados Unidos, nove anos antes.

Em termos de identidade, aqui no Brasil sempre se deu pela incompletude desses sujeitos serem ou não homossexuais, porque havia um medo de assumir-se homossexual. Muito para além das violências simbólicas e físicas nas interdições e nos silenciamento dos sujeitos com sexualidades “dissidentes” na ditadura, o Estado, junto com a igreja católica, conseguia irradiar e fazer circular, com elevado grau de

legitimidade, normas retrógradas de comportamentos de gênero e sexual (QUINALHA, 2021), como fazem ainda hoje com a bancada evangélica no Congresso Nacional.

A primeira luta desse grupo foi pela busca por reconhecimento como sujeito LGBTQIA+, reforçado pelo discurso de identificação e de pertencimento ao grupo. Com abrangência inicial do sujeito homossexual masculino, tendo em vista que o movimento, como o conhecemos hoje, ainda não existia. As mulheres passaram a fazer parte do grupo com os primeiros debates realizados na Universidade de São Paulo – USP (TREVISAN, 2018).

Com o passar do tempo, o discurso, tanto do jornal como dos grupos, centrou-se na ruptura e na desconstrução do imaginário em funcionamento, que reduzia os homossexuais a homens afeminados e mulheres lésbicas a corpos masculinizados.

O discurso religioso, médico, jurídico, criminológico e de diversas outras ordens colocavam os sujeitos LGBTQIA+ à margem da sociedade, tentando, de alguma forma, regular condutas e práticas. Essa regulação inscreve-se na ordem da repetibilidade, demandando a desconstrução do imaginário constitutivo desses sujeitos com sexualidades “dissidentes”, sendo necessária a mobilização de setores da sociedade para isso. Com o jornal *Lampião*, em circulação, foi possível articular os sujeitos homossexuais para o grupo, publicando matérias importantes para os sujeitos LGBTQIA+. Segundo Quinalha (2021), os principais jornais pouco publicavam sobre a homossexualidade e, quando o faziam, as matérias eram de cunho sensacionalista, representando os sujeitos LGBTQIA+ como pessoas com um misto de pecado, doença e desvio de caráter.

O período ditatorial mostrou o extremismo da direita e a perda das liberdades, especialmente as dos sujeitos LGBTQIA+ que se refugiavam em guetos, distantes da formação social, por terem sido ‘banidos’ da sociedade. Entretanto, foi neste período, que teve início o movimento de resistência com o *Lampião* e com o Grupo Somos.

O *Lampião da Esquina*¹⁰² foi o primeiro veículo de grande circulação nacional, porque as publicações anteriores eram somente artesanais, mimeografadas e atingiam um público pequeno de leitores (*Jornal Snob* – 1963; *Coluna do Meio* – 1976 - *Jornal Última Hora*, entre outros espalhados pelo país).

¹⁰² As edições do jornal O *Lampião da Esquina* podem ser consultadas na página do Grupo Gay da Bahia no link: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>.

As publicações desse jornal de maior circulação duraram de abril de 1978 até junho de 1981, acompanhando quase todo o período ditatorial do Brasil, com 38 edições que noticiaram fatos sobre a vida homossexual e, também, sobre outros movimentos minoritários de negros, feministas, ambientalistas; entrevistas com pessoas assumidas, bem como registro de crimes contra esses sujeitos. Publicava, também, conteúdos sobre educação; saúde; nazifascismo; violência sexual; cinema; literatura; quadrinhos homoeróticos; dentre outros (TREVISAN, 2018, QUINALHA, 2021, GREEN, 2018).

Inicialmente, o jornal propôs a retirada do sujeito 'gay' da margem social e dar voz às minorias, através das publicações, mas em seguida reportou ao gueto, trazendo temas mais polêmicos e ensaios sensuais. Na primeira edição ou zero, o jornal, além de fazer o convite para os homossexuais se assumirem e fazer parte da luta por meio de seu editorial, traz na matéria de capa o artigo sobre Celso Curi, um colunista gay do jornal Última Hora, que havia sido acusado de violar o artigo 17 da lei da imprensa. Segundo os militares, o jornalista havia ofendido de modo contínuo, no período compreendido entre 5 de fevereiro e 18 de maio de 1976, a moral pública e os bons costumes em sua *Coluna do Meio* (GREEN, 2019).

O *Lampião da Esquina* questiona justamente qual seria o crime desse sujeito e o defende, segundo Green (2019, p. 441),

[...] o caso contra ele era prova dramática da necessidade de um movimento organizado, cujo objetivo deveria ser resguardar os indivíduos contra as ações arbitrárias do governo e combater as atitudes homofóbicas na sociedade brasileira de modo geral.

Considerando a importância deste jornal, a insurgência contra os militares e em favor dos sujeitos LGBTQIA+ e outras minorias, faz-se significativo ponderar mais detidamente sobre algumas análises.

SD 04 - O Lampião da Esquina.

Vale destacar, de início, o nome Lampião e as redes de memória que essa designação engendra pela língua na história, a partir de processos metafóricos. A metáfora, de acordo com Pêcheux (2009, p. 239), está na base da significação, funcionando como o efeito de uma relação significante que troca uma palavra por outra. O filósofo nos explica que uma palavra ou uma proposição não possuem o

sentido que lhes é próprio, não está, portanto, presa a sua literalidade, e nem a sentidos deriváveis dessa literalidade. Nesse funcionamento, a metáfora não é a substituição de uma palavra por outra, tendo em vista que ela se constitui por meio de redes de memória, pela transferência, conforme Pêcheux (2009).

Segundo Gadet e Pêcheux (2010), a metáfora não se reduz ao real da língua, trata-se “de uma operação parafrástica que instaura um novo procedimento analítico [...] por meio dela podemos observar os deslizamentos, as derivas, as quais dão visibilidade à historicidade e permitem a compreensão do trabalho da ideologia”. Podemos dizer, então, que não se trata de observar a troca de nomes (designações) ou as relações de um nome, no caso o jornal como o *Lampião*, com o que se encontra na exterioridade. Trata-se de redes de memória que o inscrevem em domínios de memória, ressoando saberes imbricados em enunciados regulados por formações discursivas que determinam o que pode ou não ser dito (PÊCHEUX, 2009).

O nome *lâmpião* ressoa, primeiramente, como um objeto pequeno, uma pequena lamparina capaz de clarear espaços grandes quando não se tinha energia elétrica nas casas. Como jornal, ressoa o discurso de ‘luz’ e de resistência em meio às trevas como foi a Ditadura Civil-militar. Essa luz pode/deve retirar os sujeitos das trevas da escuridão em que o período os tinha colocado, silenciando seus corpos no social. Sair para a luz significava abandonar os guetos e ter visibilidade na formação social com coragem para enfrentar a sociedade e também os militares, conforme ocorreu com o SOMOS e muitos outros grupos depois.

O movimento de deslocamento em relação do nome do Jornal pode ocorrer pelo nome do cangaceiro Lampião, companheiro de Maria Bonita, nascido em 1898 e morto em 1938. Ele era ao mesmo tempo contraventor e também herói de uma minoria que necessitava resistir. Praticava a liderança junto às minorias e se insurgia contra o poder organizado. No mundo que Pêcheux (2009) designa de ‘semanticamente normal’, esse sujeito encarnava a violência, constituindo-se como um ‘fora da lei’.

Um terceiro deslocamento, em relação ao nome do jornal e que ressoa do sertanejo Lampião, vem da origem do seu nome, tendo em vista que, de acordo com Chandler (2003), esse sujeito atirava com tanta rapidez que mais parecia um ‘candeeiro’ aceso nas noites escuras das caatingas, assim também o Jornal *Lampião* funciona metaforicamente como uma luz na escuridão.

Na sequência, trazemos também o editorial de lançamento, do qual recortamos sequências discursivas com vistas à realização de um movimento de

análise, perguntando: como e por quais processos discursivos, sem armas e sem a força dos militares o *Lampião* promove a resistência?

Dadas as condições de produção deste Jornal, desde o seu lançamento até o final de sua existência, o veículo *Lampião* sofreu diversos ataques por parte dos militares e também boicotes de bancas de jornais, passando até mesmo por inquéritos policiais porque, segundo os militares, o jornal era uma afronta à moral e aos bons costumes. Porém, o Ministério da Justiça não conseguiu fazer com que realmente esse meio de comunicação fosse condenado (GREEN, 2014; 2019). Diversos outros jornais/tabloides que trouxeram notícias ou reportagens abordando os sujeitos LGBTQIA+ receberam ataques e muitos acabaram sendo censurados por fazer apologia a essas sexualidades consideradas “desviantes” pelos militares.

O editorial, cujo título foi 'Saindo do Gueto', já aponta para essa ação contra a marginalização e destaca seu objetivo em relação aos homossexuais e também às minorias, conforme se pode ler na materialidade a seguir:

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma "abertura" do discurso brasileiro. **Mas um jornal homossexual, para quê?** A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou "compreensível", cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando - ao "assumir" - a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento. Nossa resposta, no entanto, é esta: **é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que dado aos ademanos, e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.** Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende solucionar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por **carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico cristã**, deve ser caracterizada como uma **minoridade oprimida**. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, **precisa de voz**. A essa minoria, não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema - do qual se tornam apenas "bobos da corte" - 'declaram-se por ledor engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas **se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.** Para isso estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade

humana. **Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias (grifos nossos).** Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também **soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas.** Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a **pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais**, que ele não quer viver **em guetos**, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor - que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos - O Conselho Editorial. (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, Ed. 0, p. 2)¹⁰³.

SD 05 - Saindo do Gueto.

A SD 05 sendo o título do Editorial funciona como um vocativo que sinaliza tanto para os objetivos do Jornal, como também para um grito de aviso e resistência à sociedade que irá receber o jornal e indicando que os sujeitos LGBTQIA+ e outras minorias não ficarão mais escondidos, como pode ser confirmado pela ação empregada no verbo sair, estando na forma nominal do verbo o gerúndio indica continuidade, movimento para frente, saída deste lugar designado de gueto.

Gueto é um substantivo masculino e recebe três acepções no dicionário: 1 na maioria das cidades europeias, bairro onde todo judeu era obrigado a residir; 2

Derivação: por extensão de sentido. bairro de uma cidade onde vivem os membros de uma etnia ou outro grupo minoritário, freq. devido a injunções, pressões ou circunstâncias econômicas ou sociais; 3 Derivação: por extensão de sentido, todo estilo de vida ou tipo de existência resultante de tratamento discriminativo (HOUAISS, 2009, p.999). Dessa forma, no enunciado, funciona como advérbio de lugar e indica a separação, lugar onde os sujeitos LGBTQIA+ foram obrigados a residir, fora do social, escondendo-se, assim como os Judeus tiveram que fazer na época do Governo Nazista na Alemanha. Sair deste lugar significa mostrar-se para a sociedade, deixar de se esconder, enfrentar. Esse é o chamamento do Editorial e sinaliza para a resistência.

¹⁰³ O LAMPIÃO DA ESQUINA; Editorial – Saindo do Gueto. Edição Experimental número 0, p. 02. Abril de 1978. Jornal disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/02-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-EXTRA-01-DEZEMBRO-1979.pdf>.

SD 06 - Mas um jornal homossexual, para quê?

A questão proposta no início da materialidade discursiva é retórica, visto que os sujeitos que resistem devem/podem saber o objetivo do jornal, mas é importante perguntar e dar visibilidade às razões ao longo da textualidade, construindo evidências e razões para a resistência. Vale destacar, ainda, que por essa questão ressoam discursos vindos de outros tempos e lugares, assim como também as memórias que ancoram as práticas coercitivas dos militares e a aceitação dessas práticas na formação social.

Como temos destacado desde o início da tese, os sujeitos que praticavam sexo com outros do mesmo sexo eram alijados da sociedade, vistos discursivamente como pecadores, criminosos e, por último, como doentes ou aberrações por ser considerados anormais, eram afastados dos demais sujeitos, como aconteceu com os loucos e os leprosos. Foucault (1987) destaca como os excluídos da sociedade, mesmo sem serem criminosos, são condenados à prisão, sendo vigiados e punidos, recebendo “tratamento” correlato a sua loucura. Compreendemos que o isolamento dos sujeitos em guetos se constitui metaforicamente como segregação, já que eles representam a ‘doença’ na formação social.

SD 07 - [...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.

Na sequência discursiva 07, funciona a interpelação, o chamamento para a luta contra o gueto, em que os sujeitos são chamados a ‘sair’ desse isolamento. Além de convocar a saída do lugar, o sujeito que diz eu e se coloca como locutor, sinaliza para o interesse em destruir a imagem-padrão do sujeito homossexual e, ao trazer palavras como sombras/noite/espécie de maldição, faz com que ressoe o discurso religioso, a maldição e o castigo, que legitima o isolamento. Constituem-se sentidos de que é o sujeito homossexual que se ‘isola’, que se ‘esconde’ e manifesta o

preconceito contra a sua opção sexual. Os ademanos – trejeitos – impedem que o sujeito possa querer se realizar como ser humano. Ressoam, nesta sequência, os sentidos de que os sujeitos que estão nos guetos se rejeitam entre si, em decorrência dos discursos religiosos, da medicina e do social que os estigmatiza.

SD 08 - [...] carregar nas costas o estigma da não reprodutividade, numa sociedade petrificada na mitologia hebraico cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida.

A sequência 08 caracteriza-se pela repetibilidade da memória pautada no religioso de que as relações sexuais entre os sujeitos devem se realizar com vistas à procriação. Ressoa, portanto, essa memória que ao mesmo tempo castiga e indica que essas práticas são pecaminosas. O crime desses sujeitos não é contra os homens ou à sociedade, mas contra Deus. Trata-se de um discurso autoritário, conforme destaca Orlandi (1996, p. 24), “que tende para a paráfrase e a polissemia é contida”. Não há reversibilidade e Deus é o Sujeito do saber, conforme Pêcheux (2009), tendo origem na classe dominante.

SD 09 - [...] se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negaram: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.

Na sequência 09, ressoa o direito de se assumir e de ser aceito, constituindo-se o efeito de sentido de que o interlocutor são os sujeitos LGBTQIA+, que têm dificuldades em assumir as suas condições, da mesma forma que a sociedade os rejeita, condenando-os a viver em guetos, como se fossem leprosos, loucos, conforme Foucault (1997).

Ressoa, ainda, nessa sequência, o discurso do patriarcado que rejeita qualquer tipo de sexualidade que se distancia daquela idealizada pelo discurso religioso, a heterossexualidade. Há uma convocação para a luta e para a resistência, sinalizando o direito de lutar pela realização individual e social dos sujeitos.

SD 10 - Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias (grifos nosso).

Nesta sequência, o veículo de comunicação coloca-se como sujeito porta-voz (dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão), como aquele que se constitui como ‘um nós’, falando em nome daqueles que representa. Circula, conforme Venturini (2009, p. 95), em diferentes posições, na formação social, “constituindo-se entre posições e deslocamentos”. O Lampião, nesse funcionamento, coloca-se contra a ordem militar vigente e convoca as minorias a se insurgirem contra a divisão social, o apagamento e a exclusão. Há, também, uma denúncia em relação ao sistema que se ‘disfarça’ de excluído.

O jornal e o *Grupo Somos* realizaram o mesmo movimento, “promover um novo tipo de homossexual, que não era dominado pelo sentimento de culpa e que não se considerava doente ou anormal” (QUINALHA, 2018, p.60). Segundo os autores pesquisados (GREEN e QUINALHA, 2018; GREEN, 2019; TREVISAN, 2018; MACRAE, 1985), era importante mostrar para a sociedade que a luta era legítima, desenvolver o respeito da sexualidade e das funções de gênero, e isso foi ocorrendo aos poucos com as ações dentro das Universidades e de outras instituições, bem como associação a grupos como os de metalúrgicos, o movimento negro e, também, a esquerda brasileira. Além disso, o grupo “enfrentou a ideologia anti-homossexual, cujas manifestações discursivas mais agressivas apareciam na imprensa marrom” (GREEN, 2018, p.71).

O movimento do grupo questionou a naturalidade das relações sociais e celebrou a soberania dos indivíduos, principalmente, a liberdade para determinar o seu modo e rumo de vida, mostrando ao Estado Ditatorial que ele não é o único responsável em normatizar práticas sexuais, pois, primeiro, vêm os sujeitos e suas relações humanas, por mais que a ditadura tentasse classificar as relações homossexuais como inaceitáveis ou como crime contra a moral e os bons costumes e vadiagem, havia outro discurso circulando em bares, boates, praças, universidades e na imprensa alternativa, que chamava esses sujeitos para a vida fora dos guetos, conclamando que eles tivessem orgulho de serem quem eles são. Como essa chamada no jornal o Lampião ao sujeitos LGBTQIA+:

Você não tem nada a perder além da vergonha. **Levante-se e saia desses cantos escuros cheios de mentiras** (grifo nosso). Deixe a noite para trás” [...]

A nós, pobres, homossexuais, prostitutas e negros, restou sempre a viela escura, e assim mesmo sob a constante ameaça de ver surgir no fim dela o fatídico camburão da polícia. Hoje, não são poucos os membros dessas comunidades oprimidas que vêm a nossa redação não só para abrir o verbo sobre seus problemas, como para **proclamar seu orgulho** (grifo nosso), ainda que canhestro, por se sentir sujeito vivo, parte integrante de uma causa que sabem estar estreitamente ligada à dignidade humana. (LAMPIÃO, nº01, p.02, dezembro de 1979).

Mesmo com muitos problemas de divergências no grupo, foram esses sentimentos de orgulho e de liberdade que permaneceram, construindo uma identidade homossexual, ou como referenda Macrae (1985, p.257) [...] “aprendia-se a ser ‘homossexual’, ou melhor, militante homossexual”. Mesmo sob o fardo da estigmatização imposta pelo regime ditatorial, os homossexuais começaram a se organizar no sentido de articular um discurso e uma prática de libertação” (QUINALHA, 2021). Isso não se estendeu apenas a eles, mas também a outros grupos vulneráveis.

Houve um debate na USP em 1978, o qual, além de trazer as mulheres e outros sujeitos para o grupo, proporcionou a formação de novos grupos e a polarização de pensamentos e contradições entre os membros do grupo *Somos*, pois, ao discutir sobre a afirmação da homossexualidade, algumas das pessoas não queriam o envolvimento com partidos políticos ou outros grupos minoritários. Entretanto, o grupo se juntou a outros grupos de esquerda, bem como passou a ser integrante de movimentos de trabalhadores (GREEN e QUINALHA, 2018; GREEN, 2019; TREVISAN, 2018; MACRAE, 1985).

Com uma política afirmativa o grupo esvaziou os sentidos pejorativos das designações ‘bicha’, ‘traveca’, ‘lésbica’ e ‘sapata’ que eram mobilizadas, muitas vezes, como injúrias contra esses sujeitos, assim como os grupos americanos deram um sentido positivo para a designação Gay (Power gay). Essas designações passaram a funcionar como afirmações políticas de orgulho, de resistência e de transgressão no Brasil. No discurso, os sentidos e seus efeitos de exterioridade, segundo Orlandi (2004, p. 12), relacionam-se ao interdiscurso “e sua objetividade material contraditória”, ligada aos pré-construídos que determinam as práticas sócio-históricas e culturais, as quais comparecem no discurso como se sempre estivessem no fio do discurso. Para Pêcheux (2009), a palavra e os sentidos mudam de acordo as posições ideológicas do sujeito e suas inscrições em formações discursivas porque “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”, Orlandi (2012b, p. 15),

funcionando uma relação de forças, indicando, conforme Orlandi (2012b, p. 39), que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”.

No século XIX, o homossexual ganhou uma identidade, conforme destacamos no segundo capítulo, sendo significado como espécie pelo discurso médico científico (FOUCAULT, 2014abc) que o toma como doente, não mais criminoso ou pecador. A partir da década de 1970, ele adquire uma nova identidade, sendo convocado¹⁰⁴ a ser quem é, devendo sentir orgulho de ser quem ele é - Gay. Vemos, por essas discussões, que os discursos se repetem, mas também rompem com o mesmo pela língua, enquanto trabalho simbólico, fazendo sentido, alterando o social constitutivo do homem e da sua história.

Para analisar a trajetória dos sujeitos LGBTQIA+, partimos de um presente e ‘olhamos’ para o passado, o qual, conforme Venturini (2021), serve de referência, mas não como condicionante, tendo em vista o trabalho da língua na história, considerando-se que os sujeitos, apesar de inscreverem-se em uma mesma formação discursiva, diferenciam-se, assumindo posições outras. As palavras *preto*, *bicha*, *veado* e *lésbica*, no passado, funcionaram como rótulos para sujeitos excluídos de lugares considerados de prestígio. No presente, sustentam/legitimam as políticas afirmativas, cujo resultado se manifesta na resistência, de modo que designações como *veado*, *bicha*, *lésbica* e *preto*, inscritas e significadas como injúria, se esvaziaram de sentidos pejorativos pelo processo polissêmico, instaurando o novo, manifestado pela interdição, pois quem as profere se significa como homofóbico, preconceituoso e racista.

Outras palavras esvaziadas do sentido foram ‘passivo’ e ‘ativo’, pelas quais, desde o discurso grego, passando pelo discurso religioso, ressoava o imaginário de que ser passivo constitui efeito de fragilidade e de feminilidade, enquanto ser ativo encaminha para a masculinidade, a força, macheza (FOUCAULT, 2014abc, SPENCER, 1999, NAPHY, 2006, DOVER, 1989), como apresentado no capítulo anterior. Esses sentidos e seus efeitos fazem parte do imaginário construído pelas relações heterossexuais de sujeito-homem e de sujeito-mulher. Nesse caso, o homem é o macho e provedor, e a mulher, a fêmea, frágil e passiva. Nas relações homossexuais, designava-se o ativo de bofe, e a bicha, de passiva, sendo essa última

¹⁰⁴ O Jornal “Lampião” e o grupo Somos é quem reforçam essa transformação.

sempre muito discriminada; o mesmo ocorria com as lésbicas, ou se era franchona¹⁰⁵ (ativa) ou lady (passiva). Com o grupo e suas ações, desmistificou-se essa relação, porque isso não era importante, essas dissimetrias construídas sobre essas relações de gênero deveriam ser combatidas, isso passa a ser a ideologia do grupo porque é

[...] a ideologia que, através do “hábito” e do uso, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma que funcionam como um dispositivo de retomada do jogo (PÉCHEUX, 2009, p. 146).

Esse discurso de afirmação marca a busca pela inscrição desses sujeitos no grupo e faz circular esse rompimento e essa produção de sentido com essas novas perspectivas discursivas em torno dessas designações. Assim, rompe-se com a repetibilidade negativa em torno desses sujeitos e inscrevem-se efeitos de sentidos outros na formação social, designando o orgulho de ser LGBTQIA+ sem os rótulos e arquétipos negativos que funcionavam no discurso homofóbico, que escapava à vigilância do jurídico e do politicamente correto. A ideia de ‘quem penetra quem’ foi aos poucos sendo ressignificada numa visão sexual mais afetiva.

Deixava-se de definir os indivíduos como “ativos” ou “passivos”, preferindo-se classificações como “heterossexual” ou “homossexual” e questionando a pertinência de funções sexuais preestabelecidas. (MACRAE, 2018, p.46)

Os sujeitos envolvidos numa relação homoafetiva são igualmente homens, ou igualmente mulheres, ou seja, não perdem sua ‘cidadania masculina ou feminina’. Esse foi o discurso construído com o passar dos tempos e, hoje, com as lutas dos movimentos, inclusive o feminista, pode-se dizer, sem pejorativos, ‘Lute como uma garota!’, ressoando que o discurso sobre o sujeito mulher também mudou, mesmo que as memórias retornem em discursos advindos de religiosos e políticos-religiosos, o contradiscurso combate e circula para significar que o sujeito-mulher não é frágil, e isso se faz pela resistência.

Em 1979, de acordo com Trevisan (2018), Green; Quinalha; Caetano; Fernandes (2018); Quinalha (2021), foi organizado e realizado, no Rio de Janeiro, o primeiro encontro da comunidade LGBTQIA+ (LGBTs na época). Estiveram presentes representantes de diversos grupos de luta e resistência: *Somos* (RJ); *Aué* (RJ); *Somos*

¹⁰⁵ Franchona - Mulher de aspecto e maneiras viris; virago. Dicionário online de Língua Portuguesa – Disponível em: <https://www.dicio.com.br/franchonas/>.

(SP); *Eros* (SP); *Somos* (Sorocaba-SP); *Beijo Livre*, Brasília (DF); *Grupo Lésbico Feminista* (SP); *Libertos* (Guarulhos -SP); *Grupo de Afirmação Gay* (Caxias-RS) e também um representante de Belo Horizonte (MG), que veio a formar o *Grupo Terceiro Ato*, segundo o boletim informativo do *Grupo Gay da Bahia*¹⁰⁶, estiveram no encontro 61 pessoas. Neste encontro, foram definidas as primeiras pautas do grupo LGBTQIA+, quais sejam: reivindicar a inclusão de respeito à ‘opção sexual’ dos sujeitos na Constituição Federal; fazer uma campanha para retirar a designação ‘homossexualismo’ da lista das doenças mentais e uma convocação para realizar um congresso para a Semana Santa em São Paulo.

Aos poucos, os sujeitos LGBTQIA+ foram se integrando ao social e as lutas por direitos ocorridas em vários outros lugares reverberavam no Brasil, principalmente, vindos de movimentos americanos de gays e lésbicas (*Marcha em Nova York* organizada pela *Libertação Gay* e *Gay Power* de São Francisco) e dos Argentinos – *Frente de Libertação Homossexual*. Mesmo na ditadura essas informações chegavam através de alguns jornais que noticiavam os fatos (*Jornal da Tarde*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e a *imprensa alternativa*), quando não eram censurados.

Essa época foi também de revolta política e social e o movimento de contracultura penetrou firmemente no Brasil e isso incrementou discussões em torno dos conceitos de gêneros tradicionais. Surgem sujeitos que se representam como figuras unissex, dentre eles Caetano, DZI Croquettes (14 membros, que mesclam roupas masculinas e femininas, embaralhando os padrões de masculinidade e de feminilidade) e Ney Mato Grosso, com *Secos e Molhados*, questionando identidades e gêneros, simulando aspectos mais andrógenos para escapar dos padrões de masculino e feminino no social. Trata-se da modalidade de identificação do sujeito, designado por Pêcheux (2009) de “mau sujeito”, por questionar os saberes e as práticas da forma-sujeito inscrita em determinadas formações discursivas. Os sujeitos continuam sendo LGBTQIA+, mas questionam essa forma de se representar, que encaminha mais para a homogeneidade do que para a resistência decorrente do ‘ser diferente’, colocando em suspenso valores defendidos pelas classes conservadoras e dominantes.

¹⁰⁶ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Salvador: GGB, v.12, n.27, ago. 1993. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2018/02/2-boletim-do-ggb.pdf>.

Dentro desse movimento, Caetano gravou várias músicas que revelavam uma certa relação e fascínio erótico pela masculinidade, como a música *Menino do Rio* “*Menino do Rio/ [...] dragão tatuado no braço/ calção, corpo aberto no espaço/ [...] quando eu vejo eu te desejo o teu desejo* (grifo nosso)/ menino do Rio / calor que provoca arrepio / toma esta canção como um beijo” (TREVISAN, 2018, p. 272). Esse mesmo autor fala em seu livro que Caetano beijava todos seus músicos e a plateia “urruva de delírio”. Trata-se, na perspectiva discursiva, de uma ruptura, que pode ser tomada como equívoco, conforme Gadet e Pêcheux (2010, p. 64) “como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”.

Os shows desses artistas foram bem aceitos pelo público de classe média, corroborando para o movimento que nascia (GREEN, 2019). De acordo com esse mesmo autor, os homens de classe média que transgrediam os limites do gênero eram descritos como andrógenos, enquanto os mais pobres da classe trabalhadora eram designados de travestis. Na perspectiva discursiva, ocorre a contradição – conforme Venturini e Rasia (2020, p. 182), movimento do sujeito dentro de uma mesma FD, “desfazendo as evidências de sua unicidade e da transparência da língua, perdendo referências ou resistindo aos saberes da FD em que se inscreve”.

O discurso em torno dessa diferença decorre da classificação dos corpos, sendo que a travesti representa, pelo funcionamento da memória, pelo que se repete, a prostituta: a que vive à margem, na vida das ruas. Rogéria¹⁰⁷ rompeu com esse funcionamento por estar filiada a uma FD constituída por um padrão social privilegiado. Ela transformou-se em atriz de teatro. Alguns jornais não retratam de forma positiva os homens afeminados que não se aproximavam de aparência mais feminina. Muitas piadas grosseiras sobre bichas constituíam discursos estereotipados desses corpos, questionando a aparência indefinida.

À medida que as representações sexuais foram se tornando mais fluidas, devido aos acontecimentos histórico-sociais em circulação, os discursos favoráveis a

¹⁰⁷ Rogéria nasceu Astolfo Barroso Pinto, em 25 de maio de 1943, em Cantagalo, no Rio de Janeiro. Foi uma das pioneiras do transformismo no Brasil e começou a aparecer publicamente quando se tornou figura frequente nos auditórios da Rádio Nacional, principalmente nas apresentações de Emilinha Borba. Foi uma atriz, cantora, maquiadora e transformista brasileira. Iniciou-se na carreira artística como maquiadora das celebridades na extinta TV Rio. Morou por cinco anos em Paris, onde apresentou diversos shows. Sabia cantar e falar fluentemente em francês. Em 1979, recebeu o Troféu Mambembe, pelo espetáculo que fez ao lado de Grande Otelo. Disponível em: <https://www.memoriascinematograficas.com.br/2018/06/rogeria-nasceu-astolfo-barroso-pinto-em.html>.

essa parcela da população aumentaram e passaram a rejeitar discursos que significam os sujeitos LGBTQIA+ como doentes, mostrando a repetibilidade do discurso construído pela medicina do século XIX e início do século XX. Houve um ‘boom guei’, e “o amor homossexual começou a furar a censura ditatorial e os setores mais reacionários para chegar até as capas das revistas de circulação nacional – caso *IstoÉ*” (TREVISAN, 2018, p.279). Essa revista mostrava duas mãos masculinas entrelaçadas, ilustrando matéria sobre o tema e ainda propagandas comerciais de perfumes com representatividades de sujeitos LGBTQIA+, assim como também comerciais televisivos.

Dos dias 04 a 06 de abril de 1980, foi organizado em São Paulo o primeiro Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), mais de 200 pessoas participaram desse encontro na parte fechada, e mais de 600 pessoas, na parte aberta ao público em geral, no I Encontro Brasileiro de Homossexuais (I EBHO) (FERNANDES, 2018; MACRAE, 1985). Segundo esses autores, foram discutidos, no evento, machismo, questões lésbicas, papéis sexuais e feminismo, bem como foram distribuídos vários impressos e montaram uma banca de venda de publicações homossexuais, cartazes, pôster, revistas e cadernos feministas, entre outras materialidades que pudessem ser mobilizadas como forma de contradiscurso.

Os grupos se formavam e se desmembravam com o tempo, porém a semente estava plantada, eles continuaram fazendo resistência e desconstruindo o discurso no social sobre os sujeitos LGBTQIA+, agindo em diversas frentes e em muitas cidades espalhadas pelo país.

O *Grupo de Ação Lésbico-Feminista* (GALF) destacou-se e atuou fortemente junto com outros grupos, como o de *Ação Homossexualista* (GAH), contra as ondas de prisões arbitrárias e torturas comandada pelo delegado José Wilson Richetti, chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro desde maio de 1980, que tinha por objetivo ‘limpar’ a área central da presença de prostitutas, travestis e homossexuais. Esse delegado levava em suas rondas cerca de 300 a 500 pessoas por dia, na maioria travestis, gays e negros acusados de contravenção penal de vadiagem, conforme o Código de Processo Penal de 1941 (TREVISAN, 2018).

Cansados de tantas perseguições e abusos, por parte da polícia, no dia 13 de junho de 1980, os sujeitos LGBTQIA+ e outros grupos minoritários organizaram, em frente ao Teatro Municipal, um movimento de protestos que culminou na primeira Passeata de Orgulho LGBTQIA+ no Brasil, considerada a primeira onda de

movimentos paulistanos. A passeata conseguiu mobilizar forças de esquerda, movimento negro e feminista, com cartazes e faixas mostraram a toda população a sua existência, lutando contra a discriminação.

Segundo Fernandes (2018), “as lésbicas se colocaram na frente da passeata, de braços dados formando uma barreira e carregavam duas faixas: “*Pelo Prazer Lésbico e Contra a Violência Policial*”. Esse movimento político foi uma das ações mais importantes organizadas até o momento, e deu visibilidade aos problemas sociais que estavam ocorrendo com esses sujeitos.

Texto-imagem 09: Organização da primeira passeata em favor das minorias LGBTQIA+ e contra a repressão do delegado Richetti



Foto arquivo Comissão da Verdade¹⁰⁸

¹⁰⁸ Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>.

Texto-imagem 10: Manifestação pública pioneira de LGBTQIA+ no Brasil contra a violência policial durante a ditadura



Fonte: [LGBTs no Regime Militar] - A primeira passeata #JornaldaUSP ¹⁰⁹

Em janeiro de 1981, foi impresso em gráfica o primeiro jornal lésbico no Brasil, o *ChanacomChana*, de forma independente, trazendo duas matérias significativas para o movimento, uma entrevista com Angela RoRo, realizada pelo grupo GALF e outra explicando os caminhos e descaminhos da discriminação, escrita por Maria Carneiro da Cunha, feminista e heterossexual. Esse tabloide teve somente dois volumes, porque era muito cara a impressão neste formato, porém seguiu em forma de Boletim a partir de 1983, sendo publicados e escritos pelos coletivos que formaram os grupos Lésbico-Feminista – LF (1979-1981) e Ação Lésbica-Feminista – GALF (1981-1989). (FERNANDES, 2018).

¹⁰⁹Disponível em:

<https://jornal.usp.br/tv-usp/serie-mostra-luta-pioneira-de-lgbts-contra-a-repressao-na-ditadura/>.

Texto-imagem 11: Capa Boletim ChanacomChana nº1, 1983



Fonte: Bajubá Memórias LGBT – Boletins ChanacomChana¹¹⁰

Como uma espécie de Fanzine, misturavam escrita, quadrinhos e colagem, trazendo diversos assuntos importantes para a comunidade lésbica, como uma forma de trabalhar o discurso de aproximação desses sujeitos e mantê-los informados sobre os fatos, sequência à luta de resistência e contradiscurso ao preconceito, constituído pelo patriarcado e pela memória religiosa que colocava o casal heterossexual como única forma de amor.

Como essa nota “O Lesbianismo é um barato”, publicada na página 03 do boletim nº01

¹¹⁰ Boletins *ChanacomChana*, alguns números podem ser acessados no site Bajubá Memórias LGBT no link: <https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/>.

O Lesbianismo é um barato. Caro é o preço que a gente paga pra curtir esse barato. Toda mulher lésbica que já se viu forçada a sentir vergonha por amar outra mulher sabe bem disso. A sociedade falocrata não nos perdoa e vivemos empurrando para os guetos da vida. Os guetos da vida são os lugares que o mundo instalou dentro e fora de nós onde se reproduzem todos os opressores estereótipos de masculinidade e feminilidade. Nesses lugares não há espaço para repensar as relações entre pessoas, experimentar coisas novas e amar. Mas o lesbianismo é um barato, e é um barato exatamente porque quando foge dos guetos e se pronuncia contra os mecanismos dos guetos dentro e fora de nós. O lesbianismo é um barato quando propõe o equilíbrio de poder nas relações pessoais, única forma de romper com o modelo masculino de amor romântico que tem nos deixado a todos, homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais na mais indigência afetiva. O lesbianismo é um barato porque propõe o amor pelas mulheres bem no meio das estruturas ultramissógenas do sistema patriarcal. É um barato porque demonstra que não estamos tão ilhadas em nossas diferenças de classe, raça ou sexualidade, a ponto de não podermos trabalhar juntas. As mulheres lésbicas são negras, brancas, mães, operárias, prostitutas, donas de casa, mas, várias vezes, já nos encontramos no mesmo lugar. [...] (BOLETIM CHANACOMCHANA nº1, p. 03 1983)¹¹¹

Os grupos que se formaram souberam utilizar a linguagem como forma de resistência e manter a luta por meio do discurso. Como no quadrinho publicado na mesma página do boletim, para complementar o discurso de nota “*O lesbianismo é um barato*”, em que ressoa o preconceito, principalmente, aqueles advindos da própria mulher, ou, ainda, marcar como esses sujeitos são significados no social, empresas, escolas e família. Pelo quadrinho, ressoa o equívoco em relação aos sentidos de serem mulheres e serem lésbicas, no qual o autor trabalha pelo deslizamento de sentido entre os dois substantivos, ressoando que se são mulheres, não podem ser lésbicas. Mesmo que o gênero quadrinho necessite desta quebra de expectativa para gerar o humor, essa mudança afeta a estrutura da língua e se abre para as interpretações porque “o equívoco abala e corrompe o princípio de univocidade da língua, pois é onde se encontra com a contradição da história” (LEANDRO-FERREIRA, 2020, p.87).

¹¹¹ Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/wp-content/uploads/2020/09/ChanacomChana-1.pdf>.

Texto-imagem 12: Quadrinho no Boletim ChanacomChana nº1 – 1983



(Boletim ChanacomChana nº1, p.03 1983)¹¹²

Assim, esses boletins eram uma espécie de fanzine, aglutinavam colagens bem progressistas e revolucionárias. Sempre tematizavam questões femininas, especialmente lésbicas, bem como traziam matérias com referências homossexuais.

O jornal do grupo era vendido e distribuído no Ferro's bar, normalmente frequentado por lésbicas, mas as publicações não foram aprovadas pelo dono do bar. Com isso, no dia 23 de julho de 1983, o dono proibiu a venda dos boletins e as expulsou do local. Movidas pela resistência, essas mulheres não aceitavam o descaso com elas, visto que davam lucros ao bar. Assim, as integrantes do *GALF* promoveram um ato político, reunindo lésbicas, gays, feministas, defensores de direitos humanos, políticos e, com a grande imprensa, para que na noite de 19 de agosto o Ferro's bar fosse ocupado. A ocupação gerou tumulto, envolvendo até mesmo a polícia, constituindo-se como uma espécie de *Stonewall* brasileiro. Devido à presença da mídia, o dono do bar voltou atrás em sua decisão (FERNANDES, 2018). Esse acontecimento e tantos outros, liderados por Rosely Roth, fez com que ela fosse homenageada em São Paulo e, a partir de 2003, a data 19 de agosto, passou a ser comemorado como o Dia do Orgulho Lésbico na cidade.

¹¹² Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/wp-content/uploads/2020/09/ChanacomChana-1.pdf>.

Em um seminário do SOS, mulher contra a violência, realizado no auditório do Sindicato dos jornalistas, as integrantes do *GALF* entraram no local mascaradas e distribuíram um documento clamando pela urgência da união entre as feministas do Brasil para lutar contra o discurso machista em prol de todas as mulheres “porque a lésbica também é negra, também é mãe, também é dona de casa, é prostituta, operária, está na periferia e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna Cúmplices da Violência” (FERNANDES, 2018, p. 100-101).

O *GALF* deixou de existir somente em 1989 e, durante toda sua trajetória, sempre lutou e se fez resistir, ocupando espaços e mostrando que a luta contra o machismo, o sexismo, a lesbofobia e homolesbotransfobia é de todas as mulheres.

Assim os grupos foram se firmando, com sujeitos homens e sujeitos mulheres, fazendo circular outros discursos contrários ao imaginário constituído a partir do religioso e do patriarcado em quase todas as capitais brasileiras, ganhando forças e, principalmente, o direito à cidadania das chamadas minorias sexuais. Nesta luta de resistência e, com a chegada da AIDS na década de 1980, os sujeitos homossexuais homens foram designados como se fossem a própria doença, ou castigo divino como ‘câncer gay’, como destacado no segundo capítulo. Muitas ONGS não governamentais se formaram para combater mais esse preconceito que surgiu, tornando novamente a maioria dos sujeitos LGBTQIA+ mais segregados do que antes, e os grupos de resistência mais escassos (GREEN, 2019; MACRAE, 1985).

Rodrigues (2018, p.243) sublinha que “nenhum governo conseguiu realizar: conscientizar e defender a dignidade humana daqueles que vivem com o HIV/AIDS” como essas ONGS. Elas passaram a publicar em muitos lugares, como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, boletins informativos sobre o vírus e qualquer descoberta científica no campo da medicina e farmacologia eram publicados nestes documentos para a população LGBTQIA+ - *Boletim da ABIA*; *Boletim pela Vida*; *Beijo na Rua*; *Boletim do grupo e incentivo à vida*; *Boletim folha de Parreira*; *Boletim Epidemiológico AIDS*; *Boletim Informativo Atobá*; entre outros. (RODRIGUES, 2018). Nesta década, surgiram também alguns grupos LGBTQIA+ que se organizaram para trabalhar a conscientização dos homossexuais para fortalecer as diversas identidades e buscar a proteção contra o HIV.

Essa era uma das formas de resistir e sobreviver. O movimento também ganhou espaço nas mídias e deu maior visibilidade para gays, travestis e homens que fazem sexo com homens. Com essa abertura surgiram muitas revistas e alguns

periódicos, destaques para o *Jornal 'Nós por Exemplo'*, que tratou a doença sem nenhum preconceito, livre de cunho moralista, de forma cuidadosa e honesta, trazendo muitas informações importantes e fazendo os sujeitos LGBTQIA+ sentirem orgulho novamente. Esse jornal formalizou o acontecimento da primeira passeata gay no Rio de Janeiro e outras mídias como *Grito de Alerta*; *Ente*; *Ok Magazine*; *Alone*; *Homens*; *G Magazine*; *Sui Generis* entre outras formas de trabalhar a língua de forma positiva para a comunidade, como o destaque de capa dado pela revista "ENTE 'Tá na moda ser gay?'. E a matéria afirmava: 'A nova onda é gay flagrante: estamos na moda sim!'" (RODRIGUES, 2018, p.246).

Segundo os pesquisadores (GREEN e QUINALHA, 2018; GREEN, 2019; TREVISAN, 2018; MACRAE, 1985), ao mesmo tempo que os discursos surgiam em decorrência das inúmeras discussões sobre a AIDS nas revistas, boletins e jornais, o que era escandaloso saía dos becos da marginalidade para dentro das casas e virava discussão em mesas de jantar das famílias, pois qualquer um poderia estar sujeito ao que estava ocorrendo, a epidemia dessa doença obrigou as inúmeras esferas sociais a olharem para a sexualidade. Os sujeitos homens gays, bissexuais e travestis tornaram-se alvo e também guerreiros na luta de resistência. Com isso, foi produzida a vítima, mas, além disso, o herói, e muitas mudanças significativas na cena homossexual brasileira aconteceram.

Com esse movimento de uso da linguagem em prol de um discurso positivo em favor dos sujeitos LGBTQIA+ e colocar em funcionamento o contradiscurso, houve outro grupo que se destacou - o *Grupo Gay da Bahia*¹¹³ (GGB), liderado pelo antropólogo Luiz Mott, que depois de um chamamento em um anúncio no jornal *Lampião*: "Bichas baianas: rodem a baiana, tudo bem! Mas deixem de ser alienadas. Venham formar um grupo de gays para lutarmos por nosso direito" (MOTT, 2018, p.213), formou-se o grupo que iniciou sua atuação na década de 1980, registrando-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983 e mantendo ainda os seus trabalhos de luta no combate à homofobia e prevenção do HIV e AIDS, ampliando o eixo do ativismo LBGT para além de São Paulo e Rio de Janeiro. O antropólogo é membro da *ILGA*, *LLEGO*, e da *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)*.

¹¹³Grupo Gay da Bahia, maiores informações podem ser acessadas no link: <https://grupogaydabahia.com/>. Neste endereço pode ser encontrado o maior acervo sobre os LGBTQIA+ no Brasil, fontes como cartas, jornais, revistas, boletins etc. e pode ser acessado por qualquer pesquisador(a).

Em 1988, foi nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil e, desde 1995, faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC). Ocupa, desde 1995, a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT e, desde 1998, a Secretaria de Saúde, conectando-se com outros grupos espalhados pelo país na luta pela prevenção e combate ao preconceito.

Em 1981, esse grupo mobilizou diversas instituições e, depois de quatro anos de luta, em 1985 foi retirado o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID) pelo Conselho Federal de Medicina (MOTT, 2018). Em 1990, pela Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde, essa medida foi proposta e entrou em vigor em 1993. Do mesmo modo, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia aprovou uma resolução proibindo que psicólogos participem de clínicas ou terapias com o objetivo de “curar” homossexuais (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018).

Esses ativistas, de alguma forma, protagonizaram e ainda hoje propõem ações coletivas para a comunidade LGBTQIA+, ganhando espaço e resistindo contra a memória negativa produzida em relação a eles. O início ocorreu por meio de movimentos em torno da ideia de que ser homossexual vai para além das fronteiras da vida em sociedade com outros sujeitos, como bissexuais, travestis, transsexuais, assexuados, lésbicas, entre outros que enriqueceram o movimento para uma identidade coletiva LGBTQIA+.

Um dos exemplos desse movimento é o texto trazido por Luiz Mott em um dos boletins do GGB, lido no final de peça teatral chamada *‘Cheguei, sou gay’*, encenada no Teatro Gregório de Matos, em 28 de junho de 1981, para mais de 300 pessoas. Trazemos um recorte do texto:

28 DE JUNHO: DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO GAY

Dia de luta contra a opressão. Dia da nossa libertação.

[...] Que cada vez, mais seres lúcidos digam chega à ignorância, chega ao preconceito. Há sociedades em que o homossexualismo é considerado forma natural de amar. Mas nós pertencemos a uma civilização onde fomos sistematicamente aniquilados: apedrejados até a morte pela lei Judaica, queimados nas fogueiras da Inquisição, levados a campos de concentração na Alemanha nazista. Modernamente a burguesia tentou anular-nos com eletrochoques, operações e drogas psiquiátricas. Ainda tem países onde é proibido ser homossexual, como na Argentina, Irã, Rússia e Cuba. Neste exato momento, no mundo inteiro, têm irmãos nossos presos simplesmente pelo fato de serem homossexuais. As famílias continuam aterrorizando as crianças contra o fantasma homossexual. A família, as igrejas, os meios de comunicação social. A moral oficial argumenta a favor deste sistema repressivo, defendendo-o como uma coisa natural, de origem divina. Assim também as ideologias religiosas e ateias, espiritualistas ou

materialistas, sempre fundamentadas em superstições, em fetiches ideológicos, em preconceitos, em informações cientificamente falsas. [...] **Nós temos muita vida, muita alegria e beleza. Não temos vergonha. Temos orgulho. É legal ser homossexual! A palavra de ordem do movimento gay universal: “SAIA DA GAVETA!” Quer dizer: saia à luz, chega de nos ocultar, não somos delinquentes. Vamos sair da gaveta e revelar para todo mundo que somos gays, que gostamos de ser** (grifo nosso). MOTT (2011, p. 18-20)¹¹⁴

Além do movimento de uso do discurso de orgulho, o Grupo Gay da Bahia (GGB) dá assistência à população LGBTQIA+ há 41 anos como forma de resistência, com psicólogos, acolhimento, oficina de sexo seguro, atendimento jurídico, entre outras atividades. Eles também têm emitido boletins com dados estatísticos significativos sobre violências e mortes dos sujeitos LGBTQIA+ na sociedade desde 1981. Esses boletins tornam-se fonte de consulta para pesquisadores, mas cumprem a função principal de denunciar a grave situação de violação dos direitos humanos dessa população, servindo para mostrar ao poder público a urgência de se fazer enfrentamento a esse problema no país, tendo em vista que os dados mostram que foi a doença que mais mata sujeitos LGBTQIA+ na América Latina.

Em agosto de 1981 lançamos o primeiro número do boletim do GGB, simplesmente, mimeografado artesanalmente, uma vintena de páginas com tiragem de 250 a 400 exemplares gratuitamente enviados pelo correio a todos os grupos do Movimento Homossexual Brasileiro, aos meios de comunicação e órgãos governamentais [...] (MOTT, 2018, p.214).

A sistematização dos dados é realizada a partir de notas jornalísticas publicadas nos jornais brasileiros e demais meios de comunicação¹¹⁵.

O grupo GGB introduziu a designação *homofobia*, bem como o uso do feminino para se referir às travestis e transsexuais, com publicação de centenas de artigos, folders, livros, cartazes e mantém o maior banco de dados sobre os sujeitos LGBTQIA+ (MOTT, 2018).

Outro grupo de destaque com atividades e ações de resistência em favor dos sujeitos LGBTQIA+ é o grupo Dignidade¹¹⁶, da Cidade de Curitiba, conforme dados em sua página, ele se apresenta como uma organização da sociedade civil sem fins

¹¹⁴ Esse texto faz parte da coletânea de Boletins informativos publicados pelo Grupo Gay da Bahia – GGB no livro “Boletim do Grupo Gay da Bahia”, editado pelo professor e pesquisador Luiz Mott pela Editora GGB/Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/nossas-publicacoes/>.

¹¹⁵ Os boletins com esses dados estão disponíveis de 2011 a 2019 e podem ser consultados na página do Grupo no endereço: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>.

¹¹⁶ Grupo Dignidade – informações disponíveis em: <https://www.grupodignidade.org.br/#>.

lucrativos, fundada em 1992, como o primeiro grupo organizado no estado do Paraná para atuar na área da promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+). Em seu primeiro estatuto constava, entre as finalidades “promover a organização dos grupos homossexuais do Brasil em uma Confederação”. Desde o início, foi atuante neste sentido e, junto com outros grupos da época, ficou à frente do processo de formação de entidades LGBTI+ locais e nacionais, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em 1995 e a rede que passaria a ser a Aliança Nacional LGBTI+ em 2009. Foi a primeira organização LGBTI+ no Brasil a receber o título de Utilidade Pública Federal, por decreto presidencial, em 05 de maio de 1997, e sua atuação sempre ocorreu tanto no nível local como no âmbito nacional, tendo como missão atuar na defesa e na promoção da livre orientação sexual, identidade e expressão de gênero, bem como dos direitos humanos e da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+).

Os sujeitos LGBTQIA+ vêm se mantendo desde as décadas de 1970 com formações de grupos de resistência e movimentos de contradiscurso e, em 1995, eles fundaram a primeira organização do movimento LGBT em nível nacional – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)¹¹⁷, e também uma das mais valiosas forças na defesa de direitos, ao criar o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), constituído em 2001, e reorganizado em 2010.

Desde então, esses grupos têm promovido ações para garantir a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, de forma a contribuir para uma sociedade democrática, lutando para que os sujeitos com sexualidades “dissidentes” não sejam submetidos às diversas formas de discriminação. Muitas vezes, eles são colocados para fora do social de forma coercitiva e violenta, em decorrência de suas orientações sexuais e identidades de gênero. O recorte feito na carta de apresentação da associação e seus princípios sinaliza para essa prática:

CARTA DE PRINCÍPIOS DA ABGLT

Hoje, 31 de janeiro de 1995, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, nós, grupos organizados brasileiros de gays, lésbicas e travestis e demais entidades que lutam pelos Direitos

¹¹⁷ Informações sobre a ABGLT disponível em: <https://www.abgl.org/>.

Humanos e Civis de todos aqueles que são discriminados por sua orientação sexual, decidimos pela criação da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis para lutar pelos direitos humanos e civis de gays, lésbicas e travestis a ser regida pela seguinte Carta de Princípios:

A ABGLT se forma para lutar pela promoção da livre orientação sexual, pela liberdade, justiça social, democracia, pluralidade e diversidade de gêneros.

A situação atual da população gay, lésbica e travesti no Brasil é caracterizada por um processo de discriminação que vai desde o extermínio direto com requintes de crueldade, até manifestações de intolerância no trabalho, na família, na religião, na escola, no atendimento médico, nos meios de comunicação e na população em geral. Esse processo é ratificado por preconceitos que ainda hoje mostram os homossexuais como doentes, desviados, pecadores e for-da-lei. [...]¹¹⁸ Primeira carta de princípios ABGLT (1995, p.01)

Pela Carta ressoa o retrato e o grito que escapa ao silêncio, para que a sociedade possa enxergar como os sujeitos LGBTQIA+ eram/são discriminados em várias instâncias sociais, dentre elas, trabalho, família, religião, escola, atendimento médico. Nesses lugares, circulam também o discurso de preconceito e de ódio contra esses sujeitos e, mais, aponta para um resultado de intolerância que leva não só ao silenciamento do corpo que não pode se manifestar em público, levando à interdição da existência do sujeito: a morte. Não se trata de uma morte simples, mas com “requintes de crueldade”, fazendo com que a carta não constitua somente efeitos de sentido de princípio, mas funcione como uma carta-denúncia, pela qual tornam-se visíveis os acontecimentos de discriminação contra esses sujeitos

Surgiram muitos grupos de resistência desde as décadas de 1970 até os dias atuais, e a maioria deles contribuiu com as conquistas dos sujeitos LGBTQIA+ desde então. De uma forma ou de outra, eles têm agido e lutado contra aprovação de leis e de retrocessos nas garantias de direitos desses sujeitos, produzindo iniciativas que se constituem por diferentes formas de resistência. Esses sujeitos lutam por respeito e por dignidade e têm tensionado, cada vez mais, tanto o poder legislativo quanto o judiciário para que as garantias de direitos sejam uma realidade. Sair do silenciamento, do apagamento e ganhar visibilidade não foi fácil para esse grupo, mas foi necessário, e todo ano as pautas LGBTQIA+ são levadas para as Paradas do Orgulho, porque esse acontecimento, além de funcionar como contradiscurso, traz visibilidade na imprensa nacional e internacional, principalmente, a de São Paulo. A Parada do Orgulho, desde a década de 1990, tem reunido mais e mais sujeitos, em

¹¹⁸ Todas as cartas de princípios, estatuto e outros documentos como teses podem ser acessados no link: <https://www.abgl.org/documentos>.

torno de milhões, e já está em sua vigésima primeira edição, uma das maiores do mundo (TREVISAN, 2018).

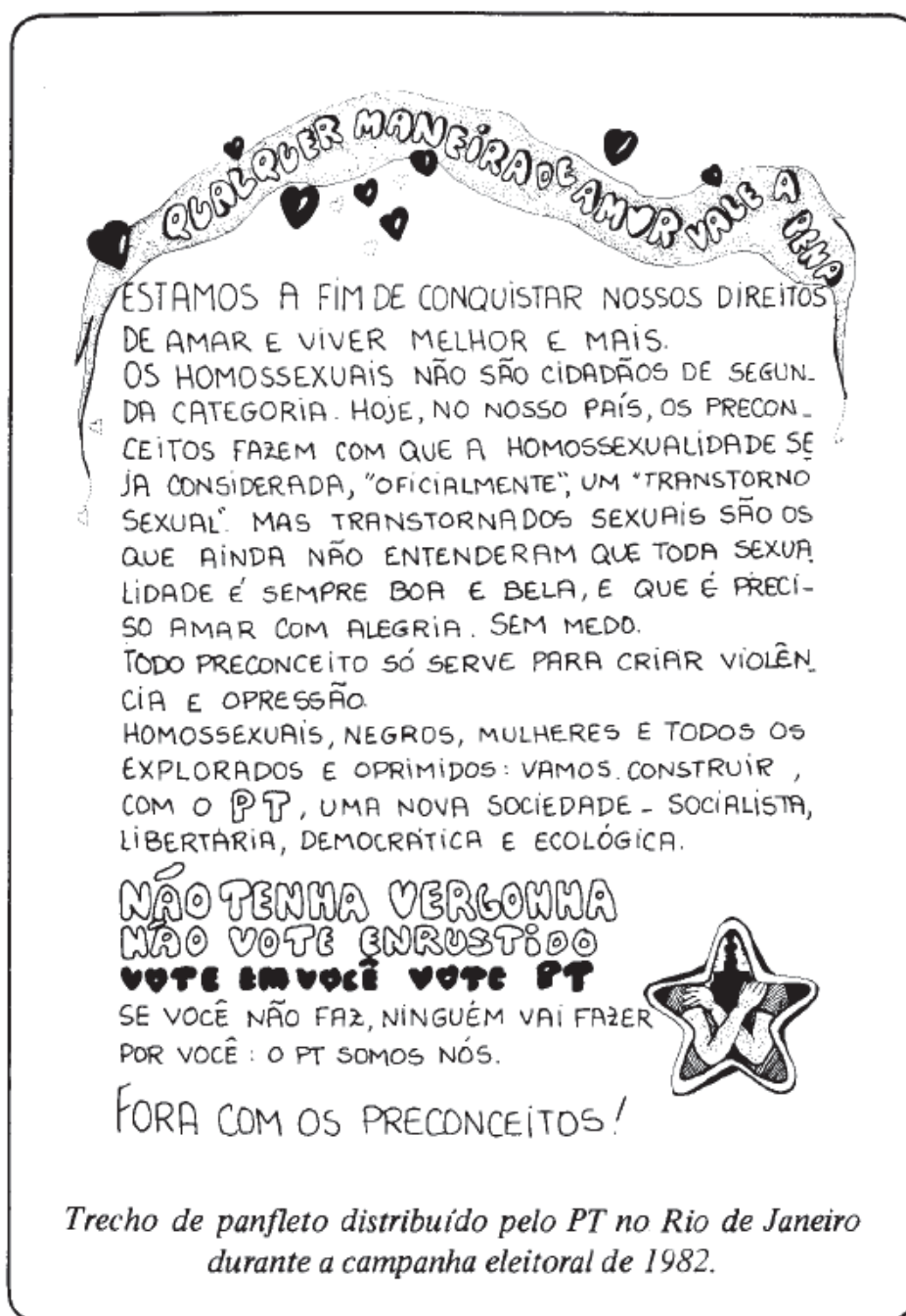
Houve uma junção dos ativistas com a esquerda e outros grupos do país para lutar contra a ditadura nos anos de 1980 “e a transição para a democracia ofereceram novos desafios para os movimentos que surgiam” (GREEN, 2018, p.77). Segundo esse mesmo autor, os dois partidos, MDB e Arena, impostos pela ditadura, foram dissolvidos e novas configurações políticas se formaram, dentre eles o Partido dos Trabalhadores (PT). Em abril de 1980, ocorreu em São Paulo o Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados, gays e lésbicas lotaram o teatro Ruth Escobar. Na sequência, no dia primeiro de maio, um grupo de cinquenta pessoas, entre gays e lésbicas, apoiaram a greve geral dos sindicalistas com mais de mil participantes numa passeata pelo ABC Paulista – em São Bernardo do Campo, e a paralisação levou o governo a decretar estado de Sítio. Esses sujeitos levaram a faixa “Contra a discriminação ao (à) trabalhador(a) homossexual” e panfletos que “ligavam a luta dos grevistas com a dos oprimidos (negros, mulheres e homossexuais)” (GREEN, 2019, p. 444).

Neste período, foram muitas manifestações de grupos de diversas frentes sociais, que o Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DOPS mal conseguia acompanhar. Ainda no mês de abril de 1980, ocorreu uma batida policial no centro de São Paulo com a intenção de limpar a área, tendo sido detidas mais de 1500 pessoas, entre gays, travestis e prostitutas, repetindo o discurso e o projeto higienista da década de 1930. Era uma luta constante entre esses sujeitos LGBTQIA+, que queriam ser livres para frequentar todos os espaços, e os policiais que cumpriam ordens para tirá-los destes lugares. Cada intervenção policial gerou mais protestos e os manifestantes começaram os movimentos de resistência.

Na campanha de 1982, o Partido dos Trabalhadores (PT)¹¹⁹ agregou discursos de apoio às causas LGBTQIA+, como se pode verificar no panfleto a seguir.

¹¹⁹ O texto-imagem ilustra a entrada da esquerda nos movimentos.

Texto-imagem 13: Panfleto de apoio aos LGBTQIA+ pelo PT 1982



(FRY, 1985, p.115).

Esse discurso de resistência com o apoio da esquerda reverberou em muitos outros acontecimentos importantes, não significou "*On a gagné*" (Ganhamos), como ocorreu na França (PÊCHEUX, 2012). Entretanto, todos esses movimentos e deslizamentos de sentidos adquiridos sobre os sujeitos LGBTQIA+ abriram as portas para que as lutas ocorressem e o processo histórico-social continuasse sendo

apresentado por meio de muitos outros grupos que vieram a surgir, a fazer-se existir e movimentar a contradição, o contradiscurso.

Além da retirada de ‘homossexualismo’ como doença do Código Internacional de Doenças – CID, pela OMS em 1993 e proibição de tratamento que favoreça a patologização da homossexualidade pelo Conselho Federal de Psicologia, por meio da resolução 01/1999¹²⁰, outras conquistas foram importantes para os sujeitos LGBTQIA+.

Com as análises em processo de casais de mesmo sexo, estudiosos como Roger Raupp Rios e Maria Berenice Dias¹²¹, essa como desembargadora, deu causa às primeiras solicitações de reconhecimento das uniões homoafetivas como entidade familiar, e o conceito de afetividade adquiriu valor jurídico, passando a circular em muitos outros processos com a designação *união homoafetiva* (TREVISAN, 2018). E uma das primeiras ações foi dada pela justiça de Porto Alegre em uma ação civil pelo Ministério Público Federal, que obrigou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) “a considerar os companheiros ou companheiras homossexuais como dependentes preferenciais dentro do Regime Geral da Previdência Social para casais que vivem União Estável” (TREVISAN, 2018, p.500). Esse processo deu abertura como jurisprudência para muitos outros casais entrarem com outras formas de ações em favor dos sujeitos LGBTQIA+ e novas conquistas foram surgindo¹²².

¹²⁰ Resolução 01/1999 disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao_1999_1.pdf.

¹²¹ Para saber mais: livro “Homoafetividade e os Direitos LGBTI”, de Maria Berenice Dias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA. Essa obra, além de fornecer dados importantes sobre a história dos sujeitos LGBTQIA+, traz os diversos projetos de leis aprovados e não aprovados sobre esses sujeitos, sinalizando como a justiça brasileira tem tratado os processos envolvendo esses sujeitos com alguns avanços e outros retrocessos, bem como o estatuto da diversidade elaborada pela OAB.

¹²² Em 2008, o Sistema Único de Saúde passou a oferecer o tratamento de transição de gênero para sujeitos trans, com obrigação da retirada de genitália, conforme Portaria 2803 do Ministério da Saúde. Em 2016, isso foi deixado a cargo dos sujeitos que podem retirar ou não seus órgãos.

Em dezembro de 2011, por meio da portaria nº 2.836, o Ministério da Saúde instituiu, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Em 2013, o Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, lançou uma campanha de combate à violência contra travestis e transexuais. O Ministério também anunciou que as pessoas podiam usar o nome social no Cartão SUS, com o objetivo de reconhecer a legitimidade da identidade desses grupos e promover o maior acesso à rede pública. Em 2016 saiu o Decreto do Nome Social Nº 8.727, de 28 de abril – Diário Oficial da União – Imprensa Nacional, que dispôs sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tanto para servidoras e servidores que trabalham no órgão, como para sujeitos atendidos por esses serviços.

Em 2012 foi criado, em São Paulo, o Museu da Diversidade Sexual com o nome de Centro Cultural, Memória e Estudos da Diversidade Sexual, dentro da Secretaria de Cultura do Estado (TREVISAN, 2018). Como se vê, são muitas frentes de resistência que vão sendo construídas e modificando não só a forma de existir dos sujeitos LGBTQIA+, mas fazendo circular outros discursos. Em 2018, o STF

Em 2012, foi criado - em São Paulo - o *Museu da Diversidade Sexual* com o nome de *Centro Cultural, Memória e Estudos da Diversidade Sexual*, dentro da Secretaria de Cultura do Estado (TREVISAN, 2018). Esse acontecimento tornou-se muito significativo para as lutas desses sujeitos, constituindo-se como uma dentre as muitas frentes de resistência que vão sendo construídas e modificando não só a forma de existir dos sujeitos LGBTQIA+, mas fazendo circular outros discursos.

De *Stonewall*, passando pelo *Jornal Lampião da Esquina* à formação do grupo *Somos* e depois, do grupo *Ação Lésbico-Feminista (GALF)*, com o jornal *ChanacomChana*, e muitos outros periódicos, revistas e grupos que se formaram e se desfizeram, todos contribuíram para se chegar à constituição da comunidade LGBTQIA+ que se tem hoje. Foram muitas lutas de resistência contra práticas de apagamento e de silenciamento, colocando em evidência novos sentidos aos sujeitos LGBTQIA+, fazendo funcionar como contradiscurso, porque, concordando com Trevisan (2018), pastores evangélicos e fundamentalistas religiosos alegam que, ao discursivizar contra os sujeitos LGBTQIA+, estariam exercendo a liberdade de expressão e liberdade religiosa.

Fazem isso de forma sistemática em suas redes e instituições para uma parcela significativa da população brasileira porque, segundo eles, a opinião manifestada com ódio não caracteriza homofobia. Portanto, é preciso agir e, concordando novamente com o autor, trata-se de um raciocínio distorcido e hipócrita “caluniar, amaldiçoar e condenar em nome de Deus, tal como essas autoridades

autorizou que transexuais e transgêneros pudessem mudar seus nomes registrados, mesmo sem ter feito a cirurgia de correção. A partir da Súmula Normativa 12/2010, editada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, asseguram-se benefícios aos companheiros e companheiras titulares de plano de assistência médica, independente da orientação sexual. Em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a união estável homoafetiva, e em 2013, o casamento civil em todo território brasileiro. O Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução nº 175/2013 que obriga cartórios a realizar casamento entre pessoas de mesmo sexo. A Comissão de Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) publicou, no dia 11 de agosto de 2014, Nota Técnica que dá parecer indicativo da aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 às situações de violência doméstica e familiar, sofridas por transexuais femininas e travestis e, em 2016, essa lei se tornou mais inclusiva porque o Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPGE) aprovou, por unanimidade, uma recomendação para que promotorias de todo o país passem a aplicar as regras da Lei Maria da Penha a travestis e transexuais, vítimas de violência doméstica. Em 05 de março de 2015, o Supremo Tribunal Federal, através do recurso extraordinário 846.102, considerou o direito de crianças serem adotadas por casais homoafetivos sem restrições de idade. Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia aprovou “uma regulamentação proibindo psicólogos de propor ou realizar atendimentos, nas esferas públicas e privadas, que visem conversão, reversão, readequação, ou reorientação de identidade de gênero, de transexuais e travestis. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal considerou a homofobia e a transfobia como crimes de racismo, foi realizada essa tipificação porque houve omissão legislativa do Congresso Nacional. Em 2020, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucionais as legislações do Ministério da Saúde que proibiam os sujeitos homossexuais de doarem sangue.

religiosas fazem”, é também uma “grave infração ao direito de ser, tanto quanto evangélicos podem ter o direito de se reprimir sexualmente” (TREVISAN, 2018, p.488).

Tudo isso ocorre porque existe uma memória constituída em torno desses sujeitos, que sempre a retomam e a faz circular a partir dessa filiação religiosa e, por consequência, isso afeta as políticas de estado, uma vez que esses sujeitos políticos-religiosos estão espalhados em muitos cargos pelo país e se aproveitam desses lugares de fala para trazer a tríade de que os sujeitos LGBTQIA+ são sempre pecadores, doentes e criminosos contra Deus e a família. Muitas vezes, acabam utilizando a máquina pública e esse discurso, que se repete, causa um amplo efeito de reflexo social pelo arsenal constante com que atacam em nome desse Deus de forma insistente e sistemática, sob o pretexto de preservar os valores “tradicionais” o

[...] projeto dos grupos conservadores propõe destruir valores que lhes são inconvenientes. Destruir para preservar é uma “contradição em termos”. Aos setores oprimidos só resta aquilo que sabem fazer melhor: criar. Quanto mais os querem destruir, mais estarão elaborando novos valores, abrindo caminhos inusitados e inventando expressões estéticas”, porque o ímpeto criativo pode ser claramente percebido em momentos de sobrevivência difícil e necessária (TREVISAN, 2018, p.536).

E novamente retomando Michel Pêcheux (2009, p. 281), “não há dominação sem resistência” porque o posicionamento ideológico-social não deve ser algo sofrido passivamente, como afirma o autor, todo discurso é o efeito de filiação a redes de memórias e o trabalho de deslocamento no seu espaço. Entretanto, nem tudo funciona perfeitamente porque, de certa forma, não há identificação plena e bem-sucedida.

Foi na resistência que os sujeitos LGBTQIA+ conseguiram sobreviver e se manter, mesmo apagados, silenciados e interditados no social, muitas vezes, pelas memórias que retornam sempre sem cessar, conseguiram se tornar sujeitos de direitos, e as injúrias que lhes causavam/causam dor foram usadas como forma de afirmação política discursiva, enfrentando a si mesmos, à Igreja, ao Estado e seus aparelhos como o sistema jurídico. E mais uma vez, apresentamos em forma de esquema analítico os resultados dessas transformações discursivas em torno desses sujeitos.

TABELA 02 - DESIGNAÇÕES E REPETIÇÕES DISCURSIVAS – ESQUEMA ANALÍTICO

LGBTQIA+

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Discurso de orgulho (pride) e identidade gay – Queer (<i>Stonewall</i>).• Discurso de afirmação política.• Memória positiva: Gay (Guei), Queer, veado, bicha, sapatão, lésbica são ressignificadas de injúrias para afirmação política e motivo de orgulho.• Designação nova: Homoafetividade a partir do discurso jurídico.• Ressignificadas as designações Ativo e Passivo. |
|---|

Fonte: O autor (2022).

No próximo capítulo, analisamos o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular - BNCC porque as condições de produção deste documento foram constituídas por contradições, sinalizando para o efeito de sentido e resultado das memórias discursivas que retornam e significam os sujeitos LGBTQIA+ como pecadores/criminosos e doentes e instauram efeitos no social, podendo causar a interdição deles por meio da censura, ao retirar as designações gênero e identidade de gênero do documento final, mesmo após duas versões trazerem essas designações.

DESDE A METADE DE 2019, O BRASIL TEM SE POSICIONADO CONTRA O USO DE EXPRESSÕES COMO "EDUCAÇÃO SEXUAL", "GÊNERO" E "SERVIÇOS DE CUIDADO SEXUAL E REPRODUTIVO" EM DOCUMENTOS OFICIAIS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)¹²³.

¹²³ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-que-bolsonaro-fez-na-defesa-da-familia-2019/>.

CAPÍTULO IV

4. COSTURANDO A DESCONSTRUÇÃO E A RESISTÊNCIA: A INTERDIÇÃO DO DISCURSO SOBRE O SUJEITO LGBTQIA+

O silêncio intervém como parte da relação do sujeito com o dizível, permitindo os múltiplos sentidos ao tornar possível, ao sujeito, a elaboração de sua relação com os outros sentidos. (ORLANDI, 2013, p.89)

A epígrafe com que iniciamos esse quarto capítulo da tese sinaliza que o silêncio se relaciona ao dizível pela língua na história e, como vimos nos capítulos anteriores, esse dizível constitui a repetibilidade por meio de diferentes acontecimentos e memórias. Trata-se de um processo que de um lado silencia, contradiz, apaga e ressignifica a existência dos sujeitos LGBTQIA+. De outro lado, instaura o equívoco e rompe com ele, tendo em vista, conforme Orlandi (2013, p. 175) que a divisão entre o dizer e o não dizer “impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade e elaborar a sua história de sentidos [...]”. Presentificam-se sentidos não-ditos, sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamento” (ORLANDI, 2015, p. 53).

Contudo, a memória de pecador, criminoso e doente em relação a esses sujeitos retorna, repetindo o mesmo (paráfrase) e instaurando o diferente (polissemia)¹²⁴ no social, tendo em conta diferentes ideologias inscritas no domínio do político e do religioso, isso porque a memória funciona em relação à história, ao político e ao ideológico, ela é feita de esquecimento, de silêncios. Vale destacar aqui, como já fizemos anteriormente, que os discursos se constituem a partir de outros discursos, que circularam antes em outros lugares, conforme nos ensina Pêcheux (2009). Além do mais, conforme Orlandi (2012, p.31), “pela ideologia, se naturaliza assim o que é produzido pela história”.

A tríade pecador, criminoso e doente faz parte do processo de apagamento desses sujeitos e vem se sustentando e legitimando mudanças e transformações que resultaram também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹²⁵ ao retirar a designação de gênero do documento final. Essa repetibilidade é resultado de uma (re)produção simbólica que se sustenta nos processos de apagamento analisados nos

¹²⁴ A definição de paráfrase e polissemia foram tratadas no primeiro capítulo a partir de Orlandi (1998) em relação à fluidez dos sentidos e das redes de sentidos.

¹²⁵ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

capítulos dois e três, os quais trouxeram como ocorreram as mudanças de sentidos em relação à construção desses sujeitos no social e a resistência que os manteve vivos, muitas vezes em guetos e outras fora deles para marcar suas existências.

Esses acontecimentos fazem parte da produção simbólica de apagamento dos sujeitos LGBTQIA+ dada pelo próprio Estado e seus aparelhos ideológicos de repressão (ALTHUSSER, 1974), sabendo que a linguagem/discurso “se marca como uma imposição, se antecipa à nossa existência, é anterior, estabelece alteridade e nela estão inscritos os lugares de autoridade e de legitimidade de uma formação social historicamente determinada” (MARIANI; MAGALHÃES, 2011, p. 128).

Desta forma, tomamos o processo de construção da BNCC como um lugar discursivo que permite o movimento e instaura o funcionamento das contradições, os deslizamentos de sentidos sobre os sujeitos LGBTQIA+, significadas por meio da designação gênero debatida por diferentes instâncias, porque, parafraseando Orlandi (2013), quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que pode apagar o sujeito LGBTQIA+, colocando-o em silêncio, o que pode ressoar como censura e essa afeta, de imediato, a identidade do sujeito.

A BNCC apresentou três versões diferentes à sociedade, sinalizando para o processo democrático de qualquer documento em um país que se filia a essa forma de governo – Democracia, na qual as decisões políticas precisam vir do povo para o povo, que é soberano em detrimento de qualquer outra instituição. Entretanto, o processo de construção deste documento se deu pela contradição, pois, ao mesmo tempo em que o processo era legal e legítimo como política pública, algumas forças advindas do político-religioso prevaleceram no final da publicação do documento, alterando as designações de *gênero*, *orientação sexual* e *sexualidade*. Desta forma, apresentamos e analisamos como se deu esse percurso, de acordo com a nossa filiação teórica.

4.1 A (DES-)CONSTRUÇÃO DA DESIGNAÇÃO GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL E AS CONTRADIÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCC

Toda leitura tem sua história. A interpretação é um gesto, uma prática no nível do simbólico, cujo espaço é definido pela incompletude e pela sua relação com o silêncio (ORLANDI, 2012 e PÊCHEUX, 1969). Assim, propomos textualizar os documentos da Base Nacional Comum pelo gesto de análise e pela historicidade marcada no documento, tendo em vista que ela está “inscrita no tecido textual” que pode devolver à materialidade discursiva o silêncio e “torná-lo apreensível, compreensível” (ORLANDI, 2013, p. 58). Além do mais, como destaca a autora “o silêncio não se define como tal só por sua relação sonora da linguagem, mas com a significação, ou melhor, pela relação significativa som/sentido” (*Ibidem*, p.66). Trazemos, portanto, as condições de produção do processo de construção e surgimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Trata-se do documento oficial para a Educação Básica e isso significa dizer que ela representa o discurso de autoridade, aquele que legitima e normatiza o que deve ou não ser seguido pelas instituições escolares. Ela foi constituída em duas etapas, devido à história da educação do país e às políticas públicas vigentes. A primeira publicação e homologação ocorreu em 20 de dezembro de 2017 para a etapa do Ensino Fundamental e Educação Infantil com o Ministro da Educação Mendonça Filho, e, para a etapa do Ensino Médio, a homologação demorou mais um ano, ocorrendo em 14 de dezembro de 2018, pelo ministro da Educação Rossieli Soares.

Antes de chegar à versão final destes documentos, ocorreram mais duas versões anteriores que analisamos e retomamos mais à frente. É preciso compreender que, desde 2018, se tem no país um documento “de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que **todos os alunos**¹²⁶ (grifo nosso) devem desenvolver ao longo das etapas” (BNCC, 2017, p.07), e que sugere competências e habilidades para serem implementadas em todos os currículos em nível nacional, considerando de forma transdisciplinar dez Competências Gerais que funcionam como pilares para a Educação Básica - trabalhando com conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação;

¹²⁶ Os grifos colocados ao longo deste capítulo servem para indicar que os destaques serão retomados nas análises, destacando-se a importância e relevância deles nessas reflexões.

autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania.

Essas competências articulam a construção do conhecimento em conteúdos disciplinares, através dos currículos, tendo em conta que competência, segundo o documento é

[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017).

Depreendemos que a Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo, definidor do conjunto de aprendizagens essenciais, determinando o que deve constar nos currículos nacionais. Isso significa que, independentemente da região em que o sujeito estude, de sua raça ou classe socioeconômica, desenvolveria as mesmas habilidades e competências ao longo de sua vida escolar. Nesse documento se prevê a “[...] igualdade de oportunidades para ingressar, permanecer e aprender na escola, por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que **todos** (grifo nosso) têm direito” (BRASIL, 2017, p. 11).

De acordo com o documento, há vinte e nove anos a ideia de se ter uma base única começou a ser pensada, pois, segundo os marcos legais descritos, essa intenção surgiu com a Constituição Federal de 1988, na qual o Artigo 210 já referendou que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal é um documento que estabelece e legitima um Estado e a sociedade, dando todo o ordenamento jurídico necessário para a segurança nacional, garantindo não só o direito de uma única pessoa, mas de todos os cidadãos, ela organiza o Estado e seus poderes. Ao trazer essa sinalização de “fixar conteúdos mínimos”, em 1988, para as etapas educacionais como documento, produziu o sentido de quão importante esse feito seria para a Educação Nacional.

Conforme a trajetória histórica narrada, na BNCC, a ideia de construção de um documento que regulamentasse os currículos retornou e materializou-se, também, na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, promulgada em 1996 - LDBE. Essa lei foi pensada e criada para garantir a toda população o direito de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar seus profissionais, estabelecer o dever da

União, do Estado e dos Municípios com a educação pública (BRASIL, 1996). Essa nova Lei representou um marco na educação, sendo mais bem definida e ressignificada pelos princípios da democracia, apontando qual a função de cada ente federativo e seus deveres com a educação pública e seus sujeitos.

A lei referenda, em seu capítulo II - Da Educação Básica Seção I - a seguinte disposição em seu artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma **base nacional comum** (grifo nosso), a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996).

Essa nova lei de Diretrizes e Bases reforçou a necessidade de se ter uma base nacional comum, destacando a necessidade de um documento que pudesse igualar os direitos de aprendizagem, em termos de conhecimento, para toda a população brasileira. Com isso, as avaliações externas como SAEB (Sistema de Avaliação de Educação Básica), antiga Prova Brasil, que permite avaliar os estudantes através dos mesmos conhecimentos – habilidades tornaram-se recorrentes desde 1990 até a atualidade como meta dos governos.

Além desses documentos que encaminham para a construção de uma Base Nacional Comum Curricular, o que faz com que essa lei ganhe força e se legitime é a organização do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) - Lei nº 13.005/2014¹²⁷, aprovada em 25 de junho de 2014 e sancionada, sem vetos, pela Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Das 20 metas estabelecidas pelo plano, 04 delas encaminham para o processo de construção e elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular. Nesse sentido, a escrita e implementação deste documento precisaria ocorrer o mais breve possível, por estar dentro do Plano Nacional de Educação, que tem duração de dez anos. Segundo a lei, além de determinar a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para toda a população, dos seis aos quatorze anos, e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade certa, o PNE recomenda que:

2.1) O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até **o final do 2º ano de vigência**

¹²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do Ensino Fundamental.

2.2) Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art.º 7º desta Lei, a implementação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento **que configuram a base nacional comum curricular do ensino fundamental** (grifo nosso) (BRASIL, 2014).

Dessa forma, iniciaram-se os debates em torno da construção de uma Base Nacional Curricular, seguindo os trâmites legais previstos em uma democracia e nos documentos oficiais para a Educação.

Para a escrita da BNCC foram chamados profissionais da educação, especialistas de todas as disciplinas do currículo, de Estados e Municípios que representam o CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação e UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, em regime de colaboração com o Ministério da Educação – MEC, através da equipe da Secretaria de Educação Básica.

Após a escrita inicial do documento, este foi enviado a pareceristas de Universidades para avaliá-lo e apontar possíveis problemas em relação à parte teórico-metodológica, bem como do conteúdo. Após esse retorno, foi publicada uma primeira versão em setembro de 2015, postada para consulta pública na página do MEC.

O CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) constituíram Comissões Estaduais, com a participação das universidades e de diferentes movimentos sociais, que debateram a primeira versão do documento, tanto em nível estadual como municipal. Nesse processo, o documento recebeu mais de 12 milhões de contribuições, metade delas veio de 45 mil escolas que se organizaram nas leituras do documento e responderam aos formulários disponibilizados nas plataformas dos Estados.

De posse das informações colhidas, foram organizadas formas de apurar e interpretar os dados recebidos no processo, as equipes técnicas verificaram as recorrências das sugestões, fazendo interpretações pedagógicas e políticas dos dados. No meio deste processo, o Governo Federal provisório, em caráter de

urgência, instituiu, por meio de uma Medida Provisória - MP nº 746/2016¹²⁸, o novo Ensino Médio. Contrariando o que estava estipulado no PNE, essa decisão retirou do processo o Ensino Médio e se tornou Lei em 2017 - Lei nº 13.415/2017¹²⁹.

Após inserirem as contribuições colhidas na consulta da primeira versão, foi disponibilizada para consulta pública uma segunda versão do documento, que ocorreu em 03 de maio de 2016. A partir daí foram organizados seminários pelo CONSED e UNDIME para debater o documento. Participaram destes eventos mais de nove mil pessoas, dentre elas, professores, especialistas, entidades de educação e alunos. Encerrado o ciclo de debates nos seminários, os resultados foram organizados e sistematizados em relatórios produzidos pelo grupo representante das duas entidades (Universidade de Brasília - UNB e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ) que organizaram os seminários e encaminharam os documentos resultantes desses eventos ao comitê gestor. Além desses representantes, alguns leitores críticos de universidades e associações científicas também o analisaram, disponibilizando pareceres sobre as diferentes áreas de conhecimento.

No aguardo de uma terceira versão, após essas contribuições, o país passou por um processo de *Impeachment* da presidenta em exercício Dilma Rousseff. Com isso, subiu ao poder o vice-presidente Michel Temer, e as políticas públicas para a educação começaram a mudar. Muitos funcionários do MEC foram destituídos de seus cargos e toda a equipe formada anteriormente passou a não atuar mais.

As forças políticas tentaram levar para o Congresso Nacional as discussões para deliberar decisões em torno do documento, tentando deixar de fora os responsáveis legítimos - Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. Uma frente conservadora, formada por políticos-pastores, começou a realizar esse movimento justamente porque as versões disponibilizadas anteriormente para as consultas da população traziam discussões relacionadas à sexualidade e gênero, debate que iniciou na construção do Plano Nacional de Educação. O Projeto de Lei Nº 4.486, de 2016 foi apresentado pelo deputado Rogério Marinho, para alterar a Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação - PNE com o intuito

¹²⁸Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>.

¹²⁹Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm.

de que, mediante a proposta do Executivo, a BNCC fosse aprovada pelo Congresso Nacional¹³⁰.

Com isso, foi realizado um seminário na Câmara dos Deputados, em 31 de maio de 2016, para discutir a BNCC. Esse seminário repercutiu nacionalmente, principalmente nos meios acadêmicos, porque o Movimento Escola Sem Partido¹³¹ manifestou-se junto ao processo de tramitação do projeto de lei 4.486.

Com esses fatos, a equipe de especialistas que participou da elaboração das versões 1 e 2 da BNCC escreveu uma nota de esclarecimento de seis páginas sobre o risco de se perder o processo democrático do documento que prevê, de acordo com o Plano Nacional de Educação, consulta pública e produção coletiva do documento¹³².

[...] A existência de uma base comum para a elaboração de currículos está prevista no ordenamento legal da educação básica brasileira: na Constituição de 1988, na LDB 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio. Essa elaboração é tratada por 4 das 20 metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Definem-se, nessas metas, os termos em que a elaboração da BNCC deve se dar, a saber:

Estratégia 2.1: 2.1) o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental; (...)

Estratégia 3.2: o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elaborará e encaminhará ao Conselho Nacional de Educação - CNE, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum; (...)

Estratégia 7.1: estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local [...]. (Nota de Esclarecimento do Comitê Assessor e especialistas da BNCC)

Segundo a nota, até o momento da publicação da segunda versão da BNCC, eles haviam conseguido manter o processo democrático e legítimo, conforme previsto

¹³⁰ Projeto de Lei 4.486/2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0hbl76hpt0rbohzy59elrxn5b8977482.node0?codteor=1435263&filename=PL+4486/2016.

¹³¹ Criado em 2004 pelo Advogado Miguel Nagib, o Escola Sem Partido defende o combate a uma suposta "doutrinação" política e ideológica nas escolas e apresentou diversos PL pelo país, tanto na Câmara Federal como em Câmaras Estaduais e Municipais.

¹³² A Nota de Esclarecimento e Manifestação de posicionamento do Comitê. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Segunda%20vers%C3%A3o%20BNCC/nota-assessores-e-especialista-bncc.pdf>.

em lei e, a partir daquele momento, o risco era iminente. Por esses fatos começam a ressoar as contradições que se formaram em torno do processo de escrita do documento até a sua publicação final.

O projeto de lei apresentado ao Congresso tramitou e recebeu o parecer do deputado Átila Lira - que afirmou que a versão apresentada até o momento era doutrinária, sem base científica e pedagógica e, para trazer sua argumentação e fazer seu discurso, foram citados João Batista de Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto, e Ilona Becskeházy, consultora em estudo comparado entre países na área de educação, que fechou seu parecer afirmando que a BNCC envolve direitos, assim precisaria ser deliberada na Câmara dos Deputados:

Após todas as considerações e análises que apresentamos, é possível concluir que o processo adotado até o momento para a construção da BNCC não é adequado e está muito distante das melhores práticas científicas e pedagógicas, além de possuir indícios de ilegalidade. Os documentos apresentados invadem, em muitos momentos, a esfera de competência do Poder Legislativo ao determinar direitos. O documento possui um claro viés doutrinário, falhando em ofertar a pluralidade do pensamento e das teses científicas. Isso se explica pela ausência de pluralidade entre aqueles que escreveram o documento. A pluralidade necessária não se encontra no grande número de pessoas que trabalharam direta ou indiretamente na elaboração do resultado final, mas na participação de diferentes correntes do pensamento científico¹³³. (Parecer do Relator Átila Lira e voto pela aprovação do PL 4486/2016)

Após a posse do novo governo, uma frente política mais conservadora também passa a deliberar sobre questões relacionadas à BNCC e políticas públicas, com isso, entram em cena especialistas educacionais representantes de entidades empresariais, novas vozes e novos interesses passam a circular neste meio. Foram estabelecidas parcerias com a Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann, Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, entre outras (CORREA e MORGADO, 2018).

Uma entidade que chama a atenção e ganhou mais protagonismo nas discussões e assim ainda continua com a implementação do Novo Ensino Médio é o Movimento Pela Base, um movimento que, segundo a página do grupo é:

[...] grupo não governamental e apartidário de pessoas, organizações e entidades que desde 2013 se dedica à causa da construção e implementação

¹³³ Parecer do Relator Átila Lira e voto pela aprovação do PL 4486/2016 disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1487993&filename=Tramitacao-PRL+1+CE+%3D%3E+PL+4486/2016.

da BNCC e do Novo Ensino Médio. Juntos, buscamos promover uma educação pública de qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros.

E complementa:

A BNCC determina os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as crianças e jovens brasileiros. Nós trabalhamos para garantir que esses direitos sejam cumpridos, apoiando a implementação de qualidade da BNCC e do Novo Ensino Médio em todas as redes e escolas públicas do país. Acompanhamos e damos visibilidade para o andamento da implementação em diversas frentes. Articulamos para o alinhamento de políticas e programas – curriculares, de formação docente, materiais didáticos e avaliações – à BNCC, sempre buscando a coerência do sistema educacional. Levantamos, em parceria com organizações nacionais e internacionais, evidências e as melhores práticas para garantir a qualidade e a legitimidade dos processos. Junto com as secretarias de educação, construímos e disseminamos consensos e orientações técnicas para a construção dos currículos e a formação dos professores. E levamos para toda a sociedade o debate sobre uma aprendizagem mais significativa e conectada com a vida dos estudantes. Onde tem Base, tem Movimento! (Movimento pela Base - Disponível em: <<https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso 08 mai.2021).

De acordo com as informações da página do grupo, compreendemos quem são seus membros do conselho, descrito na página: Ana Inoue (Consultora do Itaú Educação e Trabalho); Anna Penido (Diretora-executiva do Inspirare); Claudia Costin (Diretora do CEIPE/FGV); Denis Mizne (Diretor-executivo da Fundação Lemann); Mariza Abreu (Consultora legislativa da área de educação); Miguel Thompson (Diretor Acadêmico da Fundação Santillana); Pilar Lacerda (Diretora da Fundación SM) e Ricardo Henriques (Superintendente Executivo do Instituto Unibanco). E são descritos nesta página também de onde vêm os apoios Institucionais como Abave; Cenpec; Comunidade Educativa Cedac; Consed; Fundação Lemann; Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Instituto Ayrton Senna; Instituto Inspirare; Instituto Natura; Instituto Unibanco; Itaú Educação e Trabalho; Todos Pela Educação; Undime.

Além do MEC, com a mudança no governo, o Conselho Nacional de Educação (CNE) também sofreu mudanças estruturais dentro do órgão. Em agosto de 2017, começou a ser redigida uma terceira versão do documento, que, segundo o MEC, foi pautada em sua segunda versão. Em 06 de abril desse mesmo ano, foi entregue ao Conselho Nacional de Educação a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular para o conselho analisar e elaborar o parecer e projeto de resolução. Esse novo documento, diferentemente das versões anteriores, apresentou poucas diversidades de fonte consultada, e ficou evidente o predomínio da versão

governamental com posições bem marcadas, ligadas a fundações empresariais que passaram a fazer parte do processo.

Após análise, vistoria e realização de seminários pelas capitais do país, o Conselho Nacional de Educação emitiu parecer favorável à implementação da Base Nacional Comum Curricular, a partir da Resolução CNE/CP Nº 2, de 2 de dezembro de 2017¹³⁴ - que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Sobre a questão da sexualidade, tema de bastante controvérsia desde a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), a Resolução trouxe em seu Artigo 22: “O CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero”.

Assim, a partir da Portaria 1570¹³⁵, de 20 de dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular foi homologada pelo Ministro de Educação Mendonça Filho. Logo após, começou o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares.

Seguindo os mesmos parâmetros da terceira versão, em 02 de agosto de 2018, as escolas brasileiras se mobilizaram para discutir e contribuir com a Base Nacional Comum Curricular da etapa do Ensino Médio, que foi separada da Educação Básica com a Lei 13.415/2017, que alterou as Diretrizes e a Base da Educação Nacional, estabelecendo mudanças significativas para essa etapa de ensino. Professores, gestores e técnicos da educação criaram comitês de debate e preencheram um formulário online, sugerindo melhorias para o documento. Em 14 de dezembro de 2018, o ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio. A partir desta data o Brasil passou a ter um documento completo de Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica.

¹³⁴ Resolução nº2/2017 - Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf.

¹³⁵ Portaria 1570 - Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA1570DE22DEDEZEMBRODE2017.pdf>.

4.1.2 As contradições na formulação da Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional de Educação sobre os sujeitos LGBTQIA+

O processo de apagamento e silenciamento dos sujeitos LGBTQIA+ começou a se repetir com o Plano Nacional de Educação Nacional - LEI N° 13.005/2014, que, contrariando documentos anteriores, como a Conferência Nacional pela Educação - CONAE (2010) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, que naturalizam pedagogicamente as práticas de sexualidades como conteúdos tanto disciplinares como de direitos e princípios integrados a proposições educacionais, trazem em seu corpo as designações de gênero e de orientações sexuais como parte constitutiva.

A CONAE¹³⁶, tanto em níveis Municipal, Estadual ou Federal, se configura como “espaço democrático aberto pelo poder público e articulado com a sociedade para que todos(as) possam participar do desenvolvimento da Educação no país” (Fórum Nacional de Educação). São diversos setores trazidos para pensar a educação, os órgãos educacionais, os sistemas de ensino, o Congresso Nacional e sociedade civil e, a partir dos debates e discussões, escrevem um documento final por meio dos eixos temáticos como: “Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional”; “Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação”; “Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar”; “Formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação”; “Financiamento da Educação e Controle Social”; “Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade”. A partir desses eixos, o movimento sociopolítico trouxe nas discussões as questões relacionadas a gênero, sexualidade e educação, marcando não somente as designações, mas apontando em cada eixo o que elas representam para a educação, por exemplo, no eixo I - Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional, trazem marcadamente pelo discurso o papel do Estado em relação a esse tema, afirmando que:

A consolidação de um sistema nacional de educação que articule a educação nacional não pode ser realizada sem considerar a urgente necessidade de superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, **de gênero e relativas à diversidade sexual (grifo nosso)** ainda presentes na sociedade e na escola brasileira. Por isso, sua realização - assim como o cumprimento das normas constitucionais que orientam essa tarefa – só será possível por meio

¹³⁶ Documento final disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf.

do debate público e da articulação entre Estado, instituições de educação básica e superior e movimentos sociais, em prol de uma sociedade democrática, direcionada à participação e à construção de uma cultura de paz, sobretudo por meio do Fórum Nacional de Educação, do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos estaduais e municipais de educação” (CONAE, 2010, p.30) [...] IV - **reconhecimento e valorização da diversidade**, com vistas à superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, **de gênero e de orientação sexual (grifo nosso)**, bem como atendimento aos deficientes; (CONAE, 2010, p.37).

No eixo II, por exemplo, relacionada à qualidade da Educação, Gestão democrática e avaliação, as designações também são retomadas para dizer que:

d) O plano do/a estudante – acesso, permanência e desempenho que se refere: ao acesso e condições de permanência **adequados à diversidade** socioeconômica, étnico-racial, **de gênero (grifos nosso)** e cultural e à garantia de desempenho satisfatório dos/das estudantes; (CONAE, 2010, p.52).

No eixo IV - formação e valorização dos/das profissionais da educação também são referenciadas as designações gênero e diversidade em dois momentos:

u) Implementar programas de formação inicial e continuada que contemplem a discussão sobre **gênero e diversidade** étnico-racial, de **orientação sexual e geracional**, de pessoas com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação e transtornos funcionais especiais, com destaque para **as lutas contra as variadas formas de discriminação sexual (Grifos nosso)**, racial e para a superação da violência contra a mulher e outras (formas de violências que influem negativamente no processo ensino-aprendizagem).

x) **Construir uma proposta pedagógica sobre gênero e diversidade sexual (grifos nosso)** para nortear o trabalho na rede escolar de ensino, eliminando quaisquer conteúdos sexistas e discriminatórios e com a participação de entidades educacionais e afins. (CONAE, 2010, p. 89).

No eixo VI, - que aborda sobre justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade, os temas também são retomados como importantes e devem ser garantidos em formações iniciais dos profissionais da educação, bem como introduzi-los como políticas de pesquisas junto a Capes e CNPq:

c) Garantam a formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, voltada para a educação das relações étnico-raciais, educação quilombola, a educação indígena, a educação ambiental, a educação do campo, das pessoas com deficiência, **de gênero e de orientação sexual (grifo nosso)**, com recursos públicos. (CONAE, 2010, p. 129).

e) Introduzam, junto a Capes e CNPq, políticas de pesquisa voltadas para as temáticas: educação indígena, educação e relações étnico-raciais, do campo, pessoas privadas de liberdade (educação nas prisões), educação de jovens e adultos, educação profissional, quilombola, ambiental, **em gênero e orientação sexual (grifo nosso)**, de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, de crianças,

adolescentes e jovens em situação de risco, em cumprimento de medidas socioeducativas ou em conflito com a lei. (CONAE, 2010, p. 129).

Além das referências sobre gênero e orientação sexual estarem materializadas em cada eixo, o documento também sugere, em forma de diretrizes, como essas temáticas devem ser abordadas na educação, ressoando a importância desses temas estarem vinculados aos sistemas educacionais do país:

Quanto ao gênero e à diversidade sexual:

a) Introduzir e garantir a discussão de gênero e diversidade sexual na política de valorização e formação inicial e continuada dos/das profissionais da educação nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, visando ao **combate do preconceito e da discriminação de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, mulheres, ao estudo de gênero, diversidade sexual e orientação sexual, no currículo do ensino superior, levando-se em conta o Plano Nacional de Políticas Públicas para a Cidadania LGBT e o Programa Brasil sem Homofobia.** b) Inserir e implementar na política de valorização e formação dos/ das profissionais da educação, a partir da reorganização da proposta curricular nacional, a discussão de gênero e diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos, quebrando os paradigmas hoje instituídos e adotando para o currículo de todos os cursos de formação de professores/as um discurso de superação da dominação do masculino sobre o feminino, para que se afirme a constituição de uma educação não sexista. c) Inserir imediatamente nos princípios e critérios para a avaliação de livros, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e nos currículos, de maneira explícita, critérios eliminatórios para obras que veiculem preconceitos referentes à condição social, regional, étnico-racial, de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, linguagem ou qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos. [...] (CONAE, 2010, p. 143-146)

As conferências pela educação nos três níveis (Municipal, Estadual e Federal) confirmaram a necessidade de políticas educacionais sob a perspectiva de respeito aos sujeitos e às diversidades de sexualidades, apontando para o papel do Estado na garantia desse direito, elaborando políticas públicas inclusivas para garantir acesso, permanência e formação, tanto para estudantes quanto para os profissionais de educação.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), há diversas referências que sinalizam para a garantia e para a permanência das discussões e do tratamento em relação aos temas que envolvem sexualidades, gênero e orientação sexual dentro das escolas.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a **abordagem de temas abrangentes e contemporâneos**, que afetam a

vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, **sexualidade e gênero** (grifo nosso), vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) [...] (BRASIL, 2013, p. 115)

As escolas de Ensino Médio deverão inserir no seu projeto político-pedagógico temas para debate; estudo e discussão sobre [...] também deverão inserir **debates, estudos e discussões sobre sexualidade, relações de gênero, diversidade sexual** (grifo nosso) e religiosa, superação do racismo, da discriminação e do preconceito racial [...] (BRASIL, 2013, p. 431)

Nesses documentos, ressoam memórias de que os sujeitos LGBTQIA+ são parte da educação; estão presentes nas políticas educacionais como temas integradores do currículo e incluídos nos processos de formação dos profissionais da educação e, apesar de terem sido amplamente discutidos e registradas oficialmente a importância do trabalho com a diversidade de gênero e de sexualidade na educação, na formulação dos Planos de Educação, ainda assim, muitas forças ideológicas contrárias a essas ideias de diversidades de sexualidades relacionadas ao gênero entraram em ebulição. Isso ocorre, principalmente, em formações discursivas do político religioso, que ganhou destaque nas audiências públicas nos três níveis - municipal, estadual e federal.

No Congresso Nacional, a Bancada Evangélica¹³⁷, como são conhecidos os políticos da ala mais conservadora religiosa, nesta instituição, tanto pela imprensa como por cientistas políticos, passaram a utilizar seus cargos e trazer pautas com as questões envolvendo o tema gênero, sexualidade e educação, principalmente, depois da votação do Plano Nacional de Educação.

O movimento do político pode ser conferido pelo texto-imagem, segundo Venturini (2009, 2009a, 2015), espaço interdiscursivo, tendo em vista que uma mesma imagem pode funcionar e fazer sentido em distintas materialidades e trabalhar o simbólico. Segundo Lagazzi (2015, p. 51), “a imagem mobiliza o olhar na busca de relações que nos permitem compreender os sentidos do entrelaçamento visual em seus trajetos de memória”.

Como espaço interdiscursivo ressoa pelo texto-imagem diferentes sujeitos filiados à Bancada Evangélica, sinalizando para o movimento organizado desses

¹³⁷ Segundo a página da Câmara dos Deputados, foram registrados 199 deputados na Frente Parlamentar Evangélica em 2014, cuja legislatura se iniciou em 2015. A lista pode ser consultada no link: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>.

políticos para a retirada das designações de *gênero* e de *identidade de gênero*, bem como para que qualquer outra designação que remetesse aos sujeitos LGBTQIA+ fossem abolidas do Plano Nacional de Educação. Ao centro do texto-imagem são colocadas diferentes sequências discursivas em destaque como “Gênero não!!!”, sinalizando a posição política desses sujeitos através do advérbio de negação “não”.

Texto-imagem 14 – Bancada Evangélica protestando para retirar a designação Gênero do PNE



Fonte imagem: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2014/04/lobby-conservador-retira-igualdade-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-5214/>.

A matéria traz o texto-imagem colocado em circulação pelo jornal Rede Brasil Atual¹³⁸, no dia 22 abril, com a seguinte manchete e linha fina:

Lobby conservador retira igualdade de gênero do Plano Nacional de Educação

Deputados-pastores impõem derrota em comissão da Câmara à corrente que gostaria de enfatizar superação da homofobia e das desigualdades entre homens e mulheres.

A matéria evidencia, na manchete e na linha fina, quem são esses sujeitos políticos – “Lobby conservador” e “Deputados pastores”, ressoando assim a filiação na formação discursiva religiosa. Conservador, segundo dicionário eletrônico Houaiss

¹³⁸ Matéria disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2014/04/lobby-conservador-retira-igualdade-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-5214/>.

(2013), é aquele que vai na contramão de mudanças ou adaptações de caráter moral, social, político, religioso, como pode ser conferido pelo verbete: “adjetivo e substantivo masculino; que ou o que conserva; conservante; que ou o que, em princípio, é contrário a mudanças ou adaptações de caráter moral, social, político, religioso etc.; na política, que ou quem é membro de um partido conservador [...] HOUAISS Eletrônico (2013).

Pelas práticas políticas sociais da atualidade ressoam que esses sujeitos conservadores querem a manutenção de algumas instituições sociais tradicionais como a família, a religião, a manutenção de costumes, tradições e códigos morais, bem como são contra qualquer tipo de multiculturalismo. Filiados a essas redes de memória se opõem a qualquer forma de movimento mais progressista da sociedade. Esse pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto de uma sociedade moderna e dividida em classes, porque é um sistema aberto, marcado pelo dinamismo e suas múltiplas transições, ele se estruturou como

[...] reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. **É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno (grifo nosso)**; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental. (Ferreira e Botelho, 2010, p. 11, 12)

Esse discurso conservador pode ser observado na fala do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP), em oito de abril de 2014, ao discutir na Câmara dos Deputados sobre a temática de gênero:

Nós estamos aqui, Sr. Presidente, a patrocinar uma divisão da sociedade com a inserção do gênero no Plano Nacional de Educação que não é necessária por parte deste Parlamento. Ela não é necessária, porque ela muito mais nos divide do que nos aproxima. É o que eu disse: como alguém que pode ter, na sua base cristã, o amor, a ética, a compreensão vai ser defensor de qualquer que seja o modelo discriminatório? Não é esse o ponto. **É o ponto da manutenção da família tradicional e dos valores que todos nós aqui defendemos** (grifo nosso). Não há, nesta Casa, um ringue montado. Não há, nesta Casa, um ringue, para que se discuta de maneira agressiva nem de maneira discriminatória. Há, sim, uma oportunidade de nós deixarmos o gênero na discussão do Plano Nacional de Educação para fora.

Esse deputado, ao trazer o tema, fala em nome dos Cristãos que, segundo ele, não querem dividir a sociedade, pois essa divisão seria discriminatória e nenhum cristão, que tem como base o amor e a ética, quer essa divisão. Luiz Fernando Machado, para não se contra identificar com esses valores, retifica que a sua defesa se dá em nome da “Família tradicional”, mesmo discurso utilizado por outros políticos, conforme destacado na fala do Presidente Jair Bolsonaro na ONU e analisado no capítulo dois. Ressoam, neste discurso, redes parafrásticas do discurso religioso construído desde a Idade Média, segundo o qual os sodomitas eram contra a família e suas práticas antinaturais e não procriadoras, configurando-se como pecado contra Deus. As configurações familiares não seguem mais o pensamento conservador em relação às famílias heteronormativas.

Esse mesmo discurso foi repetido no panfleto em que o deputado faz um convite para as pessoas discutirem Ideologia de Gênero em Jundiaí, São Paulo.

Texto-imagem 15: Panfleto convite do deputado Luiz Fernando para discutir “Ideologia de gênero”

VOCÊ ESTÁ CONVIDADO PARA A PALESTRA

"IDEOLOGIA DE GÊNERO"

Um dos artigos do Plano Nacional da Educação (PNE) pretende incluir a ideologia de gênero como diretriz da educação brasileira. No entanto, tal conceito se apresenta como ameaça ao conceito tradicional de família e contrário à fé de todas as confissões religiosas. Dessa forma, fica o convite à discussão.

14 de abril (segunda-feira) | às 19h | Ciesp
Avenida Navarro de Andrade (Rua Projetada 8), s/n - Vila Hortolândia - Jundiaí/SP

Palestrantes

Prof. Felipe Nery:

- Pedagogo
- Presidente do ISE- Instituto Superior de Educação
- Consultor pedagógico e orientador familiar
- Ex-diretor do Colégio São Bento
- Presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica
- Membro da Comissão Latinoamericana em Defesa da Vida

Pe. José Eduardo de Oliveira e Silva

- Doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Università Della Santa - Croce, Itália
- Professor da Graduação do Centro Universitário Salesiano São Paulo, Brasil
- Professor da Universidade de São Bento - São Paulo
- Pároco da Diocese de Osasco
- Membro do movimento pró-vida

Pe. Wilson Vitoriano

Nasceu no dia 12 de julho de 1969, na cidade de Limoeiro, Pernambuco. Em 1997, foi ordenado diácono pelas mãos de Dom Amaury Castanho. Logo após a ordenação, Padre Wilson celebrou sua primeira missa no salão da paróquia Santo Antônio, em Jundiaí. Já no dia 16 de janeiro de 2000 tomou posse como o 3º Pároco da Paróquia Cristo Redentor, em Várzea Paulista. Neste ano de 2014, ele assumiu a Paróquia Cristo Rei, em Salto.

Pastor Francisco Vanderlinde
Conselho de Pastores de Jundiaí

Dom Vicente Costa
Bispo da Diocese de Jundiaí

Encerramento

"Defendo, acima de tudo, o respeito à família e aos seus valores, que são fundamentais para a formação e organização da sociedade"

#afavordafamilia #contraadiscriminação #contraopreconceito

Luiz Fernando
O deputado de Jundiaí, o deputado da nossa região

www.luizfernandomachado.com.br
Escritório Político - 11 4497 0150



Fonte: Disponível em:

<<https://www.facebook.com/luizjundiai/photos/a.472426522830661/643806145692697>>. Acesso em 06 de maio de 2021.

Da posição-sujeito de deputado de Jundiaí, Luiz Fernando, em seu discurso, faz trabalhar uma única ideologia, a religiosa, contradizendo o que seria o cargo que ele ocupa e sua laicidade. O deputado é eleito pelo povo e deve cumprir sua função legislativa para esse segmento, entretanto, o panfleto, com suas marcações discursivas, contraria o que seria um Estado Laico. Como palestrante, ele elege sujeitos de uma única formação discursiva – a religiosa: Pe. José Eduardo de Oliveira e Silva; Pe. Wilson Vitoriano; Pastor Francisco Vanderlinde; Dom Vicente Costa – Bispo e o professor Felipe Nery, que aparentemente não teria vínculo religioso, apresenta-se como orientador familiar, entretanto ele é diretor de uma escola religiosa

em Osasco – Colégio São José da Divina Providência e também contrário à “Ideologia de Gênero”, conforme pode ser conferido em vídeo disponível no YouTube – no qual ele discute, juntamente com o Padre Paulo Ricardo, sobre “Feminismo, Ideologia de Gênero e aborto”¹³⁹.

O deputado tem como função, de acordo com a Constituição Federal, criar Leis, as quais não podem ferir o direito de qualquer outro cidadão. Entretanto, ao defender um modelo único de família - a heterossexual – desconsidera todas as outras configurações familiares existentes no social da atualidade.

SD12 - “Defendo, acima de tudo, o respeito à família e aos seus valores, que são fundamentais para a formação e organização da sociedade”

Na SD 12, ressoa a defesa da procriação a partir da afirmação de que “são fundamentais para a formação e organização da sociedade”, retornando discursos que se iniciaram com o monoteísmo cristão contra o politeísmo e povos pagãos da antiguidade, repetido, na Idade Média e na Idade Moderna e agora na contemporaneidade, porque a memória, como sinaliza Pêcheux (2015 [1983], p.46) é aquilo que, “face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ ([...] os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.). Essa memória, conforme sinaliza Orlandi (2015), “é efeito de esquecimento, de silêncios. De sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” mas está sempre em evidência e produz resultados no social.

Esses deputados, filiados a essa formação discursiva religiosa, mobilizam forças estatais e instituições para colocar em prática suas ideologias e contribuir ainda mais para que os sujeitos LGBTQIA+ permaneçam sofrendo com as injúrias imputadas a eles e se mantenham silenciados e apagados no social porque a “ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 2009, p.124).

Outros exemplos de materialidades repetem os processos discursivos presentes nos discursos desses deputados, os quais podem ser conferidos na reportagem “Discussão sobre gênero e orientação sexual nas escolas divide opiniões

¹³⁹ Vídeo disponível em Canção Nova Play: <https://www.youtube.com/watch?v=MG4wygeB0f8>.

em audiência”¹⁴⁰, publicada por Lara Haje na página da Agência de notícias da Câmara dos Deputados, em 10 de novembro de 2015, na qual os deputados se posicionam contra a “Ideologia de Gênero”.

Nesta reportagem, o deputado Diego Garcia (PHS-PR) afirma que “[...] a escola não pode substituir os pais na orientação religiosa, moral e sexual das crianças”; o deputado Professor Victório Galli (PSC-MT), concordando com as palavras de Garcia, diz que “as crianças estão vulneráveis nas escolas”, “o objetivo número um dessa discussão sobre gênero é **destruir nossas famílias** (grifo nosso)”, completou o deputado. A reportagem também traz o discurso do presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, Hermes Rodrigues Nery, defensor da tese segundo a qual órgãos dos governos estão mobilizados na implementação de uma política antifamília, com a “doutrinação ideológica” nas escolas. O coordenador do Movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib, compartilha desse mesmo discurso e acusa os professores de, na sala de aula, estimular os alunos a terem contato de natureza homossexual. “Sou a favor de se colocar câmera de vídeo na sala de aula, para trazer mais calma para as famílias”, defendeu.

Mais uma vez parecia que os códigos relatados por Michel Foucault (2014a p. 41-55) que regiam as práticas sexuais no final do século XVIII estavam de volta, retomando no social, se antes era o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil que ditavam o que era lícito ou ilícito sobre sexo. No presente, temos o movimento religioso novamente, com pastores, padres e políticos tentando dizer onde se pode discutir ou falar sobre sexualidade.

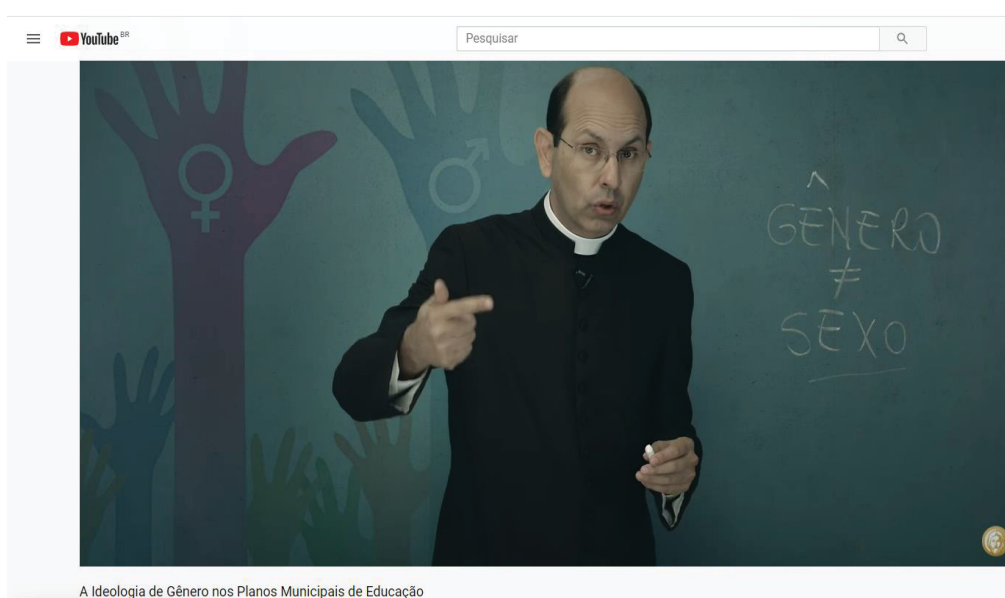
Essa mesma discussão se repetiu nos municípios de todo o país, os deputados federais e estaduais levaram o movimento contra as questões de gênero para as igrejas. Muitos padres e pastores começaram a fazer as suas homilias em torno do tema em suas igrejas, jornais e canais de televisão porque, como sinaliza Michel Pêcheux (2009, p.130), “as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas” e eles estavam colocando em funcionamento essa prática para criar um simulacro necessário para atingir os objetivos dessa política de cunho religioso, até porque, como aponta o filósofo, “a ideologia não se reproduz sob a forma geral de um

¹⁴⁰ Reportagem “Discussão sobre gênero e orientação sexual nas escolas divide opiniões em audiência” disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/475182-discussao-sobre-genero-e-orientacao-sexual-nas-escolas-divide-opinioes-em-audiencia/>.

Zegeist¹⁴¹ que se imporia de maneira igual e homogênea à sociedade, como espaço anterior à luta de classes: “os aparelhos ideológicos de Estado não são a realização da ideologia em geral”...elas funcionam tanto de forma individual como coletiva.

Conforme pode ser conferido no vídeo “A Ideologia de Gênero nos Planos Municipais de Educação”¹⁴², em que o Padre Paulo Ricardo discursiviza ao vivo sobre a Ideologia de gênero nos planos municipais de Educação e nós transcrevemos abaixo os minutos iniciais de sua fala.

Texto-imagem 16: Vídeo “A Ideologia de Gênero nos Planos Municipais de Educação”



Fonte imagem: captura de imagem do vídeo no Youtube.

Transcrição do discurso:

SD 13¹⁴³ - Em nome do pai, do filho e do espírito santo, amém. Inspirai-nos senhor em nossas ações e ajudai a realizá-la para que em vós comece e em vós termine tudo aquilo que fizemos em Cristo Senhor nosso, amém. Santa Maria mãe de Deus rogai por nós, em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo, amém. Muito bem, boa noite a todos queremos acolher você com grande alegria em nosso programa ao vivo que nós fazemos todas as semanas e **o tema de hoje é muito importante para o futuro da educação em nosso país, o futuro da família brasileira, é a questão da ideologia de gênero** que está de volta lembrando mais uma vez nossos planos educacionais. Você se lembra que no ano passado nós fizemos uma grande luta para excluir a palavra gênero e ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação. **Essa luta foi...a luta... da sociedade brasileira. Digo nós porque foi você, fui eu, bispos, foram os pastores, foram os deputados, senadores, a sociedade se organizou para deter a implantação da**

¹⁴¹ “O espírito do tempo, a mentalidade da época, os costumes de pensamento”

¹⁴² Vídeo do Padre Paulo sobre “A Ideologia de Gênero nos Planos Municipais de Educação” disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mmRtQ4tHSug>.

¹⁴³ No discurso do padre foram mantidas as ocorrências com os problemas de uso da língua.

ideologia de gênero dentro dos planos educacionais. Se você está por fora, porém não sabe o que é ideologia de gênero, para apresentar logo de início, brevemente, né..., nós podemos dizer o seguinte: Explica em uma lousa – gênero é uma palavra...foi introduzido como uma palavra sorrateio. Geralmente as palavra, a palavra gênero e a palavra sexo é considerada pelas pessoas de igual significado, ou seja, até parece que gênero é uma palavra mais educada porque não tem aquela conotação de ato sexual. Quando você pergunta qual é o teu sexo? Você diz é masculino ou feminino. E aí a pessoa, sexo parece rude, gênero parece mais polido. Não é...não tem essa conotação ruim de pensar no ato sexual, qual seu gênero? Aa masculino feminino, assim é o comum de as pessoas pensa, mas acontece desde a conferência de Pequim a palavra gênero foi introduzida no mundo inteiro e o significado desta palavra começou a mudar, nós vamos ver depois qual é a raiz disso tudo...gênero começou a significar uma coisa diferente de sexo, sexo é biologia, você nasce homem ou mulher, gênero, segundo esses ideólogos, é o papel que a pessoa assume na sociedade, então aqui esses ideólogos querem livrar as pessoas de um determinismo da biologia, ou seja, você não é obrigado a ser homem, você...vai escolhe livremente o papel que você irá escolhe. Que existam pessoas que pensam assim, é triste que pensem assim, mas é um direito pensar assim, o problema é que elas querem impor isso aos nossos filhos, impor isso a nossas famílias, nós estamos em uma democracia e o povo brasileiro não concorda com isso, não concorda que o seu filho na escola aprenda desde pequenino que ele tem que escolher se ele vai ser homem, mulher ou se vais de vestir de homem ou se vestir de mulher. Se vai desempenhar o papel social de homem ou de mulher ou de uma terceira coisa que ele mesmo pode inventar, a maior parte dos pais não está de acordo com isso. No entanto, os ideólogos da ideologia de gênero quiseram realmente introduzir a ideologia de gênero no Plano Nacional da Educação. Há um ano atrás tudo isso foi barrado, o povo brasileiro, quando eu falo nós conseguimos, o povo brasileiro conseguiu uma grande vitória na câmara dos deputados e no Senado Federal, graças a Deus...o nosso congresso então nos deu um Plano de Educação livre desta ideologia. [...]¹⁴⁴.

No vídeo, o padre faz seu discurso a partir de uma instituição religiosa e se coloca como sujeito porta-voz, conforme referendado anteriormente, Pêcheux (1990, p. 17) “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o olhar [...] que o coloca em posição de negociador potencial, no entro visível de um “nós” em formação” [...], primeiro, como porta-voz das entidades que ele evoca (Pai, Filho e Espírito Santo – Cristo Senhor e mãe de Deus), em nome desse coletivo simbólico traz à tona a temática que será discutida – “ideologia de gênero”, ressoando que o seu discurso é “legitimado” por essas entidades e aqueles que são a favor estão se posicionando contra o nome de Deus e da família, alarmando que a “ideologia de gênero” está de volta e precisa ser combatida porque, além da família, é o futuro da educação que está em jogo.

Segundo, como sujeito porta-voz da sociedade, do povo, em nome de um “nós” coletivo e instituições (Igreja, Câmara e Senado) “fomos você, fui eu, bispos,

¹⁴⁴ Vídeo disponível no *YouTube* no endereço em: <https://www.youtube.com/watch?v=mmRtQ4tHSug>. Com duração de 43:28 min. O discurso transcrito acima apresenta apenas 4:47 min.

foram os pastores, foram os deputados, senadores”, mais uma vez tentando legitimar sua posição. Com esse discurso, o Padre não só vincula a educação ao religioso como também aos temas/conteúdos que devem ser tratados na escola, no currículo, apagando aquilo que é científico e cultural. Com isso, reafirma sua posição religiosa, mas criando um simulacro de viés científico, ele explica aos leigos o que é “ideologia de gênero”, debatendo a dualidade das palavras sexo (biologia) e gênero (papel social) e afirma que essa ideologia precisa ser combatida nos Planos de Educação Municipais.

Ao explicar as diferenças, o padre afirma que na “ideologia de gênero”, as pessoas podem escolher o que querem ser “homem, mulher ou qualquer outra coisa”, mostrando desconhecer as teorias sobre gênero (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 2015) e sua dependência com a história como uma gramática sexual que regula as relações dos sujeitos no mundo. Com um discurso bastante convincente e alarmante, o Padre sugere que essa ideologia seja combatida, porque mesmo que cada um tenha o direito democraticamente de escolher o seu “papel social”, aqueles que são a favor querem impor isso às crianças e às famílias, mais uma vez como porta-voz diz que “o povo brasileiro não concorda com isso”[...] “não concorda que o seu filho na escola aprenda desde pequenino que ele tem que escolher se ele vai ser homem, mulher ou se vai se vestir de homem ou se vestir de mulher”. Se vai desempenhar o papel social de homem ou de mulher ou de uma terceira coisa que ele mesmo pode inventar [...].

Com esse discurso, o padre se esquece que a homossexualidade ou qualquer outra identidade de gênero “pressupõe a aceitação do mistério das suas razões como um componente a mais da realidade. Aceitar seu “mistério” faz parte do encontro inevitável com o princípio da realidade. (TREVISAN, 2018 p.33). Esse mesmo discurso vai se repetindo em muitas outras materialidades durante o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação, bem como na aprovação da Base Nacional Comum Curricular, que apresenta vinculação direta com o plano, por meio de panfletos, cartilhas, entre outros meios.

Padres e pastores inscrevem-se em uma formação discursiva e assumem posições-sujeito e citam as instituições da qual fazem parte para legitimar discursos contra as sexualidades (LGBTQIA+) diferentes, tanto nas redes de computadores quanto por meio das redes sociais. Fazem isso, também por meio físico, com a entrega de panfletos e apostilas com “explicações”, assumindo um tom pedagógico

na definição de sujeitos e práticas. Exemplo disso ocorre em um jornal evangélico chamado Jornal Evangelho & Cidadania – da cidade de Brasília, que trouxe o tema para seus leitores, abordando a temática “ideologia de gênero”, no dia 17 de setembro de 2015, sob a forma de perguntas e respostas.

Segundo este manuscrito, “[...] os ideólogos têm uma agenda **destrutiva da família e da dignidade das identidades sexuais naturais, em favor de uma sexualidade ‘polimorfa’ e ‘desordenada’.**” E mais, afirma que “[...] professores poderão impor, na sociedade, por meio da educação, as mais diversas identidades de gênero e também **alterar o conceito de família, entendida como uma instituição originária da união entre um homem e uma mulher**”.

Repetindo, mais uma vez, o mesmo discurso que vem parafrasticamente sendo retomado como memória de que os sujeitos LGBTQIA+, inclusos na designação gênero, seriam contra a procriação ao afirmar “agenda contra a família” e “alterar o conceito de família” e também o discurso de antinatural, ao escrever “identidades sexuais naturais”, conforme sinalizado no segundo capítulo pelo discurso religioso e também depois com a medicina no século XIX ao reafirmar que existia o sexo normal, natural e o anormal, antinatural, o patológico, o doente.

Texto-imagem 17: Infográfico sobre “Ideologia de gênero” publicado no Jornal Evangelho e Cidadania

IDEOLOGIA DE GÊNERO

5 Perguntas e Respostas

1 O que é a ideologia de gênero?

Surgiu por meio do livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” de Karl Marx, publicado postumamente por Friedrich Engels. A ideologia de gênero afirma que o comportamento masculino e feminino das pessoas não é decorrente do **sexo biológico**, mas de uma identidade de gênero resultante de uma **convenção social** imposta aos indivíduos. Inicialmente empregados como sinônimos, o termo gênero, para estes ideólogos, deve substituir a palavra sexo nos documentos oficiais, não para defender uma justa igualdade de direitos entre homens e mulheres, nem mesmo para compreender e respeitar eventuais minorias, mas para **destruir a igualdade** destrutiva da família e da dignidade das identidades sexuais naturais em favor de uma sexualidade “polimorfa” e “desordenada”.



2 O que é o Plano Distrital de Educação (PDE)?

O Plano Distrital da Educação (PL 428/2015) vai normatizar a educação do Distrito Federal nos próximos anos. O documento traz diretrizes e metas que deverão ser seguidas por todos os professores e escolas do DF. Inclui a ideologia de gênero como **diretriz obrigatória** para a educação.

3 Por que não devemos aceitar a ideologia de gênero no PDE? Não é uma forma de acabar com o preconceito?

Homens e mulheres são **iguais em dignidade**, mas diferentes em suas características, pois são **complementares**. Incluir a ideologia de gênero como diretriz da educação é obrigar professores e escolas a ensinarem conceitos contrários à verdade científica. Com isso os **professores poderão impor** na sociedade, por meio da educação, as mais diversas identidades de gênero e também **alterar** o conceito de família, entendida como uma instituição originária da união entre um homem e uma mulher.



4 Como posso me manifestar?

Compareça à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nesta terça, 16/6, às 13h. Também neste dia a matéria será levada ao plenário.

Ligue e escreva para os deputados distritais. Veja as informações em: www.promotoresdavidia.org.br

5 O que devo dizer aos deputados?

“Não quero a ideologia de gênero no Plano Distrital de Educação”.

“Senhor Deputado, após um longo debate, o Congresso Nacional retirou a ideologia de gênero do Plano Nacional de Educação no dia 6 de abril de 2014. Os brasileiros, em sua grande maioria, já mostraram que não querem isso na educação dos seus filhos.

Por isso pedimos que retire do Plano Distrital de Educação qualquer menção à Ideologia de Gênero”.

Quer saber mais? Assista:
“O Paradoxo da Igualdade”
no **YouTube**

Fonte: Jornal Evangélico¹⁴⁵

Em um movimento bem articulado entre esses sujeitos pastores e políticos-pastores, o discurso foi sendo construído em várias frentes religiosas e não religiosas, assim como no passado, igreja e Estado (FOUCAULT, 2014abc; SPENCER, 1999; NAPHY, 2006) se uniram para criminalizar os sujeitos LGBTQIA+, ou sexualidades dissidentes. Com efeito se deu uma história das práticas do político, do religioso e também do jurídico, que tomou o sujeito homossexual (sodomita) como pecador, como criminoso. O crime descrito em suas condenações não se fez somente pelo Estado, que tipificou leis por meio de artefatos jurídicos, mas também pelo religioso que criou o criminoso contra a palavra de Deus. Novamente, fiéis usaram o mesmo discurso para mobilizar seus seguidores, em uma página católica chamada

¹⁴⁵ Publicado no jornal Evangelho e Cidadania. Disponível em: <http://jornalevangelhoecidadania.blogspot.com/2015/09/governo-do-pt-insiste-na-ideologia-de.html>.

ZENIT.ORG., uma agência de notícias sem fins lucrativos, que reporta sobre a Igreja Católica e assuntos importantes e remete à perspectiva de sua doutrina. Assim, criaram uma apostila para ilustrar e convencer os fiéis sobre o tema no âmbito municipal. Na página, inseriram algumas partes desta apostila sobre ideologia de gênero, com comentários sobre a matéria, como:

A ideologia de gênero, varrida do Plano Nacional de Educação (PNE), no ano passado, não descansa em paz como algumas pessoas menos avisadas possam pensar. Ao contrário, “**diabólica**” como é – para usar as palavras do Papa Francisco –, ela visa agora entrar na vida de nossas crianças e adolescentes não mais pela esfera federal, mas, sim, municipal: cada município fica responsável por implantar ou recusar esse sistema de **ideias nefasto e antinatural em seu plano de ensino**. Importa, pois, relembrar que se isso se der em sua totalidade será **a destruição do ser humano**, conforme já apontamos aqui nos oportuníssimos espaços oferecidos por Zenit em outras ocasiões [...].

Texto-imagem 18: Página católica ZENIT

The screenshot shows the ZENIT website interface. At the top, there is a navigation bar with links: INÍCIO, TOMÁS RESPONDE, TOMÁS EXPLICA, FILOSOFIA E TEOLOGIA, NO TEMPO DE TOMÁS, POSTS, and COMENTÁRIOS. Below this is a secondary navigation bar with links: FRAGMENTOS, CHESTERTONINAS, DOCTRINA CATÓLICA, [OFF], VÍDEOS, IMAGENS, CONTATO, and DOWNLOAD. The main content area features an article titled "Ideologia de gênero: a votação para a implantação nos municípios é este mês!!" dated 2 JUNHO, 2015, by DAVID, with 1 comment. To the right of the article is a sidebar with a section titled "Índice da Suma Teológica" and a stack of books. Below the article, there is a large graphic for a booklet titled "O QUE É A 'IDEOLOGIA DE GÊNERO'?" and "FAÇA SUA PARTE, AJUDE NA CONSCIENTIZAÇÃO DESSE RISCO." The graphic includes text about the ideology of gender and a call to action. At the bottom of the page, there is a section for email registration and a category selector.

Como foram derrotados na tentativa de implantar a ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação, a tática passou a ser a implantação, por baixo dos panos,

“São Paulo, Região Sudeste, Brasil, 01 de junho de 2015 (ZENIT.org).

Texto-imagem 19: Página católica

Agência PMF DOAR **PRINCIPAIS ASSUNTOS** Papa Francisco Santo Do Dia Misericórdia

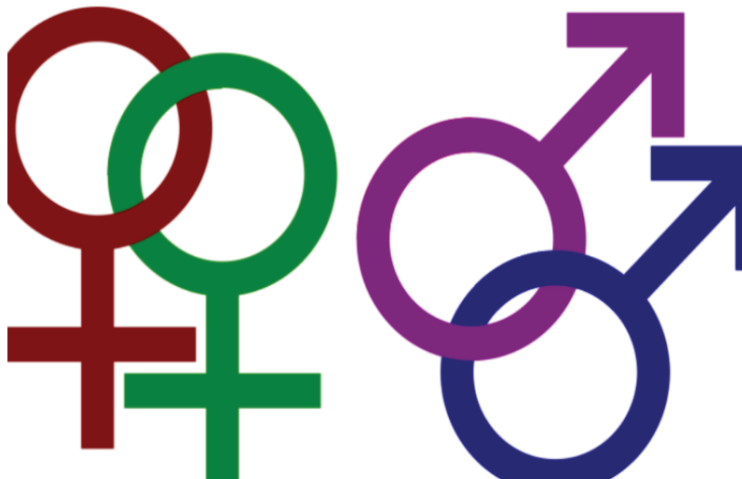
ZENIT O mundo visto de Roma

Papa Francisco Igreja e Religião

Proteja seus filhos da ideologia de gênero (pais brasileiros reagem com sucesso junto ao Poder Judiciário)

O Procurador Regional da República em Brasília, Guilherme Schelb, elaborou um modelo de notificação extrajudicial para ser entregue ao diretor da escola.

13 OUTUBRO 2015 • LUIZ LODI • ANÁLISE



<https://pt.zenit.org/articles/proteja-seus-filhos-da-ideologia-de-genero-pais-brasileiros-reagem-com-sucesso-junto-ao-poder/>

Os discursos presentes nestas duas materialidades sinalizam para os leitores, principalmente para “o desinformado”, que não acompanhou os debates em torno do tema nas esferas Estaduais e Federais, que o “perigo” novamente estava próximo, porque a “ideologia de gênero” visava naquele momento entrar pela porta dos municípios. Mais ainda, esses órgãos fazem circular nesses espaços que as sexualidades “dissidentes” são “diabólicas”, porque fazem parte de uma ideologia contrária ao que está descrito na Bíblia e, ao fazer isso, usam a designação “nefasto”, que produz o sentido de algo ou aquilo que simboliza a morte, fúnebre, trágico, lutuoso, ou ainda que pode trazer danos, prejuízo, e ser nocivo, prejudicial e desfavorável ao ensino das crianças.

Em um discurso alarmante, como se fazia na Idade Média para anunciar os culpados das grandes catástrofes como a fome e a peste e que sempre tinha, como

alvo final, o sodomita, o pecador e criminoso. A prática de sexualidades diferentes é tratada no discurso como algo “antinatural”, repetindo, mais uma vez uma memória e argumentos da antiguidade de que “ser sodomita é ser contrário à natureza divina e do ser humano, pois vive como um animal, porque o sujeito homem e sujeito mulher foram criados por Deus para se completarem e se encaixarem perfeitamente, qualquer outra forma que não essa é designada de pecado porque foge dos objetivos divinos de procriação, algo que não é natural e saudável para o corpo humano.

Trata-se do mesmo discurso mobilizado no século XIX e XX pela medicina e psiquiatria para classificar os sujeitos com sexualidades “dissidentes” como anormais e patológicos, porque também escapavam ao modelo científico e biológico de práticas sexuais estabelecidas por essa área – ciência, e assim, fizeram diversos experimentos para modificar tanto o corpo como a mente desses sujeitos doentes. Ainda sugerem aos leitores e fiéis que estarem filiados a essa formação discursiva pode ser um “risco” e “a destruição do ser humano”.

Assim como fez o padre Paulo Ricardo em seu discurso, essas instituições apresentam, nesses recortes de apostilas e panfletos, explicações e orientações do que seria essa “ideologia de gênero”, posicionando-se como conhecedores do assunto e afirmando que gênero seria uma “espécie de construção pessoal e autodefinida, ressoando que as questões que envolvem o gênero do sujeito homem ou mulher se dá pela escolha aleatória, como se cada um pudesse, quando quisesse, se autodefinir como homem, mulher ou qualquer outra coisa, como se tivessem uma “chave” de escolha, girando para um lado ou outro e as posições escolhidas indicariam ser homem, mulher, bissexual, gay, lésbica, trans, não binário, assexuado, entre outras possibilidades de “papéis” que cada sujeito possa representar no palco da vida, como esses religiosos acreditam.

É a partir desse discurso religioso que padres e pastores usaram suas instituições para fazer circular um discurso em nome da família e de Deus para vetar a designação gênero da LEI N° 13.005/2014, apagando os sujeitos LGBTQIA+ de estarem contemplados em um documento oficial. Como visto anteriormente, o Plano Nacional de Educação trouxe como indicação a construção de um documento que apontasse os conteúdos mínimos a serem trabalhados nos currículos do país, com essa previsão que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC foi sendo pensada e construída no ano seguinte.

Antes da elaboração da primeira versão da BNCC, novamente, tivemos a CONAE 2014¹⁴⁶, que é organizada a cada quatro anos, realizada em novembro daquele ano. Como visto anteriormente, ela é um espaço democrático e aberto pelo poder público, articulado com a sociedade para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação no país, pois diversos setores são trazidos para esses fóruns, em nível municipal, estadual e federal, para discutir, refletir e dar encaminhamentos para a educação.

O documento final elaborado pelos participantes da Conferência Nacional de Educação trouxe em seus eixos, novamente, questões sobre gênero e diversidade nas proposições e estratégias para a Educação do país. O eixo “O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação, Organização e Regulação” estabelece o reconhecimento e valorização da diversidade e superação das desigualdades como princípios:

iv. **reconhecimento e valorização da diversidade**, com vistas à **superação da segregação** das pessoas com deficiência, das desigualdades sociais, étnico-raciais, **de gênero e de diversidade sexual**, capacitando profissionais para atuarem nas diversidades existentes na educação, garantindo a inserção na organização curricular da educação básica, o ensino em língua brasileira de sinais (libras) e braile; (CONAE, 2014, p.14)

A consolidação de um SNE que **articule os diversos níveis e esferas da educação nacional** não pode ser realizada sem considerar os princípios assinalados, bem como a urgente necessidade de **superação das desigualdades sociais**, étnico-raciais, **de gênero e relativas à diversidade sexual ainda presentes na sociedade e na escola**. Isso só será possível por meio do debate público e da consonância entre Estado, instituições de educação básica e superior e movimentos sociais, em prol de uma sociedade democrática, direcionada à participação e à inclusão, sobretudo pela articulação com diferentes instituições, movimentos sociais [...] (CONAE, 2014, p.17-18)

Em consonância com esses princípios, o **PNE**, o planejamento e as políticas no Brasil devem orientar-se pelas seguintes diretrizes: i. promoção da alfabetização; ii. universalização do atendimento escolar; **iii. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia de acessibilidade**; **iv. melhoria da qualidade da educação**; (CONAE, 2014, p.18-19)

No eixo II “Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos”, o documento aponta sobre que deve ser o centro da educação e objetivo da política educacional:

¹⁴⁶ Documento na íntegra disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/DocumentoFinal29012015.pdf>.

O tema Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos constitui o eixo central da educação e objeto da política educacional. Diz respeito à efetivação da educação pública democrática, popular, laica e com qualidade social, banindo o proselitismo, o racismo, o machismo, o sexismo, a **homofobia, a lesbofobia e a transfobia** nas instituições educativas de todos os níveis, etapas e modalidades. **A diversidade como dimensão humana deve ser entendida como a construção histórica, social, cultural e política das diferenças que se expressa nas complexas relações sociais e de poder.** Uma política educacional pautada na diversidade traz para o exercício da prática democrática a problematização sobre a construção da igualdade social e as desigualdades existentes. Esta construção pressupõe o reconhecimento da diversidade no desenvolvimento sócio-histórico, cultural, econômico e político da sociedade. No contexto das relações de poder, os grupos humanos não só classificam as diferenças como, também, as hierarquizam, colocando-as em escalas de valor e subalternizando uns em relação a outros. Nesse processo, as diferenças são descaracterizadas e transformadas em desigualdades. Historicamente os movimentos feministas, indígena, negro, quilombola, LGBT, ambientalista, do campo, das pessoas com deficiências, dentre outros, denunciam as ações de violência, desrespeito aos direitos humanos, intolerância religiosa e toda forma de fundamentalismo, racismo, sexismo, homofobia (rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão da sexualidade diferente dos padrões heteronormativos). **A homofobia frequentemente é manifestada em inúmeras ações discriminatórias, não raro violentas, que apontam para o ódio baseado na orientação sexual do outro(a); a lesbofobia representa a rejeição e/ou aversão às lésbicas, expressão mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT; a transfobia representa a rejeição e/ou aversão às transexuais, segundo o Manual de Comunicação ABLGBT); e a segregação incide sobre os coletivos sociorraciais considerados diversos. Os movimentos sociais, que atuam na perspectiva transformadora, reeducam a si e a sociedade e contribuem para a mudança do Estado brasileiro no que se refere ao direito à diversidade.** Ao mesmo tempo, afirmam que a garantia a esse direito não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais. Pelo contrário, colocam em questão a forma desigual pela qual as diferenças [...] (CONAE, 2014, p. 29-33).

Para os profissionais da educação, em sua formação inicial e continuada, o documento aponta sobre as questões de gênero e sexualidade, destacando a necessidade de

1.2. Ampliar e garantir as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção da saúde e dos direitos sociais e reprodutivos de jovens e adolescentes e prevenção de doenças (CONAE, 2014, p.92).

Pelos discursos presentes no documento da Conferência Nacional de Educação de 2014 - CONAE, ressoam que as temáticas sexualidade, gênero e diversidade devem ser uma preocupação social e fazer parte de todas as instâncias e

políticas públicas que envolvem a educação. Isso significa presentificar as discussões sobre as questões de gênero e de direitos sociais e reprodutivos.

A primeira versão da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, publicada na página do MEC para consulta pública - 16 de setembro de 2015 a março de 2016¹⁴⁷, trouxe como parte integrante, em diversos momentos do documento, as designações gênero, sexualidade, orientação sexual, homofobia e homossexualidade, ressoando que o documento estava em consonância com as discussões realizadas pela CONAE de 2014, porém contradizendo o Plano Nacional de Educação – LEI N° 13.005/2014 e, por forças e movimento político-religioso, conseguiram retirar a designação *gênero* do Plano.

Em um primeiro momento, sinalizando para a importância do tema, o documento postado pelo MEC trouxe a designação *gênero* como um dos princípios orientadores da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Em atendimento ao Plano Nacional de Educação e em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação dá continuidade ao processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular, a ser submetida a ampla consulta pública e posterior submissão ao Conselho Nacional de Educação.

O objetivo da BNCC é sinalizar percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica, compreendida pela **Educação Infantil, Ensino Fundamental, ano iniciais e finais, e Ensino Médio**, capazes de garantir, aos sujeitos da educação básica, como parte de seu **direito à educação**, que ao longo de sua vida escolar possam:

- Desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, **prezar e cultivar o convívio afetivo social, fazer se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciadas sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero (grifos nosso)**, condição física ou social, convicções ou credos; (BRASIL, 2015, p.7).

Quando buscamos o verbete "princípio", no dicionário Houaiss online¹⁴⁸, encontramos quatro acepções significativas para essa designação, primeira, indicando processo – primeiro momento de existência; segunda - como aquilo que serve de base a alguma coisa, causa primeira, raiz ou razão; terceira - ditame moral, regra, lei, preceito (tb.us. no pl.) e quarta como proposição elementar e fundamental que serve de base a uma ordem de conhecimentos. Nesse sentido, o documento

¹⁴⁷ Primeira versão da BNCC – Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>.

¹⁴⁸ Dicionário HOUAISS Online disponível em: <https://www.dicio.com.br/principio/>.

estava apontando que as relações de respeito ao outro, independente de quem são esses sujeitos, viriam primeiro, funcionando como elementar, base para todos. Isso deveria ser aplicado e circulado na educação com força de Lei, indicando que os currículos de todas as escolas brasileiras da Educação Básica compreendessem que as relações de gênero fossem tratadas sem discriminação, sinalizando que é preciso “Desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades” bem como “prezar e cultivar o convívio afetivo social” desses sujeitos. Como apontado por Saffiotti (2015), que traz a designação gênero como instância significativa das relações de todos os sujeitos – sujeito homem e sujeito mulher, sujeito homem e sujeito homem, sujeito mulher e sujeito mulher.

Além de significar como princípio, para reafirmar essa importância, a BNCC, dessa primeira versão, trouxe - em todas as etapas da Educação Básica - a marcação discursiva de “uma visão plural para a diversidade, seja ela cultural, étnico racial ou de gênero”, porque, segundo o documento, “as instituições educacionais subjetivam tanto adultos quanto criança”, esse discurso fica sinalizado já na educação infantil, ressoando que é preciso trabalhar essas temáticas desde muito cedo dentro da escola.

Neste documento, referenda-se essa demanda em mais cinco componentes, começando pelos objetivos gerais da Área de Linguagens para o Ensino Fundamental. Nesse aspecto, a BNCC ratifica que o “documento visa a uma formação que respeite as características individuais e sociais”, sinalizando que, independentemente de qualquer fato ou discurso manifestado pela língua, o ensino na área de linguagens irá respeitar as manifestações languageiras desses sujeitos.

OBJETIVOS GERAIS DA ÁREA DE LINGUAGENS NO ENSINO FUNDAMENTAL

A área de Linguagens no Ensino Fundamental, tendo por base os conhecimentos historicamente construídos de seus componentes curriculares, visa a uma formação que possibilite ao à estudante:

- [...]

- **Respeitar características individuais e sociais, as diferenças de etnia, de classe social, de crenças, de gênero manifestadas por meio das linguagens (grifo nosso)**, assim como a valorização da pluralidade sociocultural brasileira e de outros povos e nações; (BRASIL, 2015, p.33).

E esse discurso vai se repetindo dentro dos componentes curriculares de cada área de conhecimento, significando e ressoando por memórias e discursos que significam, na formação social, que o respeito às diferenças deve ser tratado também

no âmbito científico de cada disciplina escolar, mesmo que cada uma delas tenha o seu objeto, atendendo às diferenças, sejam elas “culturais, sociais, de crenças, de gênero e de etnia”, devendo aparecer como conhecimento transversal nos planos de ensino, porque a pluralidade faz parte da dimensão educativa do sujeito.

Componente de Língua Estrangeira

[...] Na sua dimensão educativa, o componente Língua Estrangeira Moderna contribui para a valorização da pluralidade sociocultural e linguística brasileira, de modo a estimular o **respeito às diferenças culturais, sociais, de crenças, de gênero e de etnia (grifo nosso)** [...] (BRASIL, 2015, p.68).

Nos objetivos do componente de Arte, essa dimensão diversidade é aprofundada e espera-se que o estudante consiga, através do trabalho com a Arte, conhecer, desenvolver, analisar criticamente as diferentes produções artísticas e culturais tanto do seu tempo como de outros tempos, tendo um olhar singular e sem preconceitos, principalmente, em relação à sexualidade, porque esse também seria o Estado da Arte desse objeto, ressoando que as manifestações do corpo dos sujeitos podem e devem ser tratadas de forma científica e artística. (BRASIL, 2015, p.86)

No componente de Educação Física, o discurso não foi diferente, e isso é marcado desde as séries iniciais no documento, quando são apresentadas as habilidades significativas do componente como objetivos de aprendizagem, ou seja, aquilo que o estudante deve alcançar em termos de desenvolvimento acadêmico, discursivizando, principalmente, em relação às diferenças de gênero. Para esse componente curricular, é importante reconhecer as práticas corporais dos sujeitos como elemento constitutivo da identidade cultural dos povos e grupos, tendo presente que, na Educação Física, os sujeitos podem se expressar e dar liberdade ao seu corpo para isso, que não irão sofrer preconceito em função das práticas corporais e esportivas.

No componente de Biologia, para o Ensino Médio, o documento trouxe a importância do trabalho da ciência e sua interface com o social, refletindo sobre o que é ético, político e moral, ressoando que não é somente o biológico que importa para essa área de conhecimento, mas também as questões sociais que “fogem” do biológico.

Para isso, aponta para um discurso de que o jovem necessita saber conceitualmente das coisas para poder designá-las corretamente, debater e tomar decisões no mundo contemporâneo e, nesse aspecto, estão presentes as temáticas

como gênero, sexualidade e orientação sexual e homofobia. Com essas marcações discursivas, a área reconhece que é preciso mobilizar os estudantes para além das “propagandas deterministas biológicas”, mostrando que é possível discutir sexualidades a partir de características humanas próprias de cada ser e sua relação com o social, desconstruindo discursos e memórias de que os homossexuais ou sujeitos LGBTQIA+ sejam doentes por apresentarem desejos diferentes dos heterossexuais.

O componente de Sociologia explicita que o estudante do Ensino Médio necessita compreender a relação entre indivíduo e sociedade a partir de conceitos importantes como “[...] solidariedade, conflitos, exclusão, discriminação e estigma, ações coletivas, movimentos sociais, reconhecimento e consumo.” (BRASIL, 2015, p.298). Nesse sentido, destaca que é importante valorizar debates atuais sobre identidades juvenis, movimentos sociais por direitos de minorias e combate a diferentes formas de violências contra a mulher, o racismo e a homofobia. Ressoando que esse componente - Sociologia é fruto do seu tempo e trata de forma científica as grandes transformações sociais e antropológicas, principalmente aquelas relacionadas à sexualidade e gênero, tendo como base a divisão de classe no modo de produção capitalista.

Entretanto, a bancada evangélica e outros apoiadores conservadores começaram novamente o movimento para que fossem retiradas essas palavras do documento, assim como havia ocorrido com o Plano Nacional de Educação.

O deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF) apresentou o Projeto de Lei 1859/2015 com o propósito de acrescentar à Lei de Diretrizes e Base da Educação um artigo proibindo a aplicação da “Ideologia de gênero ou orientação sexual na educação”¹⁴⁹. Segundo o projeto, “a educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará no currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a **ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual** (Grifo nosso)” (NR). A justificativa para o projeto é assim descrita

O artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), à qual propomos acrescentar um novo parágrafo, estabelece que o ensino nacional será ministrado com base nos seguintes princípios: “[...] III

¹⁴⁹ Projeto Lei 1859/2015 pode ser consultado na íntegra no site: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1302894>.

– Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;” Estas determinações devem ser lidas no amplo contexto da Constituição de 1988, na qual se encontram outros princípios fundamentais que limitam, com razão, o âmbito das normas mencionadas na LDB. E dizemos com razão, porque qualquer valor e norma social deve ser coerente com os demais valores e normas sociais. Excelente é o princípio da liberdade, mas ele não pode ser estendido até o ponto de constituir-se na violação da liberdade de todos os demais.

Assim, vemos que o **artigo 226 da Constituição a Carta Magna estabelece o princípio segundo o qual “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” [...].** Com muito mais razão o constituinte teria estabelecido os meios legais que garantissem à **família a possibilidade de se defenderem de um sistema de ensino que não somente desrespeitasse valores éticos e sociais da família, mas que tivesse sido concebido com o especial propósito de destruir a própria instituição familiar**, qualquer que fosse o sentido em que ela fosse tomada. E dizemos o mesmo, com muito mais razão, no que se refere ao sistema educacional, porque a Constituição também estabelece, no seu artigo 205, que a educação não é somente dever do Estado, mas “direito de todos e dever do Estado e da família”

Para a justificativa do projeto, o autor, Deputado Izalci Lucas Ferreira, mobiliza como artifício, no documento, o raciocínio de que a família é a base da sociedade, tem a especial proteção do Estado e aponta como referência a Constituição Federal para sustentar o discurso, afirmando que esse documento apresenta a possibilidade de a bancada evangélica e religiosa se defenderem da destruição da família por sistemas de ensino, conforme as sequências discursivas:

SD 14 - Artigo 226 da Constituição a Carta Magna estabelece o princípio segundo o qual a família, base da sociedade tem especial proteção do Estado [...]

SD 15 - [...] família a possibilidade de se defenderem de um sistema de ensino que não somente desrespeitasse valores éticos e sociais da família, mas que tivesse sido concebido com o especial propósito de destruir a própria instituição familiar.

Essas duas sequências discursivas entram na ordem da repetição e por elas ressoaram uma memória de quando não havia uma Constituição, mas uma relação direta entre o Estado e a Igreja, em que as leis eram justificadas por meio do discurso religioso, tendo a Bíblia como referência para aplicá-las no Estado. Segundo esse documento, os sodomitas eram, além de pecadores, criminosos, como referendamos nas análises anteriores, eles praticavam sexo com sujeitos de mesmo sexo, indo contra a procriação. Esse mesmo discurso vem se repetindo parafrasticamente desde a antiguidade aos dias atuais com vistas a justificar, desde a Idade Média, as pestes, as doenças e a pobreza do povo como castigo divino, devido a práticas pecaminosas

como as da cidade de Sodoma e Gomorra e, nos séculos seguintes, como “bode expiatório” para tudo de ruim que ocorresse na sociedade. E, atualmente, como justificativa para manter os sujeitos LGBTQIA+ silenciados e apagados nas redes educacionais e no social, pois se não fazem parte dos currículos, não podem ser considerados, debatidos, representados no ensino.

Neste mesmo período, o então deputado Ezequiel Teixeira (PTN – RJ) propôs o projeto de Lei - PL nº 4931/16¹⁵⁰ que pretendia permitir que psicólogos tratassem sujeitos homossexuais,

Art. 1º Fica facultado ao profissional de saúde mental, atender e aplicar terapias e tratamentos científicos ao paciente diagnosticado com os transtornos psicológicos da orientação sexual egodistônica¹⁵¹, transtorno da maturação sexual¹⁵², transtorno do relacionamento sexual e transtorno do desenvolvimento sexual¹⁵³, visando auxiliar a mudança da orientação sexual, deixando o paciente de ser homossexual para ser heterossexual, desde que corresponda ao seu desejo.

Art. 2º O profissional que atuar em atenção ao artigo anterior, não poderá sofrer qualquer sanção pelos órgãos de classe.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O projeto acabou sendo rejeitado no final, depois de muitas idas e vindas. A discussão, porém, acabou corroborando ainda mais com os conservadores do Congresso Nacional e com o movimento contra as designações de gênero e de orientação sexual na Base Nacional Comum Curricular, que em sua segunda versão também manteve referências a essa temática.

Muitos políticos religiosos acreditam que a homossexualidade ou os sujeitos LGBTQIA+ são um mal para a sociedade e precisam ser eliminados, silenciados, apagados e interditados, conforme a memória discursiva de cura advinda do discurso da medicina do século XIX, em que os sujeitos sofriam de “homossexualismo”, uma patologia que necessitava ser curada e muitos receberam diversas formas de

¹⁵⁰ Proposta de Lei – PL 4931/16. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade tramitacao?idProposicao=2081600>.

¹⁵¹ De acordo com o PL - Não existe dúvida quanto à identidade ou à preferência sexual (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade ou pré-púbere), mas o sujeito desejaria que isto ocorresse de outra forma devido a transtornos psicológicos ou de comportamento associados a esta identidade ou a esta preferência e pode buscar tratamento para alterá-la.

¹⁵² De acordo com o PL - O paciente está incerto quanto a sua identidade sexual ou sua orientação sexual, e seu sofrimento comporta ansiedade ou depressão. Comumente isto ocorre em adolescentes que não estão certos da sua orientação (homo, hetero ou bissexual), ou em indivíduos que, após um período de orientação sexual aparentemente estável (frequentemente ligada a uma relação duradoura), descobre que sua orientação sexual está mudando.

¹⁵³ De acordo com o PL - A identidade ou a orientação sexual (hetero, homo ou bissexual) leva a dificuldades no estabelecimento e manutenção de um relacionamento com um parceiro sexual.

tratamento, tanto no Brasil quanto no exterior, desde retiradas dos testículos como tratamento de choques e lobotomia.

A segunda versão com as contribuições, tanto de profissionais de educação quanto da sociedade em geral, foi publicada no dia 03 de maio de 2016¹⁵⁴. Essa nova versão manteve as designações *gênero* e *homofobia*, entretanto a designação *homossexual* registrada na versão anterior foi retirada. Após sua publicação, do dia 23 de junho a 10 de agosto de 2016 foram realizados 27 Seminários Estaduais com professores, gestores e especialistas para debater a segunda versão da BNCC, recebendo diversas contribuições, tanto de instituições escolares, por meio dos professores, como de outras instituições e de cidadãos em geral.

Assim como na primeira versão, as designações gênero e orientação sexual entram no documento como direitos e princípios éticos, sinalizando para a importância da temática, pois impõe que os sujeitos da Educação sejam acolhidos na sua diversidade sem preconceitos, tanto de gênero como de orientação sexual

DIREITOS À APRENDIZAGEM E AO DESENVOLVIMENTO QUE SE
AFIRMAM EM RELAÇÃO A PRINCÍPIOS ÉTICOS

As crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica, têm direito:

- ao **respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos** de origem, etnia, **gênero, orientação sexual**, idade, convicções religiosas ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer. (BRASIL, 2016, p. 34)

Esse mesmo discurso, ancorado em documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais, reforça, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, sobre a necessidade de uma educação plural, sem preconceitos e que não leve a qualquer tipo de discriminação, principalmente a homofobia. Além disso, o documento ratifica que é preciso respeitar as identidades, as diferenças.

Quando se tem essas marcações discursivas de respeito às diferenças e identidades, em documentos orientadores da escola, ressoa a importância do espaço escolar na sociabilidade e na aprendizagem para todos que fazem parte dele, independente da origem, gênero e crenças dos sujeitos. O documento sinaliza que é importante conhecer-se a si mesmo, seu corpo e “valorizar o seu pertencimento de

¹⁵⁴ Base Nacional Comum Curricular – segunda versão, disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>.

gênero” no convívio com crianças e adultos, ressoando que é preciso orgulhar-se de si mesmo, ser quem se é em suas relações tanto dentro do espaço escolar como fora. O mesmo silêncio que apaga e interdita os sujeitos também pode deixar as portas abertas para que sujeitos LGBTQIA+ não sofram discriminação e qualquer tipo de violência, simbólica ou física. Educar para a pluralidade é garantir que todas as pessoas sejam ou estejam representadas porque as diferenças são significativas e fazem parte de uma ordem natural, cultural e social.

No documento, referente ao Ensino Fundamental, as designações *gênero*, *diversidade*, *sexualidade* são marcadas discursivamente diversas vezes, primeiramente, de forma geral, quando introduz cada área de conhecimento e, depois, como objetivos de aprendizagem dentro de cada componente. Com isso, sinalizam para a importância das crianças e dos adolescentes receberem uma educação que considere as diferenças, podendo participar de uma sociedade plural. Ao apontar as ciências humanas, considera as diferenças históricas do tempo e do espaço e as relações interculturais de lugares e de sujeitos.

No Ensino Religioso, o documento apresenta uma perspectiva de abordagem entre “eu e o outro e o nós”, indicando a pluralidade de sujeitos, de crenças e a relação de respeito que devem ocorrer no desenvolvimento e na construção da igualdade em sociedade.

Para o Ensino Médio, o documento sinaliza que tanto a ciência, o biológico, quanto as práticas e as manifestações religiosas devem ser articuladas com o social, o ético e a moral, significando que os temas contemporâneos como identidade de gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia, dentre outros temas, sejam discutidos na escola de forma natural e façam parte do currículo escolar, uma vez que as designações estão marcadas no discurso da BNCC.

A inserção da Biologia como componente curricular nessa etapa tem se dado, também, pela ampliação das interfaces entre essa ciência, processos e produtos tecnológicos e **questões de âmbito social, político, ético e moral**. O jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se informar e tomar decisões a cerca de uma série de **questões do mundo contemporâneo**, que envolvem temas diversos, como: **identidade** étnico-racial e racismo; **gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia**; gravidez e aborto; problemas socioambientais relativos à preservação da biodiversidade e estratégias para o desenvolvimento sustentável; problemas relativos ao uso de biotecnologia, tais como a produção transgênicos, clonagem de órgão; terapia por células-troncos. (BRASIL, 2016, p. 150)

Na terceira versão, publicada em abril de 2017, que seria a continuidade do processo com a validação das consultas públicas realizadas na segunda versão, o MEC entrega para o Conselho Nacional de Educação essa terceira visão, totalmente diferente da segunda e da primeira versão, configurando-se como um outro documento, para o conselho elaborar parecer e projeto de resolução.

Neste novo documento da BNCC, as palavras gênero, homofobia e homossexualidade não aparecem nenhuma vez, apenas sexualidade, que foi registrada duas vezes.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à **sexualidade humana**, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. [...] (p. 327).
(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da **sexualidade** humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). (p. 349)

E as designações direitos humanos que são retomadas algumas vezes dentro do documento, como essa indicada na competência 05:

5. Identificar e combater as diversas formas de **injustiça, preconceito e violência** adotando princípios éticos, democráticos inclusivos e solidários respeitando os **Direitos Humanos**. (BRASIL, 2018, p.570).

Configurando, assim, como censura aos sujeitos LGBTQIA+ e ressoando a continuidade do processo de repetição de que esses sujeitos são pecadores, criminosos e doentes.

O processo sócio-histórico de construção das três versões da BNCC - enquanto materialidades discursivas e significantes - dão visibilidade às marcas das constituições de sentidos decorrentes da língua na história sobre os sujeitos LGBTQIA+, pois a BNCC - como documento oficial - legitima uma memória de negação e de apagamento desses sujeitos, ao retirar do documento final tanto as questões de sexualidade, orientação sexual, como a designação de *gênero*, torna o **todos** tão referendado em documentos oficiais e leis seletivo, uma vez que nosso entendimento de gênero, conforme sinalizado anteriormente é como “uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher” (SAFFIOTI, 2015, p.47), ou seja, uma construção social do masculino e do feminino e da própria linguagem que se dá pelas

diferenças percebidas entre os sexos na construção de todo sistema simbólico e nas relações de poder que envolvem as instituições, conforme bem referendaram as autoras Joan Scott (1992; 1994; 1995) e Linda Nicholson (1994).

Com isso, o pronome *todos* é apenas um simulacro (DEBORD, 1997)¹⁵⁵, pelo qual ressoa uma educação escolar que não é para todos os sujeitos - não é para a mulher em relação às lutas de igualdade, como não é para o homem gay, não é para a mulher lésbica, não é para os sujeitos bissexuais, não é para o homem trans, não é para a mulher trans, não é para o/a travesti.

Dizendo de outra forma, não se trata de uma educação para aqueles que possuem uma sexualidade contrária àquela que faz parte de uma memória de normalidade, naturalidade construída por um viés ideológico e religioso desde a antiguidade até os nossos dias - a heteronormatividade. Essa formação discursiva, conduzida por um discurso do patriarcado, deixou mulheres e qualquer forma de sexualidade diferente fora do social, e essa memória continua retornando e fazendo prevalecer a contradição por meio da repetibilidade - reprodução e transformação, colocando em circulação outros discursos e esses têm caráter historicamente determinado na formação social - o caráter material de sentido. Isso porque toda formação discursiva, de acordo com Pêcheux (2009, p.148), dissimula, pela transparência do sentido que nela constitui, sua dependência com respeito ao 'todo complexo com o dominante'.

A repetição, segundo Michel Pêcheux (2015, p.47),

[...] é antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações, e assegura – sobretudo ao nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material.

Quando falamos em repetibilidade é preciso compreender que, para a Análise de Discurso, não significa necessariamente repetir palavra por palavra ou termo a termo, porque “um enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX 1983 [1990, p. 53]), conforme sinalizado no início deste capítulo.

¹⁵⁵ Para Debord (1997) Simulacro – tudo não passa de uma representação, uma imensa acumulação de espetáculos pela imagem autorreferente, a imagem que se refere a si mesma em sua livre arbitrariedade, em seu “jogo aleatório dos significantes”.

Para que as palavras façam sentido na história, dizem que elas precisam se fazer presentes, contudo, a sua falta e ausência também significam e produzem sentidos. De acordo com Orlandi (2013), a força do silêncio faz significar em outros lugares diferentes daquele que ele não vingou, porque esse não para, apenas muda de caminho, de trajeto, ele é o respiro para que as coisas façam sentido. O silêncio abre espaço para o que ele não é, e é isso que permite o movimento do sujeito.

O documento selecionado BNCC vai do plano linguístico para o plano político-ideológico ao fazer valer o pensamento de uma bancada religiosa e conservadora do Congresso Nacional, alcançando seu resultado de apagamento e silenciamento dos sujeitos LGBTQIA+. Lembrando, conforme sinalizado anteriormente, não “há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia” (PÊCHEUX, 2009). Desse modo, constituem-se evidências de homogeneidade dos sentidos produzidos por meio das práticas políticas ideológicas que envolveram o processo de constituição da BNCC.

Tomamos aqui o “discurso como efeito de sentido entre A e B” (PÊCHEUX, 2019, p. 39), considerando que a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto e produz ecos, reverberando nos sujeitos e em suas práticas, tendo em conta que “a ideologia é eterna” como sinaliza Pêcheux (2009, p.138). O que esteve em jogo nesta disputa de sentidos sobre a designação gênero foi o espaço escolar, no qual não mais foi permitido discussões, debates que geram conhecimento e respeito aos sujeitos LGBTQIA+.

A linguagem tem sua forma material neste documento e é marcada pela imposição do apagamento e do silenciamento para legitimar uma prática e reprodução de uma memória que circula no social, constituindo seus efeitos de que qualquer forma de amor não convencional não deve ser discutida, colocada em evidência pela educação do país, ou ainda sujeitos LGBTQIA+ não podem frequentar uma escola com seus corpos naturalmente respeitados, porque existe uma formação ideológica que atravessa o político educacional para sinalizar que ser sujeitos filiados a essa formação discursiva vai contra a concepção de família tradicional, ao patriarcado, contra os princípios religiosos cristãos, memórias advindas de outros lugares e outros tempos, conforme análises realizadas no segundo capítulo.

Faz-se importante destacar que falamos, nesta análise, de silêncio e de apagamento e não de implícitos, os quais, de acordo com Orlandi (2013), e sinalizados no primeiro capítulo, possuem natureza distintas, o implícito se relaciona ao não dito que remete ao dito (Ducrot, 1972), enquanto o silêncio não remete ao dito e apresenta

seus modos únicos de significar. Com isso, exprime de outra forma, considerando-se que “o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras” (p. 66), mas se dá também pelo “vazio”, pelos “espaços” que permitem a linguagem significar.

Desse modo, compreendemos o silêncio e o apagamento ao mesmo tempo, como uma imbricação e um horizonte na produção de sentidos como “o todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 146). Se as palavras, expressões e proposições recebem seu sentido da formação discursiva nas quais são produzidas, o silêncio e o apagamento também são constitutivos dela porque “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui” (PÊCHEUX, 2009, p. 148).

Este processo de apagamento e de silenciamento na BNCC tem como resultado a segregação dos sujeitos LGBTQIA+, o que torna falho esse documento e o lugar do possível é o próprio Estado ao publicá-lo. “O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade” (MARX, 2010, p.59). Nesse sentido, não se pode excluir sujeitos por questões ideológicas religiosas, mas em relação a essa falha, como escreveu Orlandi (2012c, p. 229), ao falar sobre os meninos do tráfico - “é uma falha necessária para o funcionamento do sistema”, ou seja, ela é constitutiva para manter a reprodução de determinados discursos filiados a formações ideológicas religiosas nas instituições, inclusive na escolar.

Na dimensão política, o silêncio é constitutivo de todo processo de significação e, assim, os sujeitos LGBTQIA+ não poderão ser incluídos ou significados dentro da escola, tendo seu direito de cidadão lesado pelo próprio Estado porque foram censurados. A censura, conforme destaca Orlandi (2013, p. 79),

[...] é a interdição manifestada da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir sentidos que não lhe são proibidos.

Os sujeitos LGBTQIA+, sendo censurados pelo próprio Estado, não podendo falar ou ser falados nas instituições como a escola, fazem ressoar memórias e discursos do preconceito que sempre os colocou em guetos e clínicas. “A censura é o lugar da negação e ao mesmo tempo da exacerbação do movimento que institui a

identidade” (ORLANDI, 2013, p.81). Neste caso, a identidade imputada é sempre a tríade de pecador, criminoso e doente.

A mesma Constituição Federal que funciona como marco legal para justificar a existência e o surgimento de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sinaliza, em seu Artigo 5º, que “**Todos** são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988). E esse mesmo artigo também aparece como citação inicial no documento para introduzir as explicações sobre os marcos legais que embasaram a BNCC (p.10).

Entretanto, conforme destacado na introdução do capítulo, há contradições em relação ao que foi considerado para a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular sobre os sujeitos LGBTQIA+, ao trazer o artigo 5º da Constituição Federal no documento, por meio da sequência discursiva:

SD 11 - “**Todos** são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”

A SD 11 ressoa que os autores estariam endossando e legitimando que a Educação Básica, referendada por meio das áreas de conhecimento na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e utilizada nas escolas, é para “todos” os estudantes, independentemente de sua “natureza” - negro, branco, amarelo, hétero, gay, lésbica, bissexual, travesti, pobre, rico etc., uma vez que esse artigo da Carta Magna apresenta setenta e oito incisos que determinam quais são os direitos fundamentais de qualquer cidadão, como igualdade de gênero, a liberdade de manifestação do pensamento e liberdade de locomoção, objetivando uma vida digna, livre e igualitária.

Este mesmo pronome “todos” é retomado por diversas vezes no documento

[...] **todos** os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p.7);

[...] redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a **todos** os estudantes” (BRASIL, 2017, p.8);

[...] explicita as aprendizagens essenciais que **todos** os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas (BRASIL, 2017, p.15).

Pelo sentido de repetibilidade e afirmação, o documento tenta reforçar o discurso de que “todos os alunos ou todos os estudantes têm o direito de” legitimando

que ele faz parte de um processo democrático de direito de todo sujeito. Contudo, ao retirar as designações *gênero*, *orientação sexual* ou *identidade de gênero e sexualidades* da versão final da BNCC, ressoa justamente o contrário, instaurando a contradição em relação ao que se propôs como direito e censurando os sujeitos LGBTQIA+.

Desse modo, o efeito de sentido produzido parafrasticamente é o de que “Todos **não** são iguais perante a lei”, o advérbio negativo não se encontra na estrutura linguística, mas ressoa no fio do discurso pelo efeito de memória, tendo em vista a retirada da palavra gênero, podendo-se compreender, juntamente com Orlandi (2013, p. 76), que “proíbem certas palavras para se proibirem certos sentidos”, referendando que o silêncio é que é ‘figura’, já que é fundante” (idem, p. 31). Por esse movimento, ressoa a continuidade de um processo de silenciamento e de apagamento em que o pronome indefinido “todos” passa a significar “parcela”, uma vez que os sujeitos LGBTQIA+ não estariam, assim como as mulheres, inclusos neste processo de direito.

As designações gênero, orientação sexual e sexualidade se relacionam a esses sujeitos porque o termo gênero se liga ao discurso sobre as diferenças dos sexos no social e estrutura “a percepção e organização concreta e simbólica” (SCOTT, 1995, p.16) de toda a vida dos sujeitos, não somente de homens e mulheres, mas toda e qualquer relação de masculinidade e feminilidade construída neste aparato simbólico de alteridade de natureza e sociedade. Dessa forma, ele não se destina

[...] apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (Scott, 1995, p. 75).

O acontecimento do apagamento dos sujeitos LGBTQIA+ em documento oficial é um processo legitimado pelo político (Estado), pelo religioso e pelo jurídico-religioso, que vem se repetindo desde a antiguidade, primeiramente ao serem significados discursivamente como pecadores, depois como criminosos na Idade Média e Idade Moderna e, por fim, como doentes no século XIX e início do XX (FOUCAULT, 2014abc, SPENCER, 1999, NAPHY, 2006, GREEN, 2019, TREVISAN 2018). São esses movimentos em torno da forma de significar esses sujeitos discursivamente no social que resultam em silenciamentos que tornam possível toda

a significação e todo o dizer sobre esses sujeitos com sexualidades não normativas, um silêncio que não está distante, mas presente no social por uma memória discursiva que é alimentada constantemente por pré-construídos, e os efeitos de sentido que se constituem a partir de discursos de outros campos disciplinares que se atravessam, vindo de domínios distintos, discursos transversos porque a sexualidade é

[...] o nome que se pode dar a um dispositivo histórico; não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2014a, p.115)

A sociedade é constituída por lugares e por posições-sujeito no social. Entretanto, os sujeitos LGBTQIA+, por um processo de dominação que vem de outros discursos, dentre eles o heteronormativo e o patriarcado, não encontram seu lugar na escola, na universidade, no trabalho, na política, no social. Eles são o tempo todo censurados, calados, silenciados e “ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito de ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proíbem certas ‘posições’ do sujeito” (ORLANDI, 2013, p. 76).

Desse modo, quando esses sujeitos conseguem estudar e avançar, são ameaçados por ocuparem lugares não autorizados historicamente a eles, o que se compreende por uma memória de apagamento desses sujeitos, como foi o caso da vereadora de Niterói, Benny Briolly, que - por ser travesti e representar os sujeitos LGBTQIA+ - ‘não pôde ocupar’ um cargo de vereadora em sua cidade, mesmo sendo a mulher mais votada, precisando sair do país, em função de ameaças por grupos conservadores¹⁵⁶ ou, ainda, a vereadora lésbica Marielle Franco, assassinada no bairro Estácio, na região central do Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018. O acontecimento ‘Marielle Franco’ ultrapassou a violência simbólica e o apagamento foi levado às últimas consequências - a morte, ambos os sujeitos filiados à formação discursiva LGBTQIA+.

Os dois casos, dentre tantos outros que são estampados todos os dias na grande mídia, foram aqueles de maiores destaques e circulação. Os casos de violência, de apagamento e de silenciamento são resultados dos efeitos de sentidos

¹⁵⁶ A notícia sobre esse fato pode ser conferida no link: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/14/vereadora-benny-briolly-grava-video-apos-deixar-o-brasil-por-ser-ameacada-de-morte.ghtml>.

decorrentes de discursos e memórias que deslegitimam esses sujeitos na história e são reafirmados o tempo todo em diferentes lugares. Esses discursos e memórias advêm de domínios discursivos distintos como o do patriarcado e o do religioso que atravessam o político e se estendem ao social. Uma das consequências é quando não se tem uma política de representatividade materializada em documentos e instituições que tomem o discurso em prol dos marginalizados pela história, conforme censura estabelecida na Base Nacional Comum Curricular.

Esses acontecimentos se configuram como mais um resultado que torna contínuas as reproduções de discursos alimentados por uma memória discursiva de existência histórica que sinaliza que esses sujeitos - travesti e lésbica filiados à formação discursiva LGBTQIA+ - não podem ocupar espaços do político, uma vez que há uma memória institucionalizada que sinaliza: travestis e lésbicas, negras, advindas de uma favela, não podem constituir-se em uma posição sujeito vereadora.

A repetição se dá, também, pela designação desses sujeitos, uma vez que esse processo se constitui por redes de memória, pelas quais retornam ao fio do discurso outros discursos, nos quais ser sujeito travesti ou sujeito lésbica pode significar contraversão social. Vemos, ainda, o retorno de uma memória que circulou tanto na década de 30 quanto na ditadura militar, quando essas mulheres eram retiradas do convívio social por um trabalho de higienização feito pelos militares, conforme já destacamos no segundo capítulo desta tese.

A continuidade do processo de apagamento e gestos de silenciamento, após os sujeitos LGBTQIA+ serem censurados na BNCC, tiveram os primeiros efeitos com o governo conservador de Bolsonaro, eleito sob o slogan “Brasil acima de tudo e **Deus acima de todos**” nas eleições de 2018, em que as regras na publicação de editais para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2023, da Secretaria de Educação Básica do MEC, foram alteradas.

Ao realizar um comparativo entre os dois editais publicados, um em 01/2017 e o outro mais recente, de 01/2021, o item sobre “Os princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania, ao respeito à diversidade e ao convívio social republicano”, sinalizam que as Instituições e o poder público colocam em funcionamento a ideologia de viés religioso, retirando, primeiramente as designações “democráticos” e “diversidade” e, no decorrer do documento, as designações gênero, orientação sexual e homofobia e mais, apaga do documento partes significativas que

deveriam se dar na tratativa das divisões de gênero na sociedade e as violências contra a mulher, conforme pode ser conferido nos recortes dos editais:

EDITAL N01/2017 PNLD

[...] 3.1.2 Observância de princípios éticos e **democráticos** necessários à construção da cidadania, ao **respeito à diversidade** e ao convívio social republicano. Será excluída do PNLD 2019 a obra didática que: a. Veicular estereótipos e preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, **de gênero, de orientação sexual**, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos; b. Fizer doutrinação religiosa, política e/ou ideológica, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público; c. Utilizar o material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais; 31 d. **Promover negativamente a imagem da mulher, desconsiderando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, desvalorizando sua visibilidade e protagonismo social;** e. **Abordar a temática de gênero segundo uma perspectiva sexista não igualitária, inclusive no que diz respeito à homo e transfobia;** f. **Desconsiderar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de superação de toda forma de violência, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher;** g. Não promover a educação e cultura em direitos humanos, desconsiderando os direitos de crianças e adolescentes, bem como o conhecimento e vivência dos princípios afirmados no Estatuto da Pessoa Idosa; h. Propor ação pedagógica voltada para desrespeito e desvalorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania; [...]

Edital nº 01 de 2017 - CGPLI, seção 3.1.2, p.30-31

EDITAL N01/2021 - PNLD

[...] 2.3. **As obras observarão os princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano, devendo:**
 2.3.1. Respeitar todos os brasileiros. 2.3.2. Respeitar a liberdade de consciência, a liberdade religiosa e a liberdade política dos alunos e de suas famílias, observado o caráter laico do Estado e o respeito ao sentimento religioso. 2.3.3. Respeitar os fundamentos, os objetivos e os direitos e garantias fundamentais trazidos pela Constituição Federal, bem como os princípios e disposições específicas referentes à temática da Educação presentes em sua Seção I, Capítulo III, Título VIII. 2.3.4. Reconhecer e valorizar o direito à educação dos alunos como principal função dos materiais fornecidos por meio do PNLD e da instituição escolar e da atuação profissional dos docentes, gestores e demais funcionários. 2.3.5. Reconhecer e valorizar as contribuições dos membros das famílias, de suas comunidades de origem e da sociedade como importantes atores para o sucesso escolar dos alunos. 2.3.6. Promover positivamente a imagem dos brasileiros, homens e mulheres, e valorizar as matrizes culturais do Brasil - indígena, europeia e africana - incluindo as culturas das populações do campo, afro-brasileira e quilombola, respeitada a indicação da BNCC quanto a componentes, habilidades e anos escolares nos quais esses conteúdos deverão ser abordados e demais normas aplicáveis. 2.3.7. Promover positivamente a imagem do Brasil e a amizade entre os povos; 2.3.8. Promover valores cívicos, como respeito, patriotismo, cidadania, solidariedade, responsabilidade, urbanidade, cooperação e honestidade; 2.3.9. Promover o respeito aos mais velhos, em especial aos pais, aos professores e aos cuidadores, bem como aos colegas e demais pessoas do convívio social do estudante; 2.3.10. Representar a diversidade cultural, social, histórica e econômica do país nos textos, enfoques e exemplos utilizados nas obras,

evidenciando a contribuição de diferentes povos na formação do Brasil e suas regiões; 2.3.11. Representar as diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países; 2.3.12. Promover condutas voltadas para a sustentabilidade do planeta, para a cidadania e o respeito às diferenças. 2.3.13. Promover a educação e cultura em direitos humanos, considerando os direitos de crianças e adolescentes, o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência; e 2.3.14. Estar isenta de publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais, exceto quando enquadrar-se nos casos referidos no Parecer CEB nº 15 de 04/07/2000; 41 2.3.15. Abster-se de vieses político-partidários e ideológicos; 2.3.16. Estar livre de preconceitos ou discriminações de qualquer ordem; 2.3.17. Estar isenta de qualquer forma de promoção da violência ou da violação de direitos humanos; 2.3.18. Promover a pluralidade de concepções e opiniões, conforme preceituado pela BNCC Edital nº 01 de 2021 - CGPLI, seção 2.3, p.40-41.

Ao retirar as designações *Democráticos* e *Diversidade* do documento, ressoam e se produzem efeitos de sentido de que o governo atual não preza pela democracia ou pela diversidade de sujeitos na sociedade. Além disso, ao apagar as designações *gênero* e *orientação sexual*, bem como as tratativas em relação à mulher, ressoa sua filiação religiosa e se repete a memória de patriarcado, em que a mulher é vista como inferior ao homem, devendo obediência ao seu marido, e que qualquer outra configuração de união é considerada pecado e crime contra Deus.

O atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro, repetiu esse discurso no lançamento do cronograma para a implantação do Novo Ensino Médio, ocorrido em 14 de julho de 2021, quando afirmou não admitir questões de gênero em livros didáticos. Sua fala pode ser conferida em diversas matérias publicadas em jornais, como essa manchete do Portal R7:

'Não admito questões de gênero em livros didáticos', diz ministro

Declaração foi dada por Milton Ribeiro durante o lançamento do cronograma para implantação do Novo Ensino Médio

Além dessa fala do ministro, outras notícias têm sido publicadas em jornais, sinalizando para o resultado desse apagamento das questões de gênero nos documentos oficiais.

Prefeito de Criciúma demite professor por exibir clipe de música de Criolo com temática LGBTQIA+ em aula de artes

Em um vídeo publicado nas redes sociais, Clésio Salvaro (PSDB) disse que a administração não concordava com divulgação do conteúdo "erotizado" e com "**viadagem na sala de aula**". Clipe tem 1,2 milhão de visualizações, e música foi indicada ao Grammy Latino em 2019.

Termos "gênero" e "sexualidade" são retirados de projeto sobre Educação após acordo na AL

Deputados da bancada evangélica pressionaram por retirada dos termos, pois entendem que a ideia do governo estadual era a de implantar uma "ideologia de gênero"

Por Carlos Holanda 01/07/2021

Após pressão feita pelos deputados da bancada evangélica da **Assembleia Legislativa do Ceará** (AL-CE), foi retirado do projeto Educa Mais (72/2021), do Governo do Estado, trechos que faziam menção à abordagem de sexualidade e gênero nas escolas públicas estaduais.

Fizemos as análises das materialidades de modo temporal para mostrar que sempre existe um processo pelo qual retornam as memórias construídas e formam os pré-construídos, e tudo aquilo que ficou em suspenso sobre os sujeitos LGBTQIA+ é retomado nesses discursos porque existe uma força política de filiação religiosa que faz crescer cada vez mais sua ideologia, assumindo postos e instituições por meio deste movimento de posse dos lugares de “fala-discurso” que movimentam a política, como o Congresso Nacional, Assim como ao discursivizar fala sempre em nome da família, de Deus. Por mais que existam as resistências, e é preciso resistir, conforme mapeamento de contradiscurso realizado no terceiro capítulo, os discursos sobre os sujeitos LGBTQIA+ constituem-se pela repetibilidade, mas também pela ruptura, e é através da língua que esses sujeitos são interditados no social porque, como demonstrado, há uma conjuntura religiosa, política e institucional que trabalha e faz circular discursos constituídos por imaginários e memórias que desconstroem e deslegitimam esses sujeitos e suas existências.

Compreendemos que esse movimento é discursivo e não econômico, mas que é assegurado pela existência de realidades complexas que movimentam os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), conforme Althusser e referendadas por Michel Pêcheux (2010, p.163), ao afirmar que esses lugares se “caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou relações de lugares que remetem às relações de classe sem, no entanto, decalcá-las exatamente”. Esses acontecimentos somente ratificam que nem todos são iguais perante a lei e que não basta ser sujeito de direito para ser respeitado e integrado à sociedade como parte das instituições. Não basta repetir o pronome *todos* nos documentos ou trazer a Constituição Federal para dar legitimidade e criar imaginário em relação à diversidade de sujeitos, porque a contradição está instaurada.

4. PARA EFEITO DE FECHAMENTO

Música Etérea¹⁵⁷

Criolo

Uma bala quase hétero
 Etérea, massa, complexo
 De não se entender
 Um canalha quase hétero
 Ignorar e amor por complexo
 Medo de nele se ver
 É necessário quebrar os padrões
 É necessário abrir discussões
 Alento pra alma, amar sem portões
 Amores aceitos sem imposições
 Singulares, plural
 Se te dói em ouvir
 Em mim dói no carnal
 Mas se tem um jeito esse meu jeito de amar
 Quem lhe dá o direito de vir me calar?
 Eu sou todo amor, medo e dor se erradicar
 Feito sol que ilumina a umidade suspensa do ar
 Homo, homo, homo
 Homo, homo, homo
 Homo, homo, homo
 Homo sapiens errou (2x)

Uma bala quase hétero
 Etérea, massa, complexo
 De não se entender
 Um canalha quase hétero
 Ignorar e amor por complexo
 Medo de nele se ver
 É necessário quebrar os padrões
 É necessário abrir discussões
 Alento pra alma, amar sem portões
 Amores aceitos sem imposições

¹⁵⁷ Artista: Criolo; Álbum: Etérea; Data de lançamento: 2018; Indicações: Grammy Latino: Melhor Canção Brasileira; Gênero: Dance/eletrônica

Singulares, plural
 Se te dói em ouvir
 Em mim dói
 Mas se tem um jeito esse meu jeito de amar
 Quem lhe dá o direito de vir me calar?
 Eu sou todo amor, medo e dor se erradicar
 Feito sol que ilumina a umidade suspensa do ar
 Homo, homo, homo
 Homo, homo, homo
 Homo, homo, homo
 Homo sapiens errou (3x)
 Compositores: Kleber Cavalcante Gomes

Chegamos, ilusoriamente, ao final desta pesquisa, entendendo que uma tese nunca se fecha, mesmo assim, construímos esse efeito de fechamento, retornando a pontos necessários e por ela demandados. O caminho foi árduo, com uma pandemia no meio, em que muitos amigos e familiares foram embora, tivemos que nos adaptar à realidade que surgiu compulsoriamente, disciplinas a distância, orientação a distância, pesquisa mais solitária. Vencemos, mesmo que o corpo ainda traga sequelas do vírus, o importante é que estamos vivos e que cumprimos com os protocolos.

Nesse tempo todo, seguimos muitas trilhas, mas sempre firmes nos objetivos traçados desde o início da pesquisa, refletimos, indagamos, paramos em alguns momentos porque foi necessário. Neste gesto de fechamento não vai ser diferente, por isso, trazemos como epígrafe a letra da música *Etérea*, composta por Kleber Cavalcante Gomes, e cantada pelo artista Criolo. Trata-se de uma música que causou polêmica recente porque o professor de arte, da cidade de Criciúma - SC, usou o clipe desta música em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental. Em função deste fato o professor foi exonerado do cargo de professor do município no mês de agosto de 2021. Esse acontecimento ilustra o processo de apagamento, de silenciamento e de desconstrução dos sujeitos LGBTQIA+, como trabalhamos nesta tese, considerando o percurso de apagamento desses sujeitos a partir da história, sinalizando para as memórias e discursos que retornam e os desconstroem, mas faz trabalhar a resistência.

A culminância dessa trajetória decorre da censura desses sujeitos tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) como na Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), analisados no quarto capítulo. Caso estes documentos apresentassem as temáticas gênero, identidade de gênero e abordassem a diversidade como princípio, conforme constava na primeira versão da BNCC, publicada em 2015, e nas discussões anteriores ao PNE, com a CONAE 2010 e 2014, o professor, em tela, não teria problemas com o prefeito de filiação conservadora religiosa, ao abordar essas questões em sua aula porque estaria ancorado e legitimado em diretrizes que sustentam o ensino mais inclusivo.

Considerando que os discursos de/sobre os sujeitos LGBTQIA+ continuaram em curso, mantendo-se na repetibilidade e instaurando as contradições e os movimentos de resistência, não pretendemos começar pelo fim, e sim pelo início da pesquisa de tese.

Iniciamos esse processo de pesquisa, falando de mim como sujeito LGBTQIA+, porque, ao falar de mim, eu também falava do “Outro” – que me constitui e também dos “outros”, tanto como leitores da tese, como interlocutores identificados com o grupo LGBTQIA+, que chegam neste mundo e encontram um discurso vindo de outros lugares e de outros tempos, sendo significados, assim como eu, por uma memória que interdita, silencia e inscreve numa formação discursiva contraventora, na qual fazer parte dessa parcela é ser pecador, criminoso ou doente. Essa inscrição causa seus efeitos no social e na vida de cada sujeito.

A pergunta que mobilizou a pesquisa inicialmente foi “Como pela língua na história os discursos se repetem, se contradizem e instauram o rompimento e o equívoco que apaga, silencia e interdita os sujeitos ao longo da história no social? Para respondê-la, dividimos a tese em quatro capítulos, além do prólogo, em que falo de mim, da introdução e das conclusões, tidas como efeito e não como fechamento.

No primeiro capítulo, sentimos necessidade de organizar os pilares que sustentam a tese, isto é, trouxemos as ancoragens teóricas a partir da Análise de Discurso Francesa Pecheuxiana, sinalizando para o leitor quais os dispositivos mobilizados durante a pesquisa. Destacamos, principalmente, os conceitos de memória discursiva e o que entendemos sobre processos de silenciamento a partir dos estudos de Eni Orlandi. Com isso, buscamos responder à questão de pesquisa e muitas outras que surgiram durante o processo e também após a qualificação.

Além da teoria que ilumina e sustenta a tese, Análise de Discurso de Michel Pêcheux, buscamos ancoragem em pesquisadores e teóricos que trabalham tanto com a história da homossexualidade (Colin Spencer (1999); Willhian Naphy(2006);

James Keneth Dover(1994)); sexualidade (Michel Foucault (2014abc), Luiz Mott (1999; 2005; 2016)), gênero (Judith Butler (2016; 2021); Joan Scott (1990; 1992; 1995); Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (2015), como história do Movimento LGBTQIA+ (David Carter (2010); James Green(1918); Renan Quinalha(2021); João Silvério Trevisan(2018)) dentre outros. Vale destacar que uma investigação congrega, também, os pesquisadores que realizaram a fortuna crítica, em torno do nosso objeto. Esses pesquisadores foram devidamente referenciados e se encontram na bibliografia. Eles foram de grande valia nas respostas dadas à pergunta e ao atendimento do objetivo geral e os objetivos específicos propostos.

Neste percurso teórico analítico, retomamos a historicidade dos sujeitos LGBTQIA+ e, ao fazer esse movimento para compreender o passado e o que se repetia como memória, vimos que o discurso de desqualificação e de injúrias desses sujeitos que entravam na ordem do simbólico para produzir o sentido de pecador, criminoso ou doente circularam de acordo com as filiações em formações discursivas que embricavam o religioso, o político e a medicina, em épocas nas quais o grupo ou comunidade desses sujeitos ainda não existia, mas a homossexualidade e a bissexualidade faziam parte da sociedade. Trata-se do movimento pendular, proposto por (PETRÍ, 2013), que faz com que o pesquisador transite e se movimente entre a teoria e as materialidades discursivas que foram surgindo, dentre elas, a nota do Papa Francisco ao reafirmar que a união/relação entre pessoas de mesmo sexo é pecado, a sentença do Juiz para que os psicólogos pudessem fazer tratamentos em sujeitos homossexuais – a “cura gay” , a mensagem de whatsapp publicada após esse acontecimento e os discursos do presidente da República que sinalizam para as atualizações das memórias discursivas sobre os sujeitos LGBTQIA+ e a reafirmação de um processo de desconstrução e apagamento desses sujeitos. Neste movimento, mantivemo-nos firmes nas questões discursivas que envolviam o silenciamento, o apagamento e a interdição dos sujeitos LGBTQIA+ no social e as forças que os colocavam nesta situação de segregação e de vulnerabilidade.

No segundo capítulo, que contempla as análises, compreendemos que o discurso é curso e a memória construída sobre esses sujeitos no social, advindas de práticas de outros lugares, outros tempos, do século III ao XIX, em diferentes filiações a formações discursivas - de pecador, criminoso e doente, irão sempre retornar. Embora os sujeitos LGBTQIA+ tenham se tornado sujeitos de direito e empreendido lutas e resistências por meio de grupos/comunidades, conforme discutido no terceiro

capítulo, existem forças, conforme sinalizado na pesquisa, de que pré-construídos que vêm do religioso e do político permeiam o discurso, constituindo-se pela repetibilidade, pela rememoração destas memórias. As instituições ou Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1974) respondem em partes por essa repetibilidade e pela reprodução de discursos em nome da família tradicional, heterossexual, “definida por Deus”. Isso ocorre porque os sujeitos LGBTQIA+ se configurariam, para esses políticos pastores do Congresso Nacional, como uma ameaça tanto para a instituição família como para a sociedade e, principalmente, para as crianças, caso um documento oficial como a BNCC tivesse sido aprovado na íntegra com as contribuições dos especialistas, considerando as designações gênero e identidade de gênero.

Com essa prática de apagamento e silenciamento desses sujeitos, instituem-se e se produzem novos efeitos de sentidos porque o simbólico funciona em todos os lugares, camadas sociais, principalmente, em documentos que regem a educação de um país conforme análises. Esses acontecimentos só reforçam as lutas político-ideológicas e o discurso segue seu curso com todos os efeitos que se constituem pela língua na história. Ao fazer um movimento de retorno em autores que trabalharam as raízes da homossexualidade/homoerótica para verificar as memórias e sentidos que foram construídos sobre os sujeitos LGBTQIA+, verificamos que as relações entre pessoas do mesmo sexo e os travestismos sempre existiram na história da humanidade e na antiguidade, em países como a Mesopotâmia, Egito, China, Grécia entre outros. A maioria dos sujeitos era bissexual e havia muitos ritos religiosos nos quais os travestismos e o sexo se faziam presentes. Essa prática era considerada natural e cultural, conforme detalhamos sobre a Grécia Clássica, no segundo capítulo, designada de pederastia, além de cultural e moral, era parte de um discurso filosófico que tinha como mote o controle do corpo – ser temperante ou intemperante - e um ritual pedagógico que envolvia um sujeito mais velho e um sujeito mais novo.

Nesta retomada, descobrimos que, a partir desse discurso de natural, cultural e moral, construiu-se a memória de passivo e de ativo e a primeira designação tinha a ver com a verdade sobre o sujeito mulher na sociedade, significando como fêmea, passiva, penetrada e servia como procriadora, enquanto a segunda se relacionava ao sujeito homem, considerado macho, ativo, viril, penetrador, o líder na relação. Vimos que essa configuração também se repetia na pederastia em que o sujeito mais velho deveria ser sempre o ativo e o mais novo o passivo, evidenciando sempre a luta de

deixar-se ou não ser penetrado. Caso o mais velho deixasse isso ocorrer, seria considerado intemperante e se igualava à mulher. Essa memória de ativo e de passivo entrou na ordem da repetibilidade como parte do patriarcado religioso com o monoteísmo e passou a circular até os nossos dias.

Com o discurso religioso monoteísta, vimos que a pederastia e a bissexualidade dos povos antigos, principalmente dos Gregos, não foram aceitos, porque o discurso religioso dos Hebreus, ou depois de moisés, e com os judeus, tendo como referência a materialidade Bíblica, fez circular que Deus fez o sujeito homem, o sujeito mulher, os quais são naturalmente configurados para manter a vida e seus descendentes por meio da família, sendo que qualquer outra configuração de família é significada como pecado, crime contra Deus.

A partir desse discurso religioso, produziu-se a memória do sodomita, em que sujeitos homens ou mulheres escapavam do sexo tradicional de procriação, assumindo também outras posições. Assim, as relações entre sujeitos de mesmo sexo foram designadas de sodomia, tendo como referência a narrativa Bíblica da destruição de Sodoma e Gomorra. Com esse discurso religioso, iniciaram-se o apagamento e o silenciamento dos sujeitos homossexuais no social, pois nesse período se tornam pecadores.

Essa memória entra também na ordem da repetibilidade e, tanto na Idade Média, Idade Moderna como na Contemporânea, esse discurso de pecado vai se repetindo e, na junção dos poderes da Igreja e do Estado, o sujeito sodomita, além de pecador, é também designado de criminoso. Muitas vezes, essa prática constitui-se como “bode expiatório”, responsável pelos males do mundo como a fome, a pobreza, a peste na Idade Média. Para castigar os sujeitos praticantes da sodomia, foram criadas leis que, além do apagamento, do silenciamento e da interdição desses sujeitos no social, muitos receberam como suplício final a morte. E quando não havia lei para castigá-los, criaram subterfúgios para isso.

O discurso de pecador e criminoso se repetiu e continuou circulando até meados do Século XIX, tanto na Europa e nos Estados Unidos como também no Brasil. Depois desse século, essas relações passaram a ser designadas de homossexualismo e os sujeitos homossexuais (homens e mulheres). Conforme destacamos neste segundo capítulo, esses sujeitos foram considerados como portadores de patologias, tendo sido internados em clínicas, retirados e interditados pela família, passam a viver em manicômios. Essa memória entra na ordem da

repetição, de modo que pecador, criminoso e doente são os argumentos utilizados contra os sujeitos LGBTQIA+, tanto por meio das injúrias que sofrem em suas casas, como na escola e em outros lugares.

Vimos que essa mesma memória circula nos meios políticos nos discursos de sujeitos conservadores e religiosos, entrando na ordem da repetição para que os sujeitos LGBTQIA+ não tenham seus direitos de cidadão reconhecidos. Essa memória ressoou na década de 1930, quando a homossexualidade não era mais crime no Brasil, para retirar os doentes e pecadores das ruas, criou-se a lei de vadiagem e depois, com a Ditadura militar no Brasil em 1964, em nome da família, da moral e dos bons costumes, foi necessário mobilizar a legislação novamente para reprimir seus corpos de circular, usando o código penal pela lei da vadiagem.

Com a chegada da AIDS, na década de 1980, os sujeitos LGBTQIA+ não eram somente doentes, mas o discurso que circulou pela grande mídia, até a década de 1990, foi de que esses sujeitos eram a própria doença, designada de “peste gay ou câncer gay”. Esse discurso circulou porque esses sujeitos eram considerados pecadores e a doença era um castigo divino, assim como havia ocorrido no passado. Assim eles, como dos grupos de risco, foram condenados, silenciados e apagados do social por esse discurso que tinha legitimidade do próprio Estado.

Todos esses acontecimentos analisados dão visibilidade aos funcionamentos de efeitos de desconstrução por meio de memórias negativas em relação aos sujeitos LGBTQIA+. Pela pesquisa realizada e na tese lançada inicialmente, esse efeito de desconstrução decorre da repetibilidade e em todas as vezes que precisam apagar, silenciar ou interditar esses sujeitos, essas memórias retornam pelo discurso religioso e por sujeitos filiados a essa formação discursiva. As práticas que vêm tanto do Presidente da República, quanto de deputados com vínculos da Bancada Evangélica, no Congresso Nacional, ilustram esse funcionamento, instaurando um movimento estruturado por processos continuados que acabaram por resultar na retirada da designação gênero e da identidade de gênero tanto do Plano Nacional de Educação (PNE), como da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como não há dominação sem resistência (PÊCHEUX, 2009), no terceiro capítulo, mapeamos como se deu a construção de um discurso de identidade homossexual (LGBTQIA+) e o nascer de uma resistência por meio do acontecimento discursivo chamado *StoneWall*. Esse significou uma mudança tanto na forma desses sujeitos enxergarem a si mesmos, como na de lutar para que os outros sujeitos

pudessem enxergar para além das memórias de criminoso, pecador e doente. Esse acontecimento influenciou não só os Estados Unidos, como todos os grupos de resistência no mundo. Vimos que, no Brasil, esse movimento de resistência começou um pouco mais tarde devido ao período de ditadura que o país passava. O movimento de contradiscurso começou na década de 1970 e se estendeu até os dias atuais, com a formação do grupo LGBTQIA+, mas o marco foi o lançamento do jornal *Lampião da Esquina*, em 1978, uma mídia alternativa que passou divulgar informações culturais e a discutir a realidade dos vulneráveis e, dentre eles, os sujeitos LGBTQIA+. Na sequência, a formação do grupo SOMOS (Grupo de Afirmação Homossexual), compostos por Artistas, intelectuais e profissionais liberais e de muitos outros grupos, destaques para os grupos Lésbico-Feminista – LF, Ação Lésbica-Feminista – GALF e o Grupo Gay da Bahia que passaram a desenvolver ações coletivas de resistência à Ditadura Civil-militar e desmandos do Estado, juntamente com feministas, negros e trabalhadores em geral. Esses além de levarem as discussões para dentro da universidade colaboraram para a retirada de muitos sujeitos LGBTQIA+ dos guetos e a fazerem resistência com jornais, revistas e paradas em cidades maiores como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A discussão dada pela língua foi criar o esvaziamento de sentido das designações negativas que estigmatizavam esses sujeitos como bicha, sapatão, traveca, veado, passivo e ativo, dentre outras, que passaram ser utilizadas como afirmações políticas.

No quarto capítulo, vimos que os político-pastores e políticos conservadores mobilizaram as instituições para retirar toda e qualquer referência à sexualidade dos sujeitos considerados pelos conservadores como dissidentes da BNCC. Assim, também, com as palavras homossexual e homofobia, que se faziam presentes na primeira e segunda versão do documento, dessa maneira dando continuidade ao processo de apagamento, de silenciamento e de interdição dos sujeitos LGBTQIA+ comprovando a tese lançada sobre o corpus.

A terceira versão da BNCC mostrou o apagamento e o silenciamento dos sujeitos LGBTQIA+ e a configuração resultante que foi a censura desses sujeitos na escola, pois o documento não trouxe mais as designações que marcariam essas representações no documento, como Sexualidade, Gênero, Orientação Sexual, Homofobia, apesar de contemplar uma designação mais abrangente - Direitos Humanos. Entretanto, se não há marcação discursiva por meios das palavras que

remetem a esses sujeitos, ressoa seu apagamento porque não estar é silenciar e significar.

É preciso destacar que a BNCC é um documento de extrema importância para a educação e, nela, o efeito de sentido produzido é que os sujeitos LGBTQIA+ não podem fazer parte da educação, estar em sala de aula ou frequentar uma escola, que seria o direito de qualquer cidadão, mesmo que não traga a marcação discursivizada de “escola é proibida a sujeitos LGBTQIA+” é esse sentido que entra da ordem do simbólico e continuará fazendo seu curso, discurso e interferindo nos processos educativos languageiros. Nesses, os estudantes não poderão se expressar ou dizer quem são, e professores, mesmo tendo sua liberdade de cátedra garantida pela Constituição, serão punidos ao contemplar o tema em suas aulas, conforme vem ocorrendo em várias cidades em que existem esses guardiões que, na posição sujeito porta-voz, falam em nome das “famílias” das “instituições” e de “Deus”, conforme epígrafe.

Por fim, sublinhamos que o percurso desta tese mostrou a historicidade que instaura o discurso sobre o que circula em torno desses sujeitos em discurso, a resistência e, tristemente, a retirada dos documentos que estruturam a educação, a possibilidade de continuar discutindo questões de gênero e de identidade de gênero. Essa retirada parece fechar o “círculo”. No entanto, memórias e discursos retornam, ressoam e constituem efeitos e o fechamento, assim, como a desconstrução desses sujeitos, são efeitos, pois o discurso, como percurso, continua em movimento e o que é apagado, interditado, retorna com mais força, rompendo barreiras, instaurando equívocos. Trazemos Orlandi (2013 p.104) para lembrar que o silêncio significa e que a “censura sempre coloca um ‘outro’ no jogo e se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de ‘um’ e do dizer do ‘outro’”.

5. REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. *et al* [1983]. **Papel da Memória**. Campinas-SP: Pontes, 1999.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido *In*: ACHARD, Pierre. *et al.* (Org.) **Papel da memória**. 4. ed. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Portugal: Lisboa: Editora Presença, 1974.

Baptista, Saulo de Tarso Cerqueira (8 de março de 2007). **Cultura Política Brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006) – 2007**, 563 f. Tese (Doutorado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/425>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

BATISTA, Adilson Carlos. **Efeitos de sentidos sobre a designação homoafetividade produzidos na/pela mídia**. Dissertação em Letras Linguística — Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, Guarapuava, 2015. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/tede/79/1/PR%20ADILSON%20CARLOS%20BATISTA.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2019.

BETHANIA, Mariani. Textos e Conceitos Fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. **Revista de Linguística da UNESP**, v. 51, n. 1, 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2873/2647>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Trad. Maria Helena. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. **Parcerias homossexuais: aspectos jurídicos**. São Paulo: RT, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010**. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação – Documento Final. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Ministério da Educação. 1ª Versão. 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Ministério da Educação. 2ª Versão. 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Ministério da Educação. Final. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRUST, Viviane Teresinha Biacchi; PETRI, Verli. O que quer, o que pode um discurso? O que quer, o que pode esta foto?. **Revista RUA [on-line]**. 2013, nº. 19. Volume 1 - ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638232/5877>. Acesso em 15 de mar. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Discurso de Ódio – uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CARTER, David. **Stonewall: the riots that sparked the gay revolution**. New York, ST. Martin's Griffin, May. 2010.

COHEN, David. **Law, sexuality and society: the enforcement of morals in classical Athens**. New York: Cambridge University Press, 2001.

CAVALCANTI, C. R. S.; AZEVEDO, A. P. S. G. O movimento parafrástico de “brasil acima de tudo, deus acima de todos” x “deutschland über alles”. **Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som - Policromias**, v. 7, n. 1, p. 51-64, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/194984>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. **Revista Bagoas - Estudos gays, gênero e sexualidade**. Rio Grande do Norte, v. 2, n. 2, p. 72-94, janeiro/junho. 2008.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018. (p.193-209).

CAZARIN, Ercília Ana. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Análise do Discurso no Brasil, mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: SP, Ed. Claraluz, 2007. p.109-122.

CONNELL, Robert. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre. Vol. 20 (2), 1995. p. 186-206. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>. Acesso em 15 de jul. 2019.

CONTALDO, Silvia Maria. O Banquete. *In*: FERREIRA, Amauri; Carlos MARQUES, Haroldo (org.). **Os Gregos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 127 – 139.

CORREA, Adriana; MORGADO, José Carlos. A construção da Base Nacional Comum Curricular no Brasil: tensões e desafios. *In*: **Colóquio Luso-Brasileiro de Educação**. v.3, 2018, Portugal. Anais. IV COLBEDUCA. Portugal, 2018. p.1-12 Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/article/view/12979>. Acesso em 08 de mai. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. *In*: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 11-19.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.). **Os múltiplos territórios do discurso**. Porto Alegre: Asgra Luzzatto, 1999. p. 15 – 22.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçados aos cristãos** [1981]. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os Direitos LGBTI**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo e Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Trad. bras. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIEHL, Alessandra; VIEIRA, Denise Leite; MARI, Jair de Jesus. A CID-11 não reconhecerá possibilidades de patologização da homossexualidade. *In*: **Revista Debates em Psiquiatria** - Set/Out 2014 – p. 20-25. Disponível em: https://doi.galoa.com.br/sites/default/files/rdp/RDP_2014-05_final_site-3.pdf. Acesso em 09 de jul. de 2021.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. A ordem da Cultura. *In*: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Imagem, Arte, Corpo e Cultura – Oficinas de Análises do Discurso: Conceitos em Movimento**. Campinas – SP: Pontes Editores, 2015. p.179-194.

DOVER, Kenneth James. **Greek Homosexuality**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1978.

DOVER, Kenneth James. **A Homossexualidade na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

ERIBON, Didier. **Reflexões Sobre a Questão Gay**. Tradução de Procopio Abreu. Editor José Nazar – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** – a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra 2014a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** – o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra 2014b.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** – o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra 2014c.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** – As confissões da Carne. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. (p.91-120).

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. *In*: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

FREUD, S. (1992e). **Tres ensayos de teoría sexual**. *In*: S. Freud, Obras completas. (Vol. 7, 3ª ed., pp. 109-222). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1905).

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas - SP: Pontes, 2004.

GADET, Françoise; HAK, T. (Org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2010.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan.; CAETANO Márcio.; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Alameda 2018.

GREEN, James N. **Além do Carnaval** – A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018 (p.63-78).

GRIGOLETTO, Evandra. **O movimento de desidentificação do sujeito: uma reflexão a partir de "Semântica e Discurso"**. Anais SEAD 2003. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/sead1_paineis.html. Acesso em 29 jul. 15.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento** – um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido** – um estudo histórico e enunciativo da linguagem. – 2. ed. Campinas - SP: Pontes Editores, 1995.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani et al. Campinas - SP: Ed. UNICAMP, 2010. [1975].

HERBERT, Thomas. [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In*: ORLANDI, Eni, **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux – Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas - SP: 3. ed. Pontes Editores, 2012. p.21-54.

HERBERT, Thomas. **Observações para uma teoria geral das ideologias**. [1968]. Rua, nº.1, Campinas, 1995. Tradução de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H.Nunes. p. 63-89.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas - SP: Editora Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina (orgs). **Memória e História na/da Análise de Discurso**. Campinas - SP: Mercado das Letras, 2011.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: **Práticas Discursivas e Identitárias** – Sujeito e Língua - Orgs. MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

KRUG, Etienne *et al.* (eds.). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Memória discursiva em funcionamento. *In*: ROMÃO, Lucíola; CORREA, Fernanda (org.). **Conceitos discursivos em rede**. São Carlos: Pedro & João, 2012. p.141-152.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Glossário de termos do discurso – Edição ampliada**. Campinas - SP: Pontes Editora, 2020.

LEITE, N. **Psicanálise e Análise do Discurso** – o acontecimento na estrutura. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Michele Pires; SAMPAIO, Patrícia Melo. Pederastas e Meretrizes trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p.157-176.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. Campinas - SP: Pontes, 2003.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise de discurso: o trabalho de Michel Pêcheux [1993]. *In*: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux** – inéditos em análise do discurso. Editora Contexto, 2011. p.39-62.

MARROU, Henri-Irénée. **História da educação na antiguidade**. 5. ed. São Paulo: Herder - USP, 1990.

MACRAE, Edward. Identidade homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p.39-62.

MARROU, Henri-Irénée. Educação e retórica. *In*: FINLEY, Moses I. (Org). **O legado da Grécia: uma nova avaliação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 211 – 228.

MARX, Karl. **Glossas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MEDEIROS, Vanise. Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas: perscrutando conceitos. *In*: VENTURINI, Maria Cleci; RASIA, Gesualda dos Santos. **Museus, arquivos e discursos: funcionamentos e efeitos da língua, da memória e da história**. Campinas - SP: Pontes Editores, 2020. p.165-182.

MAZIÈRE, F. **A Análise do Discurso** – História e práticas. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MOREIRA, José Adilson. **União Homoafetiva** – A Construção da Igualdade na Jurisprudência Brasileira. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

MOTT, Luiz. **Dicionário Biográfico dos Homossexuais da Bahia (Séculos XVI-XIX)**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MOTT, Luiz. Homofobia: uma praga cristã. Dossiê Gênero e Violência na população LGBTTQIA no Brasil. **Revista E-HUM**. V9, n2 (2016). Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1964>. Acesso em 21 de abr. de 2021.

MOTT, Luiz. **Boletim do grupo Gay da Bahia 1981 – 2005**. Salvador Bahia: Editora GGB/ Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011. 370 páginas.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p.211-225.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (MBNC). Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/audiencias-publicas-cne/>. Acesso em: 08 de mai. 2021.

NAPHY, Willian. **Born to Be Gay – História da Homossexualidade**. Tradução de Jaime Araújo. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2006.

NELSON, Tiffany Renee, "A Movement on the Verge: The Spark of Stonewall" (April 10, 2015). **MAD-RUSH Undergraduate Research Conference** - James Madison University. Disponível em: <http://commons.lib.jmu.edu/madrush/2015/SocialMovements/1>. Acesso em: 03 mar. 2018.

NICHOLSON, L. Interpreting gender. **Sings: Journal of Women in Culture and Society**, Vol. 20, n.1. Chicago, 1994.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na Ditadura Civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p.79-90.

ORLANDI. Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento** – as formas do discurso. 4ª Ed. Campinas - SP: Pontes, 1996.

ORLANDI. Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas - SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio** – No movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade**. Susy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (orgs.) – Pontes Editores, 2010 – 2ª Edição: Campinas, SP.

Orlandi. Eni Puccinelli. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade. *In*: INDURSKY, F. MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). **Memória e História na/da Análise de Discurso**. Campinas - SP: Mercado das Letras, 2011.

Orlandi. Eni Puccinelli. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas - SP: Pontes Editores, 2012a.

Orlandi. Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas - SP: Pontes Editores, 2012b.

Orlandi. Eni Puccinelli. **Discurso em Análise** – Sujeito, Sentido, Ideologia. 2. ed. Campinas - SP: Pontes Editores, 2012c.

Orlandi. Eni Puccinelli. **Discurso e Texto** – Formulação e Circulação dos Sentidos. 4. ed. Campinas - SP: Pontes Editores, 2012d.

Orlandi. Eni Puccinelli. Processos de significação, corpo e sujeito, *In*: AZEVEDO, A.(org.) **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012e.

ORLANDI. Eni Puccinelli. **Ciência da Linguagem e Política**: Anotações ao pé das Letras. Campinas - SP: Pontes Editores, 2014.

Orlandi. Eni Puccinelli. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. *In*: **Leituras do político**. ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Souza (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

Orlandi. Eni Puccinelli. População urbana e seus modos de vida. *In*: MORELLO, Rosângela (org.). **Giros na cidade: materialidade do espaço**. Campinas - SP: Labeurb/Nudecri – UNICAMP, 2004.

ORLANDIS, José. **História breve do Cristianismo**. Tradução de Osvaldo Aguiar - Lisboa: Rei dos Livros, 1993.

OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). **Linguagem, gênero, sexualidade, clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Tradução de José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v.19, p.7-24, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e outros. 4. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas - SP: Editora Unicamp, 2010. p. 59-58.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso** – Estrutura ou Acontecimento. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas - SP: Pontes, 2012b.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A Língua Inatingível. *In*: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas - SP: Pontes, 2012b. p.93-105.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse?. *In*: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas - SP: Pontes, 2012b. p.73-92.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. ACHARD, Pierre. *et al.* Campinas - SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas – SP: Pontes Editores, 2019.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões e deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.19, p.7-24, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Língua, Linguagens, discurso [1971]. *In*: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux** – inéditos em análise do discurso. Editora Contexto, 2011. p.63-75.

PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault à Spinoza. *In*: MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours**. Paris: Cendres, 1990. p.245-260.

PETRI, Verli. A produção de sentidos “sobre” o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. *In*: **Revista Conexão Letras**, Vol. 04, nº 04: 2009. Disponível em: <http://www.artistasgauchos.com/conexao/04/VerliPetri.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. *In*: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: UFSM, 2013. p. 39-48.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. **Legados de Michel Pêcheux** – inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

PLATÃO. **O Banquete**. Trad: J. Cavalcante de Souza. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

QUINALHA, Renan. **Contra a Moral e os Bons Costumes** – A Ditadura e a Repressão à Comunidade LGBT, Coleção Arquivos da Repressão no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2021.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Doutorado em Relações Internacionais – São Paulo: Universidade de São Paulo, 6 jul. 2017.

RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras**, Santa Maria, V.24, nº. 48, p. 193-210, Jan./Jun. 2014.

ROBIN, Régine. **A Memória Saturada**. Tradução de Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2016.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. GAAG Duque de Caxias: A emergência de um ativismo homossexual em terras fluminenses. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018, p.177-192.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay do Brasil. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p.237-253.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática** – teoria. 9. ed. São Paulo: Atual, 1989.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.) **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra, revisão técnica: Miguel González Arroyo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SCHÜLER, Donaldo. O Banquete. *In*: Eros: **Dialética e Retórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p 12 – 107.

SCOTT, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In*: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, (20) 2, 71-99.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, nº 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and the politics of History. **Cadernos Pagu**, nº.3. Campinas – SP, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. Igualdad versus diferencia: los usos de la teoría postestructuralista. **Debate Feminista**, vol. 5, mar. México D/F, 1992.

SEMEM, José Cleiton. CARAMASCHI, Sandro. Concepção de sexo e sexualidade no ocidente: origem, história e atualidade. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.49, p.166-189, jan./jun. 2017.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. **A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOLIVA, Thiago Barcelos. A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da turma OK. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p.121-135.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade, uma história**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso – A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva 2018.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo?. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p.137-155.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil Intercâmbios e ressignificações. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p.227-236.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração**. Passo Fundo: editora da UPF, 2009a.

VENTURINI, Maria Cleci. Leitura do espaço urbano: subjetividade e poder das palavras. **Desenredo**, Revista da Pós-graduação em Letras, da Universidade de Passo Fundo, v. 5, n.2 p. 232-252, 2009b.

VENTURINI, Maria Cleci. Mídia ruído e silêncio tumular na constituição contraditória da memória em curso/discurso. *In*: TASSO, Ismara; SILVA, Érica (Orgs.). **Língua(gens) em Discurso – A formação dos Objetos**. Campinas - SP: Pontes Editores, 2014.

VENTURINI, Maria Cleci. Discussões Sobre História e memória na Análise de Discurso e na História. *In*: ZANDWAIS, Ana; RASIA, Gesualda dos Santos (Orgs.). **Relações entre Discurso e História**. Campinas - SP: Mercado das Letras, 2021. p.161-183.

VENTURINI, Maria Cleci; RASIA, Gesualda dos Santos. Contradição/antagonismo em discursos oficiais sobre a mulher: a resistência como respostas. *In*: DORÓZ, Elaine Pereira; POLTRONIÉRI, Karen; LOZANO, Melissa Frangenlla; ABRAHÃO e SOUSA, Lúcia Maria (org). **Tramas, Linhas e Bordados: o Feminismo em Discurso – Volume 2**. Campinas – SP: Pontes Editores, 2020.

ZANDWAIS, A. Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso. **Série Cogitare**. Vol. 8 UFSM. Santa Maria, 2009.

ZANELLA, Alexandre da Silva. **Espaços atravessados**: sujeitos homossexuais no discurso jornalístico sobre a cidade – 2017. 225 f.; il. Orientadora: Vanise Gomes de Medeiros. Coorientadora: Lucília Maria Abrahão e Sousa. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3606> Acesso em 01 de mai. 2021.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a Sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 35-82.

Werner, Michael. **Fear of a queer planet**. Minneapolis: Univ. Of Minnesota, 1993.